LEONAR

DIREITO

**Projeto Pedagógico**

**do Curso de graduação**



**Universidade de Gurupi**

**Pró-Reitoria de Graduação**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

**DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**GURUPI-TO**

**MAIO/2021**



**FUNDAÇÃO UnirG**

Thiago Piñeiro Miranda

**Presidente**

Oximano Pereira Jorge

**Diretor Administrativo Financeiro**

**UNIVERSIDADE DE GURUPI – UnirG**

Profª Drª Sara Falcão de Sousa

**Reitora**

Profº Me. Jeann Bruno Ferreira da Silva

**Vice-reitor**

Profª Drª Rise Consolação Iuata Costa Rank

**Pró-Reitora de Graduação e Extensão**

Profº Drº. Fábio Pegoraro

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**

**Direito**

Kádyan de Paula Gonzaga e Castro

**Coordenadora do Curso de Direito**

Thiago Franco Oliveira

**Coordenador de Estágio do Curso de Direito**

**Sumário**

1 [APRESENTAÇÃO 9](#_Toc74135497)

[1.1 FUNDAÇÃO UNIRG 16](#_Toc74135498)

[1.2 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO UNIRG 16](#_Toc74135499)

[2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA 29](#_Toc74135500)

[2.1 UNIVERSIDADE DE GURUPI - UnirG 29](#_Toc74135501)

[2.2 BASE LEGAL DA IES 31](#_Toc74135502)

[2.3 MISSÃO 32](#_Toc74135503)

[2.4 VISÃO 32](#_Toc74135504)

[2.5 VALORES 32](#_Toc74135505)

[2.6 OBJETIVOS 33](#_Toc74135506)

[2.7 ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 33](#_Toc74135507)

[3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE DIREITO 34](#_Toc74135508)

[3.1 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO 35](#_Toc74135509)

[3.2 JUSTIFICATIVA DA MANUTENÇÃO DO CURSO DE DIREITO 35](#_Toc74135510)

[3.2.1 - MISSÃO, A VISÃO E OS VALORES PRETENDIDOS PELO CURSO 40](#_Toc74135511)

[3.2.1.1 Missão 40](#_Toc74135512)

[3.2.1.2 Visão 40](#_Toc74135514)

[3.2.1.3 Valores 40](#_Toc74135515)

[3.4 NOTAS DE AVALIAÇÕES OBTIDAS PELO CURSO DE DIREITO 41](#_Toc74135516)

[3.4.2 CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO – CPC 42](#_Toc74135517)

[3.4.3 RESULTADOS DO ENADE 42](#_Toc74135518)

[3.5 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO 42](#_Toc74135520)

[3.6 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO 42](#_Toc74135521)

[3.7 TEMPOS MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO 43](#_Toc74135522)

[3.8 COORDENADORA DE CURSO 43](#_Toc74135523)

[3.9 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO 43](#_Toc74135524)

[3.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO 44](#_Toc74135525)

[3.11 EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE 44](#_Toc74135526)

[3.12 CONVÊNIOS DO CURSO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES 45](#_Toc74135528)

[4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO 47](#_Toc74135529)

[4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 47](#_Toc74135530)

[4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 48](#_Toc74135531)

[4.2.1 Políticas de Ensino 49](#_Toc74135532)

[4.2.1.1 Organização teórica para os processos de implantação das políticas de Ensino 50](#_Toc74135533)

[4.2.1.2 Políticas para a Graduação 55](#_Toc74135534)

[4.2.2 Políticas de Extensão 64](#_Toc74135535)

[4.2.2.1 Políticas de valorização da diversidade 65](#_Toc74135536)

[4.2.2.2 Áreas de atuação da PROECAE: Cultura, Arte e Esporte 66](#_Toc74135537)

[4.2.3 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação 74](#_Toc74135538)

[4.2.4 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO 78](#_Toc74135539)

[4.3 OBJETIVOS DO CURSO 81](#_Toc74135540)

[4.3.1 Objetivo Geral 81](#_Toc74135541)

[4.3.2 Objetivos Específicos 81](#_Toc74135542)

[4.4 PERFIL DO EGRESSO 82](#_Toc74135543)

[4.4.1 Habilidades e Competências 83](#_Toc74135544)

[4.5 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO 84](#_Toc74135545)

[4.5.1. Eixo de Formação Geral 85](#_Toc74135546)

[4.5.2. Eixo de Formação Técnico-Jurídica 85](#_Toc74135547)

[4.5.3. Eixo de Formação Prático-profissional 87](#_Toc74135548)

[4.5.3.1. Prática Jurídica – Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) 87](#_Toc74135549)

[4.5.4. Atividades Complementares 88](#_Toc74135550)

[4.5.5. Trabalho de Curso 89](#_Toc74135551)

[4.5.6. Articulação da Teoria com a Prática 89](#_Toc74135552)

[4.5.7 Flexibilidade 90](#_Toc74135553)

[4.5.8 Intra-Interdisciplinaridade e Transversalidade 90](#_Toc74135554)

[4.5.9 Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal. 91](#_Toc74135555)

[4.5.10 Matriz curricular 93](#_Toc74135556)

[4.5.11 Conteúdos Curriculares 99](#_Toc74135559)

[4.5.12. Da modalidade de ensino EAD 100](#_Toc74135560)

[4.5.13 Ementas e bibliografias 101](#_Toc74135561)

[4.5.14 Atualização dos Conteúdos Curriculares e Adequação da Bibliografia 152](#_Toc74135562)

[4.6 COERÊNCIAS ENTRE OBJETIVOS, PERFIL DO EGRESSO, CURRÍCULO 152](#_Toc74135563)

[4.6.1 Objetivos do Curso com o Perfil do Egresso 152](#_Toc74135564)

[4.6.2 Objetivos do Curso com a Matriz Curricular 154](#_Toc74135565)

[4.6.3 Conteúdos curriculares com o perfil desejado dos egressos 156](#_Toc74135566)

[4.7 METODOLOGIA 158](#_Toc74135568)

[4.8 FORMAÇÕES REALIZADAS 161](#_Toc74135569)

[4.9.1 O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICA – NPJ 170](#_Toc74135570)

[4.9.2 Metodologias e Ferramentas Utilizada no NPJ 170](#_Toc74135571)

[4.9.3 Da Assistência Jurídica Gratuita Prestada pelo NPJ 175](#_Toc74135572)

[4.9.4 A sala de Conciliação e Mediação 176](#_Toc74135573)

[4.9.5 A sala do Tribunal do Júri e Audiências Simuladas 177](#_Toc74135574)

[4.10 TRABALHO DE CURSO 177](#_Toc74135575)

[4.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO 178](#_Toc74135576)

[4.12 APOIO AO DISCENTE 179](#_Toc74135577)

[4.11.1 Programa de nivelamento 179](#_Toc74135578)

[4.11.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) 180](#_Toc74135579)

[4.11.3 Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado – ATENDEE 180](#_Toc74135580)

[4.11.4 Central de Atendimento ao Acadêmico (CAT) 181](#_Toc74135581)

[4.11.5 Representação Estudantil 181](#_Toc74135582)

[4.11.6 Monitorias 182](#_Toc74135583)

[4.11.7 Ligas acadêmicas 182](#_Toc74135584)

[4.12 CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES 183](#_Toc74135585)

[4.13 ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS À ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA E ATITUDINAL 184](#_Toc74135586)

[4.14 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO: GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA 185](#_Toc74135587)

[4.15 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 185](#_Toc74135588)

[16 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM 189](#_Toc74135589)

[4.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM-AVA 190](#_Toc74135590)

[4.18 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM 194](#_Toc74135591)

[4.19 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DE PROVAS, REGULAMENTOS DE MIGRAÇÃO DE CURSO E MATRIZ CURRICULAR 200](#_Toc74135592)

[4.20 NÚMERO DE VAGAS 201](#_Toc74135593)

[5 CORPO DOCENTE 201](#_Toc74135594)

[5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E SUA COMPOSIÇÃO 201](#_Toc74135595)

[5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR 204](#_Toc74135596)

[5.2.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador 205](#_Toc74135597)

[5.2.2 Regime de trabalho do coordenador do curso 206](#_Toc74135598)

[5.3 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO 206](#_Toc74135599)

[5.4 REGIME DE TRABALHO E VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CORPO DOCENTE DO CURSO 213](#_Toc74135600)

[5.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE 216](#_Toc74135601)

[5.6 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO 219](#_Toc74135602)

[5.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA 221](#_Toc74135603)

[6 INFRAESTRUTURA 222](#_Toc74135604)

[6.1 ÓRGÃOS SUPLEMENTARES 226](#_Toc74135605)

[6.2 LABORATÓRIOS, NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA 226](#_Toc74135606)

[6.3 NÚCLEOS 228](#_Toc74135607)

[6.3.1 Núcleo de Prática Jurídica 230](#_Toc74135608)

[6.3.1.1 Local de funcionamento, estrutura física e equipamentos 230](#_Toc74135609)

[6.3.1.2 Áreas de Atuação 231](#_Toc74135610)

[6.3.1.3 Práticas jurídicas Simuladas 232](#_Toc74135611)

[6.3.1.4 Estudos independentes 232](#_Toc74135612)

[6.3.1.5 Infraestrutura de informação 233](#_Toc74135613)

[6.3.1.6 Sala de Professores e Sala de Reuniões 236](#_Toc74135614)

[6.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA 236](#_Toc74135617)

[6.4.1 Periódicos especializados 238](#_Toc74135618)

[6.4.2 Acervo bibliográfico total 243](#_Toc74135619)

[6.5 PLANO DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 244](#_Toc74135620)

[6.6 Plano de Expansão 246](#_Toc74135621)

[6.7 PLANO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS 247](#_Toc74135622)

[REFERÊNCIAS 247](#_Toc74135623)

# APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é o documento de identidade do Curso. Define os princípios filosóficos, políticos, pedagógicos, administrativos e técnicos que orientam a formação humana/cidadã e profissional dos egressos do curso. Constitui-se em consonância com: Estatuto, Regimento, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade e Regimento Interno e o conjunto de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) atinentes a cada curso.

Atende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e ao que estabelece a Constituição Federal que estabelece em seu artigo nº 207 que “As Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]”, assim, a construção do PPC se constitui responsabilidade institucional e trata da indissocialização e da articulação entre “ensino, pesquisa e extensão” como imprescindíveis ao processo de formação profissional dos estudantes que deve ser realizado com flexibilidade curricular e articulação teoria e prática. O PPC é, então, como documento de identidade do curso, único e distinto, conforme legislação, com integralidade e terminalidade próprias.

A Universidade de Gurupi- UnirG, na construção do PPC de seus Cursos de Graduação, propõe-se a acolher as normas do Sistema de Educação Superior dialogando com a estrutura mínima para o PPC indicada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Nesse sentido, a Universidade busca atribuir aos PPCs de seus Cursos de Graduação feição contextualizada e atender ao complexo conjunto de interesses de sujeitos sociais e políticos componentes da população do estado do Tocantins com quem mantém permanente diálogo, bem como regiões dos estados mais próximos.

A construção do PPC do Curso de Direito da UnirG ancorou-se em rigoroso diagnóstico e representa uma ação intencional, refletida e fundamentada de coletivo de sujeitos agentes interessados em promover, conforme missão da Universidade expressa em seu PDI.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito é uma ferramenta essencial para definir e orientar a organização das práticas pedagógicas idealizadas para o Curso, e está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais propostas pelo MEC, e também com outros documentos que dão suporte a sua construção. Tais documentos são indicados abaixo. A construção, a avaliação e a reformulação do PPC de Direito são processos coletivos de trabalho. Assim, a participação de toda a comunidade (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) foi fundamental.

Os documentos listados abaixo estabelecem um referencial normativo e legislativo que orienta e dá suporte ao processo de construção do PPC:

- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988, [Artigos 205 a 214](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, [Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm), Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI - Artigos 43 a 67. <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9394.htm>

- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) 2014-2024, [Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm), Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>

- DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO, Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104111-rces005-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192>>

- RESOLUÇÃO Nº 155, DE 17 DE JUNHO DE 2020. Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/531004/>>

- PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) DA UNIRG 2019- 2023, Resolução 036 – Conselho Acadêmico Superior- CONSUP de 19 de setembro, disponível em: <<http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/resolucao-36-2019-consup.pdf>.>

- NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, Resolução N. 1, de 17 de Junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\_docman&task=doc\_download&gid=6885&It emid. Acesso em 30 de junho de 2016](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6885&It%20emid.%20Acesso%20em%2030%20de%20junho%20de%202016).>

- EDUCAÇÃO AMBIENTAL, [Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm), Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>>

Destaques:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e suasustentabilidade.[...]

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:[...]

II - educação superior

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

- [RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=10988-rcp002-12-pdf&amp;Itemid=30192), Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf>

Destaque:

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior **capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica**.

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, **devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar**.

- RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, [Resolução CNE/CP N°1, de 17 de junho de 2004](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf), Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Destaque:

Art. 1° A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1° As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no [Parecer CNE/CP3/2004](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf).

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>> Acesso em 05/03/2020.

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>

- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução n° 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>.

- EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, [Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=10889-rcp001-12&amp;category_slug=maio-2012-pdf&amp;Itemid=30192), Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Destaque:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.[...]

Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo **componente curricular obrigatório** nos cursos destinados a esses profissionais.

Art. 9º A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na **formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento**.

- DIREITO EDUCACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, [Resolução Nº 3, de 13 de maio de 2016](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&amp;view=download&amp;alias=41061-rceb003-16-pdf&amp;category_slug=maio-2016-pdf&amp;Itemid=30192), Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaque:

Art. 23. Os cursos de formação de professores devem garantir nos currículos, além dos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como **conteúdos relacionados aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**.

- INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, [Portaria Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf), Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

- [LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm), Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).Capítulo IV - Do direito à educação.

-Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>>

- [DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec5626.pdf), Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Destaque:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior.[...]

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

- [LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.764-2012?OpenDocument)Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

- ESTÁGIO DE ESTUDANTES, [Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm), Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

- SISTEMA e-mec, Portaria Normativa N° 40, de 12 de dezembro de 2007,Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos 37 Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: [http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17. Acesso em 30 de junho de 2016](http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17.%20Acesso%20em%2030%20de%20junho%20de%202016).

- PROGRAMA DE INTERNACIONALIZAÇÃO, PORTARIA Nº 220, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2017, Institui o Programa Institucional de Internacionalização de Instituições de Ensino Superior e de Institutos de Pesquisa do Brasil e dispõe sobre as diretrizes gerais do Programa.

- EXTENSÃO CURRICULARIZAÇÃO, RESOLUÇÃO Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024 e dá outras providências.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

- DISCIPLINAS OFERTADAS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA, [Portaria MEC Nº 1.134, de 10 de outubro de 2016](https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf).

Destaque:

Art. 1°.....................

§ 1° As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

- PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Art. 1º - Esta Portaria dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior --IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, com observância da legislação educacional em vigor.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos cursos de Direito.

Art. 2º As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

- RESOLUÇÃO Nº 155, DE 17 DE JUNHO DE 2020.Dispõe sobre as funções de regulação, avaliação e supervisão de Instituições de Educação Superior, e Cursos de Graduação e Pós-Graduação, no Sistema Estadual de Ensino do Tocantins.

- RESOLUÇÕES E ORDENS DE SERVIÇO –UNIRG, Disponível em: <http://www.unirg.edu.br/a-unirg/conselhos/#resolucoes>.

**1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTENEDORA**

## 1.1 FUNDAÇÃO UNIRG

A mantenedora, Fundação UnirG é gerida por um Presidente indicado pelo Poder Executivo Municipal e referendado pela Câmara dos Vereadores Municipal, sendo exercida atualmente pelo Sr. Thiago Piñeiro Miranda, desde o início do ano de 2021.

**Quadro 1 - Dados com identificação da Mantenedora da Universidade- UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome da Instituição:** | Fundação UnirG |
| **Presidente:** | Thiago Piñeiro Miranda |
| **SIGLA:** | UnirG |
| **Esfera Administrativa:** | Pública Municipal de Ensino Superior |
| **Ato de Criação:** | Lei n.611 de 15/02/1985, alterada pela Lei nº 1.566 de 18/12/2003 e Lei nº 1.699 de 11/07/2007 – Gurupi-TO |
| **CNPJ:** | 01.210.830/0001-06 |
| **Endereço:** | Av. Pará, Quadra 20, Lote 01, nº 2432, Engenheiro Waldir Lins II, Gurupi-TO, CEP: 77.402-110 |
| **Telefone:** | (063) 3612-7600 Ramal: 7515 |
| **Email:**  **Webmail:** | [presidencia@unirg.edu.br](mailto:presidencia@unirg.edu.br)  [www.unirg.edu.br](http://www.unirg.edu.br) |

## 1.2 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO UNIRG

A Lei Municipal n º 611, de 15 de fevereiro de 1985 cria a Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.) decretada pela Câmara Municipal de Gurupi e sancionada pelo Prefeito Municipal Jacinto Nunes da Silva e pelo Secretário de Administração Geral Divino Allan Siqueira. A Lei Municipal nº 1.970, de 25 de outubro de 2011, alterou a Lei de criação que em seu Art. 1º transformou a Fundação Educacional de Gurupi em Fundação UnirG e definiu como Órgão Consultivo e Fiscalizador, o Conselho Curador.

O Decreto Governamental nº 5.861 foi assinado pelo Governador do Estado do Tocantins, Mauro Carlesse, em 17 de setembro de 2018, o qual oficializou a transformação do Centro Universitário UnirG em Universidade de Gurupi, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 5.190, de 17 de setembro de 2018. Este evento foi realizado sob a gestão do Prefeito Municipal, Laurez Moreira; Presidente da Fundação UnirG, Thiago Benfica e a Reitora da academia, Lady Sakay. O processo de credenciamento por transformação em Universidade foi composto pelo Plano de Desenvolvimento Institucional, Regimento Acadêmico Conselho Estadual de Educação, Estatuto, documentos referentes à situação financeira, acadêmica, dentre outros, em conformidade com as normas vigentes que possibilitaram o credenciamento desta instituição por cinco anos. Esse acesso permite à instituição ampliar os programas de pesquisa, intercâmbios internacionais, acesso a financiamentos e editais, registrar diplomas de outras instituições, criar cursos e sedes administrativas acadêmicas, além da formação de redes de parcerias com outras instituições nacionais e internacionais.

Vários desafios ainda por percorrer, mas sob a égide de Universidade, a instituição conta com os seguintes cursos de graduação: Administração, Ciências Contábeis, Direito (matutino e noturno), Educação Física (bacharelado e licenciatura), Enfermagem, Engenharia Civil (matutino e noturno), Farmácia, Fisioterapia, Letras, Medicina, Odontologia, Psicologia e Pedagogia. Foi finalizado o curso superior em Tecnologia: Sistemas para Internet. Também ministra cursos de pós-graduação Lato Sensu e tem aprovado o Stricto Sensu, Mestrado Profissional em Saúde Pública e Ambiente; em parceria com a Universidade Federal do Tocantins - UFT e continua sendo oferecido o Mestrado Interinstitucional (Minter).

A IES conta com instrumentos que norteiam as ações com o intuito de cumprir sua missão e objetivos: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da avaliação institucional, a implementação das Câmaras de Graduação e Câmara de Ética no Conselho Acadêmico Superior (CONSUP), o Núcleo Docente Estruturante Institucional - NDEI que acompanha e socializa as ações dos Núcleos de Docentes Estruturantes – NDEs dos cursos, o Colégio de Coordenadores, os Conselhos dos Cursos, além de outras ferramentas nas diversas unidades. A CPA está encarregada da avaliação periódica dos docentes dos cursos da IES, por meio da propesq, que informa a evolução produtiva científica e de qualificação docente, com a publicação dos dados aos diretamente interessados.

Os cursos são ministrados nos seguintes locais: Campus I, Campus II e Clínica de Odontologia; além de salas de aulas destinadas aos alunos de estágio, no Núcleo de Práticas Jurídicas, no Ambulatório de Saúde Comunitária, no Centro de Vida Saudável. Os laboratórios dos cursos da Saúde são oferecidos no Campus II e, do curso de Odontologia, na Clínica Odontológica. A instituição conta com o Núcleo de Práticas Jurídicas para o estágio do curso de Direito que atende também, efetivamente, a clientela com renda mensal de até dois salários-mínimos. A instituição mantém o Núcleo de Estágio da Saúde que atende os residentes da Saúde/UnirG, local especial, equipado com biblioteca, quarto para descanso, cozinha e outros atendimentos para uso dos residentes médicos. Sala multifuncional Laboratório de Tecnologia Assistiva da UnirG-(LabTAU) para construção de material que atenda o aluno com dificuldade de aprendizagem em escolas do município e da região.

Para alcançar a meta de implantar a, hoje, Universidade em Gurupi, muitos servidores docentes, corpo técnico-administrativo, discentes e também, com a participação da comunidade Gurupiense e da região, do poder constituído nas diversas gestões, aderiram ao sonho, desde o plano de campanha política (1982) e materializado em 1985 com a criação do curso superior em Gurupi-TO, o Comandante Jacinto Nunes e, ainda dos prefeitos do sul do Tocantins que apoiaram a mesma causa, participaram da árdua tarefa.

Os Cursos de Direito e de Pedagogia foram os primeiros autorizados, ambos, por meio da Resolução CEE/GO nº 150 de 31/05/1985. O início das atividades da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi (F.F.C.H.G.) ocorreu no Colégio Ary Ribeiro Valadão Filho. O 1º Processo Seletivo dos cursos de graduação plena ocorreu em 29 e 30 de junho de 1985; início das aulas em julho de 1985 com a Licenciatura Curta e, no segundo semestre de 1985, iniciou-se os cursos de graduação em Direito e Pedagogia com Licenciatura Plena.

No primeiro ano, a gestão da Fundação Educacional de Gurupi (F.E.G.) se deu em parceira com a empresa Centro de Ensino Regional Tocantins-Araguaia – CERTA; em 1986, a prefeitura rompeu esse contrato e através da alteração do estatuto da FEG, pelo Decreto nº 162, de 03/11/1986, nomeou como Presidente, Maria das Dores Braga Nunes, como Secretário Milton Loureiro e como Tesoureiro Odécio Lopes Névoa Filho. O Decreto nº 080/86, de 16 de maio de 1986 nomeou o Prof. Mário Coelho da Silva para Direção Geral da FAFICH-Gurupi.

Conforme legislação em vigor, depois da autorização do Conselho Estadual de Educação, ainda faltava a autorização do Ministério de Educação e Cultura (MEC) a qual foi oficializada em 19 de agosto de 1987 ao ser publicado no DOU de 20/08/1987, Seção I, na primeira página, o Decreto Ministerial nº 94.786 que autorizou o funcionamento do curso de Direito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi, a ser ministrado com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e, no mesmo Diário Oficial, Seção I, página 13222, o Decreto Ministerial nº 94.787 autorizou o funcionamento do curso de Pedagogia com as habilitações: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus (Licenciatura Plena), com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais e Supervisão Escolar de 1º Grau (Licenciatura Curta) com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais.

O primeiro regimento da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi nº 028, aprovado por meio da Resolução CEE-GO nº 066, de 26 de maio de 1988, foi assinado pelo então Presidente, Pe. José Pereira de Maria.

Em 1989, houve a substituição da Presidência da Fundação Educacional de Gurupi (FEG) assumida pelo professor Lázaro Francisco Mundim, posse da Secretária Executiva por Maria Botelho Pinheiro e da Tesoureira por Maria do Carmo Sampaio de Lima Aguiar. Na Diretoria Acadêmica continuou Mário Coelho da Silva e assumiu a Vice Direção, o Professor Galileu Marcos Guarenghi (Decreto Municipal 125/1989).

Em 1990, estava estabelecida a sede da Faculdade na Alameda Madrid, 545, Setor Jardim Sevilha, onde passou a funcionar a Academia, a Fundação, a Associação dos Professores, a Representação Estudantil e local em que foi instalada, posteriormente, à época, a Empresa Júnior que atendia aos dois últimos cursos criados: Administração e Ciências Contábeis.

Por meio do Decreto Ministerial s/n, de 04/08/1994, conforme o Parecer CES/CEETO nº 095, aprovado em 24/10/1991 - processo 773/91 – os cursos de Administração e de Ciências Contábeis tiveram o funcionamento Autorizado. Em 1999, foram criados os cursos emergenciais de História, Matemática e Letras, como também foi aberto o curso de Direito Matutino, com fundamento no Parecer CEE/TO nº 029 de 24/02/1999. Em 1997, houve alteração na gestão municipal, assumiu a prefeitura o Sr. Nânio Tadeu Gonçalves que nomeou pelo Decreto Municipal 297, de 20/06/1997, Verbena Medeiros Brito para, em comissão, exercer o cargo de Presidente da Fundação Educacional de Gurupi. Em 1/02/2000 o curso de Educação Física foi autorizado pelo Decreto Governamental nº 895. Até o fim do século passado a FAFICH possuía 7 (sete) cursos e 1.078 (Mil e setenta e oito) acadêmicos.

Em 2001 se inicia a fase de implantação do que viria a ser a Universidade de Gurupi. O prefeito João Lisboa da Cruz nomeou para presidente da Fundação Educacional de Gurupi, o professor Valnir de Souza Soares, Diretor Administrativo-financeiro Américo Ricardo Moreira de Almeida e criou a Diretoria Acadêmica vinculada à FEG ocupada pelo Prof. Pedro Luiz de Menezes que receberam como missão, a transformação da cidade de Gurupi em polo educacional.

Depois da criação da UnirG, outras instituições de ensino superior foram instaladas em Gurupi; já constam: UFT (1992), IFTO, UNOPAR, UNIP, recentemente a UNIPLAN.

No vestibular de meio de ano de 2001 a FAFICH/UnirG ampliou seu vestibular ofertando também os cursos de Ciência da Computação, Odontologia, Fisioterapia e Comunicação Social – Jornalismo com base no parecer favorável emitido pelo Conselho Estadual de Educação do Estado do Tocantins, em 20/06/2001, concretizado no Decreto Governamental nº 1.332, de 17/10/2001. Em 2002, foram criados os cursos de Enfermagem e Medicina. A instituição passou então a ter 12 cursos com um curso, Direito, em dois turnos, 3.449 discentes e 110 docentes.

No segundo semestre de 2006 foi realizado o processo seletivo para o curso de Farmácia, autorizado conforme o Decreto Governamental nº 2.882, de 06/11/2006, à luz do Parecer CES/CEE/TO nº 230/2006 com funcionamento em período integral e 60 (sessenta) vagas semestrais. O oferecimento de vagas do curso de Farmácia foi suspenso e deixou de constar no edital do processo seletivo a partir do primeiro semestre de 2014, conforme a Resolução CONSUP nº 016, de 01/10/2013, no entanto voltou a ser oferecido com a aprovação de nova estrutura curricular no primeiro semestre de 2016.

A instituição promoveu Concursos Públicos de Provas e Títulos para professor em 1985 (empresa CERTA/Goiânia) e na sede em Gurupi nos anos: 1988 (Edital nº 002, de 17/12/1987), 1989 (Edital em 08/06/1989 - Inscrições de 04/01 a 05/02/1990); 1991 - Edital em 1º/07/1991, homologado pela Resolução nº 004, de 20/08/1991; 1999 (Edital 05/99), 2000 (Edital nº 005, de 08/05/2000); 2007, 2013 (Resolução CONSUP nº 004, de 30/04/2013), 2018, este, porém, suspenso; para o Corpo Técnico-Administrativo em: 1999 (Edital 05/99), 2006 (Edital 2005); 2007, 2010, 2016 (Portaria nº 966, de 19/10/2016- aplicado em 12/02/2017), 2017 (homologado pela Portaria UnirG nº 858/2017 de 20/12/2017).

Embora as avaliações estivessem sendo realizadas no âmbito institucional, em 2007 aprovou-se o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), encarregada da elaboração do projeto de autoavaliação institucional com vistas ao acesso a Centro Universitário.

Em 2008, a instituição iniciou nova fase, obtendo autonomia universitária, por meio do acesso ao nível de Centro Universitário, a maior conquista até então, por meio do Decreto Governamental nº 3.360, de 02/06/2008 – DOE/TO de 06/06/2008, conforme o Parecer CES/CEE/TO nº 144/2008-DOE/TO de 30/05/2008. Assim credenciado, o Centro Universitário UnirG passou a desfrutar de autonomia para, entre outras ações, criar e organizar em sua sede, cursos e programas de educação superior, registrar os diplomas dos concluintes de seus cursos, até então sob o encargo da Universidade Federal de Goiás, enfim gozar da autonomia conforme a legislação vigente. Em 2011, a instituição protocolou os documentos necessários para novo Credenciamento e foi renovado por 5 (cinco) anos, conforme o Decreto Governamental 4.659, de 24/10/2012 – DOE/TO de 24/10/2012, conforme Parecer CEE/TO nº 396/2012, de 18/11/2011 – DOE-TO de 13/12/2011.

Essa condição resultou em outras providencias da instituição, desde 2008: o final da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); reformulação do Estatuto da Fundação e do Regimento Geral da Academia com reorganização das ações, adequando-as às normas estatutárias e regimentais. Evidenciou-se a melhoria da qualidade do ensino oferecido, comprovada por processos avaliativos, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecido à comunidade acadêmica.

Com a nova condição e, nos termos do referido decreto, o Centro Universitário UnirG passou a ser identificado como uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, com universalidade de direito, mantida e representada pela Fundação UnirG, mantenedora, com natureza e personalidade jurídica de direito público, possuindo o mesmo regramento jurídico dispensado às autarquias, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal nº 1.699 de 11 de julho de 2007 e, posteriormente, em 2009, por meio da Lei Municipal nº 1.831, de 07/12/2009 a Lei 611/1985 foi alterada em seus artigos 1º e 3º, alterando a personalidade jurídica, definindo/alterando a condição para ser presidente da Fundação e redefinindo a estrutura orgânica da Fundação UnirG; novamente alterada pela Lei Municipal nº 1.970, de 25/10/2011; agora o Conselho Curador com 14 (catorze) membros e definição dos órgãos ligados à Fundação UnirG: Controladoria Geral, da Fundação UnirG, Tesouraria da Fundação UnirG, Secretaria Executiva do Gabinete da Presidência da Fundação UnirG; essa é a Lei que persiste, alterando os membros a cada dois anos.

Com o Regimento Geral aprovado conforme a Resolução CEE/TO nº 63, de 07/05/2008 - DOE/TO de 18/08/2008, houve eleição para os cargos de reitor, vice-reitor e coordenações de curso e de estágio, com mandato de dois anos. Na primeira eleição, foi eleito como Reitor o Prof. Dr. Marcus Geraldo Sobreira Peixoto e Vice-Reitor o Prof. Ms. Alexandre Ribeiro Dias. Na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação foi nomeada a Profª Drª Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-Reitoria de Graduação e Extensão, o Prof. Ms. Ricardo Lira de Rezende Neves. Esse Regimento sofreu alterações em 10/08/2012, 2015, 2016.

Em 06/08/2009 foi aprovada a criação do Departamento de Registro de Diplomas, Títulos e Certificados por meio da Resolução CONSUP nº 012/200910, materializando mais uma conquista da condição do nível de Centro Universitário, para o qual foi nomeada a Professora Cinária Batista da Silva Lima.

A instituição mantém Revistas online, a primeira: Revista Cereus, v.01, n.01, agosto de 2009 Online, destina-se à divulgação de trabalhos científicos das áreas classificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes como: Ciências Exatas e da Terra, Saúde Coletiva (epidemiologia, saúde pública, medicina preventiva) Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, mas abre espaço para submissões de outras áreas desde que os respectivos conteúdos guardem correspondência com o projeto da revista. Em 2013, foi criada a Revista Amazônia Science & Health do Centro Universitário UnirG, com divulgação trimestral, destinada à publicação de trabalhos científicos e intervenções relacionados à saúde. Em 03/08/2017, os acadêmicos do curso de Letras do Centro Universitário UnirG promoveram o lançamento da primeira revista Ressaca Literária; trata-se de uma revista de poesia e prosa que propõe leitura, por meio da publicação de poemas, contos, crônicas, resenhas, artigos, entrevistas, fotografias, músicas entre outras variedades. As Revistas Cereus e Amazônia: Science & Health, do Centro Universitário UnirG receberam em abril, a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Qualis-Capes) para os anos 2016/2017. Os periódicos foram classificados com Qualis "B" na área interdisciplinar. A Amazônia conquistou Qualis "B5" e a Cereus Qualis "B2".

Cumprindo as normas previstas no Regimento Geral, foi deflagrado o processo eleitoral para mandato de dois anos, 2010-2012, assumindo a gestão os professores mestres: Alexandre Ribeiro Dias no cargo de Reitor e Victor de Oliveira no cargo de Vice-reitor, empossados em 22/09/2010. Foram nomeados: para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Profª Drª Karin Ferreto Santos Collier e na Pró-Reitoria de Graduação e Extensão, o Prof. MsC. Rogério Ferreira Marquezan. Os Mestres: Alexandre Ribeiro Dias no cargo de Reitor e Victor de Oliveira no cargo de Vice-Reitor foram reeleitos também para o pleito 2012-2014.

A instituição ministrou o Curso de Extensão Universitária em Medicina, referente à oferta de disciplinas para legalização dos diplomas de Medicina, cujo curso foi concluído no exterior. A análise dos documentos desses alunos resultou em Pareceres individualizados das Universidades Federais do Rio Grande do Norte e de Santa Catarina. O curso foi ministrado no Centro Universitário UnirG, com turmas em 2010 e em 2011; a primeira, com carga horária de 612, 972 e um participante com 1440 horas. Os participantes finalizaram as disciplinas teóricas/práticas (para aqueles que precisavam) e depois foram divididos em blocos para realizar o internato. Essa etapa foi realizada: 1º Bloco, com 23 (vinte e três) participantes na cidade de Marabá-PA; 2º Bloco, com 07 (sete) em Crixás-TO, 04 (quatro) em Formoso do Araguaia-TO, 06 (seis) em Itaberaba–BA; 3º Bloco, com 16 (dezesseis) participantes em Pedro Afonso-TO. As disciplinas foram ministradas, emitidos os históricos e os certificados de finalização das disciplinas necessárias a cada participante; desses documentos, a instituição recebeu elogios da comissão responsável pela análise, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Até 29/08/2010, os docentes eram concursados sob regime estatutário, porém após intensos estudos e simulações para comprovar a viabilidade e a capacidade da instituição, foi editada a Portaria UnirG nº 633, de 30/08/2010 que dispôs sobre o enquadramento de servidores docentes do quadro permanente da Fundação UNIRG, dando cumprimento à Lei 1.755, de 21/05/2008, que legalizou o assunto nos seguintes regimes de trabalho: a) Docente com Tempo Integral – 40 horas; b) Docente com Tempo Parcial – 20 horas; c) Docente em regime horista. A Resolução CONSUP nº 006/2010, de 08/07/2010 aprovou o enquadramento dos docentes do Centro Universitário UnirG, retroagindo os seus efeitos a 01/07/2010.

Na gestão do prefeito municipal Alexandre Tadeu Salomão Abdalla, foi empossado no cargo de Presidente da Fundação UnirG, em janeiro de 2011, o Senhor Eugênio Pacceli Freitas Coelho, mesmo tendo sido eleito para esse cargo, em setembro do ano anterior, o Professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

Em 2012 a instituição passou a ofertar vagas por meio do processo seletivo com cota para os candidatos que prestaram o ENEM e, posteriormente, ampla concorrência, ENEM e para egressos de escola pública. Em 2017, a forma de ingresso ampliou para prova agendada, oportunizando alguns cursos, usando das alternativas apresentadas anteriormente.

O Centro Universitário UnirG, no caminho pela qualidade dos serviços e nos preparativos para ascender à Universidade, aprovou regulamentos de diversas unidades: Secretaria Geral Acadêmica - Resolução CONSUP nº 03, de 13/03/2014; Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 023, 09/06/2016); critérios para a Outorga de Grau no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 010, de 17/11/2010); Regulamento de Extensão e os respectivos critérios de Avaliação com a validade por 02 (dois) anos, para ser reavaliado, visando ao aprimoramento e ajustes que se tornassem necessários, de acordo com os objetivos do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP/Câmara de Graduação nº 009, de 07/11/2011); Regulamento do Projeto Integrador do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 045, de 17/11/2016); horário de funcionamento e sistema de registro do ponto eletrônico para os servidores do Quadro Técnico-Administrativo e aos Docentes no âmbito da Fundação e Centro Universitário UnirG (Portaria UnirG nº 1173, de 21/12/2016); Regulamento de Monitoria do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 016, de 31/05/2017); Regulamento para admissão de aluno especial no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 017, de 31/05/2017); Regulamento para admissão de Aluno Extraordinário no Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 018, de 31/05/2017); normas de Colação de Grau (Resolução CONSUP nº 019, de 31/05/2017); regulamentação do Núcleo Comum do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 037, de 26/11/2015); regulamento do Núcleo de Ensino a Distância do Centro Universitário UnirG (Resolução CONSUP nº 044, de 21/09/2017) e outros regulamentos foram providenciados. A UnirG instituiu os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), a Câmara de Ética e Disciplina; a Câmara de Graduação. Também foi realizada parceria com a Universidade do Tocantins-UFT para qualificação Stricto Sensu, sendo aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 002, de 10/03/2016, o Mestrado Interinstitucional (Minter).

Em 2013, o Prefeito Municipal, Laurez da Rocha Moreira, nomeou o candidato eleito em setembro de 2010, Professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento para a presidência da Fundação UnirG (Decreto Municipal nº 013, de 03/01/2013).

Ampliando a oferta de cursos, a instituição aprovou a criação do curso de Engenharia Civil, com funcionamento no período noturno, com 60 vagas semestrais (Resolução CONSUP/UnirG nº 014, 10/09/2013); posteriormente, por meio da Resolução CONSUP nº 005, de 24/04/2014 foi criado o curso de Engenharia Civil no turno Matutino. Foi aprovado também, pela Resolução CONSUP nº 021 de 05/11/2013, o Edital para seleção dos cursos de tecnologia em Comunicação Institucional e Sistemas para Internet para o primeiro semestre de 2014. Embora o esforço para abertura do curso de Comunicação Institucional, a coordenação do curso de Comunicação Social não obteve êxito. Foi oferecido somente o curso de Sistemas para Internet, com demanda suficiente conforme exigência da Fundação, para funcionar a partir do primeiro semestre de 2014.

Quanto à pós-graduação, a instituição ofertou programas de pós-graduação Lato Sensu desde 1995 com origem nesta instituição ou em parceria com outras, sendo que a partir de 2014 a UnirG ofereceu, semestralmente, por meio de publicação de editais os cursos de pós-graduação Lato Sensu e ministrados conforme a demanda. Na pós-graduação foram realizados os seguintes cursos de especialização Lato Sensu: Agronegócios TURMA I (2015-2016); Agronegócios TURMA II (2017-2018); Controladoria e Finanças - TURMA I (2017-2018); Direito Tributário – TURMA I (2017-2018); Educação Física Aplicada ao Fitness e ao Wellness – TURMA I (2017-2018); Farmácia Hospitalar Enfoque em Farmácia Clínica (2014-2015); Farmacologia Clínica e Terapêutica com Ênfase em Prescrição Farmacêutica - TURMA I (2016-2017); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA I (2015-2016); Psicologia Clínica - Avaliação e Intervenção – TURMA II (2016-2017); Terapia Intensiva – TURMA I (2014-2015); Terapia Intensiva – TURMA II (2015-2016); Terapia Intensiva – TURMA III (2016-2017); Terapia Intensiva – TURMA IV (2017-2018).

Quanto à qualificação dos professores, na pós-graduação Stricto Sensu foi oferecida por meio de parceria com instituições: Universidade de Marília (UNIMAR) em Marília-SP (1997), Universidade de Taubaté (UNITAU) em Taubaté-SP (2012), Universidade Federal de Goiás-GO em Goiânia, Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Palmas e Gurupi-TO (2016). A Resolução CONSUP nº 049, de 19/10/2017 aprovou o Mestrado Profissional em Saúde Pública e Ambiente, assim como seu regulamento e o Projeto Pedagógico.

No primeiro semestre de 2014 foi realizado, o Primeiro Processo Seletivo em Residência Médica em parceria com a Secretaria de Saúde. Foram ofertadas 06 (seis) vagas, sendo 02 para cada especialidade: Cirurgia Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Ortopedia e Traumatologia. O Segundo Processo Seletivo em Residência Médica foi realizado no primeiro semestre de 2015 e acrescentado 02 vagas para Saúde da Família e Comunidade. No primeiro semestre de 2016 foi realizado o Terceiro Processo Seletivo para Residência Médica: 06 (seis) vagas: Cirurgia Geral – 01 (uma) vaga; Ginecologia e Obstetrícia: 01 (uma) vaga; Medicina de Família e Comunidade – 04 (quatro) vagas. A Residência Médica é oferecida anualmente.

Nesse ano houve eleições para reitoria, vice-reitoria e coordenações e de estágios dos cursos da instituição. Foram eleitas para a gestão do, então, Centro Universitário UnirG para o biênio 2014-2016 as professoras: Drª Lady Sakay e Janne Marques Silveira. As eleições para reitoria e coordenadores foram realizadas em 16/10/2014 e os eleitos empossados em 19/12/2014. Elas foram reeleitas para a gestão de reitoria e vice-reitoria seguinte, 2016-2018.

Por meio da Resolução CONSUP nº 028, de 29/09/2015, foi aprovada a redução de vagas ofertadas nos vestibulares, semestralmente, nos cursos de Fisioterapia, Educação Física (bacharelado e licenciatura) e Letras do Centro Universitário UnirG, conforme solicitação das coordenações dos cursos, depois de decidido nos respectivos Conselhos desses Cursos. Foi decidido: Fisioterapia (antes com 50 vagas), Educação Física Bacharelado (antes com 60 vagas) e Educação Física Licenciatura (antes com 60 vagas) para 40 (quarenta) vagas e no curso de Letras (antes com 50 vagas) para 30 (trinta) vagas. Por meio da Resolução CONSUP nº 025, de 10/06/2016 foi aprovada a redução de vagas no MINTER com UFT no Centro Universitário UnirG, permanecendo 15 (quinze) vagas em Políticas Públicas e 15 (quinze) vagas na área da Saúde, com custos do MINTER com a UFT para os docentes efetivos e técnicos administrativos da IES a cargo da Fundação UnirG.

A Resolução CONSUP nº 032, de 19/09/2016 instituiu a Comissão Eleitoral para as eleições dos cargos de Reitor, Vice-Reitor e Coordenadores de Curso e de Estágio do Centro Universitário UnirG com a incumbência de todos os trabalhos para a realização das eleições e apuração, composta pelos seguintes membros: Membros Titulares/CONSUP: Antônio José Roveroni (Presidente); Valmir Fernandes de Lira; Berilo de Sousa Lopes. Consta nesta resolução que a comissão Eleitoral aguardava a indicação de 01 (um) titular e 01 (um) suplente dos representantes das entidades APUG, ASAUNIRG, DCE e Procuradoria Jurídica.

A Avaliação Institucional 2017, como ferramenta para captação de dados da Instituição para a Comissão Própria de Avaliação da UnirG (CPA) foi disponibilizada aos professores, estudantes e coordenadores do Centro Universitário UnirG, por meio da Plataforma I-OW em forma tríplice: o aluno fez a própria avaliação e dos professores e dos coordenadores; o professor fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos coordenadores; cada coordenador fez a própria avaliação e das turmas de alunos e dos professores. As pessoas participantes do processo não foram identificadas.

Os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) foram instituídos, conforme a Resolução nº 031, de 08/06/2017, no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos Cursos de Graduação – Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo. O objetivo do Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui-se em acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação e contínua atuação do projeto pedagógico e do currículo do curso, qualificando o envolvimento docente no processo de concepção e consolidação de um curso de graduação.

O Decreto Municipal nº 683, de 04/07/2017 nomeou o Advogado Thiago Benfica para exercer o cargo de Presidente da Fundação UnirG, em substituição ao Advogado e professor Antônio Sávio Barbalho do Nascimento.

A UnirG ofereceu novo serviço em 2017 (Resolução CONSUP nº 043, de 21/09/2017) instituindo o Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado (NIAEE), responsável por atender alunos da rede municipal de Gurupi que possuem os mais variados tipos de necessidades especiais em salas de Recursos Multifuncionais, em parceria entre o Governo Municipal de Gurupi e o Ministério da Educação.

Outro serviço que a instituição presta é por meio do Programa Inova Gurupi que atua com vistas ao desenvolvimento estadual, regional e, especialmente, do município de Gurupi, em trabalho conjunto entre as instituições: UnirG, UFT, IFTO e Sebrae. Em 16/03/2018 foi realizada a cerimônia de assinatura dos termos de cessão dos equipamentos para os laboratórios vocacionais desse Programa. Os laboratórios realizam análises de alimentos de origem vegetal, animal e de nutrição animal no sul do Tocantins. Foram instalados três laboratórios, sendo o de Análise de Alimentos de Origem Vegetal alocado na UnirG, o Laboratório de Análise de Alimentos de Origem Animal na UFT e o Laboratório de Análise de Alimentos de Nutrição Animal no IFTO. Para a UnirG, essa aquisição representa o início de nova etapa de prestação de serviços e desenvolvimento de pesquisas voltadas para atividades produtivas da região.

Há também a Incubadora Inovo: integrante do projeto Inova Gurupi cujo intuito é fomentar o desenvolvimento local, com vistas ao crescimento não só da Região Sul, mas que todo o Estado também invista nas pessoas e promova educação empreendedora. O Inova Gurupi é uma incubadora de Base Mista, que objetiva desenvolver produtos e serviços a partir das potencialidades locais, coordenada pela professora Ma. Adriana Terra. O Inova Gurupi trabalha com três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica, e Habitats de Inovação. A incubadora Inovo, coordenada pela Profª Alessandra Correia é um programa de prática que vai além da formação profissional. É disponibilizado aos incubados um espaço físico com preço acessível, assessoria e consultoria, infraestrutura, limpeza, serviços de internet, telefonia, segurança, rede de contatos com incubados e incubadoras; as empresas podem permanecer instaladas na incubadora por um período de dois anos, que pode ser prorrogado por mais um ano, de acordo com as especificidades do projeto. O Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT está sob gestão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPESQ onde são coordenados projetos, também com captação de recursos.

Em 2018, mais um sonho foi realizado: o Centro Universitário passou ao nível de Universidade, agora Universidade de Gurupi – UnirG, conforme Decreto Governamental nº 5.861, de 17 de setembro de 2018. Em outubro de 2018, foi realizada a primeira eleição da Universidade de Gurupi- UnirG, os novos gestores eleitos representavam a chapa “UNIR – Universidad de um Novo Tempo”, encabeçada pela Ma. Sara Falcão de Sousa e Drº Américo Ricardo Moreira de Almeida - Vice-Reitor, tendo obtido maioria dos votos tanto do quadro docente, quanto discente e do corpo técnico-administrativo. Em 29 de agosto de 2019 o Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi - UnirG obteve finalizada a revisão e aprovado no CONSUP.

O esforço conjunto de todos os segmentos da instituição, do poder executivo de Gurupi resultou na esperada transformação do Centro Universitário UnirG em Universidade de Gurupi. O desafio continua percorrendo e as adequações são necessárias para a qualidade de trabalho oferecido e o engrandecimento educacional na região e no Estado do Tocantins.

# 

# 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MANTIDA

## 2.1 UNIVERSIDADE DE GURUPI - UnirG

A UnirG é uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, situada no município de Gurupi, na Região Sul do Estado do Tocantins.

É mantida e administrada financeiramente pela Fundação UnirG, entidade de direito público e possui o mesmo regramento jurídico dispensado às autarquias.

**Quadro 2- Dados de identificação da Universidade–UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome da Instituição:** | Universidade de Gurupi - UnirG |
| **SIGLA:** | UnirG |
| **Esfera Administrativa:** | Pública Municipal de Ensino Superior |
| **Ato de Criação:** | Lei n. 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei n.1.566 de 18/12/2003 e Lei n.1.699 de 11/07/2007 – Gurupi-TO |
| **Ato de Credenciamento Centro Universitário:** | Decreto Governamental n. 3.396, de 07 de maio de 2008, publicado em DOE/TO, nº 2659, de 02 de junho de 2008- Renovado: § 1º do Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018. |
| **Ato de Credenciamento de Universidade:** | Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018, publicado no DOE/TO n. 5.190 de 03 de setembro de 2018 (§ 2º). |
| **CNPJ:** | 01.210.830/0001-06 |
| **Endereço:** | Av. Pará, Quadra 20, Lote 01, nº 2432, Engenheiro Waldir Lins II, Gurupi-TO, CEP: 77.402-110 |
| **Telefone:** | (063) 3612-7600 Ramal: 7619 |
| **Email:** | [reitoria@unirg.edu.br](mailto:reitoria@unirg.edu.br) |

**Quadro 3 - Dados de identificação no âmbito da Reitoria UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **REITORIA** | |
| **Cargo:** | Reitora |
| **Nome:** | Sara Falcão de Sousa |
| **Endereço:** | Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO. |
| **Telefone:** | (063) 3612-7600 Ramal: 7619 |
| **E-mail:** | [reitoria@unirg.edu.br](mailto:reitoria@unirg.edu.br) |
| **Cargo:** | Vice-Reitor |
| **Nome:** | Jeann Bruno Ferreira da Silva |
| **Endereço:** | Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO. |
| **Telefone:** | (063) 3612-7600 Ramal: 7619 |
| **E-mail:** | [vicereitoria@unirg.edu.br](mailto:vicereitoria@unirg.edu.br) |

**Quadro 4 - Dados de identificação no âmbito da PROGRAD UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO** | |
| **Cargo:** | Pró-Reitora |
| **Nome:** | Rise Consolação Iuata Costa Rank |
| **Endereço:** | Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO |
| **Telefone:** | (063) 3612-7600 Ramal: 7619 |
| **E-mail:** | [pgrad@unirg.edu.br](mailto:pgrad@unirg.edu.br) |

**Quadro 5 - Dados de identificação no âmbito da PROPESQ UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO** | |
| **Cargo:** | Pró-Reitor |
| **Nome:** | Fábio Pegoraro |
| **Endereço:** | Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO |
| **Telefone:** | (063) 3612-7600 Ramal: 7602 |
| **E-mail:** | [propesq@unirg.edu.br](mailto:propesq@unirg.edu.br) |

**Quadro 6 - Dados de identificação no âmbito da PROECAE UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO, CULTURA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL** | |
| **Cargo:** | Pró-Reitor |
| **Nome:** | Miréia Aparecida Bezerra Pereira |
| **Endereço:** | Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP: 77425-500, Gurupi-TO |
| **Telefone:** | (063) 3612-7600 Ramal: 7602 |
| **E-mail:** | [proecae@unirg.edu.br](mailto:proecae@unirg.edu.br) |

**Quadro 7 - Dados com identificação dos Campus da Universidade UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **Campus I** | |
| **Endereço:** | Av. Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi – TO, CEP:77425-500 |
| **Cursos:** | Administração, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Civil, Letras e Pedagogia. |
| **Campus II** | |
| **Endereço:** | Av. Rio de Janeiro nº 1585, Centro, Gurupi – TO, CEP:77403-090 |
| **Cursos:** | Educação Física - Bacharelado e Licenciatura, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Jornalismo,Medicina e Psicologia. |
| **Campus de Odontologia** | |
| **Endereço:** | Av. Pará, n° 1544, quadra 14, lote 04, Centro, Gurupi – TO, CEP: 77400-000 |
| **Curso:** | Odontologia |
| **Campus Paraíso do Tocantins** | |
| **Endereço:** | Rua Pará, Quadra 108, S/Nº, Setor Oeste, CEP 77.600-000 |
| **Cursos:** | Medicina |

## 2.2 BASE LEGAL DA IES

A **UnirG**, Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, universalidade de direito mantida e representada pela Fundação UnirG, com natureza e personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal n 1.699 de 11 de julho de 2007 e Lei Municipal nº 1.970, de 25 de outubro de 2011, alterou a Lei de criação que em seu Art. 1º transformou a Fundação Educacional de Gurupi em Fundação UnirG e definiu como Órgão Consultivo e Fiscalizador, o Conselho Curador; foi criada e edificada na Região Sul do Estado do Tocantins, no município de Gurupi, mesmo antes da criação do Estado na qual está inserida.

**Quadro 8- Dados de identificação da Base Legal da Universidade de Gurupi –UnirG**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome da Instituição:** | Universidade de Gurupi - UnirG |
| **SIGLA:** | **UnirG** |
| **Ato de Criação:** | Lei n. 611 de 15/02/1985, alterada pela Lei n.1.566 de 18/12/2003 e Lei n.1.699 de 11/07/2007 – Gurupi-TO |
| **Ato de Credenciamento Centro Universitário:** | Decreto Governamental n. 3.396, de 07 de maio de 2008, publicado em DOE/TO, nº 2659, de 02 de junho de 2008- Renovado: § 1º do Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018. |
| **Ato de Credenciamento de Universidade:** | Decreto Governamental n. 5.861, de 17 de setembro de 2018, publicado no DOE/TO n. 5.190 de 03 de setembro de 2018 (§ 2º). |

Na tabela abaixo apresenta-se o conceito do IGC institucional dos últimos anos.

**Tabela 1 - Conceito do IGC institucional dos últimos 3 (três) anos.**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Anos** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** |
| **Valores Contínuos** | 1,8121 | 1,9335 | 1,9465 | 1,8871 |
| **Conceito** | 2 | 2 | 3 | 2 |

**FONTE:** MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. E-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior.

## 2.3 MISSÃO

A Missão Institucional foi fruto de uma construção coletiva na Semana de Planejamento Pedagógico no ano de 2011, atualizada após uma etapa de elaboração do planejamento estratégico realizado em 2017, tendo sido elaborado também a visão e os valores, por meio de uma metodologia de planejamento estratégico participativo fundamentando seu procedimento em um processo, envolvendo os três segmentos da comunidade universitária e sociedade para sua continuidade e direcionamento para o ciclo 2019 a 2023:

***“Somos uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação”.***

## 2.4 VISÃO

Ser uma universidade de referência na Região Norte, comprometida com a formação cidadã de maneira inovadora e sustentável.

## 2.5 VALORES

A instituição afirma-se a cada dia, por meio do esforço contínuo como um centro de excelência acadêmica nos cenários regional, nacional e internacional, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e para a defesa da qualidade da vida, com base nos seguintes valores:

**Excelência** - A UnirG trabalha para alcançar patamares de excelência em suas áreas de atuação, em especial no Ensino, na Pesquisa e na Extensão, além de ser capaz em estabelecer parcerias e convênios em prol da qualidade.

**Inovação** - Uma instituição capaz de identificar e escolher caminhos e de instituir oportunidades, carreiras e práticas, voltadas para a inovação.

**Ética** - Uma instituição voltada para a responsabilidade ética, social e ambiental.

Comprometimento com a comunidade acadêmica - Uma instituição que conhece a diversidade acadêmica que atende e é capaz de suplantar as desigualdades.

**Responsabilidade social e ambiental** - Uma instituição preparada para cumprimento da responsabilidade social e ambiental, além de propor soluções e influenciar esse cumprimento pela gestão municipal.

**Transparência** - Uma instituição que divulga, no intuito de demonstrar suas ações e decisões à comunidade acadêmica e à sociedade.

## 2.6 OBJETIVOS

A UnirG tem o compromisso com a educação, de forma inclusiva, regionalizada e contextualizada promovendo ações voltadas a esta comunidade. Insere-se principalmente com práticas educativas através dos cursos de Graduação na área da saúde, exatas e ciências sociais, educação, pós-graduação e projetos de pesquisa e extensão com o objetivo de formar excelentes profissionais e contribuir para melhoria da qualidade de vida da população e desenvolvimento regional.

## 2.7 ÁREA(S) DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Atualmente, no primeiro semestre de 2020, a Universidade de Gurupi - UnirG conta 16 (dezesseis) cursos de graduação, ofertados nas áreas de Ciências Médicas e da Saúde (Medicina, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Educação Física-Bacharelado), Ciências Humanas (Pedagogia, Psicologia, Educação Física - Licenciatura), Linguagem e Artes (Letras), Engenharia (Engenharia Civil) e Ciências Sociais Aplicadas (Ciências Contábeis, Jornalismo, Administração e Direito), Tecnólogo Estética e Cosmético, realizando processos seletivos para ingresso semestralmente.

# 3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO DE DIREITO

O Curso de Direito é um curso de vanguarda. Foi o pioneiro na cidade de Gurupi, ainda norte de Goiás, a ser autorizado o funcionamento ainda na antiga FAFICH – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi. Iniciou com 50 vagas anuais, apenas no período noturno, pela Portaria n. 150, da lavra do Conselho Estadual de Educação, em 31 de maio de 1985, Resolução n. 150, sendo reconhecido em 31 de julho de 1991, pela Portaria Ministerial nº 1317.

À época foi autorizado através do empenho do Gestor do Município, para que os filhos de Gurupi e de toda a região, que viria a ser a região Sul do Estado do Tocantins pudessem realizar o tão distante sonho da formação superior.

Desde a sua criação, o Curso de Direito da UNIRG consolidou-se na região e no País com uma contribuição sedimentada no ensino jurídico, formando profissionais de inúmeras áreas (Juízes, Advogados, Defensores Públicos, Procuradores, Promotores de Justiça, Delegados, Oficiais de Justiça, etc), e acima de tudo formando cidadãos comprometidos com o desenvolvimento humano e social.

Para além dos benefícios já indicados, a Extensão e prestação de serviços pelo Núcleo de Práticas Jurídicas tem sido um diferencial para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Além do aspecto geográfico, que é privilegiado, é um polo de desenvolvimento e promissor mercado de trabalho.

O Curso tem desempenhado um papel de agente estimulador do conhecimento da dogmática jurídica, bem como dos novos direitos resultantes do progressivo surgimento de normas para resolver problemas criados por emergentes e novas realidades sociais. Seja preparando o futuro bacharel para interpretar e aplicar o Direito, como também para pesquisa e investigação científica, julgamento e tomada de decisões no equacionamento de problemas e soluções harmônicas com o desenvolvimento do homem e do meio em que vive.

Formar cidadãos aptos a atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos, atuando nos setores público ou privado: como mediador de conflitos, advogados, assessor ou consultor.

## 3.1 ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso de Direito possui sua sede no Campus I da Universidade de Gurupi-TO, localizado na Avenida Antônio Nunes da Silva nº 2195, Pq. das Acácias, Gurupi - TO CEP: 77425-500.

## 3.2 JUSTIFICATIVA DA MANUTENÇÃO DO CURSO DE DIREITO

a) Contexto da Região e Dados Gerais do Município de Gurupi

Localizada na Mesorregião Ocidental do Estado, Gurupi, (do tupi: "Diamante Puro"), é a [terceira maior cidade do Tocantins](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Tocantins_por_popula%C3%A7%C3%A3o), sendo o [polo regional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cidade-polo) de toda a região sul do estado, com uma população estimada em mais de 87 mil habitantes e com Área Territorial de 1.844,164 km² (IBGE, 2020) e limita-se com os seguintes municípios: Aliança do Tocantins, Cariri do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Peixe e Sucupira.

O município de Gurupi, encontra-se a 245 km de Palmas (capital do Estado), a 609 km de Goiânia e a 742 km de Brasília, no limite divisório de águas entre as bacias do Rio Araguaia e do Rio Tocantins. Numa área total de 1.836 km2, Gurupi está a 287 m de altitude e a 130 quilômetros da Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo. A região é servida por importantes rodovias estaduais e federais, a exemplo da BR-153, que corta o Estado de Norte a Sul e da BR-242, que perpassa no sentido Leste-Oeste, ligando os Estados de Mato Grosso, Tocantins e Bahia.

É considerada uma cidade estratégica regional de apoio e resolução dos problemas sociais, sendo suas principais fontes de renda a pecuárias e a agricultura, seguidas do comércio e prestação de serviços.

Nos últimos dez anos, o município se consolidou como polo universitário, o que tem tornado o ensino superior uma das molas propulsoras da economia local, com a consolidação da Universidade de Gurupi - UnirG e pela oferta dos cursos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) que oferece Agronomia, Engenharia Florestal, Química Ambiental, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia, presenciais e Química e Biologia EaD. Na pós-graduação a UFT oferece mestrado em Produção Vegetal, Biotecnologia e Ciências Florestais e Ambientais e doutorado também em Produção Vegetal.

Em 2010 foi inaugurado o campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), que oferece Cursos Técnicos em Edificações, Agronegócios e Arte Dramática e também graduação na modalidade licenciatura em Arte Cênica. O município de Gurupi conta ainda, com outros centros educacionais que oferecem cursos tele presenciais de extensão e de formação superior e com o Sistema “S”: SESC/SENAC/SESI/SENAI.

Tem o Parque Agroindustrial de Gurupi (PAIG) que é considerado de grande potencial onde, atualmente, existem várias empresas instaladas que recebem atenção especial por parte da administração pública municipal em parceria com o Governo do Estado. Considerando a necessidade de expansão, o PAIG tem por objetivo atrair novos empreendimentos mediante a criação de mecanismos que facilitem o desenvolvimento das empresas já instaladas e de incentivos fiscais e doação de áreas, fatores que têm despertado o interesse de empresários de outras regiões, principalmente, devido à localização estratégica do município, no que se refere à logística.

O município conta com uma linha de transmissão da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical em que a energia produzida é transferida ao sistema elétrico brasileiro por uma linha de transmissão de 500 kV, através da subestação de Furnas localizada em Gurupi-TO.

Por sua estabilidade na procura, bem como pela qualidade do ensino ofertado e das múltiplas possibilidades, o Curso de Direito é a espinha dorsal da Universidade de Gurupi-UNIRG que sem sombras de dúvidas é a instituição de ensino superior mais importante da região do Estado do Tocantins.

As Avenidas de Gurupi têm os nomes de estados e cidades brasileiras, sendo a principal a Avenida Goiás, enquanto as ruas, apesar de renomeadas para homenagear personalidades históricas, ainda são chamadas de acordo com sua numeração.

O Aeroporto de Gurupi fica localizado no limite de município entre Gurupi e Cariri do Tocantins, sendo que a área sudoeste do pátio aeroportuário pertence ao município de Cariri do Tocantins, enquanto que o terminal de passageiros e a pista de pouso e decolagem pertencem ao município de Gurupi. O acesso até o aeroporto é feito pela Avenida Antônio Nunes da Silva, estando localizado bem próximo ao Campus I do Centro Universitário UnirG.

b) A economia do estado de Tocantins e dados econômicos de Gurupi-TO

No Tocantins, o poder público ainda tem um peso considerável na atividade econômica. Cerca de 54 mil empregados diretos pelo governo estadual se contrapõem aos 73 mil empregados contados pelo Censo Empresarial de 2000 em 25.248 empresas privadas.

A economia estadual apoia-se, sobretudo, na atividade agropecuária com concentração na produção de grãos e na pecuária de corte. O Tocantins possui cerca de 55% de seu solo apto para lavoura. Se somarmos a esse montante as terras aptas para pastagem, chega-se a quase 70% do seu território. Apenas 13% são considerados inaptos para qualquer uso agrícola.

O desenvolvimento social e econômico do município de Gurupi tem favorecido o recebimento de um grande contingente de imigrantes do Maranhão, Pará, Piauí, Bahia e Norte do Mato Grosso, contribuindo para a configuração de um quadro social heterogêneo. Esse quadro tem necessidades diferenciadas em função de classe, gênero, fazendo emergir novas formas de adaptação, de relacionamento familiar e de relações de trabalho.

Em termos gerais, a economia de Gurupi é caracterizada pela agropecuária, voltada para a criação extensiva de gado de corte e leiteiro com períodos de grande produção agrícola, podendo destacar ainda o comércio local, formado por sociedades limitadas e firmas individuais, sendo o tipo de empresa mais comum, as microempresas, que compõem aproximadamente 80% das empresas gurupienses. Sua influência econômica e comercial abrange todo o sul estado do Tocantins.

c) Características Ambientais

A hidrografia municipal está marcada pela presença dos rios afluentes da Bacia Hidrográfica do rio Tocantins, como os rios Santo Antônio e Gurupi, além de córregos bastantes importantes para o município, como o Córrego Mutuca, onde hoje existe o parque Mutuca, importante local turístico e de lazer da cidade. Tem o Córrego Pouso do Meio que é utilizado para o lançamento do esgoto tratado local e ainda os córregos da Água Fria, Dois Irmãos, Jandira, Bananal e Mato do Gado.

O município de Gurupi ainda possui uma imensa variedade de vegetação, apesar do grande desmatamento que foi realizado na região nas décadas anteriores. As reservas da mata nativa e do cerrado que cobrem o território gurupiense são ainda extensas.

O clima predominante é o Tropical Megatérmico que tem características de quente e úmido durante todo o ano, com período chuvoso entre os meses de outubro e abril e estiagem entre os meses de maio a setembro, sua temperatura média anual permanece em torno dos 30o chegando até 36o. A precipitação média anual é aproximadamente, 1.600mm. O relevo predominante, na porção oeste, é plano e ondulado, predominando as altitudes médias em torno de 300m. Na faixa leste do município o relevo está caracterizado pela Serra de Santo Antônio, orientada no sentido sul-norte, as altitudes máximas atingem 577m, aproximadamente.

d) Justificativa da manutenção do Curso

O Curso de Direito da Universidade UnirG, localizada na Região sul do Estado, atento às novas demandas sociais e às discussões estabelecidas sobre os cursos jurídicos, tem preparado profissionais para atuarem em todas as comarcas próximas da região. Em âmbito da Justiça Estadual, podemos citar a Comarca de Gurupi, Alvorada, Peixe, Formoso do Araguaia, Figueirópolis, Araguaçu, Cristalândia.

Em sede da Justiça Federal, é a sediada Subseção Judiciária de Gurupi, criada pela Lei 12.011 de 2009. A jurisdição da Subseção Judiciária de Gurupi/TO abrange, além de Gurupi, os seguintes Municípios: Aliança do Tocantins, Almas, Alvorada, Araguaçu, Arraias, Aurora do Tocantins, Cariri do Tocantins, Chapada da Natividade, Combinado, Conceição do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dianópolis, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Lavandeira, Natividade, Novo Alegre, Novo Jardim, Palmeirópolis, Paranã, Peixe, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Sandolândia, Santa Rosa do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade, Sucupira, Taguatinga, Taipas do Tocantins e Talismã.

Instalada em Gurupi temos também a 1ª Vara do Trabalho, com jurisdição nos respectivos municípios: Aliança do Tocantins, Alvorada, Araguaçu, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Dueré, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, São Salvador do Tocantins, Sandolândia, Sucupira e Talismã.

Cumpre-se destacar a importância do Curso de Direito ofertado pela Universidade, para diversos servidores públicos que em busca de qualificação profissional, optam por estudar na Universidade de Gurupi – UnirG.

Ao longo da história do curso registra-se considerável sucesso de seus egressos, conforme se pode constatar pelas suas presenças em funções estratégicas do Estado, a saber: a Gestão Superior da Polícia Militar e Polícia Civil contam com a participação efetiva de egressos do Curso de Direito. Um percentual significativo de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Tocantins, são egressos da FAFICH, Centro Universitário Unirg e atual Universidade de Gurupi. Há ainda um número enorme de serventuários da Justiça Estadual e Federal, e ainda logrou êxito nos concursos da Magistratura Estadual, Federal e Ministério Público e Defensoria Pública. Portanto, é forçoso concluir que o Curso de Direito, tem propiciado sucesso profissional aos seus egressos.

A título de exemplos, podemos citar dois egressos com destaque em sua atuação profissional, a saber: Sávio Barbalho, formado em 1992, concursado na própria IES, aprovado em 1º lugar para lecionar as disciplinas de Direito Processual Civil e Prática Forense. Advogado militante na advocacia Cível e trabalhista. Em 2013 tomou posse como Presidente da Fundação Mantenedora da IES, gestão que perdurou finalizada em julho de 2017. Ao final do Mandato de Presidente da Fundação UnirG, agora Mestre em Gestão de Políticas Públicas, regressou para a advocacia assumindo a Presidência da Comissão de Direito do trabalho da OAB Subseção de Gurupi e Drª Chárlita Teixeira da Fonseca Guimarães, Bacharel em Direito pela UnirG, no ano 2000. Desde 2007, é Defensora Pública titular da 6ª Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Gurupi-TO, atuante nas ações contra a Fazenda Pública.

O Curso de Direito da Universidade UnirG, busca o pleno desenvolvimento do aluno, através de um constante desafio à atividade do futuro jurista, sempre atenta às necessidades e carências da região, mas também a identificação das áreas acadêmicas em que atuará consistirão em diferencial significativo.

## 3.2.1 - MISSÃO, A VISÃO E OS VALORES PRETENDIDOS PELO CURSO

O Curso de Direito fundamenta sua missão, visão e valores nos mesmos princípios basilares que norteiam a instituição de Ensino Superior.

## 3.2.1.1 Missão

## A missão do Curso de Direito da Universidade UnirG é formar profissionais atuar nas diversas áreas jurídicas por meio de um estudo científico crítico e aprofundado do Direito por meio do ensino, pesquisa e extensão no âmbito da graduação.

## 3.2.1.2 Visão

Ser o Curso de Direito referencial na Região Norte do país, comprometida com a formação cidadã de maneira inovadora e sustentável, buscando melhorias da qualidade de ensino, pesquisa e extensão na graduação da IES.

## 3.2.1.3 Valores

* Promoção do ensino, pesquisa e extensão nas áreas jurídicas e correlatas, em âmbito interno e com interseção com a comunidade externa;
* Defesa da Liberdade, da Democracia e da Universidade Pública, bem como dos valores democráticos e civilizatórios, do estado laico, e do respeito a uma cultura de garantias de direitos humanos;
* Comprometimento com a qualidade do ensino jurídico;
* Comprometimento com a melhoria contínua do ensino de graduação, tanto no aspecto curricular quanto nos recursos didáticos e estruturais;
* Gestão Participativa, Democrática e Transparente alinhada com a promoção de melhores condições de trabalho, ensino e qualidade de vida.

3.3 ATOS LEGAIS DO CURSO

Atualmente o Curso de Direito encontrava autorizado pelo DECRETO Nº 5.599, DE 8 DE MARÇO DE 2017 alterado parcialmente pelo Decreto n.º 5.724, de 19 de outubro de 2017, que renovou o Reconhecimento do Curso de Direito - Bacharelado, ministrado pelo então Centro Universitário UNIRG, hoje Universidade de Gurupi- UNIRG, conforme Decreto encontrado em anexo 1.

**Quadro 9: Atos Legais de Autorização, Reconhecimento do Curso**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DENOMINAÇÃO DA IES** | **ATO** | **DOCUMENTO** | **DATA DO DOCUMENTO** |
| Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi - FAFICH | Autorização | Resolução Nº 150 | 31/05/1985 |
| Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi - FAFICH | Reconhecimento | Portaria Ministerial nº 1.317 | 31/07/1991 |
| Universidade de Gurupi - UnirG | Renovação de Reconhecimento | Decreto nº 5.599 | 08/03/2017 |

**Fonte: NDE Curso de Direito**

## 

## 3.4 NOTAS DE AVALIAÇÕES OBTIDAS PELO CURSO DE DIREITO

Abaixo são apresentados as notas de avaliações obtidas pelo Curso de Direito conceitos apresenta-se o conceito do IGC institucional nos últimos anos.

3.4.1 CONCEITO DE CURSO – CC

Quadro 10: **Conceito de Curso**

|  |
| --- |
| **Conceito de Curso - CC** |
| Não possui, pois a IES é avaliada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e não pelo Ministério da Educação (MEC) |

## CONCEITO PRELIMINAR DE CURSO – CPC

Quadro 11: **Conceito Preliminar de Curso**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Conceito Preliminar do Curso - CPC** | | | |
| 2009 | 2012 | 2015 | 2018 |
| 2 | 2 | 2 | 2 |

## 

## 3.4.3 RESULTADOS DO ENADE

Quadro 12: **Resultados ENADE**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Conceito ENADE** | | | | |
| 2006 | 2009 | 2012 | 2015 | 2018 |
| 3 | 2 | 2 | 2 | 2 |

## 

## Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD

Quadro 13: **Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado - IDD**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Conceito - IDD** | | | | |
| 2006 | 2009 | 2012 | 2015 | 2018 |
| 3 | 2 | - | - | 3 |

## 3.5 TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

O Curso funciona em regime semestral, com datas e prazos previstos no Calendário Acadêmico, o qual é definido anualmente pelo Conselho Superior da IES.

O ano acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 (cem) dias letivos cada um.

As atividades de graduação do Curso de Direito funcionam em dois turnos distintos: **NOTURNO e MATUTINO,** no Campus I e na comunidade com as atividades práticas, os estágios supervisionados e de extensão curricularizada.

## 3.6 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Carga horária mínima: 4.080 horas.

## 3.7 TEMPOS MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO

Duração do curso, prazo previsto em períodos letivos para que o estudante receba a formação pretendida; o tempo total deve ser descrito em anos ou fração e em conformidade com: Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial).∙ Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial).∙ Resolução CNE/CP 2 /2002 (Licenciaturas)∙ Resolução CNE/CP 02/2015 - Licenciaturas, Pedagogias, segunda licenciatura e formação∙ continuada; Portaria N°10, 28/07/2006; Portaria N° 1024, 11/05/2006; Resolução CNE/CP∙N°3,18/12/2002 (Cursos de Graduação Tecnológica)

O Curso conta com a carga horária de 4.080 (quatro mil e oitenta) horas/aulas, com duração mínima de cinco anos e com o tempo máximo de integralização de sete anos e meio (acréscimo de 50%).

## 3.8 COORDENADORA DE CURSO

Curso de Direito da Universidade de Gurupi-TO, é atualmente coordenado pela advogada e professora efetiva da IES Kádyan de Paula Gonzaga e Castro, atua em regime de trabalho 40h dedicados à coordenação do curso e 20h à docência, Coordenadora e docente efetiva do Curso de Direito desde 2013, formada em Direito, especialista em Direito Público com ênfase em Direito Penal e Processo Penal e especialista em Docência Universitária, Mestranda em *Direito e Estado na Era Digital*. Atua na educação de ensino superior desde 2011, completando uma década de atuação profissional como docente na Universidade de Gurupi, possuindo mais de seis anos como docente concursada da instituição. Atuou como coordenadora na gestão 2015/2016, atualmente finaliza sua segunda gestão frente ao curso de Direito na Universidade de Gurupi-UnirG.

## 3.9 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO

O NDE do curso de Curso de Direito é formado pelos seguintes membros:

**Quadro 14 – Membros do NDE do curso de Direito**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Nome** | **Cargo** | **Titulação** | **Regime de Trabalho** |
| Kádyan de Paula Gonzaga e Castro | Presidente | Mestranda | Concursada - 60 Horas |
| Celma Mendonça Milhomem Jardim | Membro | Mestre | Concursada - 40 Horas |
| Antônio Sávio Barbalho do Nascimento | Membro | Mestre | Concursado - 40 Horas |
| Thiago Franco Oliveira | Membro | Especialista | Contratado - 60 Horas |
| André Henrique Oliveira Leite | Membro | Mestre | Concursado - 40 Horas |
| Mayde Borges Beani Cardoso | Membro | Especialista | Concursada – D. Exclusiva |
| Kárita Carneiro Pereira Scotta | Membro | Mestre | Concursada - 40 Horas |

## 3.10 TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA DO CORPO DOCENTE NO CURSO

O Curso de Direito é composto por 39 docentes, os quais incluindo a Coordenadora, alcançam 5.609 meses de exercício no curso. Isto corresponde a uma média de permanência dos docentes de 144 meses aproximadamente.

## 3.11 EVOLUÇÃO DO CORPO DISCENTE

## Tabela Descrição gerada automaticamenteApresenta-se abaixo a evolução do corpo discente de 2017 a 2021, destacando discentes ingressantes, discentes matriculados, discentes concluintes, discentes estrangeiros e discentes matriculados em estágio supervisionado:

Tabela

Descrição gerada automaticamente

## 3.12 CONVÊNIOS DO CURSO COM OUTRAS INSTITUIÇÕES

* TERMO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA E CIENTÍFICA Nº 03/2015 PROCESSO TJ/TO 15.0.000004099-9.

TERMO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICA CIENTÍFICA QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO UNIRG, E O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, COM INTERVENIÊNCIA DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA TOCANTINENSE - ESMAT.

DO OBJETO: O presente Instrumento tem como objeto o estabelecimento de cooperação acadêmica e científica, bem como o intercâmbio de experiências e pessoal nos campos da docência, da pesquisa e da cultura, dentro das áreas nas quais tenham interesse manifesto.

* PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 07/2011 QUE ENTRE SI CELEBRAM O CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG, ENTIDADE MANTIDA PELA FUNDAÇÃO UNIRG E A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU/ SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE ESTÁGIO A ESTUDANTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO.

DO OBJETO: Adequar o Convênio nº 07/2011 ao Parecer Jurídico n ° 031/13 da Procuradoria Jurídica da Fundação UNIRG, bem como, prorrogar a vigência do Convênio supracitado por um período de 24 (vinte e quatro) meses.

O presente CONVÊNIO tem por objetivo propiciar a alunos de cursos de graduação da CONVENENTE-UNIRG regularmente matriculados e com frequência efetiva, a realização de estágio na CONCEDENTE-JUSTIÇA FEDERAL I TO.

* CONVÊNIO N ° 01/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO UNIRG, ENTIDADE MANTENEDORA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG, E A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU/ SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE GURUPI, OBJETIVANDO A CONCESSÃO DE ESTÁGIO A ESTUDANTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO.

DO OBJETO: O presente CONVÊNIO tem por objetivo propiciar aos alunos de cursos de graduação da CONVENENTE-UNIRG regularmente matriculados e com frequência efetiva, a realização de estágio na CONVENENTE-JUSTIÇA FEDERAL/ TO.

O estágio deve possibilitar ao estudante adquirir experiência e desenvolver atividades práticas relacionadas ao seu curso, proporcionando-lhe o aperfeiçoamento técnico cultural, científico e no campo do relacionamento humano.

* ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA, ACADÊMICA E CULTURAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS-MPEITO E A FUNDAÇÃO UNIRG, OBJETIVANDO A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES VOLTADAS AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DE SEUS INTEGRANTES E DESENVOLVIMENTO DE SUAS FINALIDADES INSTITUCIONAIS

DO OBJETO: O presente acordo tem por objetivos a união de esforços para atuação conjunta em ações educativas e comunicacionais, estudos, compartilhamento de tecnologias e extensionalidade da difusão do conhecimento visando o aprimoramento profissional, técnico, acadêmico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento das ações voltadas ao cumprimento de suas missões institucionais, na forma de: Projetos e programas para com vistas a elaboração e produção de conteúdos para a formação, estágios técnicos em suas diversas modalidades, cursos de pós- graduação em temáticas de comum interesse nas áreas das ciências jurídicas e demais áreas do conhecimento humano que tenham correlação com atuação de ambas as instituições sob perspectivas de inter e multidisciplinaridade.

* ACORDO DE COOPERAÇÃO N\* 2/2016-PRESIDÊNCIA DIGER/DIADMDCC

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS E A FUNDAÇÃO UNIRG/CENTRO UNIVERSITÄRIO UNIRG.

DO OBJETO: O presente Acordo de Cooperação tem por objeto a realização de curso de extensão/formação de conciliadores e mediadores judiciais, e estágios nos Centros Judiciários de Solução de Conflito - CEJUSC, círculo de Justiça Restaurativa, que propiciará ao discente o desenvolvimento de atividades práticas relativas à sua área de formação, possibilitando o conhecimento técnico e intelectual, contemplando a possibilidade de instalação de um CEJUSC na UNIRG.

# 4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

## 4.1 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Como missão da Universidade de Gurupi, a organização acadêmica/didático/pedagógica busca o compromisso com o desenvolvimento regional e a produção de informações científicas com qualidade, por meio da ciência e da inovação, visando uma universidade de referência na Região Norte do País e objetivando a formação do cidadão competitivo de maneira inovadora e sustentável.

Em seu Projeto Pedagógico Institucional, a UnirG estabelece valores como fundamentos para a busca da excelência em sua prática acadêmica, com vistas à formação do ser humano e sua preparação para as distintas experiências da vida e, dessa forma, enfatiza conhecimento teórico, inovação, ética, transparência, comprometimento com a comunidade acadêmica e responsabilidade social e ambiental.

A inserção desses valores nos diversos níveis de formação de pessoas, norteará as práticas pedagógicas e educativas da Instituição, minimizando assim, a distância que separa as técnicas e os procedimentos pedagógicos vivenciados na formação de graduados e de pós-graduados. O ensino nas modalidades ofertadas pela Universidade de Gurupi, seja na graduação ou pós-graduação, representa uma de suas atividades fundamentais e se baseia no processo de socialização do conhecimento.

Como forma de garantir reflexão crítica a seus egressos, a UnirG tem, como um dos elementos centrais, a finalidade de formar indivíduos nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em diferentes setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, além de colaborar na sua formação contínua.

Outro elemento central é o de incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, a fim de desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Ao mesmo tempo, promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Estimulando, assim, o conhecimento dos problemas do mundo, em particular os nacionais e os regionais, com destaque para as questões do Estado do Tocantins.

Foca suas atividades de extensão em ações para a população em geral, visando à difusão de benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na Instituição. Essas atividades estão expressas, em muitos casos, na prestação de serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade, a exemplo do PIBID, Residência Pedagógica, Clínica Escola, Núcleo de Prática Jurídica, Núcleo de Práticas Administrativas, Escritório Modelo de Contabilidade, SePsi. De forma interna, a Universidade busca ações políticas e práticas com intuito de fomentar atividades de extensão, pelo incremento da oferta de bolsas e recursos financeiros para projetos de extensão.

## 4.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas da UnirG para o quinquênio 2019-2023 estão expressas nas dimensões: Ensino, Pesquisa e Extensão. O Ensino considera a graduação, a pós-graduação e o ensino a distância, todavia, as políticas de fomento à iniciação científica, a regulamentação e proposição de novos programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* serão abordadas quando tratarmos de Pesquisa, uma vez ser esta a responsabilidade desta Pró-reitoria, ou seja, a Propesq (Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação). Essas políticas estão expressas e organizadas de acordo com objetivos e metas que constituem o longo caminho até a consolidação como Universidade, portanto, fazemos aqui uma descrição das metas já estabelecidas nos primeiros anos deste processo e as políticas que serão adotadas ao longo do período vigente deste documento a fim de alcançar a autonomia universitária.

Para concretizar seus objetivos, o curso de Direito atua nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa, extensão, firmando-se como curso capaz de criar soluções para o desenvolvimento do conhecimento jurídico da região e da sociedade gurupiense de modo a transformá-lo em uma sociedade harmônica, pacífica, justa, ambientalmente responsável, respeitadora da pluralidade e diversidade, liberta de todas as formas de discriminação, opressão e desrespeito a Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e Direitos da Personalidade.

### 4.2.1 Políticas de Ensino

A UnirG busca estabelecer um processo de ensino e aprendizagem sempre com excelência, proporcionando a construção de competências, habilidades e atitudes, por meio da utilização de práticas pedagógicas diversificadas, fundamentais na formação mais qualificada em seus cursos de graduação e pós-graduação.

Deste modo, é de fundamental importância que os estudantes sejam motivados, reflexivos, críticos, analisemos problemas sociais, sejam hábeis, procurem soluções aceitem as responsabilidades deles decorrentes e transformem-se em agentes de mudanças para transitar nas diferentes perspectivas do saber.

Uma proposta educacional desta origem ressalta a necessidade de uma educação superior acreditando no estudante como protagonista do processo de ensino e aprendizagem e o professor como mediador desse processo e que venha ao encontro do conceito de educação ao longo da vida e de seus quatro pilares, abaixo colocados.

Nesse sentido, **aprender a conhecer** significa, antes de tudo, aprender a usar métodos que ajudem a distinguir o real do ilusório e, ter acesso a múltiplos saberes. A iniciação na pesquisa dá acesso a não aceitação de respostas pré-fabricadas e/ou de certezas que estejam em contradição com os fatos, além de estabelecer pontes entre os diferentes saberes; entre esses e suas significações na vida cotidiana e, por fim, entre esses saberes e significados e as capacidades interiores.

**Aprender a fazer** envolve criatividade, criar algo, trazer à luz as próprias potencialidades criativas. A aquisição da profissão passa necessariamente por uma especialização. No entanto, com a transformação mundial, o conhecimento passa a ser multidisciplinar e sistêmico. Porém, não se trata de adquirir diversas qualificações ao mesmo tempo, mas de edificar interiormente um núcleo flexível capaz de permitir um rápido acesso a novas experiências sociais e de trabalho.

**Aprender a conviver** significa, em primeiro lugar, respeitar as normas que regulamentam as relações entre os seres que compõem uma coletividade. Essas normas devem ser compreendidas, admitidas interiormente por cada ser, como um caminho edificante para o entendimento mútuo e a celebração da paz.

**Aprender a ser** pode ser um enigma insondável. Sabemos que existimos, mas como aprender a ser? Podemos começar aprendendo que a palavra "existir" significa descobrir autoconhecimento, descobrir a harmonia ou a desarmonia entre o individual e social. E, o espírito científico é um precioso guia.

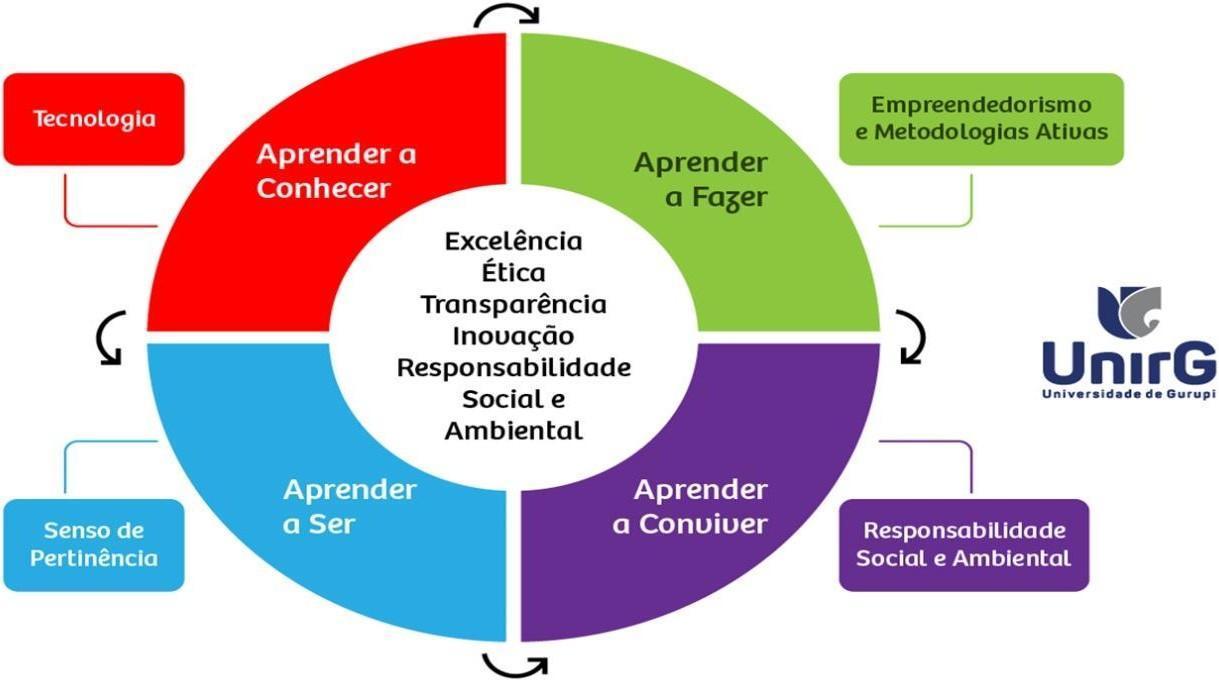
O conceito de educação ao longo da vida, já trazido por Delors (1999), enfatiza que é a chave que abre as portas do século XXI. Ele elimina a distinção tradicional entre educação formal inicial e educação permanente. Além disso, converge em direção a outro conceito proposto com frequência: o da “sociedade educativa”, na qual tudo pode ser uma oportunidade para aprender e desenvolver os talentos.

Sob essa nova perspectiva, a educação permanente é concebida como algo que vai muito além do que já se pratica, especialmente nos países desenvolvidos, a saber: as iniciativas de atualização, reciclagem e conversão, além da promoção profissional, dos adultos. Ela deve abrir as possibilidades da educação a todos, com vários objetivos: oferecer uma segunda ou terceira oportunidade; dar resposta à sede de conhecimento, de beleza ou de superação de si mesmo; ou, ainda, aprimorar e ampliar as formações estritamente associadas às exigências da vida profissional, incluindo as formações práticas (DELORS, 1999).

Em suma, a educação ao longo da vida, deve tirar proveito de todas as oportunidades oferecidas pela sociedade.

#### 4.2.1.1 Organização teórica para os processos de implantação das políticas de Ensino

As políticas de Ensino para graduação e pós-graduação, nas modalidades presencial e ensino a distância (EAD), tem os pilares fundamentados nos valores estabelecidos pela UnirG (Excelência, Ética, Transparência, Inovação e Responsabilidade Social e Ambiental) e que estão inseridos nos quatro pilares da educação ao longo da vida: aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a conviver e aprender a fazer (DELORS, 1999) e que relacionam-se com os eixos temáticos que nortearão as políticas da UnirG (senso de pertinência, tecnologia, empreendedorismo e metodologias ativas, responsabilidade social e ambiental) e que se encontram inter relacionadas na figura abaixo:

**Figura 1 –** Relação dos Valores da UnirG e os 4 Pilares da Educação para o século XXI, resultando em eixos temáticos que nortearão as políticas da IES.

**Fonte:** Elaborado pela equipe da PROGRAD-UnirG

O senso de pertinência reflete a essência comunitária da Instituição e é materializado por meio da interlocução profunda com a sociedade e seus atores institucionais, no sentido de contribuir ativamente para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental da comunidade e da região onde está inserida. A participação ativa da comunidade na definição do seu Plano Estratégico e a intervenção proativa da Instituição no enfrentamento dos desafios estratégicos da comunidade, promove um ciclo virtuoso de reciprocidade, amadurecimento e sustentabilidade. A UnirG, para o município de Gurupi-TO e região, trouxe e traz desenvolvimento educacional, social, econômico e cultural e agrega valores para toda a comunidade.

O empreendedorismo é linha mestra das políticas de Ensino e visa garantir o alinhamento das atividades acadêmicas, sempre direcionadas ao aluno, para o desenvolvimento de um conjunto amplo de competências e habilidades que passam pelas capacidade de auto reflexão, análise, síntese, convivência, respeito às diferenças, de apropriar- se de direitos e de observar deveres, de respeitar e contribuir com o meio ambiente, de comprometer-se com a redução de desigualdades, especialmente, de exercer o direito de escola e de construir seus próprios caminhos.

A tecnologia é meio e fim nas políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnirG: como meio, a tecnologia está presente nas metodologias e no modelo de ensino e também nos ambientes virtuais de aprendizagem, bibliotecas, laboratórios e equipamentos; como fim, a tecnologia é percebida à medida em que os projetos e atividades acadêmicas resultam no desenvolvimento de produtos, processos, métodos ou técnicas que colaborem para a solução de problemas e ou na construção de possibilidades para os alunos e para a comunidade.

A UnirG se apropria do conceito de sustentabilidade definido pela Organização das Nações Unidas- ONU em 1987, ao reafirmar que o “desenvolvimento sustentável é aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades”.

Com essas premissas, pauta seus processos, projetos e ações alinhados à visão de futuro, de forma a perenizar sua atuação e suas contribuições para o desenvolvimento social, econômico e ambiental da comunidade e da região na qual está inserida e, notadamente, para a formação integral de seus alunos. Promove a vivência de experiências significativas e favorecedoras do desenvolvimento do senso crítico, do exercício pleno da cidadania com o gozo de direitos e a observância de deveres, para o exercício do civismo, e para a assunção de compromissos de ordem individual e coletiva no presente, com a responsabilidade de contribuir para o bem comum das gerações presentes e futuras.

Como exemplo de articulação do empreendedorismo, tecnologia e sustentabilidade, pode-se citar o envolvimento e parceria da UnirG no “Inova Gurupi”, que é um plano estratégico que visa o desenvolvimento educativo, tecnológico pela implantação de um Sistema Municipal de Ciência,Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo. É uma parceria da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Ciência e Tecnologia, envolvendo todas as secretarias da gestão e integra o Poder Público, Universidades e Empresas de Gurupi e região com a finalidade de potencializar a geração de conhecimento e promover o desenvolvimento econômico e social nas áreas de vocação da região sul do Tocantins.

Assim como o Empreendedorismo, as metodologias ativas também são condutores do modelo educacional, resgatando no aluno o protagonismo. Nesse modelo, o aluno é o sujeito histórico e assume o principal papel na aprendizagem, importando seus saberes, opiniões e experiências para linha de largada da construção do conhecimento.

Em relação a metodologias ativas, a UnirG tem buscado parcerias para a formação continuada dos professores relacionadas à esta área desde 2018 e muito tem se aprimorado nesse sentido. Percebe-se que a formação necessita ser contínua, ainda temos professores que desconhecem tais metodologias, mas percebe-se também que muitos já compreendem que temos teóricos como Dewey (1950), Freire (1999), Rogers (1973), Novack (1999), Vigotsky (2003), entre outros, que enfatizavam, há muito tempo, a importância de superar a educação bancária, tradicional e focar a aprendizagem no aluno, envolvendo-o, motivando-o e dialogando com ele, o professor como mediador do processo ensino e aprendizagem.

Segundo os autores, alguns componentes são indispensáveis para o sucesso no ensino e na aprendizagem. Entre eles, a criação de desafios, atividades, jogos, diferentes abordagens, capazes de construir competências necessárias para cada etapa. Competências que encaminham para a busca de informações pertinentes, que oferecem recompensas estimulantes, que combinam caminhos pessoais com participação significativa na sociedade, que se inserem em plataformas adaptativas. O perfil do professor e pode ser instigado por meio das metodologias ativas, com as quais o conhecimento se constrói a partir de problemas e situações reais, possivelmente encontradas pelos alunos na futura vida profissional, em diferentes ocasiões.

Bastos (2006) entende que as Metodologias Ativas são “processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema”.

Nesse processo, o papel do professor é de "mediador ou orientador para que o aluno faça pesquisas, reflita e decida, por ele mesmo, o que fazer para atingir os objetivos estabelecidos".

A UnirG defende a autoaprendizagem e estimula a reflexão, a pesquisa, a tomada de decisão no percurso do processo formativo e defende também a ressignificação da prática docente, atribuindo ao professor o papel de mediador desse processo.

Numa perspectiva mais ampliada acerca dos espaços, tempo e estilos de aprendizagem, a UnirG pauta-se na perspectiva de que, no futuro próximo, o amadurecimento deste modelo garanta a criação de uma diversidade de trilhas de aprendizagem alinhadas aos interesses e necessidades de cada aluno.

Quanto aos princípios metodológicos da UnirG, estes envolvem um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionados aos processos de ensino e de aprendizagem, comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teórica e prática, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. Considerando as características da Instituição, as metodologias traçadas nos projetos de curso se relacionam aos princípios definidos na política de ensino. Para tanto, são desenvolvidas ações que deverão promover o uso de recursos inovadores, na possibilidade de criar diferentes desenhos de matriz curricular, superando a perspectiva disciplinar dos conteúdos. Assim sendo, apresentam-se como princípios metodológicos:

* Considerar o espaço-tempo da aula como momento de interação, problematização, diálogo entre professores e alunos e de conhecimento;
* Promover práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas, a fim de favorecer a aprendizagem com foco no aluno, suas vivências, experiências, dificuldades e potencialidades;
* Utilizar novos desenhos de organização da aula, como a sala de aula invertida, que consiste em uma modalidade de *e-learning* na qual o conteúdo e as instruções são estudados antes de o aluno frequentar a sala de aula, que passa a ser o local para trabalhar, prioritariamente, com os conteúdos já conhecidos, realizando atividades práticas como resolução de problemas e projetos, discussão em grupo, laboratórios, superando as configurações da aula tradicional e a concepção de transmissão de conteúdo;
* Utilizar estratégias de resolução de problemas, estudos de caso, aproximação com a prática profissional, promovendo aprendizagens significativas e despertando a curiosidade e o protagonismo discente para reconstrução do conhecimento;
* Ampliar e diversificar as fontes de pesquisa, considerando a vasta produção e a divulgação do conhecimento científico, procurando contextualizá-lo de forma significativa com os conteúdos estudados;
* Promover trabalhos em grupo, fóruns, debates, tutoriais, tecnologias da informação e comunicação (TIC) a partir de diferentes recursos, tanto na modalidade presencial quanto a distância, visando a uma formação profissional qualificada e atenta às demandas sociais;
* Interagir com profissionais da área de formação por meio de projetos e atividades de extensão, visitas técnicas e estudos de campo, que aproximem os alunos da realidade estudada;
* Incentivar a pesquisa, por meio de projetos e atividades, na busca pela aprendizagem contínua, com vistas a um mundo em constante transformação;
* Propor a flexibilização curricular e oferta diversificada de atividades complementares, com a finalidade de incentivar a autonomia do estudante;
* Otimizar espaços de formação, prática profissional e estágios por meio da realização de convênios e relação com setores e organismos públicos e privados da região;Atentar para as necessidades de adaptação curricular e do plano de estudos para atender as demandas específicas de alunos com dificuldades de aprendizagem ou com deficiência, utilizando recursos de tecnologias assistivas e de comunicação alternativa, a depender da adaptação prevista.

#### 4.2.1.2 Políticas para a Graduação

Em consonância com as diretrizes apresentadas acima e os eixos temáticos que imprimem o DNA da UnirG, as atividades de ensino de graduação visam a formação de cidadãos éticos, profissionais, empreendedores e autônomos a partir dos seguintes princípios:

* A flexibilização de currículos, de forma a proporcionar ao estudante o protagonismo acadêmico e a construção de autonomia reflexiva e crítica;
* A atualização permanente dos projetos pedagógicos, a partir das demandas sociais, econômicas e culturais da comunidade e da região onde a Instituição está inserida;
* A diversidade de metodologias de ensino e de instrumentos de aprendizagem, de forma a considerar as individualidades e a promover o desenvolvimento de habilidades e competências significativas para formação profissional e empreendedora;
* A promoção de projetos e atividades que integrem a comunidade acadêmica, a comunidade e a região onde a Instituição está inserida, para o fim de viabilizar oportunidades reais de conhecer e enfrentar demandas sociais, culturais e econômicas por meio da intervenção positiva no sentido de promover o desenvolvimento sustentável;
* A utilização efetiva de recursos e novas tecnologias para a melhoria contínua dos processos de ensino e aprendizagem;
* O incentivo ao desenvolvimento do pensamento investigativo;
* O incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
* A qualificação permanente do corpo social, em termos de titulação acadêmica e competências didático-pedagógicas;
* A garantia de infraestrutura física e tecnológica para o desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas.
* A partir dos princípios mencionados, a UnirG estabelece os seguintes objetivos para o Ensino de Graduação:
* Atualizar e aperfeiçoar continuamente os Projetos Pedagógicos de Curso–PPC,em atenção às demandas da comunidade e da região nas quais a Instituição está inserida;
* Empreender gestão administrativa e acadêmica que garanta a sustentabilidade da oferta e a execução do plano de expansão;
* Promover a melhoria contínua dos processos internos, com vistas à excelência acadêmica e administrativa;
* Promover a melhoria contínua da infraestrutura física, tecnológica e laboratorial com vistas ao favorecimento de ambientes adequados para aprendizagem e a convivência;
* Promover atualização contínua do acervo bibliográfico, físico e virtual;
* Fomentar a pesquisa, a iniciação científica e demais produções acadêmicas;
* Promover oportunidades e instrumentos para dar visibilidade à produção acadêmica docente e discente;
* Promover a utilização das metodologias ativas como experiência concreta de criação de trilhas alternativas de aprendizagem.

Na elaboração dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, em especial na organização das matrizes curriculares, a UnirG instituirá um modelo de organização de unidades curriculares a partir de Núcleos de Formação, sendo eles:

* Núcleo Comum;
* Núcleo de Formação Básica;
* Núcleo de Formação para a Prática Profissional;
* Núcleo Integrador e de Atividades Complementares;
* Núcleo de Flexibilização Curricular.

Nesse contexto faz-se necessário ressaltar que a matriz vigente no curso de Direito ainda não se encontra adequada ao PDI da IES e ainda não atende todas as especificidades dos Núcleos, mas o NDE do Curso de Direito já está reestruturando uma nova matriz atendendo as DCNs, PDI e as novas demandas para o curso. Portanto, a matriz vigente ainda não contempla os núcleos abaixo estabelecidos no PDI.

Este Núcleo Comum possuirá carga horária integralizadas pelas disciplinas abaixo:

* Pesquisa e Iniciação Científica – 30 horas;
* Metodologia e Pesquisa Científica – 30 horas;
* Trabalho de Conclusão de Curso\* – 30 horas.

\*Exceto para cursos que as DNC não é obrigatório

**Obs:** Português; Leitura e Interpretação de Texto, Matemática; Física, Química, Biologia, Tecnologia da Informação, Introdução ao EaD, Conhecimentos contemporâneos serão ofertados em EaD em nivelamento.

O **Núcleo de Formação Básica** é composto por um conjunto de disciplinas que darão a sustentação teórica necessária à formação da prática profissional. Esse Núcleo estabelece uma conexão entre os currículos de uma mesma área de formação, facilitando a mobilidade acadêmica entre os cursos.

No **Núcleo de Formação para a Prática Profissional** encontra-se o conjunto de disciplinas com predominância de carga horária prática voltadas para o desenvolvimento das habilidades inerentes ao exercício da profissão. Neste Núcleo estão inseridos os estágios, bem como disciplinas que promovam, de forma simulada, experiências práticas da atividade profissional.

O **Núcleo Integrador e de Atividades Complementares** não é necessariamente formado por disciplinas, mas possui carga horária cujos objetivos são:

* Enriquecer o processo de formação humana e profissional dos educandos, por meio da participação em atividades de complementação da formação social, humana e cultural; atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional;
* Proporcionar a articulação entre os diversos saberes presentes nas unidades curriculares, possibilitando a busca por soluções aos problemas reais observados nas comunidades locais.

Neste Núcleo, além das disciplinas com carga horária de extensão curricularização, estão as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, conforme exigência legal.

Em relação à curricularização da extensão, temas voltados a Educação da Relações Étnico-Raciais, Direitos Humanos, Educação Ambiental, Empreendedorismo, Inovação tecnológica deverão ser trabalhados transversalmente em projetos de pesquisa e extensão.

O **Núcleo de Flexibilização Curricular** é formado por um conjunto de disciplinas Eletivas ou Optativas, que proporcionarão ampliação do leque de formação dos discentes. Essas disciplinas têm por objetivos:

* Possibilitar o desenvolvimento de saberes em áreas diversas às da formação inicial dos educandos;
* Possibilitar o aprofundamento de conceitos e técnicas inerentes à formação inicial dos educandos;
* Atender ao disposto pela Lei n. 10.436/2002 e no Decreto n. 5.626/2005 que regulamenta a oferta da disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar que:

* Cabe ao docente a função de gestor do processo de construção de saberes dos educandos, fundamentado nos pilares das metodologias ativas, a partir da seleção de uma diversidade de materiais e recursos pedagógicos; da criação de um ambiente colaborativo de construção de conhecimentos; do acompanhamento contínuo do desenvolvimento acadêmico dos educandos, por meio de processos avaliativos que possibilitem a construção de diagnósticos e a redefinição de estratégias de aprendizagem;
* Cabe ao graduando a adoção de uma atitude ativa, entendendo este como o principal ator do seu processo de aprendizagem, responsável pelo cumprimento das atividades orientadas pelos docentes; pela utilização dos recursos metodológicos com base nos seus estilos de aprendizagem; e pela construção, com seus pares, nos diversos espaços de aprendizagem, de um ambiente interativo e colaborativo.

Nesse contexto, não há de se pensar em estratégias únicas que possibilitem a aquisição de saberes ao maior número de pessoas possível, percebendo que cada sujeito possui formas diferenciadas de percepção de objetos e conceitos, demandando estratégias diferenciadas para a construção de conhecimentos. Assim, todos os recursos disponíveis poderão ser úteis, todos os métodos deverão ser analisados e testados com profundidade, ainda mais se possibilitarem uma maior e mais profunda integração entre educando, educador e conhecimento.

Também é importante ressaltar os diferenciais definidos para a construção dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, considerando os tipos de cursos oferecidos na UnirG:

Para os cursos de bacharelado, os currículos são elaborados também na perspectiva da construção de um perfil profissional, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais de cada curso, com amplo conhecimento técnico em suas áreas de atuação, porém com uma formação geral que o permita:

* Fazer escolhas éticas, responsabilizando-se por suas consequências;
* Ler, interpretar e produzir textos com clareza e coerência;
* Compreender as linguagens como veículos de comunicação e expressão, respeitando as diferentes manifestações étnico culturais e a variação linguística;
* Interpretar diferentes representações simbólicas, gráficas e numéricas de um mesmo conceito;
* Formular e articular argumentos consistentes em situações sociocomunicativas, expressando-se com clareza, coerência e precisão;
* Organizar, interpretar e sintetizar informações para tomada de decisões;
* Planejar e elaborar projetos de ação e intervenção a partir da análise de necessidades, de forma coerente, em diferentes contextos;
* Buscar soluções viáveis e inovadoras na resolução de situações-problema;
* Trabalhar em equipe, promovendo a troca de informações e a participação coletiva, com autocontrole e flexibilidade;
* Promover, em situações de conflito, diálogo e regras coletivas de convivência, integrando saberes e conhecimentos, compartilhando metas e objetivos coletivos.

Os cursos oferecidos pela UnirG buscam ser pilares na construção de sua identidade e da sua vocação, no cumprimento de sua missão social. Além disso, são instrumentos necessários para formação de profissionais atuantes no desenvolvimento regional. As questões sociais decorrentes da atividade econômica da Cidade e região são desta forma, trabalhadas por profissionais com formação humanística e atuação técnica pautada pelos ditames da responsabilidade social.

As políticas institucionais no âmbito do Curso de Direito seguem as metas previstas no PDI.

**Quadro 15: Políticas de Ensino - PDI e as ações desenvolvidas no âmbito do Curso de Direito**

|  |  |
| --- | --- |
| **POLÍTICAS DE ENSINO – PDI** | **AÇÕES NO ÂMBITO DO CURSO** |
| * Atualização e aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC, para atender as demandas atuais. | * O NDE do curso refez o PPC do curso de Direito para atender e alinhar estratégias inovadoras apresentadas pelo PDI. |
| * Promoção e utilização das metodologias ativas como experiência concreta de criação de trilhas alternativas de aprendizagem. | * O NDE do curso promoveu oficinas de metodologias ativas para os professores com dificuldades de trabalhar com as ferramentas digitais. * O curso oferece suporte técnico através do NTI de forma permanente para os docentes e discentes facilitando a adesão às metodologias ativas. * Semestralmente são ofertados cursos/oficinas nas semanas pedagógicas que estimulem a adesão e criatividade dos docentes nas variadas plataformas e ferramentas de metodologias ativas. |
| * Promover a melhoria contínua dos processos internos, com vistas a excelência acadêmica e administrativa; | * Manteve a organização necessária das tarefas da Coordenação do curso de Direito em atendimento às demandas de outros setores: resposta a e-mails, envio de informações requeridas, despacho de processos, etc. * Implantação de várias ferramentas digitais que favoreçam a comunicação coordenação – acadêmico - docente – instituição, seja através das redes sociais virtuais, bem como na própria plataforma SEI. |
| * Promover a melhoria contínua da infraestrutura física, tecnológica e laboratorial com vistas ao favorecimento de ambientes adequados para aprendizagem e a convivência; | * O curso promoveu reforma interna e externa no NPJ, visando melhorias estruturais no campo de estágio; * Adquiriu um aparelho de televisão, microfone para os professores e alunos realizarem atendimentos virtuais aos assistidos do Núcleo de Práticas Jurídicas, bem como tirar dúvidas dos acadêmicos. |
| * Promover atualização contínua do acervo bibliográfico, físico e virtual; | * Professores e acadêmicos utilizam-se do acervo da biblioteca virtual. * O NDE atualizou as bibliografias das ementas das disciplinas e encaminhou à Reitoria lista de livros para serem adquiridos. * Utilização de artigos atuais como bibliografia complementar |
| * Fomentar a pesquisa, a iniciação científica e demais produções acadêmicas. | * Participação frequente em diversos eventos científicos com apresentação de pesquisas. * Realização anual da Semana Jurídica com apresentação de mostra científica. * Organização de eventos que favoreçam a divulgação de pesquisas, tais como Semana de Ciências e Tecnologias de Gurupi – SICTEG; * Participação relevante da Semana de Ciências e Tecnologias de Gurupi – SICTEG com apresentação e premiações de pesquisas do curso; * Incentivo aos projetos de Extensão curricularizada. |
| * Promover oportunidades e instrumentos para dar visibilidade à produção acadêmica docente e discente. | * Produção de relatórios de estágio e estudos de caso que favoreçam a publicação. * Incentivo à publicação deartigos através do TCC. |
| * Promoção de projetos e atividades que integrem a comunidade acadêmica, a comunidade e a região onde a Instituição está inserida. | * Desenvolvimento dos Projetos de extensão * Realização de ações sociais junto ao Centro Acadêmico, Ligas Acadêmicas, Atléticas. * Realização e participação do projeto Cidadão Universitário; * Ações práticas dos estágios em campos variados, bem como atividades de extensão curricularizada. |

META 1

a) Fortalecimento do Núcleo Docente Estruturante quanto à normatização, local de reuniões e atuação do NDE no curso de Direito;

b) Manutenção da missão institucional;

c) Cumprimento das DCN´s do curso;

d) Realização de discussões coletivas sobre as inovações curriculares da área das Ciências Sociais do curso de Direito.

e) Melhorias pedagógicas fundamentadas nos conceitos CPC, IGC, ENADE, autoavaliação da CPA e relatório de avaliação do CEE;

META 2

a) Compatibilização, atualização e adequação de ementas e bibliografia do curso;

b) Eliminação de discrepâncias entre bibliografias básicas, ementas e livros na biblioteca;

c) Viabilização de atividades do curso para a integralização curricular;

d) Implementação de disciplinas, aprovadas pelos órgãos institucionais competentes em formato EAD para até 20% do curso;

e) Atualização de estrutura curricular no PPC.

META 3

a) Diagnóstico das dificuldades dos acadêmicos na área das Ciências Jurídicas;

b) Manutenção da comissão de professores a fim de atuar nas demandas relacionadas ao ENADE;

c) Implantação da autoavaliação dos acadêmicos do curso em relação ao ENADE;

META 4

a) Aquisição de acervo bibliográfico;

b) Melhoria das salas de aulas e laboratórios com incremento da quantidade e qualidade de recursos didáticos;

c) Interação das aulas práticas com situações de realidade da vida profissional;

d) Planejamento do ensino semestral na área do Direito.

META 5

a) Melhorias gerais no âmbito de estagio curricular do curso;

b) Implementação das normas de atividades complementares do curso;

c) Mostra científica semestral de estágio curricular;

d) Estabelecimento de novas parcerias e convênios com outras instituições.

META 6

a) Incentivar produção de artigos científicos através de TCC;

b) Divulgação do TCC.

META 7

a) Implantação do programa de monitorias;

b) Criação do sistema de avaliação e acompanhamento das monitorias.

META 8

a) Aquisição de programas e equipamentos (Laboratório de Tecnologias Assistivas da UnirG - LabTau) para garantir acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Inclusive Braile.

### 4.2.2 Políticas de Extensão

A UnirG consolida uma política de extensão alinhada com as diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Extensão Universitária, determinada pelo Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Pública brasileiras, o qual dará suporte para implementação do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Com esse propósito, desenvolverá as ações extensionistas com os recursos disponíveis e por meio de parcerias com o Município, Estado e a União, além de setores organizados da sociedade. Esta IES, como tem realizado, continuará a propagar o conhecimento à sociedade, por meio dos resultados oriundos da extensão, bem como do ensino e da pesquisa.

A criação da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil – PROECAE concretizou uma das principais metas associadas às políticas de extensão da UnirG. A partir de sua criação, o planejamento das ações e metas a serem alcançadas tornou-se uma realidade.

Assim, as Políticas de Extensão, Cultura e Assistência Estudantil da Universidade de Gurupi voltaram-se para a valorização da diversidade, desenvolvimento artístico, cultural e ações de promoção e defesa dos direitos humanos, metas inicialmente apresentadas como possibilidades e agora passam ao status de ações a serem consolidadas, sempre em consonância com o papel de integração entre a Universidade e a sociedade, além das ações interligadas com as atividades de Ensino e Pesquisa da Instituição.

Neste sentido, tais políticas aplicar-se-ão aos seguintes segmentos: corpo discente e docente; servidores técnico-administrativos; outras instituições de ensino; sistemas públicos municipais, estaduais e federais; comunidades carentes e populações específicas.

Para que sejam possíveis e exequíveis tais perspectivas, os objetivos elaborados para serem alcançados são o de promover o desenvolvimento tanto das comunidades em geral, quanto da comunidade acadêmica, por meio da visão que a Universidade abstrai das necessidades internas e externas.

A dissociação deste objetivo macro dar-se-á através de um conjunto de metas/objetivos que norteiam e organizem as ações, sendo a implementação de ações que consolidam a formação de novos profissionais com consciência social, para serem capazes de promover a difusão do conhecimento produzido na Universidade para a comunidade, além de fomentar o desenvolvimento artístico e cultural da comunidade interna e externa, serem capazes de produzir o conhecimento científico a partir da práxis que contemple a comunidade interna e externa, podendo assim empoderar os sujeitos contemplados pelas ações extensionistas a se tornarem atores sociais e exercerem cidadania e autonomia em defesa dos seus direitos e por fim consolidar as práticas de Assistência Estudantil, de modo que assista o acadêmico em suas demandas, promova o sentimento de pertencimento à Universidade e reduza os índices de evasão do ensino superior.

#### 4.2.2.1 Políticas de valorização da diversidade

O reconhecimento da cultura como direito humano, garantido na Constituição Federal Brasileira (1988), em seus artigos 215 e 216, e também em documentos internacionais da ONU/UNESCO, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e inúmeras outras que partem rumo ao reconhecimento e consolidação de um conjunto de direitos culturais, deu bases para o principal argumento teórico desta retomada política, orientando a formulação da Política Nacional de Cultura e todos os seus elementos dentro das universidades brasileiras.

Faz-se necessário na gestão da política cultural das instituições de ensino superior, implantar projetos, ações e eventos multidisciplinares e transdisciplinares relacionados à diversidade e à cultura, envolvendo e apoiando a formação de professores, comunidade acadêmica, inserindo o desenvolvimento de Pesquisa e Extensão na agenda cultural institucional, sob forma de afirmação da política de educação e cultura institucional.

As políticas relacionadas à valorização da diversidade, desenvolvimento artístico e cultural são:

1. Estabelecer ações culturais de múltipla abrangência, estimulando os acadêmicos a participarem de todas as atividades culturais que ocorrerem no âmbito e sob a tutela desta IES, nas áreas de teatro, dança, música, canto, dentre outras;
2. Otimizar e utilizar os espaços disponíveis ou existentes na Instituição para promover os eventos culturais em ambos os campi;
3. Abrir edital específico para projetos, ações/atividades de extensão relacionadas à cultura, em suas várias formas, envolvendo a comunidade acadêmica com a comunidade local/regional;
4. Estimular a publicação dos projetos e ações de extensão nas revistas e em periódicos e cunho cultural;
5. Promover e estimular a busca de talentos nas várias áreas de atuação cultural no âmbito desta IES, utilizando formas práticas de incentivo, como desconto em mensalidades, certificação e outros meios possíveis.

Vale ressaltar que em todas as atividades propostas, questões relativas à cidadania e a responsabilidade social sempre não só serão levadas em conta, mas também incentivadas, sendo essa uma função importante da Universidade, enquanto promotora de uma sociedade mais justa em todos os seus aspectos, inclusive no que diz respeito à cultura e suas várias formas de manifestação.

Já quando se trata das políticas relacionadas à defesa dos direitos humanos, nossas metas serão:

* + Promover ações e eventos que fomentem o exercício de garantias dos direitos fundamentais de toda a comunidade acadêmica e Fundação;
  + Abrir edital específico para projetos, ações/atividades de extensão relacionadas ao exercício da cidadania e proteção às populações específicas dentro e fora da universidade;
  + Realizar cursos e capacitações que promovam o empoderamento de populações em situação de vulnerabilidade para exercerem seus direitos;
  + Estimular a interdisciplinaridade entre os cursos da IES para que realizem, de forma contínua, campanhas informativas sobre os direitos fundamentais de populações em situação de vulnerabilidade e divulgar em meios de radiodifusão e campanhas publicitárias sobre a temática.

#### 4.2.2.2 Áreas de atuação da PROECAE: Cultura, Arte e Esporte

A política para a dimensão cultural e esportiva na UnirG tem o objetivo de criar um ambiente que proporcione à comunidade acadêmica a vivência, a produção de arte, de cultura e esportes, possibilitando sua participação em projetos e eventos por meio das atividades dos centros de aplicação, órgão de apoio e iniciativas dos cursos, da gestão e em parceria nas ações das esferas municipal, estadual e federal. As ações dos projetos gerenciados pela IES nesta área, proporcionam a participação na escolha e preparação dos eventos; consequentemente, sua formação, além de ampliar os espaços que contribuem para o desenvolvimento do pensamento crítico no ambiente universitário e, também, a troca de saberes entre a instituição e a sociedade.

A atividade de extensão universitária deve revelar uma postura do Curso de Direito diante da sociedade em que se insere, estimulando sua função básica de produtor e socializador do conhecimento, visando à intervenção na realidade, possibilitando acordos e ação coletiva entre o curso e a população. No âmbito local e regional, as atividades de extensão são dimensionadas como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para um Curso de Direito que seja voltado, verdadeiramente, para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através das pesquisas básica e aplicada, visando a realimentação do processo ensino- aprendizagem como um todo, intervindo na realidade concreta da vida dos cidadãos gurupienses.

O Curso de Direito estimula e adota os seguintes princípios básicos em suas atividades de extensão:

1. O Curso de Direito não pode se imaginar proprietário de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível aos seus problemas, quer através dos grupos com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
2. O Curso de Direito deve priorizar, ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Estado do Tocantins;
3. A ação cidadã do Curso não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes das atividades de extensão;
4. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser entendida como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

O plano de extensão do Curso de Direito define quatro diretrizes, que são o seu alicerce:

1. Impacto e transformação: por meio da extensão, propõe-se uma relação, entre a Ciência Jurídica e os demais setores da sociedade, que possa proporcionar a melhoria da qualidade de vida, aliada aos movimentos de superação de desigualdades, de exclusão e fomentadora do desenvolvimento regional e de políticas públicas. Faz-se necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social;
2. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: a relação entre ensino e extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois os discentes e docentes transformam-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, por meio dela, este saber volta ao curso, testado e reestruturado. As atividades de extensão, como via de interação entre o Curso de Direito e a sociedade, constituem-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática;
3. Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: a extensão propicia a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar e transdisciplinar, possibilitando trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além de integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo à histórica tendência de compartilhar o conhecimento.

No âmbito do curso de Direito, a política de extensão deve ser apta a oportunizar condições e favorecer o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa; propiciar uma abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar; auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável; promover a articulação do curso de Direito com a comunidade.

As ações de extensão universitária do Curso de Direito constituem-se como um processo educativo, cultural e científico e devem ser desenvolvidos por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e publicações, além de outras ações decorrentes da extensão, voltados a um objetivo comum e direcionados às questões relevantes da sociedade.

A **Extensão Curricularizada** consiste em incluir atividades extensionistas no currículo dos cursos de graduação, integradas com o ensino e a pesquisa, visando uma transformação social por meio de ações dos acadêmicos orientadas por professores. Estas ações são desenvolvidas junto à comunidade externa. Tem por finalidade atender a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE) Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabelece “[...] assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”; e segue, também, as diretrizes para extensão na educação superior brasileira, Resolução nº 7, publicada em 18 de dezembro de 2018. A mesma se aplica a todos os cursos de graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos) da Universidade de Gurupi - UnirG.

A Curricularização deve seguir os princípios, conceitos, abrangências e orientações do Regulamento de Extensão da Universidade de Gurupi. O objetivo da Curricularização da Extensão é intensificar, aprimorar e articular as atividades de extensão nos processos formadores dos acadêmicos, sob os seguintes princípios:

1. integração entre ensino, pesquisa e extensão ao longo da trajetória acadêmica no respectivo curso;
2. relação interativa entre professores, técnicos administrativos e acadêmicos no desenvolvimento das atividades de extensão;
3. Iatendimento à comunidade externa como processo de aplicação de soluções acadêmicas ou institucionais a questões do meio social, especialmente junto a grupos em vulnerabilidade socioeconômica e/ou ambiental;
4. indução do desenvolvimento sustentável, especialmente no universo dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
5. preparação dos acadêmicos para sua atuação no mundo do trabalho, conforme as dinâmicas do meio social e seu perfil de formação.

Cada curso deverá prever em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a forma de como será o cumprimento mínimo dos 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, respeitando o que vem determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais de cada curso.

As atividades de curricularização da extensão são compreendidas como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade e são executadas sob a forma de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços.

As formas de curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação da UnirG são: Atividades Curriculares em Extensão (ACE) e caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão (Ext), que assim se apresentam:

1. Atividades Curriculares em Extensão
2. A caracterização de carga horária prática de disciplinas como extensão

As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

Com base no Plano Nacional de Educação 2014-2024, observando assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, este Curso disponibiliza este programa de atuação prática em algumas disciplinas em forma de extensão curricularizada.

Existe o Plano Estratégico de Alinhamento de Ensino, Pesquisa e Extensão que determina passos a serem seguidos para a formalização da extensão curricularizada. Destaca-se que o Curso de Direito ainda não formalizou todos os passos para a organização da Extensão Curricularizada, mas o NDE já está reestruturando e adequando a legislação vigente e as orientações do Plano Estratégico de Alinhamento da PROGRAD.

Além da curricularização da extensão envolvendo horas em disciplina, o Curso de Direito da UnirG oferta semestralmente as atividades práticas no Projetos de Extensão em diferentes áreas de atuação, conforme os projetos de extensão universitária com vínculos e/ou participação do Curso de Direito, apesentados no quadro especificado abaixo:

**Quadro 16: Projetos de Extensão do Curso de Direito Proext/UnirG**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME DO PROJETO** | **LINHA DE PESQUISA** | **PROFESSORES** | **ACADÊMICOS** |
| **Meio Ambiente e Cidadania** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Kárita Carneiro Pereira Scotta e Josiniane Braga Nunes | Alunos dos cursos de Direito, de Psicologia e Pedagogia. |
| **UnirG, Direito e Sétima Arte** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Verônica Silva do Prado Disconzi e Vanuza Pires da Costa | Acadêmicos do curso de Direito**:** Acadêmicos de Direito |
| **Projeto Diálogo-Núcleo de Soluções Alternativas para os Conflitos** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Gilson Ribeiro Carvalho Filho, Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva, Maydê Borges Beani Cardoso e Thiago de Almeida Feller | Processo seletivo para acadêmicos de Direito, Pedagogia e Psicologia, a partir do 2.º período. |
| **NPJ nas Escolas** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Vanuza Pires da Costa, Verônica do Prado Disconzi | Acadêmicos de Direito, do 7º e/ou 9º períodos |
| **Programa Hora Cidadã** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Antônio José Roveroni, Alessandra Gomes Duarte Lima, Silvia Helena da Silva Marrafon, Josiniane de Kassia Ribeiro, Cibele Maria Bellezia, Celma Mendonça Milhomem Jardim e Dulcimara Carvalho Moraes | Acadêmicos dos seguintes cursos: 1. Direito (2º ,3º 4º, 5º, 9º e 10º) 2. Jornalismo 3. Letras 4. Psicologia (2º) |
| **Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Lady Sakay, Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva, Celma Milhomem Jardim, Tânia Maria Lago, Paulo Henrique C. Mattos e Laslei Aparecida Teles Petrilli | Acadêmicos dos cursos de: Enfermagem ( 10º) Direito (6º, 7º, 8º, 9º) Pedagogia ( 5º, 7º e 8º) |

Fonte: PROECAE.

**4.2.2.2.1 Educação das Relações Étnico-Raciais**

A UnirG atende às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei N° 9.394/96, com a redação dada pelas Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N°3/2004.

Na educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro- brasileira, africana e indígena, os projetos dos cursos apresentam esta temática também no grupo de pesquisa “[*Processos Educativos*](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2862915505225482)” nas linhas [Diversidade, inclusão e inovações pedagógicas,](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-1-diversidade-inclusao-e-inovacoes-pedagogicas/) [Educação, Diversidade Cultural e Manifestações Corporais](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-2-educacao-diversidade-cultural-e-manifestacoes-corporais/).

Ainda são realizadas atividades na Instituição com a temática ambiental e de Relações Étnico-raciais em projetos de extensão.

Ainda, a UnirG trabalha a educação das relações étnico-raciais de forma institucional e transversal, ou seja, envolvendo a comunidade acadêmica nas disciplinas e atividades com o objetivo de promover a consciência acerca dessas questões sociais, em projetos de iniciação científica e extensão.

**4.2.2.2.2 Direitos Humanos**

A temática Direitos Humanos é trabalhada de forma transversal e interdisciplinar em eventos, discussões e abordagens diversas realizadas no decorrer dos cursos. Destaque para o projeto “Clínica interdisciplinar de Direitos Humanos UNIRG-CIDH-UnirG”, coordenado pela professora Dra. Lady Sakay e Ma. Jaqueline Ribeiro. Também está presente nas atividades acadêmicas de extensão e pesquisa, além de percorrer de forma transversal nas atividades complementares nas quais esta temática esteja envolvida.

**4.2.2.2.3 Política Nacional de Educação Ambiental**

Analisando-se a legislação relacionada à Educação Ambiental, tem-se a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, na qual se entende por educação ambiental.Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Em complemento, nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, sob o parecer número 14/2012, aprovado em 06/06/2012 tem-se que[...] a educação ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental.

É perceptível então que, a instituição de ensino tem tarefa fundamental no processo visto que, é preciso usar da ciência e do progresso para melhorar o bem-estar das diferentes sociedades, que é a principal razão de existir. Sendo assim, entende-se que a prática docente é de fundamental importância na formação dos cidadãos que atuarão no meio, seja social ou ambiental. Em relação ao ensino superior, faz-se necessário que a educação ambiental se consolide de maneira coerente e não somente por meio de uma disciplina, embora a legislação autorize a criação de disciplinas nos cursos superiores, mas sim, por meio da integração do currículo como um todo (BERTON, 2016).

Assim, salienta-se que a UnirG considera em todos os seus projetos, tanto de desenvolvimento institucional, como nos pedagógicos dos cursos que mantém, o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, que “institui a Política Nacional de Educação Ambiental”.

No curso de Direito desenvolve-se projeto de extensão relacionados ao tema ambiental, a exemplo: MEIO AMBIENTE E CIDADANIA, coordenado pela docente Ma. Kárita Carneiro Pereira Scotta, o qual promove a conscientização ambiental através de ações integradoras entre a academia e a comunidade local e regional.

Outrossim, estes temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade, além de ministrados na Disciplina de Direito Ambiental que é ofertada durante o 9º período do curso, também são trabalhados de forma transversal, possibilitando aos alunos a integração interdisciplinar, via eventos com foco na respectiva temática, promovendo um diálogo entre a comunidade local e os representantes dos setores público e privados, sobre a questão ambiental global, nacional e regional.

Existe também a linha de pesquisa “Desenvolvimento regional e sustentabilidade” em que o tema é também trabalhado de forma transversal.

### 4.2.3 Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

A geração e ampliação do conhecimento como objetivos da pesquisa vinculam-se à criação e à produção científica e tecnológica, cumprindo normas éticas que lhe são próprias, em especial quando produzidas sobre seres humanos, animais ou ambientes e espécies frágeis. Assim, a pesquisa configura-se indissociável do ensino e da extensão.

Na UnirG, no caminho dos desafios, além das ações já realizadas e em andamento, há destaques objetivos que abarcam ações com previsão de sucesso até 2023: a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa, a exemplo, a criação do Núcleo de Apoio à Ciência- NAC, estrutura administrativa e técnica especializada para pesquisa institucional; o fortalecimento de pesquisa de qualidade; o fortalecimento da inserção regional e a responsabilidade social da universidade na área da pesquisa. No PDI da instituição constam as ações estratégicas para 2019 a 2023 como políticas de pesquisa.

As Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Gurupi UnirG está em direção ao cumprimento da sua missão “*ser uma Universidade comprometida com o desenvolvimento regional e a produção de conhecimento com qualidade, por meio da ciência e da inovação*” e a seus valores institucionais. Esta política aplicar-se-á aos Campi e unidades administrativas da UnirG, pesquisadores, técnico-administrativos, docentes e discentes, e relações com a comunidade interessada.

A Pesquisa e Pós-Graduação da UnirG buscará alcançar os princípios:

* Indissociabilidade do ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão universitária;
* Promoção e valorização de iniciativas de projetos científicos interdisciplinares, científicos inovadores e tecnológicos;
* Fortalecimento da inserção regional e a responsabilidade social da universidade na área da pesquisa e pós-graduação;
* Interação do ensino (graduação e pós-graduação), com estímulo aos egressos;
* Contínua capacitação e valorização de recursos humanos qualificados;
* Ética e publicidade do conhecimento científico;

Os Grupos de Pesquisa da Universidade UnirG estão cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPQ. Professores Doutores lideram os grupos de pesquisa e recebem total assistência e orientações da PROPESQ para o cadastramento dos grupos e demais ações. Atualmente estes são os grupos que se encontram inscritos e certificados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, com as devidas linhas participantes.

*Grupo 1 –*[*Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade*](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/206747)

[Linha 1 - Cidadania, Estado e Políticas públicas](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-1-cidadania-estado-e-politicas-publicas/)

[Linha 2 - Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social Econômico e Espacial](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-2-planejamento-territorial-e-desenvolvimento-social-economico-e-espacial/)

[Linha 3 - Tecnologia da Informação Aplicada ao Agrobusiness](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-3-tecnologia-da-informacao-aplicada-ao-agrobusiness/%22)

[Linha 4 - Ciência Tecnologia, Inovação e Empreendedorismo](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-4-ciencia-tecnologia-inovacao-e-empreendedorismo/)

[Linha 5 - Gestão Organizacional](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-5-gestao-organizacional/)

*Grupo 2 –[Prevenção e Promoção da Saúde](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/204940)*

[Linha 1- Epidemologia em Saúde](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-1-epidemiologia-em-saude/)

[Linha 2- Aspectos multidisciplinares da Dor](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-2-aspectos-multidisciplinares-da-dor/)

[Linha 3- Assistência ao usuário no ambiente hospitalar](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-3-assistencia-ao-usuario-no-ambiente-hospitalar/)

[Linha 4- Qualidade de Vida e saúde mental](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-4-qualidade-de-vida-e-saude-mental/)

[Linha 5-Produtos Naturais](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-5-produtos-naturais/)

[Linha 6-Políticas públicas e gestão em saúde](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-6-politicas-publicas-e-gestao-em-saude/)

*Grupo 3 –[Processos Educativos](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2862915505225482)*

[Linha 1- Diversidade, inclusão e inovações pedagógicas](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-1-diversidade-inclusao-e-inovacoes-pedagogicas/)

[Linha 2- Educação, Diversidade Cultural e Manifestações Corporais](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-2-educacao-diversidade-cultural-e-manifestacoes-corporais/)

[Linha 3- Formação de Professores e Práticas Educativas](http://propesq.unirg.edu.br/index.php/linha-3-formacao-de-professores-e-praticas-educativas/)

*Grupo 4 – Direito do Consumidor e Sociedade da Era Digital*

Desenvolver a Pesquisa e a Pós-Graduação no âmbito da Universidade, integrando as áreas de produção de conhecimento científico na pesquisa, extensão e ensino desde a graduação, envolvendo e valorizando toda a comunidade acadêmica.

**Objetivo 1.** Implantar estruturas para a indissociabilidade do ensino, pesquisa, extensão universitária;

* *Meta- Implantação estrutural de apoio administrativo, técnico especializado e capacitação da academia.*

**Objetivo 2.** Estimular a produção científica na Universidade;

* *Meta –Estímulo à produção científica.*

**Objetivo 3.** Manter e alcançar novos convênios e parcerias com instituições públicas e privadas

* *Meta - Convênios e parcerias com instituições públicas e privadas*

**Objetivo 4 –** Aumentar os programas de cursos de pós-graduação na IES

* *Meta - Fortalecimento dos grupos de Pesquisa existentes ou criação de novos grupos*

O Curso de Direito aprovou em reunião do Conselho de Curso as seguintes linhas de pesquisa:

1. **CIDADANIA, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS.** O sentido conceitual que fundamentará a respectiva linha de pesquisa, parte do pressuposto da cidadania como desdobramento do Estado democrático de Direito, composto por cidadãos livres, independentes, vivendo em ambientes econômicos e sociais, que oferecem democraticamente possibilidades de desenvolvimento de suas capacidades individuais e sociais, amparados pelas garantias jurídicas fundamentais (Constituição Federal/88, Art. 5º). A liberdade envolve, portanto, uma concepção de homem sob uma visão holística, envolto em suas múltiplas dimensões, razões pelas quais se tem a perspectiva de desenvolvimento regional como norte dessa política educacional.
2. **RESPONSABILIDADE SOCIAL:** No cenário mundial contemporâneo percebe-se o desenvolvimento de inúmeras transformações de ordem econômica, política, social e cultural que, por sua vez, se adaptam aos novos modelos de relações entre instituições e mercados, organizações e sociedade.
3. **ESTADO, ATIVIDADE ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL:** O objetivo desta linha de pesquisa se assenta no estudo do Direito como instrumento regulador da convivência e da atividade humana frente o princípio constitucional da livre iniciativa e da garantia do meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Após discussões e correções, as linhas de pesquisa acima mencionadas, foram APROVADAS por UNANIMIDADE e no momento estão em processo de formalização de inserção junto à PROPESQ (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade UnirG).

Conforme Quadro 17 deste Projeto Pedagógico, seguem os projetos de Extensão desenvolvidos pelo Curso de Direito, constando o nome do projeto, linhas de pesquisas e docentes envolvidos.

**Quadro 17: Projetos de Extensão do Curso de Direito Proext/UnirG**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME DO PROJETO** | **LINHA DE PESQUISA** | **PROFESSORES** | **ACADÊMICOS** |
| **Meio Ambiente e Cidadania** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Kárita Carneiro Pereira Scotta e Josiniane Braga Nunes | Alunos dos cursos de Direito, de Psicologia e Pedagogia. |
| **UnirG, Direito e Sétima Arte** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Verônica Silva do Prado Disconzi e Vanuza Pires da Costa | Acadêmicos do curso de Direito**:** Acadêmicos de Direito |
| **Projeto Diálogo-Núcleo de Soluções Alternativas para os Conflitos** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Gilson Ribeiro Carvalho Filho, Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva, Maydê Borges Beani Cardoso e Thiago de Almeida Feller | Processo seletivo para acadêmicos de Direito, Pedagogia e Psicologia, a partir do 2.º período. |
| **NPJ nas Escolas** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Vanuza Pires da Costa, Verônica do Prado Disconzi | Acadêmicos de Direito, do 7º e/ou 9º períodos |
| **Programa Hora Cidadã** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Antônio José Roveroni, Alessandra Gomes Duarte Lima, Silvia Helena da Silva Marrafon, Josiniane de Kassia Ribeiro, Cibele Maria Bellezia, Celma Mendonça Milhomem Jardim e Dulcimara Carvalho Moraes | Acadêmicos dos seguintes cursos: 1. Direito (2º ,3º 4º, 5º, 9º e 10º) 2. Jornalismo 3. Letras 4. Psicologia (2º) |
| **Clínica Interdisciplinar de Direitos Humanos** | Cidadania, Estado e Políticas Públicas | Lady Sakay, Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva, Celma Milhomem Jardim, Tânia Maria Lago, Paulo Henrique C. Mattos e Laslei Aparecida Teles Petrilli | Acadêmicos dos cursos de: Enfermagem ( 10º) Direito (6º, 7º, 8º, 9º) Pedagogia ( 5º, 7º e 8º) |

## 4.2.4 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Plano Estratégico de Alinhamento, a internacionalização na UnirG apresenta-se como estratégia chave para atualizar e melhorar o ensino ofertado, levando em consideração economia e sociedade cada vez mais interligadas com o mundo. Para que haja um incremento de habilidades e competências globais nos estudantes de graduação, a UnirG usará integração das dimensões internacional e intercultural possíveis aos cursos existentes, a partir do estímulo à transposição de barreiras linguísticas, da mobilidade docente e discente da aproximação com outras instituições internacionais de ensino superior.

Objetivos Específicos no “Eixo Ensino”

1. Preparar os estudantes da graduação para que possam desempenhar suas atividades acadêmicas e profissionais de forma prática e competente em sociedades internacionais e multiculturais;
2. Divulgar amplamente oportunidades e iniciativas de internacionalização para os acadêmicos, professores e servidores da UnirG, criando a semana da internacionalização prevista no calendário acadêmico;
3. Estimular os cursos a buscarem a dupla diplomação com IES estrangeiras.
4. Ofertar disciplinas total ou parcial em outras línguas estrangeiras nas modalidades presencial, ou EaD.
5. Implantar convênios de intercâmbio com universidades do Mercosul.
6. Proporcionar formação em língua estrangeira para brasileiros, principalmente em inglês.
7. Traduzir os conteúdos das disciplinas, inclusive as suas ementas, para o inglês.
8. Oportunizar a emissão de documentos internos da UnirG também em língua inglesa.

|  |  |
| --- | --- |
| **METAS** | **AÇÕES** |
| **Meta 1:**  **Desenvolvimento da cultura de internacionalização e Capacitação** | Criação do Clube de línguas. |
| Ampliar o projeto de extensão CELU – para aperfeiçoamento do idioma inglês e espanhol em todos os campi para docentes, técnicos administrativos, discentes e egressos. |
| Estimular ações envolvendo as tecnologias de informação e comunicação para promover eventos internacionais dentro da sala de aula. |
| Criar mensalmente ações publicitárias voltadas para a conscientização da internacionalização na universidade. |
| Organizar evento anual sobre internacionalização de currículo, internacionalização doméstica, relações internacionais. |
| **Meta 2:**  **Institucionalização da Internacionalização** | Atualizar os PPC de todos os cursos |
| Elencar disciplinas que devam conter em seu plano de aula ações envolvendo a internacionalização. |
| Remodelar a gestão e os processos voltados à internacionalização para os *campi* da UnirG. |
| Selecionar eventos internacionais para planejamento de possível participação. |
| Incentivar o uso das tecnologias dentro da sala de aula para integração entre as IES internacionais conveniadas. |
| **Meta 3:**  **Incrementar cooperações internacionais visando maior captação de recursos** | Celebrar acordos de cooperação com IES estrangeiras de reconhecido prestígio acadêmico que possuam interesses e motivações pela troca de conhecimentos que envolvam a região em que está inserida a UnirG. |
| Implementar projetos de forma cooperada com pesquisadores, professores e extensionistas de IES estrangeiras ou em rede, bem como a captação conjunta de recursos de financiamento dos projetos. |
| **Meta 4:**  **Ampliar as publicações internacionais qualificadas** | Incentivar publicações internacionais com relevante fator de impacto e em coautoria com autores estrangeiros. |

Inseridas em um mundo em constante transformação e crescente globalização, as universidades precisam formar profissionais preparados para atuar no mundo do trabalho, em nível nacional e internacional, além de cidadãos conscientes e proativos frente aos desafios sociais contemporâneos.

Nesse contexto, a Universidade UnirG estabelece as políticas de Internacionalização articulando ensino, pesquisa e extensão nas suas várias modalidades e inclui no seu PDI o fortalecimento e a transversalização das ações de internacionalização, como um meio para desenvolver a educação superior, aprimorando a qualidade do ensino, da pesquisa e dos serviços prestados pela Universidade à comunidade acadêmica e à sociedade.

Esse processo exige um campo de intercâmbios, ou seja, a interconexão entre as formas diversas de experimentação, bem como metodologias de extensão universitária entre equipes de extensão de diferentes países, em que se espera potencializar a construção do conhecimento que se opera no âmbito das relações universidade-comunidade, oportunizando a pesquisadores-extensionistas e estudantes-extensionistas vivenciarem realidades sociais parcialmente distintas (pela geografia, língua ou pela cultura) e parcialmente comuns (condição econômica, social e tecnológica).

O curso de Direito promoverá ações visando parcerias para projetos de pesquisa a nível internacional. Bem como o incentivo à participação em eventos como “Coffee and Research” realizado em 19 de maio de 2021, sendo uma oportunidade de divulgação para a comunidade acadêmica dos trabalhos científicos publicados no exterior.



Ressalta-se ainda que além das ações supracitadas, a disciplina de Língua Inglesa será inserida como disciplina optativa na próxima estrutura curricular, onde o NDE está iniciando as discussões para nova formulação.

## 4.3 OBJETIVOS DO CURSO

### 4.3.1 Objetivo Geral

Formar cidadãos conscientes de seu papel e de sua atuação, com sólida formação geral, humanistica, proporcionando uma concreta formação teórica e prática, com domínio de conceitos e das terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

### Objetivos Específicos

1. Promover a formação filosófica e humanística do graduando inserindo-o no contexto das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que envolvam saberes interdisciplinares;
2. Desenvolver uma formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais.
3. Proporcionar a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, priorizando métodos alternativos de solução de conflitos em especial aos problemas emergentes, transdisciplinares e aos novos desafios presentes no contexto local, regional e global.
4. Proporcionar, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o acesso a instrumentos que habilitem ao graduando a desenvolver o pensamento jurídico e a aplicação dos conhecimentos adquiridos.
5. Proporcionar uma visão crítica ao graduando, aliada ao desenvolvimento de uma concepção humanista que possibilite a formação de uma consciência sócio-política, conjugada à técnica e ao raciocínio jurídico, essenciais a uma educação integral e à plena realização do acesso à Justiça;
6. Imprimir, no meio acadêmico, valores de ética e de cidadania, permitindo conjugar a expressão técnico-jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais acerca da justiça, da legitimidade e da moral que alicerçam a prática jurídica;

## 4.4 PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi - UnirG objetiva formar cidadãos conscientes de seu papel e de sua atuação, enquanto agentes transformadores da realidade social, pautados na ética, cidadania e responsabilidade social, proporcionando uma sólida formação teórica e prática, com o necessário embasamento nos diversos campos das Ciências Jurídicas, transmitindo aos acadêmicos conteúdos gerais e específicos para que os mesmos, ao concluírem seu bacharelado, além da necessária habilitação técnica, possam contribuir com o aperfeiçoamento da sociedade, de forma crítica e humanística.

O Curso de Direito da UnirG, a partir da proposta de reformulação do Currículo Pleno aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, pretende destacar para o aluno, além de adequada formação técnica, uma formação humanista capaz de habilitá-lo à aplicação do Direito em mundo pós-moderno, segundo às necessidades sociais em vista à solução de conflitos, preservação da paz social, dotando o acadêmico de senso crítico com a finalidade de garantir a constante construção da ciência jurídica, diminuindo as diferenças sociais, culturais e o hiato existente entre o sistema educacional e a realidade.

Elege-se como objetivos do curso de Direito da Unirg: a) voltar-se para a pessoa humana; b) preocupar-se com os verdadeiros problemas da comunidade local e regional; c) atentar para o pleno exercício da cidadania; d) promover a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; e e) respeitar a ordem constitucional, contribuindo, sobretudo, com a defesa da paz e a busca de soluções alternativas de pacificação dos conflitos.

### 4.4.1 Habilidades e Competências

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi-TO, seguindo as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Direito, bacharelado, instituídas pela Resolução n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, de acordo do Conselho Nacional de Educação, visa assegurar ao graduando as seguintes competências e habilidades:

a) interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

b) demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

c) demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

d) dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

e) adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

f) desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

g) compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

h) atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

i) utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

j) aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

k) compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

l) possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

m) desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e

n) apreender conceitos ontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

## 4.5 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi/TO possui carga horária de 4.080 (quatro mil e oitenta) horas/aulas, na modalidade de semestral, com duração de cinco anos, e tempo máximo de integralização acrescido de 50% (cinquenta por cento), e contemplando os seguintes eixos interligados de formação e respectivas cargas horárias, considerados os domínios estruturantes necessários à formação jurídica, aos problemas emergentes e transdisciplinares e aos novos desafios de ensino e pesquisa que se estabeleçam para a formação pretendida.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **EIXO DE FORMAÇÃO** | **Disciplinas** | **Créditos** | **C. HORÁRIA** |
| GERAL | 18 | 55 | 840 |
| TÉCNICO-JURÍDICA | 44 | 177 | 2.640 |
| PRÁTICO-PROFISSIONAL | 04 | 24 | 360 |
| ATIVIDADES COMPLEMENTARES | - | - | 240 |
| **TOTAL** | **66** | **256** | **4.080** |

### 

### 4.5.1. Eixo de Formação Geral

O eixo de formação geral objetiva oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação. É composto de 18 (dezoito) disciplinas, correspondentes a 55 (cinquenta e cinco) créditos, que totalizam a carga horária de 840 (oitocentos e quarenta) horas/aulas, conforme se especifica:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DISCIPLINAS** | **CRÉDITOS** | **C.HORÁRIA** |
| DIR 1000-Antropologia Jurídica | 02 | 30 |
| DIR 1100-Ciência Política e Teoria Geral do Estado | 04 | 60 |
| DIR 1200-Psicologia Jurídica | 02 | 30 |
| DIR 1201-Português I (Com. e Argumentação Jurídica) | 04 | 60 |
| DIR 1202-Português II (T. da Arg. no discurso jurídico) | 02 | 30 |
| DIR 1300-Economia Política | 04 | 60 |
| DIR 1400-História do Direito | 02 | 30 |
| DIR 1401-Ética Geral | 02 | 30 |
| DIR 1402-Ética Profissional | 02 | 30 |
| DIR 1501-Filosofia, Lógica e Direito | 04 | 60 |
| DIR 1502-Filosofia do Direito | 04 | 60 |
| DIR 1601-Introdução ao Estudo do Direito I | 04 | 60 |
| DIR 1602-Introdução ao Estudo do Direito II | 04 | 60 |
| DIR 1701-Metodologia da Pesquisa Jurídica I | 04 | 60 |
| DIR 1702-Metodologia da Pesquisa Jurídica II | 02 | 30 |
| DIR 1801-Sociologia Geral | 04 | 60 |
| DIR 1802-Sociologia Jurídica | 04 | 60 |
| DIR 2700 – Direito e Tecnologia da Informação e Comunicação | 02 | 30 |
| TOTAL | 55 | 840 |

### 4.5.2. Eixo de Formação Técnico-Jurídica

O eixo de formação técnico-jurídica abrange além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais. É composto de 45 (quarenta e cinco) disciplinas, correspondentes a 178 (cento e setenta e oito) créditos, que totalizam a carga horária de 2.670 (duas mil, seiscentos e setenta) horas/aulas, conforme especifica.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DISCIPLINAS | CRÉDITOS | C.HORÁRIA |
| DIR 2100-Direito Agrário | 04 | 60 |
| DIR 2200-Direito Ambiental | 04 | 60 |
| DIR 2201-Direito Administrativo I | 04 | 60 |
| DIR 2202-Direito Administrativo II | 04 | 60 |
| DIR 2203-Direito Administrativo III | 04 | 60 |
| DIR 2300-Direito Internacional Público e Privado | 04 | 60 |
| DIR 2301-Direito Civil I | 04 | 60 |
| DIR 2302-Direito Civil II | 04 | 60 |
| DIR 2303-Direito Civil III | 04 | 60 |
| DIR 2304-Direito Civil IV | 04 | 60 |
| DIR 2305-Direito Civil V | 04 | 60 |
| DIR 2306-Direito Civil VI | 04 | 60 |
| DIR 2307-Direito Civil VII | 04 | 60 |
| DIR 2310-Teoria Geral do Processo | 04 | 60 |
| DIR 2311-Direito Processual Civil I | 04 | 60 |
| DIR 2312-Direito Processual Civil II | 04 | 60 |
| DIR 2313-Direito Processual Civil III | 04 | 60 |
| DIR 2314-Direito Processual Civil IV | 04 | 60 |
| DIR 2315-Direito Processual Civil V | 04 | 60 |
| DIR 2316-Direito Processual Civil VI | 04 | 60 |
| DIR 2400-Direito Eleitoral | 04 | 60 |
| DIR 2401-Direito Constitucional I | 04 | 60 |
| DIR 2402-Direito Constitucional II | 04 | 60 |
| DIR 2403-Direito Constitucional III | 04 | 60 |
| DIR 2500-Direito Previdenciário | 04 | 60 |
| DIR 2501-Direito de Empresa I | 04 | 60 |
| DIR 2502-Direito de Empresa II | 04 | 60 |
| DIR 2503-Direito de Empresa III | 04 | 60 |
| DIR 2600-Medicina Legal | 04 | 60 |
| DIR 2601-Direito de Trabalho I | 04 | 60 |
| DIR 2602-Direito de Trabalho II | 04 | 60 |
| DIR 2611-Direito Processual do Trabalho I | 04 | 60 |
| DIR 2612-Direito Processual do Trabalho II | 04 | 60 |
| DIR 2701-Direito Penal I | 04 | 60 |
| DIR 2702-Direito Penal II | 04 | 60 |
| DIR 2703-Direito Penal III | 04 | 60 |
| DIR 2704-Direito Penal IV | 04 | 60 |
| DIR 2705-Direito Penal V | 04 | 60 |
| DIR 2711-Direito Processual Penal I | 04 | 60 |
| DIR 2712-Direito Processual Penal II | 04 | 60 |
| DIR 2713-Direito Processual Penal III | 04 | 60 |
| DIR 2714-Direito Processual Penal IV | 04 | 60 |
| DIR 2801-Direito Tributário I | 04 | 60 |
| DIR 2802-Direito Tributário II | 04 | 60 |
| TOTAL | 177 | 2.640 |

### 4.5.3. Eixo de Formação Prático-profissional

O eixo de formação prático-profissional objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, conforme se especifica:

#### 4.5.3.1. Prática Jurídica – Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)

A prática jurídica desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) além de ser componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do graduando, é composta por aulas teóricas e práticas no total de 04 disciplinas, correspondendo a 24 (vinte e quatro créditos) que totalizam 360 (trezentos e sessenta) horas/aulas, assim distribuídas: 08 (oito) créditos que correspondem a 120 (cento e vinte) horas/aulas expositivas teóricas na modalidade EAD e práticas de 16 (dezesseis) créditos correspondentes a 240 (duzentos e quarenta) horas/aulas no Núcleo de Práticas Jurídicas, conforme especifica:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Práticas Jurídicas | TEORIA | | PRÁTICA | |
| (EAD) | | (NPJ) | |
|  | CRÉDITOS | HORAS | CRÉDITOS | HORAS |
| DIR 3311-Prática Forense I (CIVIL) | 02 | 30 | 04 | 60 |
| DIR 3712-Prática Forense II (PENAL) | 02 | 30 | 04 | 60 |
| DIR 3313-Prática Forense III (CIVIL) | 02 | 30 | 04 | 60 |
| DIR 3714-Prática Forense IV (PENAL) | 02 | 30 | 04 | 60 |
| TOTAL | 08 | 120 | 16 | 240 |

### 4.5.4. Atividades Complementares

As atividades complementares objetivam enriquecer e complementar os elementos de formação do perfil do graduando, e que possibilitam o reconhecimento da aquisição, pelo discente, de conteúdos, habilidades e competências, obtidas dentro ou fora do ambiente acadêmico, que estimulem atividades culturais, transdisciplinares e inovadoras, a critério do estudante, respeitadas as normas institucionais do curso.

Desta maneira, são desenvolvidas por meio de mecanismos interdisciplinares, institucionais, a partir de interação dos docentes de cada período da estrutura curricular do curso.

Tais atividades consistem em seminários, extensão, monitorias, práticas extracurriculares, outras desenvolvidas em atenção às competências e habilidades propostas no curso e, em atividades quem envolvem disciplinas pertencentes aos demais cursos de graduação da Universidade UNIRG ou em atividades extracurriculares oferecidas em conformidade com programas complementares e interdisciplinares, desenvolvidas pela instituição no decorrer do curso.

Deverão ser integralizadas pelo acadêmico a título de atividades complementares e interdisciplinares, a carga horária mínima de 240 (duzentas e quarenta) horas/aulas, das quais 120 (cento e vinte) horas/aulas deverão ser desenvolvidas em disciplinas extracurriculares inseridas em programas de formação complementar e interdisciplinar; e desenvolvidas pela instituição no decorrer do curso e/ou em outras disciplinas pertencentes a outros cursos de graduação do Centro Universitário UNIRG; e as outras 120 (cento e vinte) horas/aulas deverão ser desenvolvidas nas seguintes atividades:

1. DIR 4001-Atividades de pesquisa e extensão orientadas por docente do Curso de Graduação em Direito ou integrantes de projetos institucionais ou interinstitucionais de pesquisa e extensão;
2. DIR 4002-Monitorias em disciplinas pertencentes ao currículo pleno do curso de Graduação em Direito;
3. DIR 4003-Estágios extracurriculares desenvolvidos com base em convênios firmados pelo Centro Universitário UNIRG (Ministério Público, Magistratura, escritórios de advocacia, Delegacias, Defensoria Pública etc...)
4. DIR 4004-Atividades interdisciplinares diversas, participações em eventos jurídicos e culturais (seminários, simpósios, congressos, conferências, etc.);

### 4.5.5. Trabalho de Curso

O Trabalho de Curso constitui-se em componente curricular obrigatório que deverá ser desenvolvido individualmente pelo graduando de conformidade com a regulamentação própria constante do regimento acadêmico da Instituição, do Curso e do Núcleo de Prática Jurídica.

### 4.5.6. Articulação da Teoria com a Prática

No curso de Direito a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

Para isto as metodologias sociointerativas contribuem com esta articulação, estimulando no curso de Direito a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino e aprendizagem como instrumentos de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa, da discussão, do debate, do levantamento de situações-problema para análise crítica.

A integralização curricular incluirá além da prática jurídica (NPJ), atividades complementares e o Trabalho de Curso, a serem desenvolvidas ao longo do curso, destinadas a promover a interdisciplinaridade e a transversalidade, contemplando as experiências do graduando, abrigando atividades de iniciação científica, extensão e eventos culturais, científicos e educacionais.

### 4.5.7 Flexibilidade

As diretrizes pedagógicas adotadas para o curso de Direito conduzem à flexibilização dos componentes curriculares, ou seja, o projeto pedagógico busca contemplar as inovações que possibilitem essa flexibilidade, sob a égide do regime seriado, adotado pela IES, o que permite a oferta, em cada período letivo, de um bloco fixo de disciplinas e outro flexível, com disciplinas ofertadas para a escolha do aluno, sob a forma de disciplinas optativas. O currículo do curso está de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo Ministério da Educação, que permite essa flexibilidade.

Outra forma de flexibilização são as Atividades Complementares, as quais apresentam-se como integrantes de espaço curricular propício ao desenvolvimento e atendimento das individualidades do educando.

### 4.5.8 Intra-Interdisciplinaridade e Transversalidade

A UnirG entende ser de fundamental importância à aplicação do conceito da interdisciplinaridade no processo ensino e aprendizagem, em que corresponde à substituição de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do ser humano. O termo interdisciplinaridade e transversalidade significa uma relação de reciprocidade, de maturidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento.

Além disso, é importante que os estudantes percebam como os conteúdos escolhidos para o curso se combinam e se relacionam, caracterizando uma aprendizagem que prevê o desenvolvimento de múltiplos raciocínios e interpretações sobre um mesmo objeto de estudo.

A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas e pelo grau de integração real das disciplinas do curso, no interior do projeto pedagógico da instituição de ensino superior. Assim, este projeto pedagógico de curso propõe as seguintes ações para efetivação da interdisciplinaridade:

* Construção, em equipe interdisciplinar, de conteúdo para atividades integradoras e de autoestudo;
* Organização de espaços de discussão docente para estabelecer o inter-relacionamento entre as diversas disciplinas que compõem o currículo deste curso e discutir a elaboração dos seus planos de ensino e aprendizagem;
* Integração teoria e prática por meio de programas como: pesquisa, monitoria, estágio supervisionado e atividades complementares.

A interdisciplinaridade como o processo de desdobramento do conhecimento a ser adquirido, dá ênfase aos campos de saber necessários à formação do indivíduo. Torna-se fundamental que tanto a interdisciplinaridade, como a interdisciplinaridade sejam integradas, para não haver um excessivo perigo de compartimentalizados e distanciarmos os saberes.

E dentro deste contexto, a transversalidade apresenta-se como um caminho possível de integração e interação do conhecimento, sendo um modo de reflexão-ação, capaz de desconstruir e reconstruir a relação entre os diversos saberes, ressignificando-os. Portanto, a interdisciplinaridade, e transversalidade estão presentes nas ações didático-pedagógicas da UNIRG integrando-as de maneira harmônica em todo o processo de ensino-aprendizagem.

### 

### 4.5.9 Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal.

A Universidade de Gurupi-UnirG, desde suas origens, demonstra preocupação em levar educação de qualidade para as pessoas de todas as classes, credos e raças, respeitando todo e qualquer tipo de necessidade ou dificuldade de ordem física ou cognitiva.

Desta forma, desenvolve uma política de acessibilidade de modo a garantir o atendimento à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, bem como ao Decreto 5.296/04 e a Lei nº13.146/15, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com relação aos alunos portadores de deficiência física, as instalações da Instituição atenderão aos seguintes requisitos:

• Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;

• Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;

• Rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;

• Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

• Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;

• Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a Instituição assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

• Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado ao computador;

• Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático. Quanto aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso;

• Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

• Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

• Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

• Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva. A respeito do tratamento diferenciado, a instituição está comprometida em disponibilizar as seguintes estruturas:

• Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;

• Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

• Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;

• Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

• Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

• Sinalização ambiental para orientação;

• Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

• Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e

• Existência de local de atendimento específico.

Além disso, em atendimento ao disposto pela Lei N° 12.764/12, referente aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mantém estrutura para atendimento no HELP, com a qual o aluno pode, por meio de agendamento, ter o atendimento especializado.

### 4.5.10. Matriz curricular

Em cumprimento as detreminações dos artigos da Resolução 03/2007-CNE:

Art. 1º A hora-aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior.

§ 1º Além do que determina o caput, a hora-aula está referenciada às questões de natureza trabalhista.

§ 2º A definição quantitativa em minutos do que consiste a hora-aula é uma atribuição das Instituições de Educação Superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.

Art. 2º Cabe às Instituições de Educação Superior, respeitado o mínimo dos duzentos dias letivos de trabalho acadêmico efetivo, a definição da duração da atividade acadêmica ou do trabalho discente efetivo que compreenderá:

I– preleções e aulas expositivas;

II– atividades práticas supervisionadas, tais como laboratórios, atividades em biblioteca, iniciação científica, trabalhos individuais e em grupo, práticas de ensino e outras atividades no caso das licenciaturas.

Art. 3º A carga horária mínima dos cursos superiores é mensurada em horas (60 minutos), de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo.

Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 261/2006 e desta Resolução, conjugado com os termos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e Resolução CNE/CES nº 2/2007, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES, nos termos da Portaria Normativa nº 1/2007.

Art. 5º O atendimento do disposto nesta resolução referente às normas de hora-aula e às respectivas normas de carga horária mínima, aplica-se a todas as modalidades de cursos – Bacharelados, Licenciaturas, Tecnologia e Sequenciais.

E conforme a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB 9394/96) em seu Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Quanto aos conceitos adotados em relação ao Ano Acadêmico: O ano acadêmico não é composto de 365 dias, mas sim de 200 dias de trabalho escolar efetivo, conforme a LDB. A semana acadêmica, por sua vez, é composta por 6 dias (segunda a sábado), o que implica haver no mínimo 17 semanas por semestre em um ano escolar (17 semanas x6 dias = 102 dias. No entanto, conforme Parecer CNE/CES n 261/2006: “A hora-aula é decorrente de necessidades acadêmicas das instituições de educação superior, não obstante também está referenciada às questões de natureza trabalhista. Nesse sentido, a definição quantitativa em minutos do que consistea hora-aula é uma atribuição das instituições de educação superior, desde que feita sem prejuízo ao cumprimento das respectivas cargas horárias totais dos cursos.” (grifo nosso)

Desta forma, conclui-se que a hora-aula equivale ao padrão unitário de tempo utilizado pela instituição para definir a carga horária necessária ao desenvolvimento de cada conteúdo curricular (a carga horária de cada disciplina é fixada em horas-aula). Duração da Hora- Aula: A quantificação do número de minutos de uma hora-aula é uma questão pedagógica, a ser administrada pela instituição, a partir de sua realidade e projetos institucionais. Pode ou não coincidir com a hora relógio, respeitados o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, as orientações das Diretrizes Curriculares e as cargas horárias mínimas dos cursos, quando for o caso, além das demais normas legais vigentes.

Com base no exposto, a hora-aula pode ser menor que 60 min, mas o total da carga horária dos cursos deve ser mantida em hora relógio. O que devemos é garantir que as estruturas curriculares dos cursos cumpram as cargas horárias mínimas estabelecidas nas Diretrizes de curso em “horas-relógio”, respeitando o período mínimo de 200 (duzentos) dias letivos.

Nesse sentido, considerando a média geral da Carga Horária de Integralização dos cursos da UnirG, o nosso sistema acadêmico trabalha com uma média de carga horária de integralização de horas-relógio, conforme segue abaixo:

Então, **uma disciplina de 60 horas equivale a 3600 minutos (60 horas x 60min = 3600 minutos – hora-relógio).** Dividindo esse total por 50 minutos (hora-aula adotada na UnirG) resulta no Encargo Didático de 72 horas-aula.

**A) Modelo vigente na UnirG**

* 15 horas: Para se saber exatamente como é calculado o crédito do Curso, observe: 1 crédito equivale a 15 horas de aula teórica ou 30 horas de aula prática por semestre. No caso dos Requisitos Curriculares Complementares, o crédito é determinado de acordo com a atividade desenvolvida.
* Para cada 1 crédito com 15 horas relógio, visto que as aulas ministradas na Universidade UnirG são de 50 minutos, teremos 18 horas aula. Por isso é necessários 18 encontros de acordo com os créditos de cada disciplina.

Ex: disciplina de 1 crédito - 15hs/relógio x 60min/50min = 18hs aula

Ex: disciplina de 2 créditos - 30hs/relógio x 60min/50min = 36hs aula

Ex: disciplina de 4 créditos - 60hs/relógio x 60min /50min = 72hs aula

- CÁLCULO DE HORA/RELÓGIO

60h/aula ÷ 50min X 60min: 72h/relógio

- CÁLCULO DE HORA/AULA

72 X 50min ÷ 60min = 60h/aula

Duração da semana letiva: 06 (seis) dias – Segunda à Sábado;

Período de horas-aula por turno: 04 (quatro)

Duração da hora-aula: 50 minutos

Duração do Semestre Letivo: 18 (dezoito) semanas que correspondem aos 108 dias letivos.

Uma disciplina de 60 horas = 72 horas-aula (de 50 minutos) considerando 4 aulas por semana: 18 semanas x 4 aulas/semana X 50 min/aula = 3600 minutos.

Segue abaixo a matriz curricular do curso de Direito.

*Arquitetura curricular do curso de Direito*

|  |  |
| --- | --- |
| Curso: Graduação em Direito  Regime: Semestral  Período: Noturno e matutino  Número de vagas: 120 vagas (60 vagas Matutino e 60 vagas Noturno)  Vigência: a partir de 2017-2  Duração mínima: 10 semestres (5 anos)  Duraçao máxima: 15 semestres (7 anos e meio) | Total de créditos: 256  Atividades complementares: 240 horas  Carga Horária Total: 4.080 horas |

### Tabela Descrição gerada automaticamenteInterface gráfica do usuário, Aplicativo, Tabela Descrição gerada automaticamenteInterface gráfica do usuário, Aplicativo, Tabela Descrição gerada automaticamente

### Tabela Descrição gerada automaticamenteInterface gráfica do usuário, Aplicativo, Tabela Descrição gerada automaticamenteInterface gráfica do usuário, Aplicativo, Tabela Descrição gerada automaticamente

Matriz curricular do curso de Direito apresentado em blocos:

Teclado de computador

Descrição gerada automaticamente

### 4.5.11 Conteúdos Curriculares

A definição dos conteúdos desenvolvidos no curso de Direito partiu de premissas teóricas, onde a elaboração curricular leva em conta a análise da realidade, operada com referenciais específicos, tais como:

* sócioantropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado;
* psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;
* epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;
* pedagógico, que se apropria do conhecimento gerado na sala de aula em experiências prévias, bem como, por meio da ressignificação dos conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos pautados na problematização requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização, estudos em grupos entre outras.

**Tabela - Distribuições de carga horária em Componentes Curriculares, Prática Jurídica e Atividades Complementares.**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Componentes** | **Carga Horária** | **Número de Créditos** |
| Componentes Curriculares | 3.480 | 232 |
| Estágio Curricular | 360 | 24 |
| Atividades Complementares | 240 | - |
| **Total** | **4.080** | **256** |

### 4.5.12. Da modalidade de ensino EAD

O curso trabalha com as seguintes disciplinas à distância:

|  |  |
| --- | --- |
| **Com 50% em EAD e os outros 50% presenciais** | **100% em EAD** |
| 1º período – Metodologia da Pesquisa Jurídica I (30H);  2º período – Economia Política (30H);  3º período – Direito de Empresa I (30H);  4º período – Direito de Empresa II (30H);  6º período – Direito Eleitoral (30H);  7º período – Ética Geral (15H);  8º período - Direito da Tecnologia e Informação e Comunicação - (15H) e Direito de Empresa III - (30H);  9º período – Direito Processual Civil VI - (30H) e Direito Ambiental - (30H);  10º período – Direito Previdenciário (30H), Direito Tributário II (30H) e Ética Profissional (15H) | **Aulas Teóricas da Prática** Forense I (30H)  Aulas Teóricas da Prática Forense II (30H)  Aulas Teóricas da Prática Forense III (30H)  Aulas Teóricas da Prática Forense IV (30H) |
| **345 horas** | **120 horas** |
| **TOTAL DE 465 HORAS** | |

### 4.5.13 Ementas e bibliografias

As ementas das disciplinas foram elaboradas visando compatibilizar o projeto pedagógico do curso com seus respectivos objetivos e o perfil do egresso, com ênfase em suas habilidades e competências.

As ementas irão nortear os professores que trabalharão conforme suas visões de mundo, ideias, práticas e representações sociais. Os docentes do curso de Direito deverão:

* Adotar como referência a prática profissional, analisando criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática;
* Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida;
* Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

As referências bibliográficas constam também dos materiais da Biblioteca do acervo digital – Minha biblioteca. A UnirG no início do semestre 2019/02 adquiriu a MINHA BIBLIOTECA (minhabiblioteca.com.br), uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por mais de 20 selos editoriais das principais editoras de livros acadêmicos do Brasil. Por meio da minha biblioteca, estudantes, professores e profissionais, tem acesso rápido, fácil e simultâneo à milhares de títulos, basta acesso à Internet.

Anexo II -Lista de referências Acervo físico da Biblioteca do Campus I – 2020

**EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS**

|  |
| --- |
| **1ºPERÍODO** |
| **ANTROPOLOGIA JURÍDICA (30H)** |
| **EMENTA** |
| MÉTODO E CONCEITOS BÁSICOS DA ANTROPOLOGIA. ESTUDO DA ANTROPOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM O DIREITO. ANTROPOLOGIA CONTEMPORÂNEA. |
| **Bibliografia Básica:**   1. 1. LAPLATINE. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2008. 2. 2.MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zelia Maria Neves. Antropologia: uma introdução. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 324 p.   3. PAULINO, Gustavo Smizmaul. Antropologia Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2010.  **Bibliografia Complementar:**  1. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 291 p.   1. 2. FULLER, Lon L. O Caso dos exploradores de cavernas. São Paulo: Edijur, 2010. 67 p.   3. PEREIRA, Paula Cargnin. Conceitos de direitos dos povos ágrafos, etnia, alteridade e fricção interétnica, etnocentrismo e genocídio cultural, tolerância, estados nacionais, autodeterminação e direitos humanos. portal jurídico investidura, Florianópolis/SC, 15 Jun. 2008. Disponível em: [www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/antropologia-juridica/199.](http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/antropologia-juridica/199) Acesso em: 14 Dez. 2011.   1. 4. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 2. 5. SILVA, Orlando Sampaio et. al. (Org.). A perícia antropológica em processos judiciais. Florianópolis: UFSC, 1994. |
| **FILOSOFIA, LÓGICA E DIREITO (60H)** |
| **EMENTA** |
| FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA; AS PRINCIPAIS CORRENTES FILOSÓFICAS ANTIGAS E CONTEMPORÂNEAS. OBJETO E MÉTODOS FILOSÓFICOS. SISTEMAS DE IDÉIAS. CONCEITOS BÁSICOS DE LÓGICA FORMAL E DIALÉTICA; ESTUDO DE LÓGICA DEÔNTICA. COMPREENSÃO CRÍTICA DA CONSISTÊNCIA LÓGICA DO DIREITO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005. 424 p.  2. FULLER, Lon L. Caso dos exploradores de cavernas (o). São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2003. 79 p.  3. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social: princípios do direito político. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 189 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ARISTÓTELES. A política. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 319 p. (clássicos).  2. COPI, Irving. Introdução à lógica. Rio de Janeiro: Mestre Jou, 1978. 488 p.  3. NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Lógica aplicada à advocacia: teoria de persuasão. São Paulo: Saraiva, 1991. 233 p.  4. PLATÃO. A república. São Paulo: Martin Claret, 2007. 320 p. (Coleção a obra-prima de cada autor).  5. SCHAEFER, Sérgio. A lógica dialética: um estudo da obra filosófica de Caio Prado Júnior. São Paulo: Movimento, 1985. 13. 143 p. |
| **HISTÓRIA DO DIREITO (30H)** |
| **EMENTA** |
| ESTUDO CRÍTICO DAS CARACTERÍSTICAS EVOLUTIVAS DO DIREITO, DESDE SUAS PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES ATÉ A CONTEMPORANEIDADE, COM ABORDAGEM ESPECIAL DE ASPECTOS RELEVANTES DA EVOLUÇÃO DO DIREITO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CASTRO, Flávia Lages de. História do direito: geral e Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 579 p.  2. MACIEL, José Fabio Rodrigues (Coord.). História do direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 181 p. (Roteiros Jurídicos).  3. NASCIMENTO, Walter Vieira do. Lições de história do direito. 15. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 299 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. LEAL, Aurelino. História constitucional do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2002. 254 p. (Coleção história constitucional brasileira).  2. LESSA, Pedro. Do poder judiciário. Brasília: Senado Federal, 2003. 444 p. (Coleção história constitucional brasileira).  3. MIRANDA, Pontes de. História e prática do arresto ou embargo: direito positivo comparado: processual, comercial e internacional. Campinas: Bookseller, 1999. 454 p.  4. MIRANDA, Pontes de. História e prática do habeas-corpus: Direito constitucional e processaul comparado. São Paulo: Saraiva, 1979. 2. 283 p.  5. TUCCI, José Rogério Cruz e; AZEVEDO, Luiz Carlos de. Lições de processo civil canônico: história e direito vigente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. 241 p. |
| **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I (60H)** |
| **EMENTA** |
| EPISTEMOLOGIA JURÍDICA: CARACTERES, FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA E PROBLEMAS DA CIÊNCIA DO DIREITO. TEORIA GERAL DO DIREITO E CONCEITOS JURÍDICOS FUNDAMENTAIS: DIREITO POSITIVO; DIREITO OBJETIVO; DIREITO SUBJETIVO; DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO. FONTES DO DIREITO. TEORIA DA NORMA E DO ORDENAMENTO JURÍDICO. VALIDADE E VIGÊNCIA DO DIREITO NO TEMPO E NO ESPAÇO.  **Bibliografia Básica:**  1. MARQUES, Eduardo Lorenzetti. Introdução ao estudo do direito. São Paulo: LTr, 1999. 185 p.  2. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 391 p.  3. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 33. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 422 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 35. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 465 p.  2. KÜMPEL, Vitor Frederico. Introdução ao estudo do direito: lei de introdução ao código civil e hermenêutica jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 208 p.  3. NUNES, Rizzatto. Manual de introdução ao estudo do direito. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 417 p.  4. PAUPERIO, Artur Machado. Introdução ao estudo do direito. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 340 p.  5. VENOSA, Sílvio de Salvo. Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 311 p. |
| **PORTUGUÊS I (60H)** |
| **EMENTA** |
| COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS. PRODUÇÃO TEXTUAL COM CLAREZA, OBJETIVIDADE E ADEQUAÇÃO À NORMA CULTA. SOLUÇÃO DE FALHAS REDACIONAIS MAIS COMUNS.TIPOLOGIA TEXTUAL. MECANISMOS DE COESÃO E COERÊNCIA. REESCRITURA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. GRANATIC, Branca. Técnicas básicas de redação. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2000. 173 p.  2. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 17. ed. rev. e ampl. São Paulo: Contexto, 2002. 84 p.  3. ORLANDI, Eni Pulcinelli. Discurso e leitura. 6. ed. Campinas: Cortez, 2001. 118 p. (Coleção passando a limpo).  **Bibliografia Complementar:**  1. BECHARA, Evanildo. Ensino da gramática: opressão? Liberdade. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989. 77 p.  2. DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 301 p.  3. KLEIMAN, Ângela. Leitura: ensino e pesquisa. 3. ed. Campinas: Pontes, 2008. 213 p. (Biblioteca Prof. Roberval L. de Aguiar)  4. LUFT, Celso Pedro. Língua e liberdade: o gigolô das palavras. São Paulo: L PM, 1985. 110 p.  5. NASCIMENTO, Edmundo Dantes. Linguagem forense: redação forense - a língua portuguesa aplicada à linguagem do foro. São Paulo: Saraiva, 1992. 312 p. |
| **METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA I (60H)** |
| **EMENTA** |
| MÉTODO E EFICIÊNCIA NOS ESTUDOS PARA ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS JURÍDICAS; NORMAS TÉCNICAS DA INFORMAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO; LEITURA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO; PESQUISA BIBLIOGRAFICA; REDAÇÃO E COMUNICAÇÕES DE PRÉPROJETO DE PESQUISA JURÍDICA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CARVALHO, Maria Cecília M. de (Org.). Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 16. ed. Campinas: Papirus, 2005. 175 p.  2. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315 p.  3. LEITE, Eduardo de Oliveira. A Monografia jurídica. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 419 p. (Série métodos em direito; v. 1).  **Bibliografia Complementar:**  1. FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. Campinas: Cortez, 1997. 174 p.  2. TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 3. ed. Belém: Grapel, 2001. 107 p.  3. HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso, metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 298 p.  4. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.  5. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 108 p. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). |
| **SOCIOLOGIA GERAL (60H)** |
| **EMENTA** |
| ASPECTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO. A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM AS DEMAIS DISCIPLINAS. ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DOS CLÁSSICOS: MAX, WEBER E DURKHEIM – CONCEITO, OBJETO E MÉTODO. O ESTADO LIBERAL E O ESTADO HISTÓRICOCRÍTICO. MOVIMENTOS SOCIAIS |
| **Bibliografia Básica:**  1. COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. São Paulo: Moderna, 2005.  2. FERREIRA,Delson. Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.  3. OLIVEIRA, Pérsio Santos de. Introdução à sociologia. 24. ed. São Paulo: Ática, 2002.  **Bibliografia Complementar:**  1. CASTRO, C. P. Sociologia do direito: fundamentos de sociologia geral. 8. ed. São Paulo: Atlas. 2003. GIDDENS, A. Teoria social hoje. São Paulo: UNESP. 1999.  2. DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Editora Nacional, 1987. 127 p. (Biblioteca universitária. série 2, v. 44).  3. ENGELMANN, Fabiano. Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do direito. Porto Alegre: S.A. Fabris, 2006.  4. FRAMARINO DEI MALATESTA, Nicola. A Sociedade e o Estado: introdução sociológica ao estudo do direito público. Campinas: LZN, 2003.  5. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1999. 233 p. (Biblioteca pioneira de ciências sociais). |
| **2º PERÍODO** |
| **CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA GERAL DO ESTADO (60H)** |
| **EMENTA** |
| EVOLUÇÃO HISTÓRICA E TEORIA JURÍDICA DO ESTADO. ANÁLISE DOS FENÔMENOS POLÍTICOS E DAS PRÁTICAS POLÍTICAS CORRENTES NA SOCIEDADE. RECUPERAÇÃO HISTÓRICA DO APARATO CIENTÍFICO E IDEOLÓGICO DA POLÍTICA MODERNA E CONTEMPORÂNEA. ANÁLISE DE PROCESSOS POLÍTICOS PREDOMINANTES NA AMÉRICA |
| **Bibliografia Básica:**  1. BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003. 498 p.  2. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 312 p.  3. PLATÃO. A república. São Paulo: Martin Claret, 2007. 320 p. (Coleção a obra-prima de cada autor).  **Bibliografia Complementar:**  1. BERLOFFA, Ricardo Ribas C. Introdução ao curso de teoria geral do estado e ciências políticas. Campinas: Bookseller, 2004. 416 p.  2. CICCO, Cláudio de; GONZAGA, Álvaro de Azevedo. Teoria geral do estado e ciência política. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 317 p.  3. ESPINOSA, Baruch de. Pensamentos metafísicos; tratado da correção do intelecto; tratado político; correspondência. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 391 p. (Os pensadores).  4. FERNANDO, Paulo. Freios e contrapesos: Checks and balances. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 199 p.  5. GALBRAITH, J. Kenneth. Anatomia do poder. São Paulo: Pioneira, 1999. 205 p. |
| **PORTUGUÊS II (Teoria da Argumentação no Discurso Jurídico) (30H)** |
| **EMENTA** |
| TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO; DEMONSTRAÇÃO E ARGUMENTAÇÃO; OPERADORES ARGUMENTATIVOS; ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS; MARCAS DE ESTILO; ESTRUTURA DO TEXTO JURÍDICO ARGUMENTATIVO. ORATÓRIA, LEITURA DINÂMICA E SUPER APRENDIZAGEM. |
| **Bibliografia Básica:**  1. ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica. 2. ed. São Paulo: Landy, 2005. 334 p.  2. DAMIÃO, Regina Toledo; HENRIQUES, Antonio. Curso de português jurídico. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 301 p.  3. FULLER, Lon L. Caso dos exploradores de cavernas (o). São Paulo: Edijur, 2010. 67 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CASTELLIANO, Tania. Desperte! É tempo de falar em público. Rio de Janeiro: Record, 1999. 172 p.  2. CITELLI, Adilson. Linguagem e persuasão. 16. ed. rev. e atual. São Paulo: Atica, 2005. 103 p. (Série princípios, v. 17).  3. GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 17. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. 521 p.  4. MONTEIRO, Cláudia Servilha. Direito argumentativo e direito discursivo: a contribuição de Perelman e o desafio de Habermas para a Teoria da Argumentação Jurídica. Disponível em:<http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\_pmetabusca&mn=70&smn=78&metalib=&func=meta-1&type=m&mn=88&smn=89>. Acesso em 14.12.2011.  5. POLITO, Reinaldo. Assim é que se fala: como organizar a fala e transmitir ideias. São Paulo: Saraiva, 2005. 239 p. |
| **DIREITO CIVIL I (60H)** |
| **EMENTA** |
| EXAME DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO E O ESTUDO DOS OBJETIVOS E FINALIDADES DA TEORIA GERAL DO DIREITO. AS PESSOAS. OS DIREITOS DA PERSONALIDADE. OS BENS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1. 616 p.  2. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1. 561 p.  3. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 1. 604 p. (Coleção direito civil, v. 1).  **Bibliografia Complementar:**  1. BRASIL. Código civil e legislação civil em vigor. 24. ed. atual. até 10 de fevereiro de 2005. São Paulo: Saraiva, 2005. 1753 p.  2. DINIZ, Maria Helena. Código civil anotado. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 1722 p.  3. GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil: parte geral. Abrangendo os códigos civis de 1916 e 2002. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1. 498 p.  4. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: parte geral. 34. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. 354  5. TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. São Paulo: Método, 2005. 364 p. (Série concursos públicos, v. 1). |
| **ECONOMIA POLÍTICA (60H)** |
| **EMENTA** |
| A ECONOMIA COMO CIÊNCIA SOCIAL. TEORIA ECONÔMICA. SISTEMAS ECONÔMICOS. POLÍTICA ECONÔMICA E SEUS INSTRUMENTOS. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. GALVES, Carlos. Manual de economia política atual. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004. 595 p.  2. GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 478 p.  3. FLORÃO, Santo Reni. Introdução à administração: globalização & empresa. 2. ed. Goiânia: Kelps, 2001. 120 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BOADA, Luis. Uma economia poética. São Paulo: Brasiliense, 1987. 98 p.  2. BRANCO Rodrigo Castelo. A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade. Disponível em:<http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\_pmetabusca&mn=70&smn=78&metalib= &func=meta-1&type=m&mn=88&smn=89>. Acesso em 14.12.2011.  3. MARX, Karl. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos filosóficos. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. 272 p.  4. PIETROCOLLA, Luci Gati. O que todo cidadão precisa saber sobre sociedade de consumo. São Paulo: Global, 1986. 18. 123 p. (Cadernos de educaçao política. Serie sociedade e estado, 18).  5. WALRAS, Léon. Compêndio dos elementos de economia política pura. Porto Alegre: Sagra- DC-Luzzatto, 1983. 269 p. |
| **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO II (60H)** |
| **EMENTA** |
| HERMENÊUTICA JURÍDICA: O SENSO COMUM TEÓRICO DOS JURISTAS; INTERPRETAÇÃO E IDEOLOGIA; FORMALISMO E REALISMO NA INTERPRETAÇÃO JURÍDICA; OS MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO; INTEGRAÇÃO DO DIREITO; ANTINOMIAS JURÍDICAS. |
| **Bibliografia Básica:**   1. 1. REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 391 p. 2. 2. MARQUES, Eduardo Lorenzetti. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: LTr, 1999. 185 p.   3. NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 33. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 422 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 35. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 465 p.  2. KÜMPEL, Vitor Frederico. **Introdução ao estudo do direito**: lei de introdução ao código civil e hermenêutica jurídica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009. 208 p.  3. NUNES, Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 417 p.  4. PAUPERIO, Artur Machado. **Introdução ao estudo do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 340 p  5. VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**: primeiras linhas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 311 p. |
| **PSICOLOGIA JURÍDICA (30H)** |
| **EMENTA** |
| NOÇÕES GERAIS DE PSICOLOGIA E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO. A CRIANÇA, O ADOLESCENTE, O ADULTO E O IDOSO COMO SUJEITOS NA PSICOLOGIA DO DIREITO. ESTUDO DA PERSONALIDADE HUMANA DOS SUJEITOS DE RELAÇÃO PROCESSUAL |
| **Bibliografia Básica:**  1. CAIRES, Maria Adelaide de Freitas. Psicologia jurídica: implicações conceituais e aplicações práticas. São Paulo: Vetor, 2003. 206 p.  2. CARVALHO, Maria Cristina Neiva de (Org.); MIRANDA, Vera Regina (Org.). Psicologia Jurídica: temas de aplicação. Curitiba: Jurua, 2009. 287 p.  3. RIGONATTI, Sergio Paulo (Coord.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica. São Paulo: Vetor, 2003. 318 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos de psicologia geral. São Paulo: Ática, 1991. 175 p.  2. BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. reform. ampl. São Paulo: Saraiva, 2002. 368 p.  3. KELLER, Fred S; SCHOENFELD, William N. Princípios de psicologia: um texto sistemático na ciência do comportamento. São Paulo: EPU, 1973. 451 p. (Ciências do comportamento).  4. TEIXEIRA, Ondina. Psicologia do sucesso. [S.l.]: Egéria, 1981. v.2. 312 p.  5. TELES, Antônio Xavier. Psicologia moderna. São Paulo: Ática, 1989. 232 p. |
| **SOCIOLOGIA JURÍDICA (60H)** |
| **EMENTA** |
| SOCIOLOGIA JURÍDICA. CONTEXTO HISTÓRICO DA SOCIOLOGIA JURÍDICA. SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA. QUADROS TEÓRICOS REFERENCIAIS PARA O ESTUDO DA RELAÇÃO DIREITO/SOCIEDADE. SOCIOLOGIA DO DIREITO NATURAL. A SOCIOLOGIA DO DIREITO EM MARX, DURKHEIM E WEBER. SOCIOLOGIA JURÍDICA E HISTÓRIA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. BRANDAO, Adelino. Iniciação a sociologia do direito: teoria e pratica. Sao Paulo: Juarez de Oliveira, 2003. 256 p.  2. MACHADO NETO, A. L. Sociologia jurídica. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1987. 420 p.  3. SCURO NETO, Pedro. Sociologia geral e jurídica: introdução à lógica jurídica, instituições do Direito, evolução e controle social. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 277 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CASTRO, Celso A. Pinheiro de. Sociologia do direito: fundamentos de sociologia geral e sociologia aplicada ao direito. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 364 p.  2. LOCHE, Adriana A et al. Sociologia jurídica: estudos de sociologia, direito e sociedade. Porto Alegre: Síntese, 1999. 270 p.  3. MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito: justiça, lei, faculdade, fato social e ciência. 26. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 702 p.  4. PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. O costume no direito. Campinas: Bookseller, 1997. 366 p.  5. SABADELL, Ana Lucia. Manual de sociologia jurídica: introdução a uma leitura externa do direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. 197 p. |
| **3º PERÍODO** |
| **DIREITO CIVIL II (60H)** |
| **EMENTA** |
| FATOS JURÍDICOS. NEGÓCIO JURÍDICO: PLANO DA EXISTÊNCIA, DA VALIDADE E DA EFICÁCIA. ATOS ILÍCITOS. TEORIA DAS NULIDADES. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: parte geral. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1. 533 p. ISBN 978-85-02-10634-5.  2. NICOLAU, Gustavo Rene. Direito civil: parte geral. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 218 p. (Serie leituras jurídicas: provas e concursos, v. 3). ISBN 85-224-4437-4.  3. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: parte geral. 32. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2002. v. 1. 354 p. ISBN 85-02-03506-1.  **Bibliografia Complementar:**  1. BRASIL. Código civil e legislação civil em vigor. 24. ed. atual. até 10 de fevereiro de 2005. São Paulo: Saraiva, 2005. 1753 p.  2. DINIZ, Maria Helena. Código civil anotado. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 1722 p.  3. GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo curso de direito civil: parte geral. Abrangendo os códigos civis de 1916 e 2002. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 1. 498 p.  4. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: parte geral. 34. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. 354 p  5. TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. São Paulo: Método, 2005. 364 p. (Série concursos públicos, v. 1). |
| **DIREITO CONSTITUCIONAL I (60H)** |
| **EMENTA** |
| CONSTITUCIONALISMO; CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO; CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES; INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL; PODER CONSTITUINTE; EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS; AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 535 p. ISBN 978-85-02-06913-8  2. LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 15. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. 1196 p. ISBN 978-85-02-10568-3.  3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2011. 928 p. ISBN 978-85-392-005-9.  **Bibliografia Complementar:**  1. BULOS, Uadi Lammêgo. Manual de interpretação constitucional. São Paulo: Saraiva, 1997. 128 p.  2. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1995. 322 p.  3. HORTA, Raul Machado. Direito constitucional. [S.l.]: Del Rey, 1999. 736 p.  4. MARTINS, Ives Gandra da Silva; Mendes, Gilmar Ferreira. Ação declaratória de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 1996. 235 p.  5. SOUSA JÚNIOR, Cesar Saldanha. A crise da democracia no Brasil: Aspectos políticos. Rio de Janeiro: Forense, 1978. 208 p. |
| **DIREITO DE EMPRESA I (60H)** |
| **EMENTA** |
| EMPRESARIALIDADE - ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E JURÍDICOS. A EMPRESA. O EMPRESÁRIO - TIPOS, PRERROGATIVAS E OBRIGAÇÕES. AS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS MENORES. A PROPRIEDADE IMATERIAL – NOME EMPRESARIAL E DE DOMÍNIO, PROPRIEDADE INDUSTRIAL, DIREITOS AUTORIAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO. O REGISTRO DE EMPRESA. O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL E A DISCIPLINA JURÍDICA DA CONCORRÊNCIA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 548 p. ISBN 978-85-02-10307-8.  2. FINKELSTEIN, Maria Eugenia. Direito empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 311 p. (Serie leituras jurídicas: provas e concursos, v. 20). ISBN 978-85-224-4974-3.  3. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 30. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. v.1. 602 p. ISBN 978-85-02-10219-4.  **Bibliografia Complementar:**  1. BULGARELLI, Waldirio. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. São Paulo: Atlas, 1996. 260 p.  2. CARVALHOSA, Modesto Souza Barros. Comentários à lei de sociedades anônimas: Lei n.º 6.404, de 15-12-76 artigos 1º a 74. São Paulo: Saraiva, 1997. 1. 727 p.  3. FRANCO, Vera Helena de Mello. Manual de direito comercial: o empresário e seus auxiliares, o estabelecimento empresarial e as sociedades. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. v. 1. 310 p.  4. NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: evolução histórica do direito comercial, teoria geral da empresa, direito societário. 4. ed rev. e atual.. São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1. 521 p.  5. SCHONBLUM, Paulo Maximilian Wilhelm. Contratos bancários: o novo direito empresarial. Rio de Janeiro: Freitas Barros, 2004. 393 p. |
| **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO (60H)** |
| **EMENTA** |
| DIREITO INTERTEMPORAL E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. NATUREZA. NACIONALISMO E INTERNACIONALISMO. DIREITO UNIFORME. DIREITO COMPARADO. OBJETO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO. CONDIÇÃO JURÍDICA DO ESTRANGEIRO E CONFLITO DAS LEIS. RECONHECIMENTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ADQUIRIDOS. FUNDAMENTO, CONCEITO E DISTINÇÃO ENTRE DIREITO PRIVADO E PÚBLICO. PRINCIPAIS DOUTRINAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO INTERNACIONAL. SUJEITOS DO DIREITO INTERNACIONAL. DEFINIÇÃO. CLASSIFICAÇÃO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. RECHSTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. 416 p. ISBN 978-85-020-6154-5.  2. REZEK, José Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 429 p. ISBN 978-85-02-07830-7.  3. SILVA, G. E. do Nascimento e; ACCIOLY, Hildebrando. Manual de direito internacional público. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 566 p. ISBN 85-02-00778-5  **Bibliografia Complementar:**  1. BORGES, Antônio de Moura. Convenções sobre dupla tributação internacional. Teresina: EDUFPI, 1992. 175 p.  2. CHAVES, Antônio. Adoção internacional. [S.l.]: Del Rey, 1994. 238 p.  3. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direitos humanos e cidadania: à luz do novo direito internacional. São Paulo: Minelli, 2005. 167 p.  4. NASSER, Salem Hikmat. Fontes e normas do direito internacional: um estudo sobre a soft law.2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 175 p.  5. SILVA, Roberto Luiz. Direito internacional público resumido. [S.l.]: Inédita, 1999. 304 p. |
| **DIREITO PENAL I (60H)** |
| **EMENTA** |
| DEFINIÇÃO, FUNÇÃO E FONTES DO DIREITO PENAL; HISTÓRIA DO DIREITO PENAL; INTERPRETAÇÃO, LEI PENAL NO ESPAÇO E NO TEMPO; PRINCÍPIOS DA RESERVA LEGAL E DA ANTERIORIDADE; TEORIA GERAL DO CRIME, SUJEITOS DO DELITO, FATO TÍPICO, ANTIJURIDICIDADE, DOLO, CULPA E PRETERDOLO, CULPABILIDADE; CONCURSO DE AGENTES. |
| **Bibliografia Básica:**  1. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte geral. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. 750 p. ISBN 85-02-05055-9.  2. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. 483 p. ISBN 978-85-224-4635-3.  3. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral: arts. 1º a 120. 7. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007. v. 1. 796 p. ISBN 978-85-203-3033-3.  **Bibliografia Complementar:**  1. BONFIM, Edilson Mougenot; CAPEZ, Fernando. Direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2004. [s.p.].  2. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1 a 120). 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1. 645 p.  3. GOMES, Luiz Flávio (Coord.). Direito penal: parte geral: teoria constitucionalista do delito. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2006. V. 3. 365 p. (Série manuais para concursos e graduação).  4. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito penal: parte geral. 15. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 213 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 7).  5. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte geral (arts. 1º a 120 do CP). 13. ed. rev. ampl. e atual. até 1º jan. 2011. Rio de Janeiro: Impetus, 2011. v. 1. 775 p. |
| **TEORIA GERAL DO PROCESSO (60H)** |
| **EMENTA** |
| MODOS DE APLICAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA: AUTOTUTELA, HETEROTUTELA E JURISDIÇÃO. DIREITO MATERIAL E DIREITO PROCESSUAL. JURISDIÇÃO. PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL. NORMA PROCESSUAL. INTERPRETAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL. O PROCESSO COMO MODO DE ATUAÇÃO ESTATAL. TEORIAS DA AÇÃO. ATIVIDADES ESSENCIAIS À JUSTIÇA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 384 p. ISBN 85-203-0514-8.  2. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Teoria geral do processo. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 220 p. ISBN 978-85-02-07710-2.  3. ROCHA, José de Albuquerque. Teoria geral do processo. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 267 p. ISBN 978-85-224-5441-9.  **Bibliografia Complementar:**  1. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 233 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 11).  2. CARNELUTTI, Franceso. Instituições do processo civil. Campinas: Servanda, 1999. 612 p.  3. GOLDSCHMIDT, James. Princípios gerais do processo civil (teoria geral do processo). Belo Horizonte: Líder, 2004. 150 p. (Clássicos do direito).  4. MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de processo civil: teoria geral do processo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. v. 1. 511 p.  5. MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil: Teoria Geral do processo civil. São Paulo: Saraiva, 1987. 1. 410 p. |
| **4º PERÍODO** |
| **DIREITO CIVIL III (60H)** |
| **EMENTA** |
| DIREITO DAS OBRIGAÇÕES: TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES. PRESTAÇÃO E MODALIDADES. ESTRUTURA DO VÍNCULO CREDITÍCIO. REQUISITOS DA OBRIGAÇÃO. FONTES DE OBRIGAÇÃO. PAGAMENTO E OUTRAS FORMAS DE REALIZAÇÃO DO FIM DA OBRIGAÇÃO. INEXECUÇÃO E SEUS EFEITOS. GARANTIAS DO CREDOR. TRANSMISSÃO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. MODALIDADES ESPECIAIS DA OBRIGAÇÃO |
| **Bibliografia Básica:**  1. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2. 517 p.  2. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: obrigações. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2. 409 p.  3. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 2. 577 p. (Coleção direito civil, v. 2).  **Bibliografia Complementar:**  1. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: teoria geral das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2004. v. 2. 400 p.  2. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito das obrigações: parte geral. 8. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2007. 160 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 5).  3. MUCCIOLI, Cristina et al. Direitos, obrigações e responsabilidades no processo editorial científico. Disponível em: <http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com\_pmetabusca&mn=70&smn=78&metalib=&func=meta-1&type=m&Mn=88&smn=89> acesso em 14.12.2011.  4. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. v. 2. 430 p.  5. RODRIGUES, Silvio. Direito civil: parte geral das obrigações. 30. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2. 289 p. |
| **DIREITO CONSTITUCIONAL II (60H)** |
| **EMENTA** |
| DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; ORGANIZAÇÃO DOS PODERES: LEGISLATIVO – EXECUTIVO E JUDICIÁRIO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CENEVIVA, Walter. Direito constitucional brasileiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 477 p. ISBN 85.02.04041-3.  2. GRAU, Eros Roberto. A ordem econômica na constituição de 1988: interpretação e critica. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. 391 p.  3. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional: atualizado até a EC nº 53/06. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 994 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 173 p.  2. HORTA, Raul Machado. Direito constitucional. [S.l.]: Del Rey, 1999. 736 p.  3. MARTINS, Ives Gandra da Silva; Mendes, Gilmar Ferreira. Ação declaratória de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 1996. 235 p.  4.PINHO, Rodrigo César Rebello. Da organização do estado, dos poderes e histórico das constituições. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 169 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 18).  5.SILVEIRA, Paulo Fernando. Devido processo legal. 3. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 712 p. |
| **DIREITO DE EMPRESA II (60H)** |
| **EMENTA** |
| O CRÉDITO E OS TÍTULOS DE CRÉDITO: NOÇÃO, ESPÉCIES, CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO. AS SOCIEDADES ANÔNIMAS. O MERCADO DE CAPITAIS. OS CONTRATOS MERCANTIS. A ARBITRAGEM COMERCIAL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1. 511 p.  2. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 548 p.  3. REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 28. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2. 839 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ALBUQUERQUE, J. B. Torres de. Títulos de crédito: teoria, jurisprudência, legislação. São Paulo: Bookseller, 2001. 893 p.  2. COSTA, Nilton César Antunes da. Poderes do arbitro: de acordo com a lei 9.307/96. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 192 p.  3. FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. Manual de direito comercial: sociedade anônima e mercado de valores mobiliários. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. v. 2. 286 p.  4. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Títulos de credito e contratos mercantis. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 151 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 22).  5. MARTINS, Fran. Títulos de crédito: cheques, duplicatas, títulos de financiamento, títulos representativos e legislação. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 361 p. Papel. |
| **DIREITO PENAL II (60H)** |
| **EMENTA** |
| SANÇÃO PENAL, PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE, RESTRITIVAS DE DIREITO E DE MULTA; CIRCUNSTÂNCIAS LEGAIS E JURÍDICAS, FIXAÇÃO DAS PENAS; CONCURSO DE CRIMES, SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA, LIVRAMENTO CONDICIONAL; MEDIDA DE SEGURANÇA; EFEITOS DA CONDENAÇÃO, REABILITAÇÃO CRIMINAL E EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. |
| **Bibliografia Básica:**  1. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte geral. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 1. 750 p. ISBN 85-02-05055-9.  2. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. Manual de direito penal: parte geral: arts. 1º a 120 do CP. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009. v. 1. 483 p. ISBN 978-85-224-4635-3.  3. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte geral: arts. 1º a 120. 7. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2007. v. 1. 796 p. ISBN 978-85-203-3033-3.  **Bibliografia Complementar:**  1. COSTA, Martins Hélio. Lei dos juizados especiais cíveis anotada e sua interpretação jurisprudencial. 3. ed. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 329 p. Papel.  2. JAWSNICKER, Francisco Afonso. Prescrição penal antecipada. Curitiba: Jurua, 2004. 162 p.  3. JESUS, Damásio E. de. Lei dos juizados especiais criminais anotada. 8. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 178 p.  4. MORETTO, Rodrigo. Crítica interdisciplinar da pena de prisão: controle do espaço na sociedade do tempo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. 161 p.  5. SANTOS, Marisa Ferreira dos; CHIMENTI, Ricardo Cunha. Juizados especiais cíveis e criminais: federais e estaduais: tomo II. 5. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2007. 312 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 15). |
| **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I (60H0)** |
| **EMENTA** |
| PROCESSO DE CONHECIMENTO: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS. PARTES, PROCURADORES, MINISTÉRIO PÚBLICO, AUXILIARES DA JUSTIÇA. PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS. COMPETÊNCIA. ATOS PROCESSUAIS. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2004. 3. 484 p.  2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 1. 796 p.  3. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1. 796 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CARNELUTTI, Franceso. Instituições do processo civil. Campinas: Servanda, 1999. 370 p.  2. DINAMARCO, Candido Rangel. Intervenção de terceiros. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. 199 p.  3. LIEBMAN, Enrico Tullio. Estudos sobre o processo civil brasileiro. São Paulo: Bestbook, 2004. 148 p.  4. MONTENEGRO FILHO, Misael. Código de processo civil: comentado e interpretado. São Paulo: Atlas, 2008. 1433 p.  5. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado: e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1999 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL PENAL I (60H)** |
| **EMENTA** |
| SISTEMAS. PRINCÍPIOS JURÍDICOS E POLÍTICOS DO PROCESSO PENAL. FONTES. EVOLUÇÃO. APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL. NOTÍCIA CRIME. DO FLAGRANTE DELITO. PRISÃO PROVISÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA, INQUÉRITO POLICIAL. AÇÃO PENAL. JUIZADOS ESPECIAIS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 819 p.  2. RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 884 p.  3. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1007 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BECHARA, Fábio Ramazzini. Prisão cautelar. São Paulo: Malheiros, 2005. 200 p.  2. BUSATO, Paulo César; HUAPAYA, Sandro Montes. Introdução ao direito penal: fundamentos para um sistema penal democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. 317 p.  3. MIKALOVSKI, Algacir. Prática em processos & procedimentos administrativos: conselho de disciplina e auto de prisão em flagrante, modelos. Curitiba: Jurua, 2004. v. 1. 164 p.  4. POVOA, Liberato. O procedimento no juízo criminal. 3. ed. Curitiba: Jurua, 2003. 362 p.  5. SOUZA, Sérgio Ricardo de. Manual da prova penal constitucional: pós-reforma de 2008. Curitiba: Juruá, 2008. 287 p. |
| **5º PERÍODO** |
| **DIREITO CIVIL IV (60H)** |
| **EMENTA** |
| TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS. CONTRATOS EM ESPÉCIES. CONTRATOS NO CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: teoria das obrigações contratuais e extracontratuais. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 3. 913 p.  2. GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil: contratos em espécie. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 4. 718 p.  3. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: contratos em espécie. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 3. 654 p. (Coleção direito civil, v. 3).  **Bibliografia Complementar:**  1. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 1. 601 p.  2. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 2. 611 p.  3. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 5. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 3. 619 p.  4. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 5. ed. ampl e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 4. 655 p.  5. DINIZ, Maria Helena. Tratado teórico e prático dos contratos. 5. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 5. 739 p. |
| **DIREITO CONSTITUCIONAL III (60H)** |
| **EMENTA** |
| CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE; DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS; ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA; ORDEM SOCIAL |
| **Bibliografia Básica:**  1. CENEVIVA, Walter. Direito constitucional brasileiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. 477 p.  2. MORAES, Alexandre de. Direito constitucional: atualizado até a EC n.º 53/06. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 994 p.  3. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2011. 928 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. Curso de direito constitucional.  10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 541 p.  2. CAUBET, Yannick. Controle de constitucionalidade por omissão: institutos e óbices a sua eficácia. Curitiba: Jurua, 2004. 114 p.  3. FERREIRA, Olavo A. V. Alves. Controle de constitucionalidade e seus efeitos. 2. ed. São Paulo: Método, 2005. 190 p.  4. MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. Controle concentrado de constitucionalidade: comentários a lei n. 9.868, de 10-11-1999. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 583 p.  5. ROCHA, Fernando Luiz Ximenes. Controle de constitucionalidade das leis municipais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 293 p. |
| **DIREITO ADMINISTRATIVO I (60H)** |
| **EMENTA** |
| ORIGEM, CONCEITO, OBJETO; FONTES E SUA FORMA DE INTERPRETAÇÃO; RELAÇÃO COM OUTROS RAMOS DO DIREITO E COM OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO, FUNÇÃO ADMINISTRATIVA; PRINCÍPIOS; ESTRUTURA ADMINISTRATIVA: CONCEITO, ELEMENTOS E PODERES DO ESTADO E DO MUNICÍPIO; ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO: GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO; PODERES ADMINISTRATIVOS; DESVIO, EXCESSO E ABUSO DE PODER; ATO ADMINISTRATIVO; CONTROLE DAS FUNÇÕES MUNICIPAL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 24. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 1157 p.  2. GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 16. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 1166 p.  3. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. 839 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BOTELHO, Milton Mendes. Manual prático de controle interno na administração pública municipal. 2. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2009. 288 p.  2. MEDEIROS, Wilson Santos de. Prática forense no direito administrativo e municipal. 2. ed. rev. atual. ampl. Leme, SP: Imperium, 2008. 651 p.  3. MIKALOVSKI, Algacir; GARRETT, Waldick Alan de Almeida. Prática em processos e procedimentos administrativos: sindicância e inquérito policial-militar. Curitiba: Jurua, 2005. v. 2. 194 p.  4. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. 14. ed rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 667 p.  5. ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 218 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 19). |
| **DIREITO PENAL III (60H)** |
| **EMENTA** |
| DOS CRIMES CONTRA A VIDA; DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE FÍSICA; DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE, DA RIXA, DOS CRIMES CONTRA A HONRA; DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL; DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 2. 521 p.  2. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte especial. Arts. 121 a 234 do CP. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2. 519 p.  3. NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado: estudo integrado com processo e execução penal e apresentações esquemáticas da matéria. 10. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2010. 1323 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ARANHA FILHO, Adalberto Jose Queiroz Telles de Camargo. Direito penal: crime contra a pessoa: 121 a 154. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 318 p. (Serie leituras jurídicas: provas e concursos, v. 15).  2. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a pessoa. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2007. 145 p. (Coleção sinopses jurídicas. v. 8).  3. GRECO, Rogério. Código penal comentado. 3. ed. rev. ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2009. 1020 p.  4. PÉRIAS, Osmar Rentz. Omissão de socorro. São Paulo: Cledijur, 2001. 419 p.  5. SANTORO FILHO, Antonio Carlos. Teoria do tipo penal. São Paulo: LED, 2003. 133 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (60H)** |
| **EMENTA** |
| DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO – TIPOS. TUTELA ANTECIPATÓRIA. PROCEDIMENTO SUMÁRIO. PROCEDIMENTO ORDINÁRIO. DEMANDA E RESPOSTA DO RÉU. DECLARATÓRIA INCIDENTAL. SANEAMENTO. PROVA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. SENTENÇA, COISA JULGADA. PROCESSO NOS TRIBUNAIS. DOS RECURSOS |
| **Bibliografia Básica:**   1. CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pelegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 25. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 384 p. 2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 52. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 1. 796 p. 3. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 1. 796 p.   **Bibliografia Complementar:**   1. ALVIM, J. E. Carreira; CABRAL, Luciana Gontijo Carreira Alvim. Cumprimento da sentença: comentários a nova execução da sentença e outras alterações introduzidas no código de processo civil. Curitiba: Jurua, 2006. 178 p. 2. CARNEIRO, Athos Gusmão. Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares: atualizada conforme as últimas leis de reforma do CPC. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 408 p. 3. DELLEPIANE, Antonio. Teoria da prova. Campinas: ME Editora, 2001. 200 p. 4. KRIGER FILHO, D. A. Embargos de declaração: no processo cível e arbitral. Leme, SP: CL EDIJUR, 2002. 152 p.   5. SANTOS, Sandra aparecida Sá dos. A Inversão do ônus da prova: como garantia constitucional do devido processo legal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 142 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL PENAL II (60H)** |
| **EMENTA** |
| JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. SUJEITOS DO PROCESSO. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. EXECUÇÕES. PROVA. ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. |
| **Bibliografia Básica:**   1. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 819 p. 2. MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. 18. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008. 818 p. 3. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado: estudo integrado com direito penal e execução penal. Apresentações esquemáticas da matéria. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1246 p.   **Bibliografia Complementar:**   1. EL TASSE, Adel. O novo rito do tribunal do júri: em conformidade com a lei 11.689, 09.06.2008. Curitiba: Juruá, 2009. 145 p. 2. MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. 2. ed. Campinas: Millennium, 2003. 3. 566 p. 3. SILVA, Haroldo Caetano da. Manual da execução penal. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2002. 368 p. 4. STRECK, Lenio Luiz. Tribunal do júri: símbolos e rituais. 4. ed. rev. e mod. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 183 p. 5. ZACARIAS, Andre Eduardo de Carvalho. Execução penal anotada. 2. ed. Leme, SP: Tend Ler, 2006. 295 p. |
| **6º PERÍODO** |
| **DIREITO ADMINISTRATIVO II (60H)** |
| **EMENTA** |
| ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA; SERVIÇOS PÚBLICOS; CONCESSÃO, PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO; CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LICITAÇÃO, CONCURSO, PREGÃO E PARCERIA PÚBLICA E PRIVADA; INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE PRIVADA, DESAPROPRIAÇÃO, SERVIDÃO E LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA; TOMBAMENTO, INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO; POLÍTICA URBANA MUNICIPAL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 16. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 1166 p.  2. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2009. 839 p.  3. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo: atualizado ate a emenda constitucional 52, de 8.3.2006. 21. ed. rev. atual. São Paulo: Medeiros, 2006. 1040 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 24. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 1157 p.  2. GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade administrativa. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 987 p.  3. GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 16. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 1166 p.  4. MIKALOVSKI, Algacir; GARRETT, Waldick Alan de Almeida. Prática em processos e procedimentos administrativos: sindicância e inquérito policial-militar. Curitiba: Jurua, 2005. v. 2. 194 p.  5. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. 14. ed rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 667 p. |
| **DIREITO CIVIL V (60H)** |
| **EMENTA** |
| DIREITO DE FAMÍLIA: DIREITO MATRIMONIAL. DIREITO PARENTAL.DIREITO CONVIVENCIAL E DIREITO ASSISTENCIAL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito de família. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 5. 773 p.  2. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito de família. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. 728 p.  3. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito de família. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 6. 459 p. (Coleção direito civil, v. 6).  **Bibliografia Complementar:**  1. BRITO, Fernanda de Almeida. União afetiva entre homossexuais e seus aspectos jurídicos. Ribeirão Preto: LTR, 2000. 120 p.  2. CAHALI, Yussef Said. Divórcio e separação. 10. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 1376 p.  3. CHAVES, Antônio. Adoção internacional. [S.l.]: Del Rey, 1994. 238 p.  4. DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). Direito de família e o novo código civil. 2. ed. rev. atual. ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 295 p.  5. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Reconhecimento de paternidade e seus efeitos. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. 335 p. |
| **DIREITO PENAL IV (60H)** |
| **EMENTA** |
| DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES; DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA; DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial (arts. 155 a 249 do CP). 8. ed. rev. ampl. e atual. até 1º jan. 2011. Rio de Janeiro: Impetus, 2011. v. 3. 753 p.  2. JESUS, Damásio E. de. Direito penal: parte especial: dos crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 2. 521 p.  3. MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N.. Manual de direito penal: parte especial. Arts. 121 a 234 do CP. 26. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2. 519 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial. Dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública (art. 213 a 359-H). 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 3. 775 p.  2. CUNHA, Rogerio Sanches. Direito penal: parte especial: dos crimes contra a administração publica (arts. 312 a 359-H). São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2006. v. 6. 236 p. (Série manuais para concursos e graduação, v. 10).  3. GIRÃO, Rubia Mara Oliveira Castro. Direito Penal: Crimes contra os Costumes contra a Paz Pública e contra a Fé Pública, Arts. 213 a 234/289 a 311. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 203 p. (Série Leituras Jurídicas: Provas e Concursos, v. 17).  4. GONÇALVES, Carlos Roberto. Dos crimes contra os costumes aos crimes contra a administração. 6. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2002. 209 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 10).  5. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro: parte especial: arts. 289 a 359-H. 4. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2006. v. 4. 815 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III (60H)** |
| **EMENTA** |
| PROCESSO DE EXECUÇÃO |
| **Bibliografia Básica:**  1. MONTENEGRO FILHO, Misael. Código de processo civil: comentado e interpretado. São Paulo: Atlas, 2008. 1433 p.  2. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 2. 556 p.  3. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência. 46. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2. 789 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. FUX, Luiz. O novo processo de execução: o cumprimento da sentença e a execução extrajudicial. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 611 p.  2. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: Processo de execução a procedimentos especiais. 18. ed.. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 3. 392 p.  3. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de processo civil: execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 3. 477 p.  4. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: execução. 11. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 2. 592 p.  5. WAMBIER, Luiz Rodrigues; ALMEIDA, Flávio Renato Correia de; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: execução. 9. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. v. 2. 474 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL PENAL III (60H)** |
| **EMENTA** |
| DOS PROCESSOS EM ESPÉCIES: DO PROCESSO COMUM; DOS PROCESSOS ESPECIAIS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 819 p.  2. MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. 18. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008. 818 p.  3. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1007 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BITENCOURT, Cezar Roberto. Juizados especiais criminais federais: analise comparativa das leis n.º 9.099/05 e 10.259/2001. São Paulo: Saraiva, 2003. 245 p.  2. CAPEZ, Fernando. Legislação penal especial: juizados especiais criminais, interceptação telefônica, crime organizado e tóxicos. 5. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2006. v. 2. 223 p.  3. GOMES, Luiz Flavio (Coord.). Nova lei de drogas comentada: artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. 320 p.  4. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação penal especial: crimes hediondos, tóxicos, terrorismo, tortura, arma de fogo, contravenções penais e crimes de transito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 227 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 24).  5. SANTOS, Marcus Renan Palácio de M. C. dos. Da denúncia à sentença no procedimento ordinário: doutrina e jurisprudência. 4. ed. rev. atual. Curitiba: Juruá, 2009. 289 p. |
| **DIREITO ELEITORAL (60H)** |
| **EMENTA** |
| O DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO: FONTES E CONCEITOS, DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS ELEITORAIS, LEIS ELEITORAIS DE DIVERSAS ÉPOCAS, CODIFICAÇÕES ELEITORAIS, PERSPECTIVAS FUTURAS DO CÓDIGO ELEITORAL. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA ELEITORAL. O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL. ALISTAMENTO ELEITORAL. REGISTRO DE CANDIDATOS. INELEGIBILIDADE. PROPAGANDA ELEITORAL. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO E À APURAÇÃO. VOTAÇÃO. APURAÇÃO. DIPLOMAÇÃO. RECURSOS ELEITORAIS. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO E MANDATO ELETIVO. CRIMES ELEITORAIS. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL. PROCESSO PENAL ELEITORAL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DANTAS, Sivanildo de Araújo. Direito eleitoral: teoria e prática dos procedimentos das eleições brasileiras. 2. ed. Curitiba: Jurua, 2006. 259 p.  2. PINTO, Djalma. Direito eleitoral. São Paulo: Atlas, 2008.  3. RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. 9. ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2009. 873 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BRASIL. Código eleitoral: Lei n. 4.737, de15-7-1965, acompanhando de legislação complementar sobre constituição federal, eleições municipais, inelegibilidades, multas eleitorais, partidos políticos, plebiscito, referendo e iniciativa popular, responsabilidade de prefeitos e vereadores e sumulas do TSE. 24. ed atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005. 231 p. (coleção saraiva de legislação).  2. MIRANDA, Helio. A lei de inelegibilidade e a nova lei eleitora ao alcance de todos. 2. ed. Curitiba: Jurua, 2003. 179 p.  3. NIESS, Pedro Henrique Távora. Direitos políticos: elegibilidade, inelegibilidade e ações eleitorais.2. ed rev. e atual. São Paulo: Edipro, 2000. 384 p.  4. PINTO, Djalma. Direito eleitoral: anotações e temas polêmicos. Revista e atualizada de acordo com a lei que disciplinará as eleições de outubro/2000. Rio de Janeiro: Forense, 2000. 284 p.  5. RAMAYANA, Marcos. Código eleitoral comentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2006. 848 p. |
| **7º PERÍODO** |
| **DIREITO ADMINISTRATIVO III (60H)** |
| **EMENTA** |
| CONTROLE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ESTADUAL E MUNICIPAL; ASPECTOS JURÍDICOS DA DEFESA DOS INTERESSES E BENS PÚBLICOS; RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL E MUNICIPAL; RESPONSABILIDADE DO PREFEITO E VEREADORES; PROCESSO ADMINISTRATIVO; SERVIDORES PÚBLICOS: CONCEITO E ESPÉCIES DE AGENTES PÚBLICOS; REGIME ESTATUTÁRIO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 864 p.  2. MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. 435 p.  3. MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo: atualizado ate a emenda constitucional 52, de 8.3.2006. 21. ed. rev. atual. São Paulo: Medeiros, 2006. 1040 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 24. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. 1157 p.  2. GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 16. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. 1166 p.  3. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. 14. ed rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 667 p.  4. MIKALOVSKI, Algacir; GARRETT, Waldick Alan de Almeida. Prática em processos e procedimentos administrativos: sindicância e inquérito policial-militar. Curitiba: Jurua, 2005. v. 2. 194 p.  5. GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. Improbidade administrativa. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. 987 p. |
| **DIREITO CIVIL VI (60H)** |
| **EMENTA** |
| DIREITOS DAS COISAS. DA POSSE. FUNÇÃO SOCIAL DA POSSE E DA PROPRIEDADE. DIREITOS REAIS. |
| **Bibliografia Básica:**  1.DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das coisas. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 4. 667 p.  2.GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito de família. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. 728 p.  3.VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direitos reais. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 5. 644 p. (Coleção direito civil).  **Bibliografia Complementar:**  1.FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direitos reais. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. 664 p.  2.FIUZA, Ricado (Coord.). Novo código civil comentado. São Paulo: Saraiva, 2003. 1843 p.  3.NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código civil comentado: atualizado até 28.3.2008. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 1598 p.  4.PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil: direitos reais. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 4. 467 p.  5.SILVA, Regina Beatriz Tavares da (Coord.). Código civil comentado. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 2321 p. |
| **DIREITO DO TRABALHO I (60H)** |
| **EMENTA** |
| FORMAÇÃO HISTÓRICA. A DISCIPLINA DO DIREITO DO TRABALHO: CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS COMPARATIVOS. FONTES NORMATIVAS. PRINCÍPIOS JURÍDICOS. INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO. DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO: RELAÇÃO DE EMPREGO. EMPREGADO URBANO, RURAL E DOMÉSTICO. EMPREGADOR. TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE PELAS VERBAS TRABALHISTAS. CONTRATO DE TRABALHO E CONTRATOS AFINS. CONTRATO DE TRABALHO: CLASSIFICAÇÃO, ELEMENTOS E TIPOS DE CONTRATO DE TRABALHO. ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO, INTERRUPÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO. AVISO PRÉVIO. INDENIZAÇÃO, ESTABILIDADE E FGTS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (Org.). Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007. v. 1. 189 p. (Pedro Vidal Neto).  2. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 10. 203 p. (Série fundamentos jurídicos). Coordenação Alexandre de Moraes. ISBN 978-85-224-4604-9.  3. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1469 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 736 p.  2. MARTINS, Sergio Pinto. Contrato de trabalho de prazo determinado e banco de horas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 126 p. (Coleção temas jurídicos).  3. MARTINS, Sergio pinto. Manual do trabalho doméstico. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 162 p. (Coleção temas jurídicos).  4. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Iniciação ao direito do trabalho. 36. ed. São Paulo: LTR, 2011. 588 p.  5. SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das leis do trabalho comentada. revisão de José Eduardo Duarte Saad e Ana Maria Saad C. Branco. 44.ed. atual. rev. e ampl.. São Paulo: LTr, 2011. 1632 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV (60H)** |
| **EMENTA** |
| TUTELA JURISDICIONAL DIFERENCIADA E DE URGÊNCIA. PROCESSO CAUTELAR. AÇÃO CAUTELAR. MEDIDAS CAUTELARES NOMINADAS E INOMINADAS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 3. 554 p.  2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: processo de execução e cumprimento da sentença, processo cautelar e tutela de urgência. 46. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 2. 789 p.  3. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: processo cautelar e procedimentos especiais. 10. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 3. 426 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ALVIM, Arruda. Direito processual civil: execução, medidas cautelares, ações em espécie. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 3. 384 p. (Coleção estudos e pareceres - II).  2. FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. Liminares nas ações possessórias. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 496 p.  3. FUX, Luiz. Curso de direito processual civil: processo de conhecimento, processo de execução e processo cautelar. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1859 p.  4. MARQUES, José Frederico. Manual de direito processual civil: processo de execução e processo cautelar. 9. ed. Campinas, SP: Millennium, 2003. v. 3. 465 p.  5. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado: e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1999 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL PENAL IV (60H)** |
| **EMENTA** |
| DAS NULIDADES. DOS RECURSOS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 819 p.  2. MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo penal. 18. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008. 818 p.  3. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado: estudo integrado com direito penal e execução penal. Apresentações esquemáticas da matéria. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1246 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado: estudo integrado com direito penal e execução penal. Apresentações esquemáticas da matéria. 10. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1246 p.  2. NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado: estudo integrado com processo e execução penal e apresentações esquemáticas da matéria. 10. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2010. 1323 p. Exemplares destinados ao Escritório Modelo de Direito.  3. REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Processo penal: procedimentos, nulidades e recursos. 10. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2007. 190 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 15).  4. REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Processo penal: procedimentos, nulidades e recursos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 220 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 15, t. I).  5. SANTOS, Sandra aparecida Sá dos. A Inversão do ônus da prova: como garantia constitucional do devido processo legal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. 142 p. |
| **ÉTICA GERAL (30H)** |
| **EMENTA** |
| CONCEITO DE ÉTICA. FUNDAMENTOS DE ÉTICA GERAL |
| **Bibliografia Básica:**  1. BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 625 p.  2. BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 207 p. (pensamento crítico, v. 63).  3. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 7. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2009. 544 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ARISTÓTELES. Ética e nicômaco: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002. 240 p. (Coleção a obra-prima de cada autor).  2. BARBOSA, Avamor Berlanga; BERLANGA, Tayon Soffener. Ética geral e profissional. Marília,SP: Unimar, 1999. 143 p.  3. LAURELLI, Laercio. Iniciação e formação do advogado criminalista. 3. ed. São Paulo: Paulistanajur, 2004. 454 p.  4. PINHEIRO, Patrícia Neyva da Costa. Ética na formação profissional : uma reflexão. Esc. Anna Nery, Abr 2006, vol.10, no.1, p.116-120. ISSN 1414-8145. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1414-81452006000100015& Lng=pt&nrm=isso>. Acesso em: 13.dez.2011.  5. SÁ, Antonio Lopes de. Ética profissional. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2004. 260 p. |
| **PRÁTICA FORENSE I – CIVIL (30H – 60H)** |
| **EMENTA** |
| PRÁTICA FORENSE CIVIL I – PETIÇÃO INICIAL; PROCEDIMENTOS: HABEAS DATA, MANDADO DE INJUNÇÃO E DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. RESPOSTAS DO RÉU. ATUAÇÃO PRÁTICA NA ÁREA CÍVEL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil: cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 792 p.  2. GAMA, Ricardo Rodrigues. Prática processual civil. 7. ed. rev. atual. ampl. Campinas: Russell, 2009. 508 p.  3. PARIZATTO, João Roberto. Manual prático do processo civil. Leme, SP: EDIPA, 2007. v. 2. 2579 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CALMON, Petrônio. Comentários à lei de informatização do processo judicial: lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 156 p.  2. CASELLA, José Erasmo. Manual de prática forense: processo civil. São Paulo: Saraiva, 1998. 776 p.  3. FRANCO, Paulo Alves. Como peticionar em juízo. São Paulo: Lemos e Cruz, 2003. 252 p.  4. MILHOMENS, Jônatas; ALVES, Geraldo Magela. Manual de petições: cíveis, criminais e trabalhistas. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. 419 p.  5. PARENTONI, Leonardo Netto. Documento eletrônico: aplicação e interpretação pelo poder judiciário: atualizado de acordo com a Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que disciplina a informatização do processo judicial no Brasil. Curitiba: Juruá, 2009. 197 p. |
| **8º PERÍODO** |
| **DIREITO PENAL V (60H)** |
| **EMENTA** |
| CRIMES AMBIENTAIS. CRIME ORGANIZADO. CRIMES DO COLARINHO BRANCO. TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES. CRIMES DE TRÂNSITO. CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: legislação penal especial. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 4. 850 p.  2. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação penal especial: crimes hediondos, tóxicos, terrorismo, tortura, arma de fogo, contravenções penais e crimes de trânsito. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 215 p. (Coleção sinopses jurídicas. v. 24).  3. MARCÃO, Renato. Tóxicos: lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006, nova lei de drogas. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 545 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CAPEZ, Fernando. Legislação penal especial: juizados especiais criminais, interceptação telefônica, crime organizado e drogas. 6. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2007. v. 2. 217 p.  2. CAPEZ, Fernando. Legislação penal especial: lei de imprensa, crimes hediondos, abuso de autoridade, sonegação fiscal, tortura e terrorismo. 6. ed. São Paulo: Damásio de Jesus, 2007. v. 1. 214 p.  3. GRAZIANO SOBRINHO, Sérgio Francisco Carlos. A progressão de regime no sistema prisional do Brasil: a interpretação restritiva e a vedação legal nos crimes hediondos como elementos de estigmatização do condenado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. 168 p. (Coleção pensamento crítico).  4. JESUS, Damásio E. de. Lei dos juizados especiais criminais anotada. 8. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2003. 178 p.  5. MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 5. ed. reform. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 1280 p. |
| **DIREITO CIVIL VII (60H)** |
| **EMENTA** |
| ASPECTOS GERAIS DA SUCESSÃO. SUCESSÃO LEGÍTIMA. SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. INVENTÁRIO E PARTILHA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro: direito das sucessões. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 6. 489 p.  2. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 7. 577 p.  3. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: direito das sucessões. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. v. 7. 402 p. (Coleção direito civil, v. 7).  **Bibliografia Complementar:**  1. FIDA, Orlando; ALBUQUERQUE, J. B. Torres de. Inventários, arrolamentos e partilhas:  teoria, prática, jurisprudência, legislação. 11. ed. São Paulo: BH Editora, 2007. 513 p.  2. MIRANDA, Pontes de. Tratado dos testamentos: da capacidade para adquirir por testamento. Dos herdeiros necessários. Da redução das disposições testamentarias. Das substituições. Da deserdação (processo dos testamentos). Leme, SP: BH, 2005. v. 4. 449 p.  3. MIRANDA, Pontes de. Tratado dos testamentos: do testamento em geral. Da capacidade para fazer testamento. Das formas ordinárias do testamento. Leme, SP: BH, 2005. v. 1. 425 p.  4. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado: e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1999 p.  5. PARIZATTO, Joao Roberto. Inventário, partilha, separação - divórcio consensual de forma extrajudicial e judicial: lei n.º 11.441, de 04 de janeiro de 2007. Leme, SP: Edipa, 2007. 188 p.. 317 p. |
| **DIREITO DE EMPRESA III (60H)** |
| **EMENTA** |
| A EMPRESARIALIDADE - RELEITURA. RECUPERAÇÃO, FALÊNCIA E LIQUIDAÇÃO DE EMPRESAS. EMPRESA, EMPRESÁRIO E A RELAÇÃO DE CONSUMO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 2. 528 p.  2. COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial: direito de empresa. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 548 p.  3. GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrotta Rios; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito falimentar: Lei n. 11.101 de 9.2.2005. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 160 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 23).  **Bibliografia Complementar:**  1. BRASIL. Código tributário nacional, código comercial, código civil(excertos), legislação tributaria e empresarial e constituição federal. 9. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 1567 p. (RT minicodigos).  2. FINKELSTEIN, Maria Eugenia. Direito empresarial. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 311 p. (Série leituras jurídicas: provas e concursos, v. 20).  3. GARCIA, Leonardo de Medeiros. Direito do consumidor: código comentado, jurisprudência, doutrina, questões, decreto 2.181-97. 5. ed. rev. atual. Niterói, RJ: Impetus, 2009. 522 p.  4. GONÇALVES, Maria Gabriela Venturoti Perrotta Rios; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Direito comercial: direito de empresa e sociedades empresarias. São Paulo: Saraiva, 2007. 171 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 21).  5. PAZZAGLINI FILHO, Marino; CATANESE, Andrea di Fuccio. Direito de empresa no novo código civil: empresário individual e sociedades: sociedade limitada. São Paulo: Atlas, 2003. 192 p. |
| **DIREITO DO TRABALHO II (60H)** |
| **EMENTA** |
| DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO: DIREITO TUTELAR; SALÁRIO E REMUNERAÇÃO. DURAÇÃO DO TRABALHO. SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO. DEMAIS DIREITOS E DEVERES DE EMPREGADOS E EMPREGADORES. DIREITO COLETIVO DO TRABALHO: ORGANIZAÇÃO SINDICAL, CONFLITOS COLETIVOS, NEGOCIAÇÃO COLETIVA, ACORDOS E COVENÇÕES COLETIVAS, CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO. GREVE. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 10. ed. São Paulo: LTR, 2011. 1403 p.  2. MAIOR, Jorge Luiz Souto (Org.). Curso de direito do trabalho: direito individual do trabalho. São Paulo: LTr, 2008. v. 2. 349 p. (Pedro Vidal Neto).  3. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1469 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BARBOSA, Ayres D'Athayde Wermelinger. Trabalho doméstico: comentários, legislação, jurisprudência e temas polêmicos. Curitiba: Juruá, 2009. 225 p.  2. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 10. ed. São Paulo: LTR, 2011. 1403 p.  3. DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 6. ed. São Paulo: LTR, 2007. 1478 p.  4. MARTINS, Sergio Pinto. Contrato de trabalho de prazo determinado e banco de horas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 126 p. (Coleção temas jurídicos).  5. OLIVEIRA, Aristeu. Cálculos trabalhistas: folha de pagamento, vale-transporte, férias, rescisão do contrato de trabalho, décimo terceiro salário, contribuição sindical, exercícios práticos. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 317 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL CIVIL V (60H)** |
| **EMENTA** |
| PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 3. 554 p.  2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais.  43. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 3. 624 p.  3. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: processo cautelar e procedimentos especiais. 10. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 3. 426  **Bibliografia Complementar:**  1. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Procedimentos especiais. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 222 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 13).  2. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: Processo de execução a procedimentos especiais. 18. ed.. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 3. 392 p.  3. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. v. 3. 570 p.  4. NAHAS, Thereza Christina. Processo civil: procedimentos especiais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 199 p. (Serie leituras jurídicas: provas e concursos, v. 13).  5. SANTOS, Ernane Fidélis dos. Manual de direito processual civil: Procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição vol. São Paulo: Saraiva, 1994. 3. 442 p. |
| **DIREITO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (30H)** |
| **EMENTA** |
| TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: CONCEITO, HISTÓRICO E PERSPECTIVAS. AS REDES DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: DOCUMENTOS ELETRÔNICOS, CERTIFICAÇÃO DIGITAL E AS REGRAS ICP/BRASIL. SISTEMAS ESPECIALISTAS JURÍDICOS. GOVERNANÇA ELETRÔNICA E CIDADANIA. |
| **Bibliografia Básica:**  1.LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. Contratos eletrônicos: validade jurídica dos contratos via internet. São Paulo: Atlas, 2009. 225 p.  2.MARQUES, Cláudia Lima. Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor: um estudo dos negócios jurídicos de consumo no comércio eletrônico. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2004. 544 p.  3.ROVER, Aires José. Direito e informática. Barueri, SP: Manole, 2004. 513 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CALMON, Petrônio. Comentários à lei de informatização do processo judicial: lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 156 p.  2. BITTENCOURT, Ângela. Assinatura digital não é assinatura formal. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 5, 31/05/2001 [Internet]. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\_link=revista\_artigos\_leitura&artigo\_id=5507>. Acesso em 14/12/2011.  3. PAESANI, Liliana Minardi. Direito de informática: comercialização e desenvolvimento internacional do software. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. 131 p. (Coleção temas jurídicos).  4. PARENTONI, Leonardo Netto. Documento eletrônico: aplicação e interpretação pelo poder judiciário: atualizado de acordo com a Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que disciplina a informatização do processo judicial no Brasil. Curitiba: Juruá, 2009. 197 p.  5. PINHEIRO, Patrícia Peck. Direito digital. 3. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2009. 411 p. |
| **PRÁTICA FORENSE II – PENAL (30H – 60H)** |
| **EMENTA** |
| PRÁTICA FORENSE PENAL I – INQUÉRITO POLICIAL E AÇÃO PENAL – ATUAÇÃO PRÁTICA NA ÁREA PENAL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. Prática forense penal. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 309 p.  2. NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal. 5.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 461 p.  3. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 903 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. DAURA, Anderson Souza. Inquérito policial: competência e nulidades de atos de polícia judiciária. 3. ed. rev. atual. Curitiba: Jurua, 2009. 229 p.  2. DEZEM, Guilherme Madeira. Da prova penal: tipo processual, provas típicas e atípicas. Campinas, SP: Millennium, 2008. 321 p.  3. GAMA, José de Souza. Curso de prática forense penal: código de processo penal. 14. ed. atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. 1231 p.  4. GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 8. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010. 447 p.  5. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. 33. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 4. 749 p. |
| **9º PERÍODO** |
| **DIREITO AMBIENTAL (60H)** |
| **EMENTA** |
| PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO AMBIENTAL. DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. RESPONSABILIDADE CIVIL, REPARAÇÃO DO DANO ECOLÓGICO E OS MEIOS PROCESSUAIS PARA DEFESA AMBIENTAL. URBANISMO, MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. ASPECTOS JURÍDICOS DA POLUIÇÃO. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. INSTRUMENTO JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL. ENGENHARIA GENÉTICA E MEIO AMBIENTE. |
| **Bibliografia Básica:**  1. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 642 p.  2. MORAES, Luis Carlos Silva de. Curso de direito ambiental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 270 p.  3. SIRVINSKAS, Luís Paulo. Manual de direito ambiental. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 774 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. CAUBET, Christian Guy. A água, a lei, a política e o meio ambiente. Curitiba: Jurua, 2006. 306 p.  2. DIAS, Genebaldo Freire. 40 contribuições pessoais para a sustentabilidade. São Paulo: Gaia, 2005. 40 p.  3. DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2006. 196 p.  4. MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 12. ed. rev. e ampl.. São Paulo: Malheiros, 2004. 1075 p.  5. MILARÉ, Édis. Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco. 5. ed. reform. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. 1280 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL CIVIL VI (60H)** |
| **EMENTA** |
| PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. PROCEDIMENTOS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE. PROCEDIMENTO MONITÓRIO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Procedimentos especiais. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 222 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 13).  2. THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: procedimentos especiais. 43. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 3. 624 p.  3. WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil: processo cautelar e procedimentos especiais. 10. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. v. 3. 426 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ALVIM, J. E. Carreira. Ação monitória e temas polêmicos da reforma processual. Curitiba: Juruá, 2008. 300 p.  2. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. 8. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 230 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 11).  3. DANTAS, Gisane Torinho. Ação monitória: natureza jurídica dos embargos e coisa julgada. Em consonância com as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.232/2005. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 964, 22 fev. 2006. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/8008>. Acesso em: 13 dez. 2011.  4. FREIRE FILHO, Altino. O procedimento monitório no direito brasileiro. Campinas: Minelli, 2002. 164 p.  5. MACEDO, Elaine Harzheim. Do procedimento monitório. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 186 p. |
| **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I (60H)** |
| **EMENTA** |
| DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS E PRINCÍPIOS PRÓPRIOS, SINGULARIDADES, ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO TRABALHO. DISSÍDIOS INDIVIDUAIS. PROCESSO DE CONHECIMENTO E PRÁTICA TRABALHISTA. |
| **Bibliografia Básica:**   1. GIGLIO, Wagner D; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito processual do trabalho. 16. ed. Sao Paulo: Saraiva, 2007. 640 p. 2. MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 808 p. 3. ROMAR, Carla Tereza Martins. Direito processual do trabalho. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 310 p. (Série leituras jurídicas: provas e concursos, v. 23).   **Bibliografia Complementar:**   1. BRASIL. Constituição federal, CLT e legislação previdenciária. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 1022 p. 2. CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar e jurisprudência. De acordo com a reforma do CPC. 32. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2007. 1420 p. 3. MARTINS, Sérgio Pinto. Comentários às súmulas do TST. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 327 p. 4. SAAD, Eduardo Gabriel. Consolidação das leis do trabalho comentada. revisão de José Eduardo Duarte Saad e Ana Maria Saad C. Branco. 44.ed. atual. rev. e ampl.. São Paulo: LTr, 2011. 1632 p.   5. VALERIANO, Sebastião Saulo. Trabalhador doméstico: doutrina, legislação, jurisprudência e prática. Leme, SP: LED, 1998. 625 p. |
| **DIREITO TRIBUTÁRIO I (60H)** |
| **EMENTA** |
| A ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO – GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLE. A DESPESA PÚBLICA. A RECEITA PÚBLICA – TEORIAS, CLASSIFICAÇÃO. ORÇAMENTO PÚBLICO. O CRÉDITO PÚBLICO. O SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. ALEXANDRINO. Marcelo; PAULO, Vicente. Manual de direito tributário. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007. 451 p.  2. AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 512 p.  3. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de direito tributário brasileiro. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. 917 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito financeiro e de direito tributário. 9. ed. atual. e ampl. São Paulo: Celso Bastos, 2002. 406 p.  2. CHIMENTI, Ricardo Cunha. Direito tributário: com anotações sobre direito financeiro, direito orçamentário e lei de responsabilidade fiscal. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. 266 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 16).  3. HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário: atualizado de acordo com a lei de responsabilidade fiscal. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 625 p.  4. MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Direito tributário e financeiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 244 p. (Serie leituras jurídicas: provas e concursos, v. 24).  5. STRAPASSON, Maria das Graças. Princípio constitucional da legalidade tributária. Curitiba: Juruá, 2003. 151 p. |
| **FILOSOFIA DO DIREITO (60H)** |
| **EMENTA** |
| CONHECIMENTO GLOBAL DO DIREITO, CONSIDERANDO-O COMO HISTÓRIA, CIÊNCIA, LÓGICA, VALOR E JUSTIÇA: EPISTEMOLOGIA JURÍDICA; ONTOLOGIA JURÍDICA; AXIOLOGIA JURÍDICA E GNOSEOLOGIA JURÍDICA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. ADEODATO, João Maurício. Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência (em contraposição à ontologia de Nicolai Hartmann). 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 301 p.  2. NADER, Paulo. Filosofia do direito. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 318 p.  3. REALE, Miguel. Filosofia do direito. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 749 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. 3. ed. São Paulo: EDIPRO, 2005. 192 p. 2. FULLER, Lon L. Caso dos exploradores de cavernas (o). Porto Alegre: Fabris, 1976. 75 p.  3. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 371 p.  4. MONTESQUIEU, Charles de Secondat. O espírito das leis: as formas de governo, a federação e a divisão dos poderes. tradução Pedro Vieira Mota. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. 227 p.  5. PAULA, Jônatas Luiz Moreira de. O costume no direito. Campinas: Bookseller, 1997. 366 5. 11.5.3.58 |
| **METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA II (30H)** |
| **EMENTA** |
| DESENVOLVIMENTO DE TRABALHO MONOGRÁFICO |
| **Bibliografia Básica:**  1. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 219 p.  2. MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 321 p.  3. MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 344 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. FAZENDA, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. Campinas: Cortez, 1997. 174 p.  2. HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso, metodologia e técnicas de pesquisa, da escolha do assunto à apresentação gráfica. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 298 p.  3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.  4. TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 3. ed. Belém: Grapel, 2001. 107 p.  5. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 108 p. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação). |
| **PRÁTICA FORENSE III – CIVIL (30H – 60H)** |
| **EMENTA** |
| INTERVENÇÃO DE TERCEIROS. EMBARGOS DE TERCEIRO. EMBARGOS DE DEVEDOR. RECURSOS. ATUAÇÃO PRÁTICA NA ÁREA CÍVEL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil: cabimento, ações diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 792 p.  2. GAMA, Ricardo Rodrigues. Prática processual civil. 7. ed. rev. atual. ampl. Campinas: Russell, 2009. 508 p.  3. PARIZATTO, Joao Roberto. Manual prático do processo civil. Leme, SP: EDIPA, 2007. v. 2. 2579 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: atos processuais a recursos processuais no trabalho. 18. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 2. 471 p.  2. MEDEIROS, João Paulo Fontoura de. Embargos à execução: sentença de procedência e improcedência. Curitiba: juruá, 2003. 190 p.  3. MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patrícia Miranda. Recursos no processo civil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 189 p.  4. MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de direito processual civil: teoria geral dos recursos, recursos em espécie e processo de execução. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. v. 2. 556 p.  5. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado: e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1999 p. |
| **10º PERÍODO** |
| **DIREITO AGRÁRIO (60H)** |
| **EMENTA** |
| PRINCÍPIOS GERAIS. CLASSIFICAÇÃO DO IMÓVEL RURAL. TERRAS PÚBLICAS E PARTICULARES. AÇÃO DISCRIMINATÓRIA. REFORMA AGRÁRIA. DESAPROPRIAÇÃO. ZONEAMENTO. CADASTRO E TRIBUTAÇÃO. O ESTATUTO DA TERRA. CONTRATOS AGRÁRIOS. AQUISIÇÃO DE IMÓVEL RURAL POR ESTRANGEIRO. |
| **Bibliografia Básica:**  1. BORGES, Antonino Moura. Curso completo de direito agrário: doutrina, prática, legislação complementar e jurisprudência. 3. ed. Leme, SP: CL EDIJUR, 2009. 1024 p.  2. FERREIRA, Pinto. Curso de direito agrário. 5. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2002. 496 p.  3. OPITZ, Silvia C. B.; OPITZ, Oswaldo. Curso completo de direito agrário. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009. 448 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BORGES, Antonino Moura. Curso completo de direito agrário: doutrina, prática, legislação complementar e jurisprudência. 3. ed. Leme, SP: CL EDIJUR, 2009. 1024 p. CD-ROM.  2. BRAZ, Petrônio. O agregado na legislação brasileira. Leme, SP: LED, 1996. 112 p.  3. CRISCUOLO NETTO, Nicolau. TDA: título da dívida agrária: obra completa. São Paulo: LED, 1999. 644 p.  4. MAGALHÃES, Juraci Perez. A propriedade territorial no Brasil e as terras do Distrito Federal. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2003. 113 p.  5. NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado: e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. 1999 p. |
| **MEDICINA LEGAL (60H)** |
| **EMENTA** |
| PERÍCIA MÉDICO-LEGAL. DOCUMENTAÇÃO MÉDICO-LEGAL. TRAUMATOLOGIA FORENSE. DEONTOLOGIA MÉDICA. CRIMINALÍSTICA. IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO. LESÕES. TANATOLOGIA. SEXOLOGIA FORENSE. ABORTO. INFANTICÍDIO. TOXICOLOGIA. PSICOPATOLOGIA FORENSE. |
| **Bibliografia Básica:**  1. DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara. Medicina legal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 328 p. (Coleção curso e concurso).  2. GOMES, Hélio. Medicina legal. 33. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2004. 565 p.  3. VANRELL, Jorge Paulete. Manual de medicina legal: tanatologia. 2. ed. Leme, SP: LED, 2004. 515 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. MELKI João. Procedimentos em exumações para investigação de vínculo genético em ossos. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0034-89102001000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13.12.2011.  2. OLIVEIRA, Silvia Falcão. Participação da radiologia nas perícias necroscópicas de baleados realizadas no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0100-39842005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13.12.2011.  3. PAIVA, Jose da Cunha Navarro. Tratado teórico e prático das provas no processo penal. Campinas, SP: Minelli, 2004. 443 p.  4. PENNA, João Bosco. Deformidade permanente: avaliação penal e cível. São Paulo: LED, 1998. 541  5. RIBEIRO Leonídio. Criminologia, antropologia e medicina legal. Um personagem central: Disponível:em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1415-47142010000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13.12.2011. |
| **DIREITO PREVIDENCIÁRIO (60H)** |
| **EMENTA** |
| SEGURIDADE SOCIAL. PREVIDÊNCIA. SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL. HISTÓRIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E SUAS FASES. FONTES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. CUSTEIO E BENEFÍCIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL PÚBLICA E PRIVADA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; COREEIA, Érica Paula Barcha. Curso de direito da seguridade social. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 362 p.  2. MARTINS, Sergio Pinto. Direito da seguridade social. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 545 p.  3. TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de direito da seguridade social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 444 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. EDUARDO, Italo Romano; EDUARDO, Jeane Tavares Aragão. Curso de direito previdenciário: teoria, jurisprudência e questões. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 560 p. (Provas e concursos).  2. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 1995. 322 p.  3. IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 16. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2011. 895 p.  4. SANTOS, Marisa Ferreira dos. Direito previdenciário. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 250 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 25).  5. SOUZA, Lilian Castro. Direito previdenciário. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 285 p. (Série leituras jurídicas: provas e concursos, v. 27). |
| **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO II (60H)** |
| **EMENTA** |
| DISSÍDIOS INDIVIDUAIS – RECURSOS E EXECUÇÃO. DISSÍDIOS COLETIVOS. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. PRÁTICATRABALHISTA. |
| **Bibliografia Básica:**  1. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 808 p.  2. MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual esquemático de direito e processo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 392 p.  3. ROMAR, Carla Tereza Martins. Direito processual do trabalho. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 310 p. (Série leituras jurídicas: provas e concursos, v. 23).  **Bibliografia Complementar:**  1. MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 727 p.  2. MARTINS, Sergio Pinto. Direito processual do trabalho: modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2006. CD-ROM.  3. GRECO FILHO, Vicente. Direito processual civil brasileiro: atos processuais a recursos processuais no trabalho. 17. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2006. v. 2. 467 p.  4. CARNEIRO, Athos Gusmão. Audiência de instrução e julgamento e audiências preliminares: atualizada conforme as últimas leis de reforma do CPC. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. 408 p.  5. SALEM, Luciano Rossignolli. Petições trabalhistas anotadas. 7. ed. Campinas: J. H. Mizuno, 2007. [s.p.]. |
| **DIREITO TRIBUTÁRIO II (60H)** |
| **EMENTA** |
| DIREITO TRIBUTÁRIO CONSTITUCIONAL. OS TRIBUTOS. A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA. O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS TRIBUTÁRIOS. |
| **Bibliografia Básica:**  1. AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 512 p.  2. GOMES, Marcus Lívio; ANTONELLI, Leonardo Pietro (coords.). Curso de direito tributário brasileiro. São Paulo: Quartier Latin, 2005. v. 3. 640 p.  3. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 28. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros, 2007. 560 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. BRASIL. Código tributário nacional, código de processo civil e constituição federal. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 994 p.  2. MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo tributário. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 557 p.  3. PAULSEN, Leandro; ÁVILA, René Bergmann; SLIWKA, Ingrid Schroder. Direito processual tributário: processo administrativo fiscal e execução fiscal à luz da doutrina e da jurisprudência. 3. ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2007. 463 p.  4. SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 1146 p.  5. SOUZA, Marcus Vinícius Saavedra Guimarães de. Direito tributário e seus conceitos gerais. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2005/marcusvinicius guimaraesdesouza/direitotributarioconceitosgerais.htm>. Acesso em 13 dez. 2011. |
| **ÉTICA PROFISSIONAL (30H)** |
| **EMENTA** |
| ÉTICA PROFISSIONAL NO ÂMBITO DAS DIVERSAS ATIVIDADES JURÍDICAS |
| **Bibliografia Básica:**  1. BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 625 p.  2. BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006. 207 p. (pensamento crítico, v. 63).  3. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 7. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2009. 544 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ARISTÓTELES. Ética e nicômaco: texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2002. 240 p. (Coleção a obra-prima de cada autor).  2. COMISSÃO ESPECIAL DA DIVERSIDADE SEXUAL DO CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Estatuto da diversidade sexual: anteprojeto. Brasília, DF: OAB, 2011. 59 p.  3. FIGUEIREDO, Laurady Thereza. Estatuto da OAB e código de ética e disciplina comentados. 2. ed. rev. atual. São Paulo: DPJ, 2008. 240 p. (Coleção lições do direito para o exame da OAB).  4. LAURELLI, Laercio. Iniciação e formação do advogado criminalista. 3. ed. São Paulo: Paulistanajur, 2004. 454 p.  5. MONDARDO, Dilsa; ALVES, Elizete Lanzoni; SANTOS, Sidney Francisco Reis dos (Org.). O ensino jurídico interdisciplinar: um novo horizonte para o direito. Florianópolis: OAB/SC, 2005. 204 p. |
| **PRÁTICA FORENSE IV (30H – 60H)** |
| **EMENTA** |
| PRÁTICA FORENSE PENAL II – TRIBUNAL DO JÚRI, RECURSO, EXECUÇÃO PENAL (ELABORAÇÃO DE SENTENÇA) – ATUAÇÃO PRÁTICA NA ÁREA PENAL. |
| **Bibliografia Básica:**  1. CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo. Prática forense penal. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 309 p.  2. LINTZ, Breno Linhares. Prática processual penal: doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. 404 p.  3. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 903 p.  **Bibliografia Complementar:**  1. ALBUQUERQUE, J. B. Torres de. Alterações na lei de execução penal e no código de processo penal: comentários à lei n.° 10.792/03: comentários, formulários, jurisprudência e legislação. São Paulo: Mundo Jurídico, 2004. 256 p.  2. BRASIL. Vade Mecum. RT. 6. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. 1918 p. (RT Códigos).  3. DAURA, Anderson Souza. Inquérito policial: competência e nulidades de atos de polícia judiciária. 3. ed. rev. atual. Curitiba: Jurua, 2009. 229 p.  4. MEZZOMO, Marcelo Colombelli. Os recursos penais e a efetividade da tutela jurisdicional. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 903, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/7748>. Acesso em: 12 dez. 2011.  5. REIS, Alexandre Cebrian Araújo; GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Processo penal: procedimentos, nulidades e recursos. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 220 p. (Coleção sinopses jurídicas, v. 15, t. I). |

Relatório do Acervo Bibliográfico – Apêndice 01

### 4.5.14. Atualização dos Conteúdos Curriculares e Adequação da Bibliografia

A adequação e atualização dos planos de ensino levarão em consideração os objetivos do curso, o perfil do egresso e o mercado de trabalho em harmonia com a matriz curricular. Nesse sentido, a elaboração dos planos de ensino das disciplinas do currículo do Curso de Direito será feita com base nas ementas do projeto pedagógico do curso, de modo que os conteúdos programáticos das disciplinas abrangem completamente os temas constantes nas suas respectivas ementas.

Quanto à atualização dos planos de ensino das disciplinas, a Coordenação do Curso de Direito e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a cada período, receberão propostas dos professores solicitando alterações e justificando-as.Uma vez analisadas e aprovadas pelo Colegiado do Curso passarão para homologação do Conselho Superior e a vigorarão no período letivo seguinte.

Para aprovação das propostas de alterações no plano de ensino, o Colegiado do Curso levará em consideração a sua fundamentação e a sua adequação às diretrizes constantes do projeto pedagógico do curso.

As bibliografias básicas e complementares das disciplinas serão renovadas durante o processo periódico de atualização dos planos de ensino, conforme projeto pedagógico do curso e a política de atualização do acervo bibliográfico.

## 4.6 COERÊNCIAS ENTRE OBJETIVOS, PERFIL DO EGRESSO, CURRÍCULO

### 4.6.1 Objetivos do Curso com o Perfil do Egresso

A construção dos objetivos do curso levará em consideração as capacidades, competências e habilidades estabelecidas para o futuro profissional, tendo por base a legislação vigente e a exigências do mercado de trabalho na área de Direito, conforme demonstrado no quadro abaixo:

**Quadro 10 – Correlação dos objetivos com o perfil do egresso.**

|  |  |
| --- | --- |
| **OBJETIVOS DO CURSO** | **PERFIL DO EGRESSO** |
| Capacitar os alunos a interpretar, explicar e utilizar as normas e princípios jurídicos, formando profissionais capazes de valorizar a cidadania e reconhecer a dignidade da pessoa humana; | Leitura, compreensão, elaboração de textos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; |
| Proporcionar por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o acesso a instrumentais que habilitem o educando a desenvolver o pensamento jurídico e a aplicação dos conhecimentos adquiridos no meio em que está inserido; | Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito; |
| Proporcionar uma visão crítica ao acadêmico, aliada ao desenvolvimento de uma concepção humanista que possibilite a formação de uma consciência sóciopolítica, conjugada à técnica e ao raciocínio jurídico, essenciais a uma educação integral e à plena realização do acesso à Justiça; | Interpretação e aplicação criativa do direito |
| Imprimir no meio acadêmico, valores de ética e de cidadania, permitindo conjugar a expressão técnico-jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais acerca da justiça, da legitimidade e da moral que alicerçam a prática jurídica; | Atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administra |
| Desenvolver uma concepção do Direito e da Justiça, adequada a um novo modelo de ordem política, social e econômica e a um novo paradigma de relações sociais e de cultura; | Julgamento e tomada de decisões. |
| Propiciar ao acadêmico de Direito, uma compreensão dinâmica e aberta do fenômeno jurídico, inserido nos contextos local, regional e global e uma aplicação das normas jurídicas, suscitando-lhes uma consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço. | Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; |

### 4.6.2 Objetivos do Curso com a Matriz Curricular

O currículo do curso de Direito está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da UnirG com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os profissionais instrumentos do desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática da Direito.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso, estará fortemente subsidiado por atividades complementares que corresponde a 240 horas, estágio supervisionado com 360 horas. Abordará as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

Importante que se busque estabelecer uma relação entre os objetivos do curso com as disciplinas aplicadas. Nesse sentido, a quadro abaixo traz em seu conteúdo não apenas a descrição dos objetivos do curso, estes já elencados anteriormente, mas principalmente a sua relação com as disciplinas do curso.

**Quadro 11 - Objetivos do Curso com a Matriz Curricular**

|  |  |
| --- | --- |
| **OBJETIVOS DO CURSO** | **DISCIPLINAS** |
| Capacitar os alunos a interpretar, explicar e utilizar as normas e princípios jurídicos, formando profissionais capazes de valorizar a cidadania e reconhecer a dignidade da pessoa humana; | Introdução ao Estudo do Direito I  Português I  Metodologia da Pesquisa Jurídica I  Introdução ao Estudo do Direito II  Direito Civil I  Direito Civil II  Direito Constitucional I  Direito Penal I  Direito Civil III  Direito Constitucional II  Direito Penal II  Direito Civil IV  Direito Constitucional III  Direito Penal III  Direito Civil V  Direito Penal IV  Direito Administrativo I  Direito Administrativo II  Direito Administrativo III  Direito Civil VI  Direito do Trabalho I  Direito Penal V  Direito Civil VII  Direito do Trabalho II  Direito Tributário I  Metodologia da Pesquisa Jurídica II  Direito Agrário  Medicina Legal  Direito Previdenciário  Direito Tributário II |
| Proporcionar por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o acesso a instrumentais que habilitem o educando a desenvolver o pensamento jurídico e a aplicação dos conhecimentos adquiridos no meio em que está inserido; | Teoria Geral do Processo  Direito Processual Civil I  Direito Processual Penal I  Direito Processual Civil II  Direito Processual Penal II  Direito Processual Civil III  Direito Processual Penal III  Direito Processual Civil IV  Direito Processual Penal IV  Prática Forense I – Civil  Prática Forense II – PenaI  Direito Processual Civil VI  Direito Processual do Trabalho I  Prática Forense III – Civil  Direito Processual do Trabalho II  Prática Forense IV – Penal |
| Proporcionar uma visão crítica ao acadêmico, aliada ao desenvolvimento de uma concepção humanista que possibilite a formação de uma consciência sóciopolítica, conjugada à técnica e ao raciocínio jurídico, essenciais a uma educação integral e à plena realização do acesso à Justiça; | Português II (Teoria da Arg. no discurso jurídico)  Sociologia Jurídica |
| Imprimir no meio acadêmico, valores de ética e de cidadania, permitindo conjugar a expressão técnico-jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais acerca da justiça, da legitimidade e da moral que alicerçam a prática jurídica; | Filosofia, Lógica e Direito  Psicologia Jurídica  Ética Geral  Filosofia do Direito  Ética Profissional |
| Desenvolver uma concepção do Direito e da Justiça, adequada a um novo modelo de ordem política, social e econômica e a um novo paradigma de relações sociais e de cultura; | Sociologia Geral  Ciência Política e Teoria Geral do Estado  Economia Política  Direito de Empresa I  Direito de Empresa II  Direito Eleitoral  Direito de Empresa III  Direito e Tecnologia da informação e Comunicação |
| Propiciar ao acadêmico de Direito, uma compreensão dinâmica e aberta do fenômeno jurídico, inserido nos contextos local, regional e global e uma aplicação das normas jurídicas, suscitando-lhes uma consciência dos problemas de seu tempo e de seu espaço. | Antropologia Jurídica  História do Direito  Direito Internacional Público e Privado  Direito Ambiental |

### 4.6.3 Conteúdos curriculares com o perfil desejado dos egressos

Partiu-se do pressuposto que o projeto do curso de Direito tem como atribuições essenciais a articulação com as DCN’s e ENADE e ensino, extensão e pesquisa a nível universitário.

Com este propósito, o currículo do curso de Direito apresentará uma proposta intra e interdisciplinar e transversal, propiciando uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística e de Direito e, com espírito científico, empreendedor e consciente da ética profissional.

A capacitação profissional será alicerçada no desenvolvimento de competências para o exercício do pensamento crítico e juízo profissional.

### **Quadro 12 - Conteúdos curriculares com o perfil desejado dos egressos**

|  |  |
| --- | --- |
| **PERFIL DO EGRESSO** | **DISCIPLINAS** |
| Leitura, compreensão, elaboração de textos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; | Introdução ao Estudo do Direito I  Português I  Metodologia da Pesquisa Jurídica II |
| Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito; | Antropologia Jurídica  Direito Civil I  Direito Civil II  Direito Constitucional I  Direito de Empresa I  Direito Penal I  Direito Civil III  Direito Constitucional II  Direito de Empresa II  Direito Penal II  Direito Civil IV  Direito Constitucional III  Direito Penal III  Direito Civil V  Direito Penal IV  Direito Eleitoral  Direito Civil VI  Direito do Trabalho I  Direito Penal V  Direito Civil VII  Direito de Empresa III  Direito do Trabalho II  Direito Processual Civil V  Direito Ambiental  Direito Tributário I  Direito Agrário  Medicina Legal  Direito Previdenciário  Direito Tributário II |
| Interpretação e aplicação criativa do direito | Metodologia da Pesquisa Jurídica I  Sociologia Geral  Direito e Tecnologia da informação e Comunicação |
| Atuação técnico-jurídica em diferentes instâncias, administrativas | História do Direito  Ciência Política e Teoria Geral do Estado  Economia Política  Direito Internacional Público e Privado  Teoria Geral do Processo  Direito Processual Civil I  Direito Processual Penal I  Direito Administrativo I  Direito Processual Civil II  Direito Processual Penal II  Direito Administrativo II  Direito Processual Civil III  Direito Processual Penal III  Direito Administrativo III  Direito Processual Civil IV  Direito Processual Penal IV  Prática Forense I – Civil  Prática Forense II – PenaI  Direito Processual Civil VI  Direito Processual do Trabalho I  Direito Processual do Trabalho II  Prática Forense IV – Penal |
| Julgamento e tomada de decisões. | Introdução ao Estudo do Direito II  Psicologia Jurídica  Sociologia Jurídica  Ética Geral  Ética Profissional |
| Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; | Filosofia, Lógica e Direito  Português II (Teoria da Arg. no discurso jurídico)  Filosofia do Direito |

## 4.7 METODOLOGIA

O curso de Direito da UnirG caracteriza-se por um currículo integrado para o desenvolvimento de competência, referenciadas na concepção construtivista do processo ensino-aprendizagem, na integração teoria-prática e na utilização de metodologias ativas.

As experiências de ensino-aprendizagem estão organizadas de modo a favorecer o desenvolvimento integrado de atributos e ações em situações que permitam reflexão e a mobilização de saberes que assegurem a transferência de aprendizagens de um contexto de ação para outro. Aponta a redefinição do lugar e do papel do professor e do estudante, no espaço de mediação dos saberes envolvidos no processo de ensino-aprendizagem que permitam que o profissional formado continue aprendendo por toda a vida.

Os elementos para o despertar da aprendizagem são as situações-problema de saúde-doença que devem ser enfrentadas na prática profissional. O contato com situações reais, ou simuladas objetivam o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, articulando as dimensões ético-sociais, técnico-políticas e intersubjetivas, visando ao desenvolvimento integrado dos domínios: cognitivo, psicomotor e afetivo.

Durante o curso poderão ser utilizados, entre outros, os recursos didáticos:

* *Simulações* como recursos didáticos: são estratégias que procuram simular algumas aspecto da realidade, colocando o aluno bem próximo às situações de vida, possibilitando um retorno imediato acerca das consequências, atitudes e decisões. No ensino superior, as simulações têm como objetivo principal o desenvolvimento de atitudes dos alunos e, secundariamente, os seguintes objetivos: estimular a reflexão acerca de determinado problema; promover um clima de descontração entre os alunos; favorecer o autoconhecimento; desenvolver empatia; analisar situações de conflito; desenvolver atitudes específicas; desenvolver habilidades específicas;
* *Estudo independente*, com uma metodologia centrada no estudante apresenta as seguintes características: respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno; individualização da avaliação; propiciação de formas alternativas de instrução e conteúdo; delegação ao estudante de maior responsabilidade por sua aprendizagem; desenvolvimento de maior de autonomia intelectual; facilitação da aquisição de maior confiança por parte do estudante em seus recursos e o alcance de certas metas, que não seriam atingidas em outras situações.
* Estímulo a outras metodologias de ensino baseadas na interação, entre eles: a discussão, o debate, a mesa redonda, o seminário, o simpósio, o painel, o diálogo, a entrevista e o estudo decasos, bem como a implementação em algumas áreas, da metodologia do aprendizado baseado em problemas (PBL), com o estudo centrado em casos reais.

A seleção das atividades educacionais depende das capacidades a serem focalizadas e das especificidades de desenvolvimento de cada grupo. O importante a ser ressaltado é a busca de uma correspondência entre a atividade selecionada, a prática profissional e as situações reais enfrentadas. Os professores que acompanham o desenvolvimento de capacidades em ambiente protegido não precisam, necessariamente, estar vinculados a um serviço de saúde, mas precisam ter formação numa carreira diretamente envolvida com o cuidado às pessoas e seus familiares.

Adicionalmente, dentre as práticas pedagógicas de grande relevância e considerada inovadora nos últimos anos, está a concepção do Núcleo de Educação a Distância (NED), amparado pela última geração da tecnologia de transmissão de imagens e áudio, com suporte da internet de banda larga, programa específico de capacitação de professores e corpo de tutores educacionais e, atualmente, a tecnologia utilizada para a educação a distância também está à disposição para dinamização dos programas presenciais.

De acordo com a Resolução CNE/CES nº 3, de 20/06/2014, a metodologia de ensino deverá estar centrada na aprendizagem do estudante e apoiado no professor como um facilitador e mediador do processo, pressupondo a interação professor/aluno no fazer pedagógico e também, conforme inciso II, art. 29 da Resolução citada. Assim, os docentes do curso devem considerar no planejamento de suas aulas e em sua atuação pedagógica, a utilização de metodologias ativas de ensino, centradas na aprendizagem do estudante, com critérios coerentes de acompanhamento e de avaliação do processo ensino-aprendizagem, a participação ativa do discente no processo de construção e difusão do conhecimento, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade na prática docente, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão. E ainda, a diversificação dos cenários de ensino-aprendizagem, permitindo ao estudante conhecer as políticas de saúde, vivenciar a realidade profissional, a organização do trabalho em direito e as práticas interprofissionais, garantindo a integração ensino-serviço, desde o início do curso.

Os conhecimentos comuns às diversas disciplinas poderão ser desenvolvidos simultaneamente, tratando os temas de maneira transversal e conceitual, por experiências observacionais, ou efetivamente práticas e interdisciplinares. O ensino prático conta com laboratórios e devem priorizar a geração de atitudes, habilidades e competências essenciais ao exercício da profissão. São consideradas também atividades práticas: o Seminário Integrativo (I, II) a serem realizados ao término de cada ano, como extensão na comunidade.

De maneira geral, as metodologias de ensino deverão sempre abordar a aplicabilidade direta e indireta do conhecimento adquirido na formação e atuação do profissional médico, desvinculando a visão tecnicista e permitindo o desenvolvimento da arte de aprender.

Desta forma, inicia-se um curso já contendo metodologias inovadoras, muito embora já praticadas na IES de forma isolada.

A instituição conta ainda, com o Núcleo de Formação Permanente-NUFOPE, cujas ações se concentram no acompanhamento e na análise das condições pedagógicas, e nos procedimentos acadêmicos de cada curso, viabilizando estratégias direcionadas à superação de qualquer dificuldade detectada. O apoio oferecido pelo NUFOPE aos Coordenadores dos Cursos e professores está associado através de encontros específicos, no tratamento de questões pontuais, na promoção de Seminários, Palestras, Debates, Fóruns, com temáticas definidas dentro da área deensino-aprendizagem.

Apresenta-se abaixo o plano de ação do NUFOPE com formações realizadas e formações a serem realizadas:

## 4.8 FORMAÇÕES REALIZADAS

CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES OFERECIDAS AOS PROFESSORES EM 2019/1, 2019/2, 2020/1 e 2020/2:

**2019/1**

* OFICINA– Sala 1 O processo de Ensino-Aprendizagem e as metodologias ativas: desafios docentes e discentes Profª . Dra. Silvana Silveira Kempfer (UFSC)
* OFICINA - Sala 1 Construindo teias pedagógicas operacionais a partir das metodologias ativas Profª. Dra. Silvana Silveira Kempfer (UFSC)
* OFICINA– Labin 5 Plataforma SEI para professor Marllon Maia Lamounier (NTI – UnirG) Profª. Maria Leci de Bessa Mattos (UnirG)
* OFICINA– Labin 7 Metodologia EAD no SEI James Dean Carlos de Sousa (NTI – UnirG) Profª. Alessandra Gomes Duarte Lima (UnirG)
* OFICINA– Sala 5 Ferramentas interativas para sala de aula e EAD Prof. Eduardo Fernandes de Miranda (UnirG) Prof. Saulo José de Lima Júnior (UnirG)
* OFICINA– Sala 7 Aprenda a fazer e submeter um projeto no CEP Profª. RiseRanK (UnirG) Prof. Vinicius Lopes Marinho (UnirG)
* OFICINA– Sala 7 Artigo científico, TCCs e linhas de pesquisa: do planejamento à escrita Profª. Rise Rank (UnirG) Profª. Nelita Bessa (UnirG) Profª. Mireia Ap. Bezerra Pereira (UnirG) Profª. Laís Tonello (UnirG)
* OFICINA- Sala 1 Instrumentos de avaliação da aprendizagem Profª. Alaíde de Miranda Santiago (DRE)
* Coordenações: Apresentar o plano de gestão do curso; Distribuir horas diversificadas (ATENDEE, ENADE, NDE, TCC; Planejamento das aulas práticas
* Coordenações: Elaborar o plano de investimento e plano de evento do curso

**2019/2**

* OFICINA- SALA 32 O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres humanos e a submissão de projetos na plataforma Brasil Prof. Vinicius Lopes Marinho Prof. Jeann Bruno Ferreira da Silva (UnirG)
* ATENDEE - Dislexia - Profa. Karla Regina Gama Profa. Marcella Soares Carreiro Sales Profa. Fernanda Bogarim B. Chiacchio (UnirG)
* OFICINA– SALA 31 ATENDEE Paralisia Cerebral e Profa. Karla Regina Gama (UnirG)
* VÍDEO CONFERÊNCIA Auditório
* Plano de ensino como elemento ordenador do processo de ensino e aprendizagem Profa. Silvana Silveira Kempfer (UFSC)
* Oficina Sala 35 Como elaborar um projeto de extensão para captar recurso Profa. Gisela Daleva Costa Guadalupe (UnirG)

**2020/1**

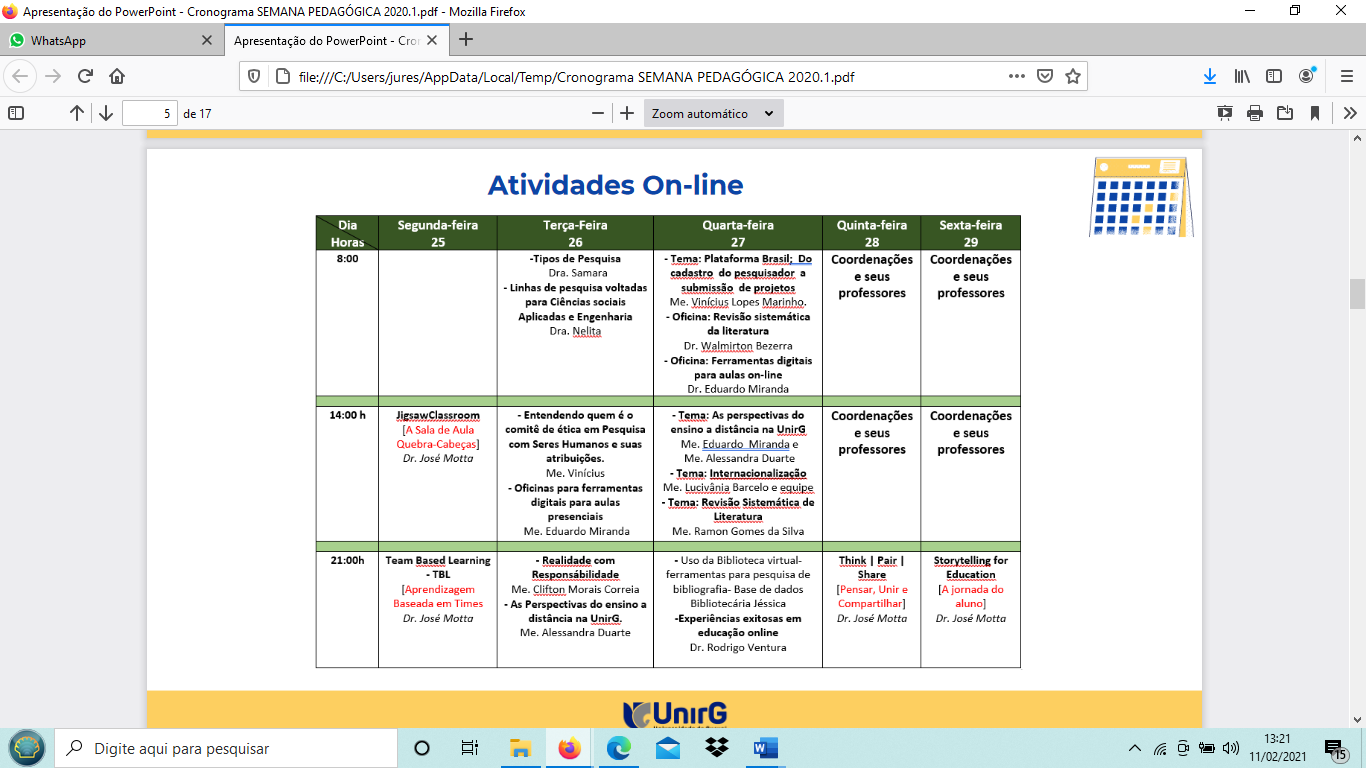
* Preceptivas do Ensino Superior no Estado do Tocantins Preceptivas do Ensino Básico no Estado do Tocantins Indicadores de Qualidade das Instituições de Ensino Superior no Brasil - Prof. Gildásio A. Mendes Filho (Consultor-Chefe da LUPA Consultoria e Treinamento)
* Perspectivas para o Ensino, Pesquisa e Extensão- Prof. Eduardo Fernandes de Miranda Profa. Rise Consolação Iuata Costa Rank Prof. Jeann Bruno Ferreira da Silva
* Como preencher os diários no Sistema SEI: Marielem Sales Paz (UnirGMarllos Maia Lamounir (UnirG)
* ÁREA DA SAÚDE “Indissociabilidade entre a pesquisa e extensão: como elaborar projetos de pesquisa a partir dos projetos de extensão”: Profa. Rise Consolação I. Costa Rank Prof. Jeann Bruno Ferreira da Silva
* ÁREA DA SAÚDE “Palestra sobre experiência nas novas metodologias ativas.Apresentação de 1 docente de cada curso de sua experiência dentro dessa abordagem de metodologias ativas e mesa redonda para discussão”.

**2020/2**

* **Um trilha possível para o Ensino Remoto.** Abordagem do cenário atual da Educação em formato Remoto Emergencial (e Intencional) e os caminhos para a construção de uma trilha envolvendo Comunicação, Ferramentas, Conteúdos, Interação, Registro das Atividades e as Metodologias Ativas de Ensino. **Palestrante: José Motta** (Engenheiro Civil | Universidade Federal do Paraná | Brasil; Especialista em Gestão Escolar | FAE Business School | Paraná | Brasil; Especialista em Principles of Technology | Cord International | Texas | USA; MBA em Gestão Empresarial | FAE Business School & Baldwin Wallace | Ohio | USA; Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação | Must University | Florida | USA.
* **Um ambiente virtual para a aprendizagem.** Overview (de professor para professor), sobre a organização da Google Classroom, para que os alunos/professores possam tirar o máximo proveito desse extraordinário Ambiente Virtual de Aprendizagem, fundamentado nas premissas do Flipped Classroom (Sala de Aula Invertida). **Palestrante: José Motta** (Engenheiro Civil | Universidade Federal do Paraná | Brasil; Especialista em Gestão Escolar | FAE Business School | Paraná | Brasil; Especialista em Principles of Technology | Cord International | Texas | USA; MBA em Gestão Empresarial | FAE Business School & Baldwin Wallace | Ohio | USA; Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação | Must University | Florida | USA.
* **Precisamos coletar dados e registrar as atividades.** Em um formato “aprender fazendo”, construirmos juntos um Google Forms for Education, parametrizado para servir de registro de presença e execução das atividades propostas pelos professores. O banco de dados (analitycs) fornecido por essa ferramenta ajudou os professores e a instituição no que se refere à comprovação das horas/aula trabalhadas remotamente. **Palestrante: José Motta** (Engenheiro Civil | Universidade Federal do Paraná | Brasil; Especialista em Gestão Escolar | FAE Business School | Paraná | Brasil; Especialista em Principles of Technology | Cord International | Texas | USA; MBA em Gestão Empresarial | FAE Business School & Baldwin Wallace | Ohio | USA; Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação | Must University | Florida | USA.
* **Ferramentas para a interação e engajamento dos alunos.** Elaborado um “hands on” sobre uma ferramenta extremamente útil para que os professores possam interagir com os alunos [Just in Time Teaching] nos momentos síncronos das aulas. Exploraremos a utilização do Socrative para essa interação. **Palestrante: José Motta** (Engenheiro Civil | Universidade Federal do Paraná | Brasil; Especialista em Gestão Escolar | FAE Business School | Paraná | Brasil; Especialista em Principles of Technology | Cord International | Texas | USA; MBA em Gestão Empresarial | FAE Business School & Baldwin Wallace | Ohio | USA; Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação | Must University | Florida | USA.
* **Planejar cenários: Níveis de planejamento.** O Planejamento enquanto um processo contínuo e dinâmico, e o plano, enquanto produto provisório e flexível. O Planejamento do Sistema Nacional de Educação (Macro), Planejamento Institucional (Meso), Plano de Ensino e Plano de aula (Micro).
* **Palestrante: Jussara Resende Costa Santos** (Pós Doutora em Ciências da Educação em Portugal na Universidade do Minho; Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás com Sandwich na Alemanha na Universität Siegen; Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília- UCB; Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de São Luiz, MBA em Gestão Educacional pela Faculdade Cenecista de Osório, graduada em Pedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas (2001).
* **Planejamento e Metodologia do ensino a distância. Palestrante: Alcides do Nascimento Moreira** (Mestre em Educação pela Universidade de Brasília, Pós-graduado em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas; Política e Estratégia Nacional; Administração Pública; Gestão Escolar e Metodologia do Ensino de História e Geografia. Possui Licenciatura plena em História pela Universidade do Tocantins (1996). Atualmente é professor da Educação Básica - Secretaria de Estado da Educação e Cultura e Professor Titular da Universidade do Tocantins. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Educação, Metodologia do Ensino de História e História do Brasil Colônia, atuando principalmente no seguinte tema: educação, solidariedade.
* **Planejar cenários: Níveis de planejamento.** O Planejamento enquanto um processo contínuo e dinâmico, e o plano, enquanto produto provisório e flexível. O Planejamento do Sistema Nacional de Educação (Macro), Planejamento Institucional (Meso), Plano de Ensino e Plano de aula (Micro). **Palestrante: Jussara Resende Costa Santos** (Pós Doutora em Ciências da Educação em Portugal na Universidade do Minho; Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás com Sandwich na Alemanha na Universität Siegen; Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília- UCB; Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade de São Luiz, MBA em Gestão Educacional pela Faculdade Cenecista de Osório, graduada em Pedagogia pela Faculdade do Noroeste de Minas (2001).
* **FORMAÇÃO SEMANA PEDAGÓGICA 2021/1**

O semestre de 2021/1, a Semana Pedagógica da UnirG, pautou-se nos temas, sugeridos pelos diversos cursos da IES, tendo como ponto chave, a Produção Científica de qualidade, estruturação da Extensão Curricularizada e Oficinas de apoio ao Docente para os momentos presenciais e remotos, bem como a Coordenação do Curso trabalhos em consonâncias com os temas elencados.



A UnirG busca oferecer, aos seus professores, as condições técnicas para que se desenvolvam os procedimentos pedagógicos necessários para atingir os objetivos pretendidos. Assim, é condição imprescindível garantir, permanentemente, elevados níveis de motivação do pessoal docente pela valorização de seu potencial humano, de modo que se vejam estimulados a desenvolver sua competência técnica e a atingir o grau de desempenho almejado, considerando-se:

* compreensão da missão institucional, entendimento das políticas e estratégias, fortalecendo a imagem institucional e garantindo a adesão consciente do pessoal envolvido em todos os níveis hierárquicos;
* as qualidades dinamizadoras dos dirigentes em reconhecer o desempenho dos seus funcionários;
* o desenvolvimento de atitudes e habilidades em equipe e a transparência organizacional;
* a ampliação dos recursos de comunicação para constituir-se em ação do Plano de Carreira, de Remuneração e de Capacitação Docente que é parte integrante da política de valorização dos recursos humanos da UnirG e mecanismo de incentivo à qualificação e ao constante aperfeiçoamento do professor.

No entanto, buscar-se-á, em todas as ocasiões, contar com parcerias externas e fontes de recursos alternativas para viabilizar os empreendimentos pretendidos, seja mediante convênios com outras IES, seja com empresas, especialmente com agências governamentais de fomento à pesquisa e à pós-graduação e de organismos não governamentais, do terceiro setor, objetivando desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atribuições do corpo docente são regulamentadas pelos artigos 154, 155 e 156 do Regulamento Geral Acadêmico. Os docentes são responsáveis por:

* 1. elaborar e cumprir o programa de sua disciplina, submetendo-o à aprovação da Coordenadoria do Curso e à apreciação da Pró-Reitoria de Graduação;
  2. orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo integralmente o programa e carga horária;
  3. organizar e aplicar instrumentos de avaliações do aproveitamento e atribuir-lhes os resultados apresentados pelos acadêmicos;
  4. entregar à Coordenação do seu Curso, os resultados das avaliações do aproveitamento escolar, nos prazos fixados;
  5. cumprir o regime escolar e disciplinar da Universidade de Gurupi - UnirG e o calendário acadêmico;
  6. propor projetos de pesquisa e/ou de extensão, submetê-los à apreciação do Conselho de Curso para que seja encaminhado à respectiva Pró-Reitoria;
  7. participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado;
  8. preencher e assinar no diário de classe os campos de desempenho, frequência e outros que forem necessários e cumprir os prazos de entrega estabelecidos;
  9. disponibilizar o registro da aula e frequência dos discentes, diariamente, à Secretaria Geral Acadêmica.

Os docentes deste curso, em conjunto com a Coordenação do curso, trabalharão de forma integrada, para o cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso e total responsabilidade em sua atualização. O corpo docente tem papel primordial na materialização das práticas acadêmicas de Ensino, Pesquisa e Extensão. Para tanto, a identificação com os princípios institucionais definidos no PDI torna-se decisiva na constituição do perfil docente e consolidação de uma prática pedagógica extensionista e de pesquisa que contribua para o fortalecimento da identidade institucional.

A formação dos professores será adequada às necessidades propostas para o perfil do egresso do Curso de Direito da UnirG.

4.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

A formação do acadêmico que pretende ser bacharel em Direito será concebida na perspectiva de aluno-pesquisador e aluno extensionista, desenvolvendo competências para empregar seu conhecimento no contexto social e buscar atualização contínua.

O Estágio obrigatório, desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica já é desenvolvido com uma prática articulada à extensão e à pesquisa, a fim de que o acadêmico vivencie as diversidades sociais da sociedade de Gurupi, preparando-o para o embate profissional.

A política do ensino jurídico, com base na Diretriz Curricular Nacional (Resolução n.º 9 do CNE), contempla também atividades complementares, como forma de promover a flexibilidade curricular, representada por seminários de atualização, projetos de extensão, programas de iniciação científica, monitoria de ensino, congressos e outros eventos que assegurem a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a articulação do mundo acadêmico com o mundo do trabalho.

Visando a concretização das políticas de estágio e o desenvolvimento de atividades complementares, serão fomentadas as seguintes políticas:

1. Aperfeiçoamento de programas de iniciação científica, de modo a absorver um maior número de acadêmicos e aumentar o reconhecimento interno e externo dos trabalhos realizados na forma de estágio;
2. Instituição do estágio não obrigatório, no Ministério Público, na Defensoria Pública, em escritórios de advocacia e demais órgãos públicos, como proposta de investigação científica, que poderá ser computado como atividade complementar;
3. Aproximação dos acadêmicos da graduação com os acadêmicos da pós-graduação mediante a criação de grupos de pesquisa e de atividades compartilhadas;
4. Incentivo de projetos de aperfeiçoamento de propostas inovadores de ensino através de parcerias entre a graduação e a pós-graduação, criando e implementando experiências metodológicas renovadas;
5. Incentivo nas diferentes áreas de atividades sistemáticas de pesquisa e extensão atentas às demandas da comunidade, dedicadas ao benefício coletivo, capazes de dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes;
6. Adoção, na política institucional de ensino e em suas articulações com a extensão e a pesquisa, de eixos temáticos que se refiram a problemas sociais, econômicos e culturais.

É imprescindível, portanto, a reorganização total do Curso, em coerência com suas políticas e seus objetivos e em favor de sua interação como contexto global da sociedade, afim de criar condições para a implementação de práticas acadêmicas decorrentes de estágios e atividades complementares que revertam, plenamente, em benefício de todas as áreas socioeconômicas influenciadas pelo Curso de Direito da UnirG, as quais compreendem a região sul do Estado do Tocantins, e os Estados de Goiás, Maranhão, Para e Piauí.

Portanto, além do ensino propriamente dito, o curso de Direito tem a preocupação de atender às políticas públicas considerando as características culturais do Estado do Tocantins, tem o objetivo de estender o seu campo de atuação para além dos muros do Núcleo de Práticas Jurídica, prestando atendimento em asilos, às populações indígenas e quilombolas, creches e assentamentos rurais.

A grande meta que se inscreve neste projeto pedagógico é, portanto, promover organicidade às políticas educacionais do curso, de modo que se evidencie, ao máximo, sua preocupação com a ética e a diversidade na educação, bem como com a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a diversidade cultural e social nas zonas de inserção da UnirG.

### 4.9.1 O NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICA – NPJ

Outra grande meta é adequar o estágio curricular obrigatório aos paradigmas da Diretriz Curricular Nacional dos Cursos Jurídicos contidos na Resolução n.º 5 de 17 de dezembro de 2018 do Conselho Nacional de Educação. O NPJ é responsável por coordenar os estágios em órgãos públicos (Defensoria Pública, Ministério Público, Fórum da Justiça Estadual, Fórum da Justiça Federal, Delegacias de Polícia, Escritórios de Advocacia, Procuradoria do Município, Procuradoria da Câmara de Vereadores, e outros órgãos públicos); o centro de atividades simuladas; o centro de mediação, conciliação e arbitragem.

### 4.9.2 Metodologias e Ferramentas Utilizada no NPJ

Dentre as metodologias previstas, destacam-se aquelas que são claramente inovadoras e desenvolvidas no Sistema Faculdade, um recurso que proporciona aprendizagens diferenciadas dentro da área, posto que se trata de plataforma específica para a prática acadêmica jurídica.

Considerando as metodologias, destacam-se para a prática jurídica as seguintes: *Learning by doing; Hands on; Problem-Based Learning* e o *Project-Based Learning,* todas elas metodologias ativas a serem utilizadas na plataforma de apoio à prática jurídica Sistema Faculdade.

A metodologia *Learning by doing* possibilitará ao aluno aprender enquanto fizer ou, aprender fazendo. Essa metodologia está intimamente ligada ao autoconhecimento e ao exercício de atividades experienciais, por meio das quais o discente se desenvolve e reconhece o seu próprio caminho de aprendizado enquanto vive as experiências pedagógicas.

A metodologia *Learning by doing* é reconhecida no mundo profissional como uma característica *Hands on*. Ou seja, ao aprender fazendo o graduando construirá valores, conhecimentos e habilidades que o capacitarão para o mundo profissional com aquele que faz, ou, que coloca a mão na massa.

Em suma, por meio dessas metodologias (*Learning by doing* e *Hands on*), com a utilização da plataforma de apoio à prática jurídica Sistema Faculdade, os alunos aprenderão a interpretar, interpretando; aprenderão a peticionar, peticionando; aprenderão a argumentar, argumentando; aprenderão a aplicar o direito, aplicando, e assim por diante.

A plataforma permite a interação entre os atores do processo de ensino-aprendizagem e, em especial, facilita os *feedbacks* com correção específica de cada atividade desenvolvida, além de gerar relatórios diagnósticos de rendimento relativo às notas e às habilidades e competências previstas para o desenvolvimento do perfil do egresso.

Com isso, ao realizar as atividades por meio da metodologia *Learning by doing,* os alunos aprenderão inclusive com os eventuais erros, uma vez que estes constituem-se em verdadeiros valores formativos predispostos a permitir uma apropriação do conhecimento de forma plena.

Outra metodologia prevista para o curso consiste na *Problem-Based Learning*, ou Aprendizado Baseado na Resolução de Problemas. Considerando que o curso tem por característica a formação de profissionais que atuarão na solução de conflitos, a metodologia de ensino baseada na Resolução de Problemas é perfeitamente adequada e, portanto, será desenvolvida por meio da plataforma de apoio à prática jurídica Sistema Faculdade.

Diante dos casos concretos que serão apresentados aos discentes, estes estarão envolvidos em situações reais diante das quais deverão elaborar propostas, projetos, soluções e mecanismos adequados às demandas apresentadas.

O Aprendizado Baseado na Resolução de Problemas será desenvolvido com a finalidade de estabelecer uma formação do egresso com foco em habilidades práticas articuladas com o pleno desenvolvimento de competências multidisciplinares. É nesse contexto que os diversos tipos de atividades que o Sistema Faculdade oferece viabilizarão a vivência em Casos os Reais, consistindo-se em práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria- prática.

Por fim, a metodologia denominada *Project-Based Learning* será desenvolvida nas atividades de caráter prático com os alunos, aproximando-os da resolução de problemas do mundo jurídico que ocorrem no seio social.

Essa metodologia permite o exercício da autonomia do pensamento ao mesmo tempo em que viabiliza a articulação do trabalho em equipe. A partir dos casos práticos apresentados aos discentes por meio da plataforma de apoio à prática jurídica Sistema Faculdade serão desenvolvidas habilidades como a criatividade, a capacidade de planejar, de se comunicar por textos escritos, de tomar decisões, de avaliar riscos, além de melhorar a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.

O Estágio Supervisionado previsto neste PPC contará com uma ferramenta para o seu adequado acompanhamento, o NPJ-e. A plataforma mantida pela IES para o curso de Direito viabiliza a orientação com uma relação orientador/aluno perfeitamente compatível com as atividades do curso. O Núcleo de Prática Jurídica Eletrônico – NPJ-e é uma plataforma que permite o pleno exercício das atividades de estágio curricular para o curso de Direito, haja vista se tratar de uma plataforma específica para os Núcleos de Práticas Jurídica dos cursos de Direito. Por intermédio dessa plataforma os orientadores podem desenvolver nos discentes as habilidades e competências previstas nas DCNs e neste PPC.

O NPJ-e corresponde a uma ferramenta de gestão acadêmica e a um diferencial para a estratégia de integração entre o ensino e mundo do trabalho. O cumprimento das etapas durante o semestre permite aos orientadores/coordenadores o acompanhamento do desempenho dos estudantes no ambiente profissional e vincula as atividades realizadas pelos estagiários às habilidades e competências do curso.

A atuação dos coordenadores, supervisores e alunos no ambiente do NPJ-e torna-se completamente transparente, de modo que todos os processos são bem delineados e a interação entre as partes ocorre de forma eletrônica com registros e relatórios úteis para uma adequada avaliação do desenvolvimento dos egressos em fase de formação profissional.

Por meio desses módulos da plataforma Sistema Faculdade que se configuram como uma inovação tecnológica e acadêmica para o curso de Direito, torna-se possível uma ampliação da capacidade de análise das atividades e dos resultados acadêmicos e gerenciais. Tudo por meio do gerenciamento dos alunos segundo as suas habilidades e competências individuais.

A inserção do aluno no ambiente profissional é ampliada e monitorada sem se afastar do perfil do egresso, conforme previsto nas DCNs.

Dentre as tecnologias de informação e comunicação previstas no planejamento do processo de ensino-aprendizagem, a IES utilizará o Sistema Faculdade. Tal plataforma é uma dentre as previstas para o curso que possibilitam a execução do Projeto Pedagógico do Curso, uma vez que as atividades acadêmicas estão vinculadas às Habilidades e Competências previstas no art. 4º da Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2018. Assim, a execução do projeto pedagógico está diretamente adstrita às atividades acadêmicas, cujo monitoramento da apropriação do conhecimento e do desenvolvimento do perfil do egresso é acompanhado por relatórios específicos para esse fim. Com isso, há uma ampliação da capacidade de análise das atividades e dos resultados acadêmicos e gerenciais.

A plataforma Sistema Faculdade viabiliza a acessibilidade digital e comunicacional para alunos e professores, além de se constituir uma tecnologia de comunicação acessível a partir de diversos equipamentos eletrônicos e constituir-se como mais um meio de interatividade para docentes, discentes e tutores, entre si, e com a coordenação.

Esta plataforma assegura o acesso a materiais e recursos didáticos a qualquer hora e lugar, uma vez que a disponibilidade de acesso é de 24 horas por dia, 7 dias por semana. Todas as informações acessíveis pelos docentes e discentes são protegidas, preservando-se a segurança das informações por meio de hospedagem com critérios de espelhamento para eventuais contingenciamentos.

Com isso, privilegia-se a garantia de proteção de dados, assim como a estabilidade na utilização de servidores Google Cloud, mantendo-se a alta escala no desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Destaca-se que a Plataforma Sistema Faculdade possui módulos únicos e inovadores, ou seja, sem equivalentes no mercado educacional. O módulo Núcleo de Prática Jurídica Eletrônico é absolutamente inovador e viabiliza o desenvolvimento da prática jurídica com a mensuração do desenvolvimento das habilidades e competências, assim como o perfil do egresso, tal como definidos nos arts. 3º e 4º da Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

Com isso, a plataforma Sistema Faculdade consiste em uma tecnologia de informação e comunicação que permite o desenvolvimento de experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

Além do Ambiente Virtual de Aprendizagem devidamente previsto neste no PPC, a IES disponibilizará uma ferramenta acessória destinada à Prática Jurídica, ao Estágio e ao TCC. Os módulos NPJ-e, SuperEstágio e o TCC Manager, todos da Plataforma Sistema Faculdade, são inovadores e possibilitam experiências pedagógicas extraordinárias.

Por meio dessa plataforma acessória ao AVA, disponibilizar-se-á aos discentes materiais, recursos e tecnologias específicas e **apropriadas**, ao curso, pois, as atividades nele desenvolvidas permitem a mensuração do desenvolvimento das habilidades e competências, assim como o perfil do egresso, tal como previstas neste PPC e nos arts. 3º e 4º da Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2018.

Tais materiais, recursos e tecnologias específicas da plataforma **permitem** desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, além da indispensável reflexão sobre o conteúdo das disciplinas teóricas.

A plataforma está adaptada às necessidades advindas da acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, possuindo recursos que permitem a interação com os dispositivos eletrônicos dos usuários para soluções adaptativas de acordo com a necessidade apresentada.

Dentre os diversos recursos do Sistema Faculdade, são disponibilizados para a Coordenação do curso diversos relatórios que possibilitam a realização de avaliações periódicas devidamente documentadas podendo ser mantidas em meio eletrônico, exportadas ou impressas em meio físico.

Com isso, as funcionalidades do Sistema Faculdade são extremamente úteis e consideradas para as avaliações periódicas cujos resultados serão efetivamente utilizados em ações de melhoria contínua.

Dentre os procedimentos de acompanhamento e de avaliação encontram-se aqueles previstos para a Prática Jurídica. De acordo com os processos de ensino-aprendizagem previstos neste PPC, as metodologias adequadas ao desenvolvimento das habilidades e competências devem ser desenvolvidas de modo a possibilitar aos egressos o pleno exercício das práticas profissionais.

Para tanto, as metodologias ativas que constam da proposta pedagógica têm como foco a autonomia do discente. Assim, é necessária uma evolução contínua no desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e de atuação no mundo real.

A metodologia empregada para esse fim utilizará de ferramentas tecnológicas para gerar a partir das atividades propostas e desenvolvidas diversas informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes. É fundamental que os discentes possuam relatórios individualizados do desenvolvimento das suas habilidades e competências ao longo das atividades práticas, o que é amplamente disponibilizado pelos módulos do Sistema Faculdade.

Ao acessar as informações individualizadas que dizem respeito ao perfil do egresso, os alunos contam com mecanismos de avaliação que contribuem para adoção de ações que melhorem o seu desempenho.

Por outro lado, diante dos relatórios analíticos disponibilizado pelos módulos do Sistema Faculdade aos Coordenadores, torna-se possível planejar e replanejar as ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas e dispostas nos relatórios.

Cumpre salientar que o módulo Núcleo de Prática Jurídica Eletrônica – NPJ-e é uma ferramenta específica para o desenvolvimento das atividades típicas do Núcleo. As atividades estão dispostas em grupos, a saber: pré-processuais, processuais, não contenciosas e atividades de relatórios.

Estão previstas como atividades pré-processuais a conciliação, a mediação e a negociação. Por sua vez, as atividades processuais previstas podem ser de Arbitragem, Atuação em Casos Reais (inclusive negociação), Casos Práticos Simulados, Casos Práticos por Etapas e Análise de autos Findos.

Para as atividades não contenciosas estão previstos os Negócios Jurídicos, Atuação Cartorária, Pareceres e Decisões e Atos Normativos.

Por fim, as atividades de relatórios estão previstas as Palestra, Audiência e Visitas Orientadas.

Todas as atividades buscam a interdisciplinaridade das matérias legais com foco no desenvolvimento das habilidades e competências previstas nas DCNs do curso.

O NPJ-e emite diversos relatórios de acompanhamento permanente do desenvolvimento dos alunos de forma individualizada e em grupo. Tais relatórios são indispensáveis para a gestão do curso e são indispensáveis para os processos de planejamento para o adequado atendimento da demanda existente.

### 4.9.3 Da Assistência Jurídica Gratuita Prestada pelo NPJ

O NPJ se insere no âmbito da UnirG, como instrumento necessário a fomentar a prática jurídica obrigatória, direcionado ao atendimento e patrocínio jurídico de pessoas carentes, nos termos da Lei n.º 1060/50, prestando orientação jurídica à comunidade local e regional na solução judicial e extrajudicial de controvérsias, organizando e direcionando atividades de extensão por parte dos estagiários, em programas sociais desenvolvidos pela UnirG, por entidades governamentais e não governamentais, de modo a atender os fins a que se propõe o estágio profissionalizante e a prática jurídica, em conformidade com o currículo pleno.

As ações desenvolvidas por meio do Estágio Profissionalizante, ministradas no Núcleo de Práticas Jurídica, são destinadas às comunidades locais e regionais beneficiárias da Assistência Jurídica Gratuita, por meio de atendimento pessoal na sede do NPJ e nas unidades instaladas nas Comarcas próximas, onde residem alunos matriculados em disciplina de Estágio e de acompanhamento de ações e procedimentos perante a Justiça Comum, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral, Delegacias de Polícias, repartições públicas, escritório de advocacia conveniados e outros órgãos ou instituições onde se estabelecem convênios de cooperação mútua.

O NPJ, além das atividades ordinárias de atendimento à população, desenvolve atividades práticas simuladas, mini-cursos sobre temas específicos do cotidiano jurídico e forense, além de aproximar o curso da sociedade.

A lei Municipal n. 1.705/07, de 01 de agosto de 2007 criou o FUMEMD – Fundo Municipal do Escritório Modelo de Direito, cujo objetivo é depositar os honorários de sucumbência pagos pela parte vencida nas ações patrocinadas pelo NPJ (agência 0794-3, c/c 42106-5, Banco do Brasil), com destinação voltada para investimentos em equipamentos e aquisição de materiais de manutenção para o estágio do Curso de Direito.

### 4.9.4 A sala de Conciliação e Mediação

No mês de dezembro de 2011, foi criada a sala de conciliação e mediação dentro da sede do NPJ. O espaço se destina a utilização de novos mecanismos de solução de litígio. O NPJ está a desenvolver a capacidade de mediação em todo o corpo discente, visando a impedir a formação de litigantes habituais. Durante os atendimentos ao público, uma vez detectada a possibilidade de acordos, é expedida carta convite às partes, para audiência de conciliação prévia dentro do NPJ, sob a orientação de um supervisor. Em caso de acordo, é elaborado o termo com a ajuda dos supervisores, e homologado em juízo.

### 4.9.5 A sala do Tribunal do Júri e Audiências Simuladas

O auditório do NPJ também é utilizado como sala do Tribunal do Júri. Todo semestre os acadêmicos desenvolvem as sessões de julgamento simuladas com base em casos reais.

Apêndice 02 - Regulamento

## 4.10 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Curso está regulamentado pela UnirG, contemplado em seu Regimento Geral Acadêmico, bem como na RESOLUÇÃO CONSUP/004/2007, de 09 de maio de 2007, a qual apresenta critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, bem como as técnicas relacionadas com sua elaboração.

As regras para elaboração do Trabalho de Curso passaram por ampla reformulação, permitindo ao acadêmico, maior flexibilidade para desenvolvimento de suas atividades e exigindo mais responsabilidade dos orientadores e supervisores nas etapas metodológicas de planejamento, fichamento, análise, redação e revisão dos trabalhos científicos.

O Núcleo de Prática Jurídica conta com novo Regimento Interno e regramento para a elaboração de TC's, e os dois instrumentos foram devidamente aprovados pelo Conselho de Curso.

O Trabalho de Curso (TC) constitui-se em resultado das atividades de pesquisas e, nesse contexto, se realiza conforme o que dispõem a estrutura curricular, o regimento acadêmico e o regulamento das atividades desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica.

Deste modo, este trabalho é desenvolvido individualmente, no qual o acadêmico agrupa e consolida as experiências em atividades complementares e teórico-práticas, demonstrando por meio dele, ao final do curso, que está apto ao desenvolvimento inicial de pesquisa científica e exercício profissional.

O acompanhamento do trabalho de curso é hoje desenvolvido por meio da plataforma eletrônica Sistema Faculdade, no módulo denominado TCC Manager. Por meio do TCC Manager aumenta-se a produtividade docente, flexibiliza o contato presencial entre professores e alunos e gera eficiência para o curso. Além de permitir a orientação remota, a plataforma registra todas as etapas desse processo, permite a correção pré-padronizada e mantém um repositório eletrônico dos TCs conforme exigido pelos instrumentos de avaliação oficiais.

Apêndice 03 – Regulamento do TCC

## 4.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE DIREITO

O aluno que ingressar no Curso de Direito da Universidade de Gurupi – UnirG deverá obrigatoriamente completar 240 (duzentos e quarenta) horas em atividades complementares, que podem ser praticadas desde o 1º semestre de matrícula no curso de direito, podendo ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante as férias escolares, desde que respeitados os procedimentos no Regulamento que estabelece noras para o funcionamento das atividades complementares.

As atividades complementares, cujo cumprimento é indispensável para colação de grau, compreendem atividades de ensino, pesquisa e extensão e tem como finalidade m disponibilizar amplo acesso interdisciplinar do conhecimento, visando o enriquecimento das informações jurídicas propiciadas pelo curso e a formação integral do aluno, quer por meio da flexibilização e prolongamento do currículo pleno do curso de graduação em Direito, quer através do aprofundamento temático e interdisciplinar, possibilitando ainda ao aluno traçar trajetória autônoma e particular.

No decorrer do Curso, além de completar 240 (duzentos e quarenta) horas em atividades complementares, o acadêmico deverá cumprir no mínimo 05 (cinco) atividades complementares diferentes relacionadas aos itens da tabela abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Atividade (art. 9º, Reg.)** | **Item** | **Carga Horária** |
| Exercício de monitoria de conteúdo Jurídico | **A** | Até 60hs |
| Participação em pesquisas e projetos institucionais | **B** | Até 90hs |
| Participação em grupos de estudo/pesquisa sob a supervisão de professores do curso de Direito | **C** | Até 60hs |
| Congressos, oficinas e conferências jurídicas | **D** | Até 60hs |
| Seminários e palestras jurídicas assistidas | **E** | Até 60hs |
| Representação acadêmica / Estudantil na IES | **F** | Até 30hs |
| Eventos acadêmicos, mostra científica, exposições assistidas com conteúdo jurídico | **G** | Até 60hs |
| Participação em Conselho de Sentença – membro | **H** | Até 40hs |
| Artigos publicados em revistas com referência (20 horas por artigo) | **I** | Até 40hs |
| Apresentação de trabalho em eventos científicos (1 hora por trabalho) | **J** | Até 20hs |
| Participação em concursos culturais, exposições e mostras | **L** | Até 40hs |
| Realização de estágios jurídicos não obrigatórios | **M** | Até 80hs |
| Participação em projetos socioculturais ou de extensão | **N** | Até 60hs |
| Cursos jurídicos presenciais | **O** | Até 90hs |
| Participação em cursos jurídicos inclusive à distância(cursos e atividades on-line) | **P** | Até 90hs |
| Participação em liga acadêmica | **Q** | Até 90hs |
| Participação em processos eleitorais internos e externos (Mesários e análogos) | **R** | Até 40hs |

O limite de carga horária por cada atividade complementar acima descrita será respeitado, não podendo ser aproveitada, para os fins de avaliação, a carga horária que ultrapassar o respectivo limite fixado.

Apêndices 04.a e 04.b

## 4.12 APOIO AO DISCENTE

A Universidade de Gurupi possui políticas de atendimento aos discentes com várias ações que vêm sendo desenvolvidas, reestruturadas e ampliadas. A Política de Apoio ao Estudante da UnirG possui como objetivos principais colaborar para a promoção da inclusão social e diminuição das desigualdades sociais e regionais dos diferentes contextos da educação superior brasileira; construir propostas diferenciadas de acesso, permanência e conclusão de estudos aos estudantes carentes no ensino superior; subsidiar a implementação, execução e avaliação dos programas que objetivam ampliar o acesso e à permanência, diminuindo ou mesmo evitando índices de retenção e evasão acadêmica; oportunizar um ambiente acadêmico saudável, possibilitando uma maior qualidade de vida dos discentes; incentivar a participação dos egressos em atividades de formação continuada, objetivando sua atualização e a qualificação de sua atuação profissional.

### 4.11.1 Programa de nivelamento

Esse projeto foi implantado em 2015. É ofertado na modalidade a distância (EaD), semipresencial, em que participam acadêmicos de todos períodos dos cursos de graduação. Seu objetivo é contribuir na formação básica, além de ser um facilitador no desenvolvimento de competências e habilidades em disciplinas específicas. De acordo com o PDI,Português; Leitura e Intepretação de Texto, Matemática; Física, Química, Biologia, Tecnologia da Informação, Introdução ao EaD, Conhecimentos contemporâneos serão ofertados em EaD em nivelamento. Sendo que em 2021/1 ofertou-se o nivelamento de Química em EAD.

.

### 4.11.2 Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP)

O NAP tem a finalidade de realizar atividades de apoio ao estudante, por meio de ações, projetos, programas e atendimento individual, buscando atender suas necessidades, e assim, contribuir para seu desenvolvimento acadêmico sempre pautado nas responsabilidades ética e social. Ajuda o aluno em seu desenvolvimento pleno, a partir de suportes de orientação nas áreas educacionais e de mercado de trabalho por meio de oficinas que ocorrem durante o semestre sob a coordenação dos cursos de Psicologia e Pedagogia. Apêndice 05 - NAP

### 4.11.3 Núcleo Institucional de Atendimento Educacional Especializado – ATENDEE

O ATENDEE é um programa institucional de atendimento educacional especializado implantado na Universidade de Gurupi. O atendimento educacional especializado requer das instituições de ensino ações que promovam a equidade para garantia da igualdade de oportunidades. Assim, é necessário acolher as especificidades discentes e docentes apresentadas nos processos de ensino e de aprendizagem.

Este programa tem como objetivos: promover a acessibilidade e inclusão ao acadêmico nas perspectivas das necessidades individuais dos processos de ensino e aprendizagem; consolidar as parcerias da UnirG, junto às redes de educação tais como: Escolas Estaduais, Municipais, Particulares e Instituições de Ensino Superior e Técnicos Profissionalizantes; implementar ações integradas de extensão, associadas ao ensino e à pesquisa, como estratégia de intervenção social, garantindo o acesso e o desenvolvimento social e escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais na Educação Básica, Superior e Técnica; oportunizar o conhecimento teórico e prático nas questões pedagógicas, acessibilidades arquitetônicas e formação continuada dos profissionais mediadores junto à iniciação em projetos de extensão, orientados para a intervenção prática do conhecimento e de avaliação de projetos; acompanhar os processos de ensino e aprendizagem do acadêmico.

Atualmente, o programa ATENDEE oferta suporte educacional a 03 (três) acadêmicas do Curso de Direito, sendo elas, Ariane Amorim Abrão (4° período), Maria Adriana Cavalcante Pereira (5° e 6º período) e Isadora Eduarda Sabino Gomes ( 6° período).

### 4.11.4 Central de Atendimento ao Acadêmico (CAT)

A Central de Atendimento ao Aluno (CAT) é um órgão de apoio direcionado ao acadêmico e responsável pelo protocolo de requerimentos e processos e expedir informação daqueles já protocolados. Além disso, visando um melhor atendimento ao acadêmico, a Central de Atendimento responde via e-mail às mensagens referindo-se a boletos, liberação de acessos à plataforma SEI, lançamento de notas, fechamento de carga horária, realização de matrícula, realização de inclusão e exclusão de disciplinas, solicitação de informações quanto ao andamento de processos protocolados, informações quanto a solicitações que devem ser protocoladas na Central de Atendimento e quanto à documentação pendente.

A Central de Atendimento realiza as negociações, conforme critérios e requisitos estabelecidos pelo Conselho Curador, com parcelamento por meio de boleto bancário com a confecção de contrato, com as regras em relação ao fiador, ao valor da entrada e à quantia das parcelas. A Central auxilia também na entrega de objetos encontrados nos Campus.

### 4.11.5 Representação Estudantil

A organização estudantil na UnirG está estruturada em representação de turma, Centro Acadêmico e Diretório Central dos Estudantes. Um Representante e um Vice-representante são escolhidos em cada turma, mediante votação direta, cujo objetivo é viabilizar a comunicação entre as turmas, os professores e instâncias da gestão acadêmica.

A representação do Centro Acadêmico é escolhida mediante processo eleitoral e representa cada curso. O Diretório Central dos Estudantes também é escolhido mediante processo eleitoral e representa toda a classe estudantil da instituição. O corpo discente tem participação nos conselhos deliberativos e consultivos.

No Conselho Acadêmico Superior: 3 (três) representantes, eleitos por seus pares; Conselho de Curso: o presidente do Centro Acadêmico do curso, quando o curso possuir, e 4 (quatro) representantes indicados por sua entidade estudantil; 1 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes da UnirG. Apêndice 07 - Estatuto DCE

### 4.11.6 Monitorias

A monitoria voluntária é uma atividade que tem por objetivo prestar suporte ao corpo discente, visando à melhoria do rendimento acadêmico e criar condições de aprofundamento teórico e desenvolvimento de habilidades relacionadas à atividade docente. A monitoria deverá ser realizada, voluntariamente, por discentes que já cursaram pelo menos um período letivo da disciplina em que estes se candidatarem.

O curso utiliza do Regulamento do Programa Institucional de Monitoria da Universidade de Gurupi UnirG (APÊNDICE V) e a seleção de monitores é realizada por meio de edital, conforme Resolução CONSUP nº 16/2017. Os docentes, que possuem interesse em ter monitores em suas disciplinas, devem solicitar à Coordenação a vaga para monitoria, a qual publica o edital, informando as vagas, os critérios de seleção, a forma de seleção (prova escrita, prova prática, quando for o caso, e entrevista), conteúdos cobrados na seleção e bibliografia a ser consultada pelos candidatos. O monitor voluntário não receberá qualquer incentivo financeiro pelo exercício da monitoria, porém receberá uma certificação da Universidade de Gurupi pelas suas horas cumpridas durante a monitoria.

### 4.11.7 Ligas acadêmicas

As Ligas acadêmicas são regularmente matriculados nessa mesma Instituição de Ensino Superior, e sob orientação de um professor orientador, para capacitação acadêmico-científica que possibilite em momento conseguinte promover e organizar trabalhos de cunhos científico e social. Atualmente no curso de direito existem as seguintes ligas acadêmicas:

Liga Acadêmica de Ciências Criminais - LACCRIM

Orientadora: Professora Kádyan de Paula Gonzaga e Castro

Liga Acadêmica de Direitos Civil - LADC

Orientador: Professor Paulo Izidio da Silva Resende

Liga Acadêmica de Direitos Humanos - LADH

Orientador: Professor Raniere Fernandes Moura

Liga Acadêmica de Processo Civil - LAPROC

Orientador: Professor Gilson Ribeiro Filho

Liga Acadêmica de Direito Administrativo - LIGADM

Orientador: Professor José Carlos Ribeiro da Silva

## 4.12 CRITÉRIO DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Os acadêmicos do curso podem solicitar o aproveitamento de conhecimento e experiências anteriores, conforme os critérios do Regimento Geral Acadêmico, Seção VI (p.50) que trata das Transferências e do Aproveitamento de Estudos:

**Art. 113**. Será concedida matrícula ao acadêmico transferido de curso superior de instituição congênere, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de estudos do mesmo curso ou curso afim, respeitada a legislação em vigor e obedecidas as seguintes exigências:

1. existência de vaga no curso e turno pretendidos, excetuando-se os casos dos candidatos amparados pela legislação pertinente às transferências *Ex-Officio*;
2. comprovação de autorização relativo ao curso de origem do candidato;
3. cumprimento dos prazos fixados no Calendário da IES e normas específicas.

**Art. 114**. O aluno transferido e o portador de diploma estarão sujeitos às adaptações curriculares que se fizerem necessárias.

**Art. 115.** Em qualquer época a requerimento do interessado, da Universidade de Gurupi - UnirG concederá transferência ao acadêmico matriculado, obedecidas as normas vigentes nacionais e cumprimento das obrigações do acadêmico com a Instituição.

É facultado ao aluno, o aproveitamento de competências profissionais anteriormente desenvolvidas, para fins de prosseguimento de estudos em cursos superiores de tecnologia, e as competências profissionais adquiridas em cursos regulares serão reconhecidas mediante análise detalhada dos programas desenvolvidos, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, e ainda, as competências profissionais adquiridas no trabalho serão reconhecidas através da avaliação individual do aluno, que será realizada pelo Conselho de Curso.

O candidato que solicitar vaga por transferência terá prioridade sobre o já portador de diploma de graduação superior.

Após ingressar na UnirG, os critérios para aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores pelos acadêmicos são flexíveis. O professor utiliza de sua experiência docente para verificar o conhecimento que o acadêmico traz em sua trajetória estudantil. A partir de então, reestrutura sua proposta de trabalho em relação à realidade do aluno e a proposta da disciplina, conforme análise desta avaliação diagnóstica.

## 4.13 ASPECTOS METODOLÓGICOS APLICADOS À ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA E ATITUDINAL

No curso de Direito da UnirG existirá sempre a preocupação com estudantes que possuem necessidades educacionais especiais, principalmente porque a inadequação metodológica se transforma em um dos principais fatores que podem desfavorecer e até mesmo inviabilizar a participação e aprendizagem desse grupo de pessoas. Desta forma, a acessibilidade se concretiza com a diversificação metodológica em razão da necessidade de atendimento especial de algum estudante em função de sua situação de deficiência.

Para conseguir alcançar o êxito na promoção da aprendizagem e na maior participação de estudantes que possuem necessidades educacionais especiais no processo educativo, a UnirG, por meio do curso de Direito, não poupará esforços para implantar recursos e estratégias metodológicas que auxiliarão nesse desenvolvimento pedagógico.

Quanto ao aspecto atitudinal, a busca metodológica estará concentrada na materialização de ações e projetos relacionados à importância da acessibilidade em toda a sua amplitude, constituindo-se num espaço de qualidade da educação para todos e transformando-se num elemento estruturante da inclusão educacional.

Outro ponto importante a ser trabalhado, em prol da acessibilidade atitudinal, é a preparação da comunidade universitária para a sensibilização e o reconhecimento dos benefícios da convivência na diversidade e do ambiente acessível a todos.

Ao dar a visibilidade às ações de inclusão e sistematizar informações acerca do tema como elementos facilitadores para articulação e acompanhamento de discentes, docentes, técnicos administrativos e terceirizados com necessidade de atendimento diferenciado no interior da UnirG, tais ações garantem a existência de acessibilidade atitudinal.

Com relação ao aspecto pedagógico, a remoção de barreiras metodológicas e técnicas de estudo estará relacionada diretamente com à concepção subjacente à atuação docente, ou seja, a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional. Sendo assim, no curso de Direito da UnirG, o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes que possuem necessidades educacionais especiais será garantido por meio da atuação docente na promoção de processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar o processo de ensino de alunos com deficiência, tais como: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos de tecnologia de informação e comunicação.

## 4.14 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO: GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito ocorrerá por meio de uma reunião pedagógica semestral com a participação da comunidade acadêmica (docentes e discentes), para que possam contribuir com propostas a serem levadas ao Conselho de Curso e serem aprovadas as alterações para o semestre seguinte.

Também, por meio de avaliação externa realizada pelos órgãos do Estadual de Ensino.

## 4.15 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional é realizada pelos pares e avaliação externa. A avaliação externa é realizada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/TO) nos momentos de abertura de novos cursos de graduação, reconhecimento de curso de graduação, renovação de reconhecimento e recredenciamento da Universidade de Gurupi- UnirG, ou em situações que necessitem acompanhamento desse Conselho.

Outra forma de avaliação externa à qual a IES é submetida diz respeito às avaliações em larga escala como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e exames profissionais que em certa medida avaliam a eficiência institucional.

As avaliações institucionais realizadas pelas comissões indicadas pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins (CEE/TO) utilizam instrumentos que são pautadas nas dimensões e indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, e mais: a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

A autoavaliação é realizada por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES. A Comissão é composta por representantes dos diferentes segmentos que compõem a IES: Professores, Acadêmicos, Funcionários e Sociedade. A autoavaliação é precedida por uma etapa de sensibilização, por meio de palestras e *banners*. Essa avaliação é estruturada em cinco elementos: análise situacional, identificação de problemas e conquistas, identificação de soluções, plano de ação, acompanhamento das ações e divulgação dos resultados, distribuídos em três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação. Os resultados dessa autoavaliação apontam diversas metas para o novo PDI da IES. A CPA desenvolve anualmente uma autoavaliação, de maneira a consolidar a cultura de avaliação na IES.

O Curso de Direito estará integrado ao processo de avaliação institucional da Unirg Cabe à Comissão Própria de Avaliação (CPA) organizar e implementar o processo de avaliação institucional. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnirG está organizada para cumprimento do que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 e possui regulamento específico para orientar, sistematizar, operacionalizar, realizar diagnósticos, apresentar resultados e atuar de forma propositiva junto aos cursos no que se refere às ações necessárias para a melhoria destes.

Para organizar, implementar, desenvolver e acompanhar o processo de autoavaliação, a CPA da UnirG conta com a Coordenação de Avaliação Institucional, vinculada à Reitoria, com a finalidade de coordenar todos os trabalhos envolvidos neste processo.

O processo de autoavaliação conta com a participação de toda a comunidade acadêmica. Serão aplicados diversos instrumentos, particularmente, os destinados à avaliação do desempenho individual (questionários abertos, fechados e entrevistas), com a participação dos professores, dos alunos, do pessoal técnico-administrativo e da sociedade civil organizada. A avaliação do desempenho individual não pode ser divulgada, exceto para os próprios interessados e, reservadamente, para os dirigentes institucionais.

A CPA encaminhará à direção superior da UnirG os resultados das avaliações periódicas, nelas incluindo as avaliações das condições de ensino, realizadas pelo MEC, bem como os resultados do ENADE, para posterior indicação de ações corretivas de pontos fracos e de fortalecimento dos aspectos positivos do ensino, da pesquisa, da extensão, dos recursos humanos e das instalações, por parte dos órgãos/núcleos da instituição. A CPA também emitirá relatório anual, para a Reitoria, sobre o monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional.

No exercício de suas atividades, a CPA manterá articulação permanente com todos os setores acadêmico-administrativos da UnirG, interagindo permanentemente com todos os atores do processo institucional e de aprendizagem. Também mantém/manterá articulação com os órgãos do MEC responsáveis pelo desenvolvimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Avaliação do curso de Direito em Gurupi conforme o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) nos últimos anos:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **CONCEITO** | | |
| **CPC** | **ENADE** | **ICC** |
| 2018 | **CONCEITO – 2** | **CONCEITO – 2**  **VC = 1,0134** | **Ano 2017: Conceito 4** |
| 2015 | **CONCEITO – 2**  **VC = 1,9287** | **CONCEITO – 2**  **VC = 1,5469** | - |
| 2012 | **CONCEITO - 2**  **VC = 1,67** | **CONCEITO – 2**  **VC = 1,51** | - |
| 2009 | **CONCEITO – 2**  **VC = 1,14** | **CONCEITO – 2**  **VC = 1,46** | - |

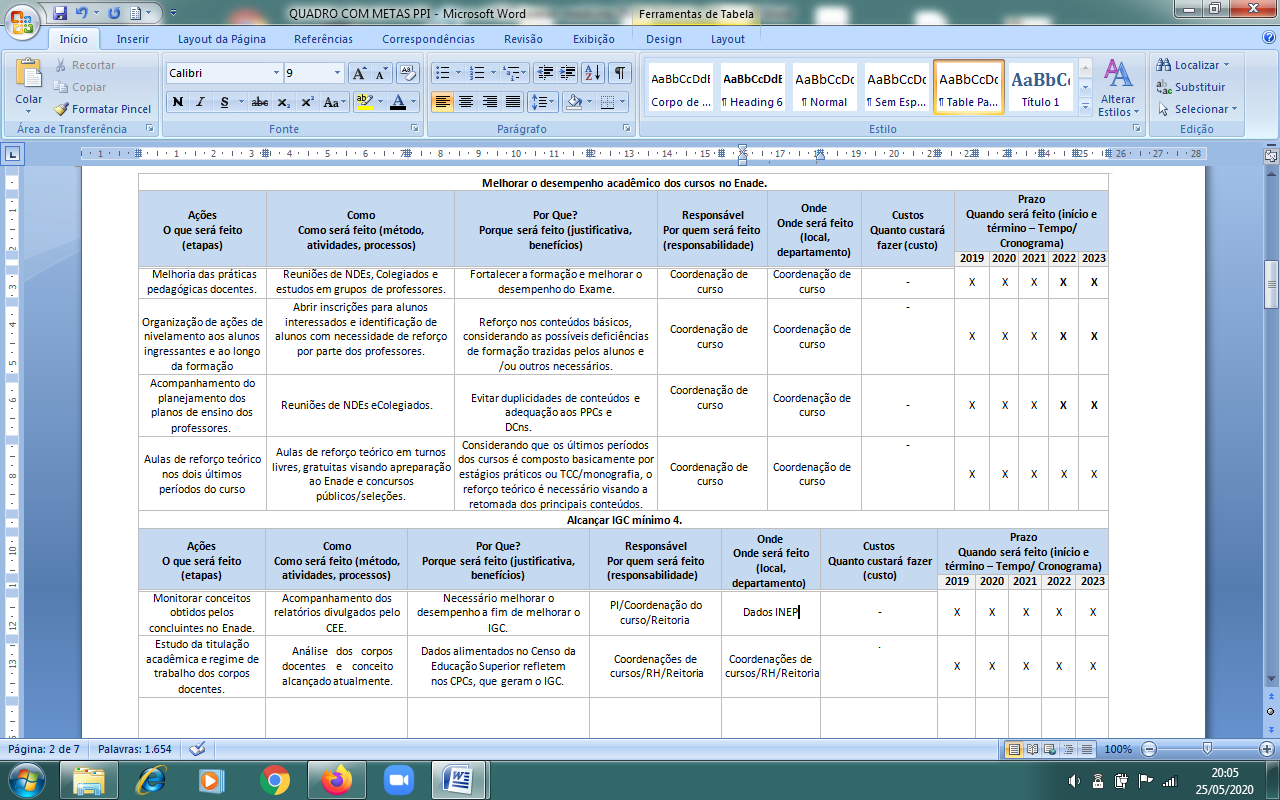
FONTE: MEC - INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira / E-MEC – Sistema de Regulação do Ensino Superior

LEGENDA:

S/C – Sem Conceito

VC – Valor Contínuo

(\*) – Por se tratar de instituição avaliada pelo Conselho Estadual de Educação não passa por visita in loco do MEC, assim, este conceito é medido apenas durante as visitas de renovação de reconhecimento do curso, diferente das demais instituições.

Segue abaixo o plano de ação para melhoria dos resultados do ENADE:

## 4.16 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Tanto no âmbito educativo como no organizacional, as tic’s estão assumindo um papel cada vez mais dominante e imprescindível, sendo expressa uma evolução permanente nos paradigmas relacionados com a sua utilização.

Ao analisar os diversos componentes das IES, se houver um conhecimento integrador das realidades e necessidades e a esta visão aplicarmos os recursos tecnológicos adequados, poderemos avançar de forma qualitativa na produtividade e eficiência do uso educativo das TICs, o que levará a refletir nos resultados educativos da instituição cujo beneficiário principal é o discente. Mudar é preciso, sendo imprescindível estarmos preparados para lidar com a velocidade em que ocorrem as transformações na sociedade.

O uso dessas tecnologias nos permite promover o desenvolvimento curricular, a integração inter e transdisciplinar, a elaboração de objetos de estudo e a sua aplicação no processo de ensino e aprendizagem, de forma a fomentar o desenvolvimento da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Promovemos a reflexão sobre metodologias de aplicação das TICs no processo de ensino e aprendizagem, incentivando a produção e o uso, pelos docentes, de materiais de apoio ao ensino e sua disponibilização *online*, prolongando os momentos de aprendizagem no tempo e no espaço.

As Ferramentas De Comunicação Interação não presenciais proporcionados pelas TICs podem ser potencializadas na promoção de boas práticas nos vários contextos e modelos de aprendizagem de que são exemplo, o trabalho colaborativo e as comunidades virtuais de aprendizagem.

A implementação de novos modelos curriculares com maior ênfase em competências transversais e na realização de tarefas de uma forma autônoma por parte do discente e ainda a inclusão de novas áreas curriculares não disciplinares, justifica a formação de docentes de forma a dar resposta a estes paradigmas incluindo as TIC’s como ferramentas geradoras de novas situações de aprendizagem e metodologias de trabalho. Esta ação já é desenvolvida com os docentes da UnirG, com a finalidade de dar resposta às necessidades de formação de habilidades e competências aos docentes quanto ao uso das TIC’s nas suas atividades de ensino e aprendizagem. O que se espera é produzir mudanças de práticas, procedimentos pedagógicos, assim como o uso de objetos de aprendizagem já disponíveis na internet visando a:

* Aplicar metodologias ativas e participativas, como recurso às TICs, no processo de ensino e aprendizagem;
* Incentivar uma prática avaliativa geradora de melhoria da qualidade dos processos educativos;
* Utilizar de forma crítica das TIC’s como ferramentas transversais ao currículo;
* Compartilhar de experiências e saberes no meio da comunidade educativa;
* Prolongamento dos momentos de aprendizagem no tempo e no espaço, fomentando a disponibilização *online* no SEI;
* Desenvolvimento de atividades que potencializem a utilização das TICs em contextos interdisciplinares e transdisciplinares.

Assim, através da incorporação das TIC’s no PPC deste curso, o aluno é estimulado a vivenciar um processo cultural no qual a sua relação com o conhecimento e com o mundo passa pela incorporação de tecnologias da informação, desencadeando novas formas de aprender com despertar da curiosidade e aumento da criatividade. É uma ferramenta importante como auxílio no aprendizado e aumenta a produtividade em relação ao tempo necessário ao estudo propriamente dito, além de estimular a necessidade de treinamento contínuo, para o acompanhamento tecnológico.

Nesta perspectiva, o acadêmico é visto, no Curso de Direito, como pesquisador e produtor de conhecimentos utilizando as TIC’s para estudos, através do acesso a periódicos, livros, artigos científicos, conteúdos e recursos educativos, nas resoluções dos problemas. Além de, também, dividir com outros profissionais suas produções (trabalhos, artigos, atividades educativas, vídeos, entre outros), experiências e conhecimentos.

## 4.17 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM-AVA

O Núcleo de Ensino a Distância (NED) é um órgão de apoio acadêmico e vincula-se à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e à Reitoria da Universidade de Gurupi - UnirG no desenvolvimento do Programa Institucional de Educação a Distância, que é parte integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional da UnirG (PDI) vigente, recomendado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e mantido pela Fundação UnirG.

O NED é constituído por uma equipe de professores e servidores técnico-administrativos e estagiários, coordenados por um professor efetivo do corpo docente da UnirG.

A partir de 2019, a IES tomou uma série de medidas, visando reestruturar o Núcleo de Ensino a Distância e fortalecer esta modalidade na UnirG, tanto em relação às disciplinas semipresenciais, quanto na futura oferta de cursos de extensão, pós-graduação e graduação.

O Núcleo tem foco no gerenciamento das chamadas disciplinas semipresenciais, que utilizam a modalidade de Ensino a Distância e seus recursos na parte não presencial, podendo ser desenvolvidas no limite de até 40% (quarenta por cento) da carga horária total dos cursos de graduação, nos termos da Portaria MEC nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019, cumpridas as normas nela estabelecidas; no entanto, revogando a Portaria MEC nº1428, de 28 de dezembro de 2018.

As referidas disciplinas dos cursos que consideram pertinente essa modalidade, no limite permitido, são previamente definidas pelos respectivos NDEs, de cada curso, e aplicadas por meio da Plataforma Educacional SEI, programa adquirido pela IES em 2018 e que é a forma de registro acadêmico oficial das disciplinas presenciais e semipresenciais, excluído o curso de Direito da última modalidade. Seu uso é obrigatório por parte de docentes e acadêmicos, exceto para as avaliações bimestrais, que devem ser presenciais, conforme prevê a legislação pertinente.

Na plataforma SEI, docentes e discentes dispõem de três ferramentas para uso nas disciplinas semipresenciais:

*Disponibilização de material acadêmico:* por meio desta ferramenta, o professor pode disponibilizar materiais diversos, tais como: apostilas, artigos e textos em geral. Vídeos também podem ser colocados até o limite de 15MB.

*Atividade discursiva:* por meio dela, o professor lança uma atividade que pode ser respondida na própria plataforma ou mesmo feita em um editor de texto à parte. Permite, ainda, que o professor corrija e dê retorno ao aluno no próprio SEI ou imprima para fazer a correção materialmente.

*Fórum*: aqui o professor lança um tema que será discutido entre alunos e professor, permitindo uma interação entre todos.

Ainda, há a ferramenta Google For Education devidamente integra ao sistema SEi, que fornece uma diversidade de ferramentas, tais quais, o classroom e meet.

Especificamente com relação ao NPJ, conforme já abordado em item próprio, adota-se o Sistema Faculdade, que possui os seguintes módulos:

**NPJ-e**

Por meio desse módulo foi possível o desenvolvimento de todas as atividades acadêmicas reais ou simuladas desenvolvidas no NPJ de uma forma completamente inovadora. O desenvolvimento e o gerenciamento das atividades do NPJ, assim como o acompanhamento dos casos reais pelos alunos pode ocorrer eletronicamente. Verifica-se que sistema foi desenvolvido especificamente para os Núcleo de Prática Jurídica dos cursos de Direito, podendo ser utilizado tanto nos encontros presenciais quanto de forma remota, inclusive sendo um ótimo instrumento para implementação do curso de Direito com 40% da carga horária ä distância.

**TCC Manager**

Por meio do TCC Manager aumenta-se a produtividade docente, flexibiliza o contato presencial entre professores e alunos e gera eficiência para o curso. Além de permitir a orientação remota, a plataforma registra todas as etapas desse processo, permite a correção pré-padronizada e mantém um repositório eletrônico dos TCCs conforme exigido pelos instrumentos de avaliação oficiais.

**SuperEstágio**

Módulo utilizado para gestão do estágio externo do curso. O sistema permite ao coordenador a gestão completa do estágio externo. Ao acompanhar as atividades desenvolvidas pelos estagiários, a instituição de ensino assegura o fiel cumprimento do perfil do egresso, registra eletronicamente as atividades desenvolvidas pelos alunos e mantém o histórico do estágio externo apto a gerar relatórios indispensáveis em avaliações oficiais.

**Avaliação Diagnóstica**

Nesse módulo, a ferramenta extremamente útil ao Coordenador de cursos, pois permite fazer um Raio X, ou seja, um diagnóstico preciso de uma turma ou um de grupo de alunos de qualquer curso superior. A Prova é realizada por meio da plataforma on-line. Ao final da realização da prova são emitidos relatórios diagnósticos das potencialidades e das deficiências dos alunos, o que viabiliza ações estratégicas e específicas com a finalidade de sanar eventuais falhas formativas.

Há nela uma base de dados com milhares de questões de diversas áreas, todas oriundas de ENADE, concursos públicos, Exame da OAB, Exame de Suficiência do CFC, dentre outra. Todas as questões estão devidamente referenciadas.

O módulo NPJ-e permite ao acadêmico a realização das seguintes atividades:

* Acompanhamento e realização por todos os acadêmicos das peças prático-profissionais relativas aos casos reais nos quais o NPJ atuar.
* Realização de peças prático-profissionais de forma simulada, por todos os acadêmicos matriculados no NPJ.
* Desenvolvimento e análise de autos findos de casos reais por todos os acadêmicos matriculados no NPJ.
* Apensamento de relatórios de visitas técnicas promovidas pelo núcleo por todos os acadêmicos matriculados no NPJ.
* Apensamento de relatórios de palestras/minicursos promovidas ou solicitados pelo núcleo por todos os acadêmicos matriculados no NPJ.
* Apensamento de relatórios das atividades de estágio externo realizado pelos acadêmicos em órgãos públicos, escritórios de advocacia ou departamentos jurídicos com os quais o núcleo mantenha convênios.
* Realização de simulados de provas da OAB, ENADE e de concursos por todos os acadêmicos matriculados no NPJ.
* Familiarização do acadêmico com os sistemas eletrônicos processuais existentes no país, tais quais, e-proc e Pje.
* Otimização no cumprimento das atividades de estágio supervisionado por meio da gestão eletrônica de documentos.

É um sistema que já vem sendo utilizados por outras IES, tais como Faculdade EDUFOR, FAMIG, UPF, FACISA, FASEM, UNAR, UFOP, DENTRE OUTRAS, e tem se mostrado bem eficiente, contribuindo de forma positiva para as avaliações do INEP/MEC, garantindo de forma eficiente o aprendizado do acadêmico. Lembrando que o CEE/TO ao qual realiza a supervisão dos cursos da UnirG, utilizam os instrumentos de avaliação do INEP.

Outras vantagens pedagógicas proporcionadas são: melhoria do desempenho em avaliações do INEP/MEC; Gerenciamento dos alunos segundo suas habilidades e competências individuais; Eficiência nas atividades desenvolvidas via sistema; Flexibilidade na realização e no gerenciamento de atividades; Agilidade nos processos acadêmicos com a utilização do sistema; Controle das atividades acadêmicas de forma eletrônica, em tempo real a um só clique; Elevada especialização acadêmica da equipe Sistema Faculdade; Disponibilidade de acesso 24 horas por dia e 7 dias por semana; Acompanhamento contínuo das normas educacionais específicas.

## 4.18 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do processo ensino seguirá as normas do Regimento Geral Acadêmico (p. 47-50) e calendário anual acadêmico, diferindo um pouco quando no sistema modular.

O desempenho escolar incide sobre a frequência e o aproveitamento. É avaliado pelo acompanhamento contínuo do acadêmico, mediante os resultados por ele obtidos, competindo ao docente responsável pela disciplina atribuir a nota do desempenho escolar. A nota final de aproveitamento de cada Módulo é elaborada, conforme definido no plano de ensino pelo conjunto de avaliações pontuais de cada conteúdo.

Para aprovação em uma disciplina, é necessária frequência mínima às aulas de 75% e média final igual ou superior a 7,0 (sete inteiros). Não obtendo média de 7,0 pontos, o acadêmico que obtiver média entre 4,0 (quatro inteiros) e 6,9 (seis inteiros e nove décimos) terá direito à Prova Final, devendo alcançar média final, no mínimo, igual a 6,0 (seis inteiros), calculada entre a média e a nota da Prova Final.

Ao aluno que deixar de comparecer a uma das avaliações será concedida oportunidade de submeter-se a uma única avaliação substitutiva intervalar (2ª chamada) que será aplicada antes da prova final, mediante requerimento apresentado ao docente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas que antecederam a data designada para a referida avaliação substitutiva, conforme Calendário Acadêmico.

As verificações da aprendizagem, representadas pela primeira nota (N1) e segunda nota (N2), são previstas no Calendário Acadêmico, sendo que as representações de (N1) e de (N2) deverão ser constituídas pelo resultado dos instrumentos que o docente da disciplina irá usar para compor cada uma das referidas avaliações. A cada verificação de aproveitamento (N1 e N2) será atribuída uma nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento.

O professor, no curso de Direito adotará o critério de avaliação com instrumentos definidos no plano de disciplina; aos instrumentos poderá ser atribuído peso, desde que registre a nota final ou intervalar, conforme o Regimento Geral: nota, expressa em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), graduada de décimo em décimo, sem arredondamento. A verificação de aproveitamento desses instrumentos se dará pela somatória dos mesmos, compondo a N1 ou N2.

A proposta deste Currículo é trazer a prática e o desenvolvimento da identidade profissional para o centro das atividades de aprendizado, preocupando-se com a adequação de processos que conduzam aos resultados previamente estabelecidos, prevendo a integração e alinhamento de metodologias de ensino-aprendizagem, práticas educacionais, contextos de aprendizagem e métodos de avaliação, em uma nova perspectiva de orientação acadêmica e de formação profissional que extrapolem a concepção engessada de currículo e venha atender a acessibilidade metodológica dos diferentes perfis atendidos.

As estratégias metodológicas adotadas pelo curso pautam-se numa abordagem interdisciplinar e sistêmica, estabelecendo os caminhos que indicam as propostas e alternativas adequadas para a concretização da formação pretendida, visto que o êxito das mesmas busca a construção progressiva das competências profissionais a partir da interdependência existente entre o que se aprende e como se aprende.

Compreendida como um conjunto de processos utilizados para alcançar um determinado fim, as opções metodológicas no curso de Direito se respaldam em concepções e princípios pedagógicos com vistas à aprendizagem significativa do acadêmico.

Os docentes promoverão atividades que propiciem a construção de novos conhecimentos, por meio de práticas pedagógicas inovadoras, essas atividades são realizadas através de aulas práticas, seminários, simulações, estudos de casos e extensão além de aplicação de metodologias ativas e do desenvolvimento de atividades práticas supervisionadas.

Destaca-se a preocupação com a acessibilidade metodológica por meio da utilização de práticas diferenciadas, comunicação interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados que atendam aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem.

Em relação às avaliações dos estudantes, baseiam-se em competências, tendo como referência as DCNs para o Curso de Graduação em Direito. A avaliação engloba as dimensões somativa e formativa, de modo a permitir o diagnóstico do desenvolvimento do estudante nos diferentes momentos do processo andragógico, no que diz respeito a conhecimentos adquiridos, habilidades e atitudes. Isto possibilita ao estudante refazer trajetos e recuperar conteúdos não dominados no percurso.

A aprovação do discente nos componentes curriculares dependerá do resultado das avaliações efetuadas ao longo do semestre, na forma prevista no plano de ensino, sendo o resultado global expresso em nota. Assim, o discente que alcançar a nota final mínima de 6,0 (seis) nas atividades de ensino, conforme o Regimento Geral Acadêmico, além de frequência mínima de 75% da carga horária do componente curricular será considerado aprovado. Considera-se que essa avaliação é processual, na medida em que permite uma visão do processo de construção do discente em diferentes momentos do processo ensino-aprendizagem.

*Feedback*: constitui uma valiosa ferramenta para o processo ensino-aprendizagem e consiste em relatar o desempenho dos discentes em suas atividades, com base na avaliação do próprio docente e dos pares, reforçando comportamentos positivos, apontando dificuldades e potencialidades vislumbradas no processo. O *feedback* incentiva a reflexão crítica e o aprendizado autoconduzido, auxiliando o estudante a melhorar seu desempenho. Para atender este propósito, o *feedback* deve ser:

• Assertivo e específico: a comunicação deve ser objetiva, clara e direta. Deve-se abordar determinado comportamento e seu impacto positivo ou negativo e sugestões de comportamentos alternativos.

• Descritivo: indica-se com clareza os desempenhos adequados e aqueles que o estudante pode melhorar.

• Respeitoso: o respeito mútuo às opiniões e ao consenso compartilhado sobre comportamentos que devem ser modificados tornam o *feedback* efetivo;

• Oportuno: o *feedback* tem melhor resultado quando é feito logo após a situação ou comportamento que o motivou, e em ambiente reservado;

• Específico: é fundamental que o docente indique claramente os comportamentos nos quais o estudante está tendo bom desempenho e aqueles nos quais ele pode melhorar. Exemplos e revisão dos fatos ocorridos contribuem para que o estudante reflita honestamente sobre seu desempenho.

Dentre os métodos mais utilizados, citamos também:

*Portifólio*: O portfólio tem sido progressivamente introduzido como um novo instrumento para avaliação no ensino médico, bem como na reavaliação profissional. Sua adoção como método de avaliação é condizente com os princípios de aprendizado dos adultos (reflexão em ação, andragogia ou aprendizado autodirigido, baseado em experiência). É um conjunto detalhado e organizado de trabalhos produzidos pelo acadêmico ao longo do semestre letivo. Agrupa as atividades consideradas mais relevantes para o acadêmico, que demonstrem a trajetória da aprendizagem. Possibilita uma maior interação acadêmico/professor, possibilitando que sugestões, dúvidas, aprofundamentos de assuntos, façam parte do processo ensino/aprendizagem. Sua estrutura segue uma introdução (apresentação do conteúdo), uma breve descrição de cada trabalho, as datas em que eles foram feitos, uma seção de revisão com reflexões do estudante à luz da literatura científica, autoavaliação e uma parte reservada aos comentários.

* *Avaliações*: As avaliações somativas ocorrerão ao longo ou ao final de cada semestre letivo, conforme o plano de disciplina de cada módulo e terão por finalidade verificar o grau de domínio dos objetivos, atitudes, competências e habilidades atingidas e desenvolvidas pelos estudantes.

A avaliação, do ponto de vista pedagógico, só faz sentido quando se insere num projeto educativo e fornece informações que possibilitem orientar a ação dos atores envolvidos, promove a autoria no processo de construção do conhecimento, reconhece e ressignifica os processos, identifica avanços e indica novos rumos para a ação pedagógica.

Nesse sentido, a avaliação pedagógica proposta na UnirG institui a necessidade de se realizar práticas avaliativas condizentes com o perfil do egresso desejado, o que reflete a importância de enfrentar o desafio. Assim, para romper com o processo de seleção excludente e controlador, o desafio estará em identificar os critérios a serem adotados, seus fins e a relação desses com o perfil do egresso. Portanto, a avaliação será também um processo que repensar as aproximações e os distanciamentos na concretização do perfil do egresso.

Outro desafio da UnirG será ampliar a reflexão dos processos de avaliação, tendo como ponto fundamental a construção de processos participativos que permitam o desenvolvimento da autonomia, do clima de presença engajada e do envolvimento conjunto, dialogando com as identidades culturais do contexto do discente para a tecitura de um novo fazer pedagógico.

É importante ressaltar que as normas da avaliação do desempenho discente estão estabelecidas no regimento da UnirG, as quais devem ser seguidas pelo curso ofertado. Os dispositivos regimentais sobre a avaliação da aprendizagem estão, a seguir, transcritos:

O professor utiliza a avaliação durante todo o processo de ensino-aprendizagem, observando como aluno está aprendendo conhecimento, que dificuldades enfrenta, que reformulações em seu método de ensino devem ser feitas. Ou seja, a avaliação é um instrumento de regulação da aprendizagem, baseado nas metodologias ativas adotadas, com os seguintes aspectos:

* Contínua e contextual – No sentido de ser permanente no processo ensino-aprendizagem, acompanhando o desenvolvimento do aluno através dos avanços, dificuldades e possibilidades detectadas, levando em consideração sua experiência de vida pessoal;
* Investigativa e diagnóstica – Com a finalidade de levantar e mapear dados para a compreensão do processo de aprendizagem do aluno e oferecer subsídios para os profissionais da universidade sobre a prática pedagógica que realizam;
* Sistemática e objetiva - Como orientadora do processo educacional, com critérios definidos e explicitados, de acordo com os objetivos do Projeto Pedagógico do Curso.

Desenvolver um processo avaliativo na perspectiva aqui postulada – avaliação integradora – é necessário levar em conta alguns pressupostos, considerando o nível de ensino, as características dos alunos, da disciplina, do curso e as especificidades da formação profissional:

* Discussão com os alunos do plano da disciplina, dos elementos que o compõem e especialmente sistema de avaliação, criando possibilidade de ele ser assumido por todos os envolvidos no processo e não apenas definido unilateralmente pelo professor.
* Utilização do diálogo (professor/alunos, alunos-professor, alunos-alunos) como um processo de debate coerente, fundamentado, sistemático, não só com o meio para adquirir ou construir conhecimentos, como também como possibilidade de transformação das relações que se estabelecem numa sala de aula universitária, onde uma relação de poder dá lugar a uma relação de respeito mútuo e compartilhamento. Nessa relação, longe de perder a sua autonomia e descaracterizar o seu papel, o professor o reafirma, através de uma postura compromissada e competente diante da formação de seus alunos e do trabalho com os conteúdos previstos.
* Relação dos conhecimentos com os aspectos contextuais externos (sociais, culturais, políticos, econômicos) e internos, estabelecendo conexões entre os elementos e temas trabalhados, evitando a fragmentação do conhecimento e possibilitando a articulação com as peculiaridades do perfil do profissional que se quer formar.
* Utilização de uma gama variada de instrumentos e procedimentos para avaliar a aprendizagem dos alunos, compatíveis com as características e os processos de aprendizagem do acadêmico.

Pelo exposto, fica claro então que mudanças significativas em relação à avaliação da aprendizagem do aluno da IES dificilmente acontecerão por meio de ações individuais isoladas, desvinculadas de um projeto pedagógico curricular compartilhado e participativo, que favoreça a reflexão conjunta e que não desconsidere o papel que o contexto social exerce sobre a função que a universidade tem na formação profissional e os riscos de, por meio da avaliação, legitimar processos de exclusão e discriminação na sala de aula universitária. Dessa forma, possibilitar, por meio de reflexões conjuntas, a análise do que é aparente e do que está subjacente às práticas avaliativas no ensino da UnirG é um caminho promissor para descortinar a sua complexidade e as possibilidades que ela coloca , quando integrada aos objetivos de ensino e da formação profissional, para atuar a serviço da aprendizagem do acadêmico.

## 4.19 CRITÉRIOS PARA REVISÃO DE PROVAS, REGULAMENTOS DE MIGRAÇÃO DE CURSO E MATRIZ CURRICULAR

Na UnirG, os casos de pedido de revisão de prova serão recebidos e avaliados mediante aos critérios relacionados a seguir.

Admite-se o pedido de revisão de prova intervalar ou de Prova Final, fundamentado, quando requerido à coordenação do respectivo curso, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após a publicação oficial dos resultados pelo professor e conforme Calendário Escolar nos seguintes termos:

Admitido o pedido de revisão de prova, o coordenador do curso, imediatamente, notificará o professor da disciplina, para manifestação fundamentada no prazo de 03 (três) dias úteis, para juízo de retratação e, admitida pelo professor a procedência do pedido, mesmo que em parte, será o requerente notificado.

Ao requerente caso ainda discorde da nota caberá, no prazo de 3 (três) dias, recurso fundamentado à Comissão de Revisão, nomeada pelo Coordenador do Curso, constituída por 3 (três) professores do Curso, excluída a participação do docente que atribuiu a nota questionada, a qual se manifestará no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cuja decisão será irrecorrível e comunicada formalmente à Secretaria Geral Acadêmica pelo coordenador do curso.

Será garantido ao aluno recorrente a manutenção da nota anteriormente atribuída e quando esgotadas e sanadas as questões técnicas, se houver divergências com relação à conduta ética de professor ou acadêmico, este ou aquele poderá recorrer à Câmara de Ética e Disciplina do Conselho de Curso, estipulado o prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), após a notificação das partes interessadas para o recurso previsto.

Tanto o aluno quanto o docente deverão ser notificados, formalmente, das decisões dos recursos.

Ao Final do processo de revisão, caso ocorra alteração, a nova nota deverá ser inserida no sistema da IES em 24horas.

## 4.20 NÚMERO DE VAGAS

A carga horária do Curso para obtenção do grau de bacharel em Direito é de 4.080 horas/aula, já incluídos nesse cálculo os estágios e as atividades complementares. O curso tem duração de cinco anos ou dez períodos e é ministrado no período matutino e no período noturno. São oferecidas no total 120 vagas por semestre, sendo 60 vagas para o período matutino e 60 vagas no período noturno.

# 5 CORPO DOCENTE

O corpo docente é o principal sustentáculo de qualquer programa educacional, e apoiado nessa afirmação, também não é diferente com os docentes da UnirG. Os professores que atuarão no curso de Direito da UnirG serão suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação é/será adequada à proposta do curso para garantir um bom nível de interação entre discentes e docentes.

Os professores possuem qualificações adequadas às atividades que desenvolveram e foram, levando-se em consideração as características regionais em que está inserido o curso, bem como a concepção pedagógica proposta.

A competência global dos docentes poderá ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência profissional e de magistério superior, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas do curso.

## 5.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) E SUA COMPOSIÇÃO

Em conformidade como o disposto nos documentos de orientação do Ministério da Educação e considerando a relevância da consolidação de um grupo de docentes, de elevada formação e titulação, com regime de tempo diferenciado, para responder pela criação, implantação e consolidação do PPC, a UnirG por Resolução 002, de 24 de outubro de 2011 “*Ad referendum”,* instituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da estrutura de gestão acadêmica dos cursos de graduação - bacharelado e licenciatura.

Desta forma, o NDE deste curso, será constituído pelos seguintes membros:

1. Coordenador do Curso;
2. professores que ministram aulas no Curso de Direito (um será o presidente);

Com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, ressalta-se a responsabilidade atribuída aos docentes participantes, em atuarem como agentes transformadores, ao analisar conteúdos curriculares, estimular raciocínio crítico com base em referências bibliográficas atualizadas e pesquisas inovadoras, conectadas aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso, despertar a produção do conhecimento, por meio de publicações científicas. Constitui de um núcleo atuante no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização e aprimoramento do PPC.

O NDE, inicialmente, será composto por 5 (cinco) docentes do curso de caráter multiprofissional, preferencialmente com titulação *Stricto Sensu* e em regime de tempo integral e será incorporado, ao passar dos semestres, médicos com perfil de colaborativo e que revele engajamento ao projeto.

O NDE do curso de Direito possuirá atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico. Além destas, destacam-se também:

* Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
* Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
* Analisar, anualmente, o PPC e propor alterações para possíveis adequações às Diretrizes Curriculares Nacionais, as exigências do mercado de trabalho e aos avanços no campo de ensino, da iniciação científica, da extensão e das práticas contemporâneas e sua articulação com as políticas didático-pedagógicas e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
* Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação;
* Analisar e avaliar os planos de ensino à luz do PPC, recomendando à Coordenadoria do Curso possíveis alterações;
* Propor melhorias na qualidade do ensino ofertado.

A alteração e permanência dos membros do NDE serão verificadas anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso e na legislação vigente.

O Coordenador do Curso terá o papel de proporcionar adequada articulação do NDE com o Colegiado do Curso, com o objetivo de aprimorar o processo de oferta do curso e o cumprimento das normas legais aplicáveis. Cabe ainda a esta Coordenação oferecer apoio técnico-administrativo ao NDE para o seu pleno funcionamento.

Os membros serão incentivados e estimulados pela UnirG, por meio de ações de capacitação didático-pedagógica a permanecerem no NDE para manter a qualidade do curso e o bom relacionamento entre o corpo social e os dirigentes da instituição. A alteração e permanência dos membros do NDE será verificada anualmente, no início de cada semestre letivo, com base no corpo docente alocado ao curso.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Direito, é composto por cinco docentes, conforme estabelece a Resolução do CONAES nº 1/2010. Além disso, os membros atendem aos requisitos de titulação e regime de trabalho, exigidos pela referida legislação. O NDE atuará como conselho de curso até que o mesmo, seja instituído após o primeiro semestre do curso.

Eis a relação dos membros do NDE e suas respectivas titulações e regimes de trabalho:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NOME** | **TITULAÇÃO** | **REGIME DE TRABALHO** | **VÍNCULO EMPREGATÍCIO** |
| **KÁDYAN DE PAULA GONZAGA E CASTRO** | **Especialização: 1ª DIREITO PÚBLICO / 2ª DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA** | **60 horas** | Professor Efetivo |
| **CELMA MENDONÇA MILHOMEM JARDIM** | **Mestrado: DIREITO ADMINISTRATIVO** | **40 horas** | Professor Efetivo |
| **THIAGO FRANCO OLIVEIRA** | **Especialização: Especialização: Direito Público; Direito Eleitoral; Direito Administrativo** | **60 horas** | Professor Temporário |
| **ANTÔNIO SÁVIO BARBALHO NASCIMENTO** | **Especialização: Direito Civil e Processual Civil**  **Mestrado: Gestão de Políticas Públicas** | **40 horas** | Professor Efetivo |
| **ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE** | **Mestrado: Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional** | **40 horas** | Professor Efetivo |
| **MAYDÊ BORGES BEANI CARDOSO** | **Especialização: Direito Tributário** | **40 horas dedicação exclusiva** | Professor Efetivo |
| **KÁRITA CARNEIRO PEREIRA SCOTTA** | **Mestrado: Gestão de Políticas Públicas** | **40 horas** | Professor Efetivo |

Com base no quadro acima, a titulação dos membros que compõem o NDE do curso de Direito possui 84% de docentes com titulação em pós-graduação stricto sensu, e 16% com titulação de mestre. Quanto ao regime de trabalho, 50% estão vinculados sob o regime de 60 horas aula e 50% sob o regime de 40 horas aulas

As comprovações dos títulos e regimes de trabalho dos membros do NDE estão armazenadas em pastas individuais e arquivadas no setor responsável da SIGLA da IES, bem como à disposição da comissão verificadora para apreciação na época da avaliação *in loco*.

## 5.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O coordenador do curso de Direito acompanhará a qualidade de seu curso por meio de um contato direto com corpo discente e docente, disponibilizando uma escuta sensível e atuante. Além disso, serão feitas pesquisas junto aos alunos e aos professores para acompanhamento do desempenho acadêmico e profissional, ponderando constantemente o conhecimento dos conteúdos específicos das disciplinas, a capacidade didático-pedagógica, a postura ética e investigativa.

O coordenador do curso de Direito, de acordo com os termos estabelecidos pelo Regimento da UnirG, participará ativamente no Colegiado de Curso e no Núcleo Docente Estruturante, bem como representará o curso nas reuniões do Conselho Superior. Será o profissional responsável pela normalidade acadêmica e administrativa de funcionamento do curso, bem como pelo bom relacionamento entre alunos e docentes, tendo como competências estabelecidas no Regimento Interno da instituição

A coordenação do curso de Direito estará a cargo da professora KÁDYAN DE PAULA GONZAGA E CASTRO, enquadrado sob o regime de tempo parcial ou integral, que possui a seguinte formação e titulação acadêmica:

* *Stricto Sensu:* Mestranda em Direito e Estado na era Digital pela UNIVEM.
* *Lato Sensu:* Especialista em Docência Universitária pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2010.
* *Lato Sensu*: Especialista em Direito Público pelo Instituto Damásio de Jesus Educacional, em 2008;
* *Graduação*: Bacharelado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás em 2006.

As comprovações dos títulos acima transcritos e retirados do currículo disponibilizado na plataforma *lattes* *http://lattes.cnpq.br/8592934944836000* estão em poder da instituição, disponíveis na época da avaliação *in loco* para apreciação da comissão avaliadora.

### 5.2.1 Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do Coordenador

A professora **KÁDYAN DE PAULA GOZANGA E CASTRO**, atua em regime de trabalho 40h dedicados à coordenação do curso e 20h à docência, Coordenadora e docente efetiva do Curso de Direito desde 2013, formada em Direito, especialista em Direito Público com ênfase em Direito Penal e Processo Penal e especialista em Docência Universitária, Mestranda em Direito e Estado na era Digital. Atua na educação de ensino superior desde 2011, completando uma década de atuação profissional como docente na Universidade de Gurupi, possuindo mais de seis anos como docente concursada da instituição. Atuou como coordenadora na gestão 2015/2017, atualmente finaliza sua segunda gestão frente ao curso de Direito na Universidade de Gurupi – UnirG.

As comprovações dos tempos de experiência acima transcritos e retirados do currículo disponibilizado na plataforma lattes:

http://lattes.cnpq.br/8592934944836000 estão em poder da instituição, disponíveis na época da avaliação in loco para apreciação da comissão avaliadora.

### 5.2.2 Regime de trabalho do coordenador do curso

A professora KÁDYAN DE PAULA GOZANGA E CASTRO, enquadrado sob o regime de Tempo Parcial/Integral, com 60 horas semanais, assim distribuídas: 20 horas destinadas para a docência, reuniões de planejamento, atividades didáticas e administrativas e 40 horas para gestão e condução do curso.

Como o curso de Direito está pleiteando 240 vagas totais anuais e a coordenadora tem carga horária de 40 horas para gestão temos que será de uma hora para cada 06 vagas.

A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderá ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação *in loco*.

## 5.3 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O corpo docente indicado no curso de Direito será composto de profissionais com titulação adequada às disciplinas para as quais foram designados. Todos possuem documentos devidamente assinados e responsabilizando-se pelas disciplinas a serem ministradas.

São 47 profissionais que compõem o quadro de docentes do curso de Direito do 1º ao 10º período, com a seguinte formação, titulação e disciplinas sob sua responsabilidade:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Docentes** | **Graduação** | **Pós- Graduação Lato Sensu** | **Pós- Graduação Stricto**  **Sensu** | **Disciplinas** |
| **ADRIANO FERNANDES MOREIRA** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DIREITO DO ESTADO** | **Mestrado: DIREITO PRIVADO**  **Doutorado: DIREITO PRIVADO** | Direito Civil I (Matutino)  Direito Civil I (Noturno)  Direito Civil II (Matutino)  Direito Civil II (Noturno)  Direito Civil VI (Matutino) |
| **AGNELO ROCHA NOGUEIRA SOARES** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DIREITO ADMINISTRATIVO** | **Mestrado: DESENVOLVIMENTO REGIONAL** | Direito Administrativo III (matutino)  Direito Administrativo I (noturno)  Direito Constitucional III (noturno) |
| **ALEXANDRE ORION REGINATTO** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: Formação de Professores para Educação S. Jurídica; Direito Empresarial e Advocacia Empresarial; Vivências Pedagógicas Ativas no Ensino Superior – VPAES (Dourados).** | **Mestrado: Direito Processual e Cidadania.**  **Doutorado: Doutorado em Direito** | Prática Forense I - Civil - Aula Teórica (matutino)  Prática Forense I - Civil - Aula Teórica (noturno)  Prática Forense III - Civil - Aula Prática (matutino)  Prática Forense I - Civil - Aula Prática (noturno)  Direito Ambiental (matutino)  Direito Ambiental (noturno) |
| **ANA PAULA DA SILVA** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito do Consumidor e da Empresa. |  | Prática Forense II - Penal - Aula Prática (noturno)  Prática Forense IV - Penal - Aula Prática (noturno)  Prática Forense II - Penal - Aula Teórica (matutino)  Prática Forense II - Penal - Aula Teórica (noturno) |
| **ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE** | Graduação: DIREITO | Especialização: Gestão Judiciária | **Mestrado: Direitos Humanos e Prestação Jurisdicional** | Direito Administrativo II (Matutino)  Direito Administrativo II (Noturno)  Direito Constitucional II (matutino)  Direito Constitucional II (noturno)  Direito Constitucional III (matutino) |
| **ANTÔNIO JOSÉ ROVERONI** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DIREITO EMPRESARIAL** | **Mestrado: DIREITO – ÉTICA, BIODIREITO E CIDADANIA** | Direito Tributário I (Matutino)  Direito Tributário I (Noturno)  Direito Tributário II (Noturno)  Direito Constitucional I (Matutino)  Direito Constitucional I (Noturno) |
| **ANTÔNIO SÁVIO BARBALHO NASCIMENTO** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL** | **Mestrado: Gestão de Políticas Públicas** | Direito Processual Civil III (Matutino)  Direito Processual Civil III (Noturno)  Direito Processual Civil IV (Noturno)  Prática Forense I - Civil (Noturno)  Prática Forense III - Civil (Noturno) |
| **BRENO DE OLIVEIRA SIMONASSI** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: GRANDES TRANSFORMAÇÕES PROCESSUAIS** |  | Direito Penal II (Matutino)  Direito Penal IV (Matutino)  Direito Processual Penal II (Matutino) |
| **CELMA MENDONÇA MILHOMEM JARDIM** | **Graduação: DIREITO** |  | **Mestrado: DIREITO ADMINISTRATIVO** | Direito Penal II (Noturno)  Direito Penal III (Noturno)  Direito Penal III (Matutino)  Prática Forense IV - Penal - Aula Prática (Vespertino)  Prática Forense IV - Penal - Aula Prática (Matutino) |
| **CIBELE MARIA BELEZZIA** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: PROCESSO CIVIL / PROCESSO PENAL** | **Mestrado: Prestação Jurisdicional.** | Direito Processual Penal II (Noturno)  Direito Processual Penal III (Noturno)  Direito Processual Penal IV (Noturno) |
| **ELLEM DAYANNE RODRIGUES VINHAL** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DIREITO PROCESSUAL CIVIL** |  | Direito Penal IV  Direito Agrário Matutino  Direito Agrário Noturno  Teoria Geral do Processo (matutino)  Teoria Geral do Processo (noturno) |
| **FERNANDO PALMA PIMENTA FURLAN** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL** |  | Direito Processual Civil I (Noturno)  Direito Processual Civil II (Matutino)  Direito Processual Civil II (Noturno)  Prática Forense II - Penal - Aula prática (Matutino)  Prática Forense II - Penal - Aula prática (Noturno)  Prática Forense I -Civil Aula prática (Matutino) |
| **GILSON RIBEIRO CARVALHO FILHO** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: Direito Civil e Processual** | **Mestrado: Direito - Processo, Justiça e Direitos Humanos** | Prática Forense I - Civil - Aula Prática (Vespertino)  Sociologia Jurídica (Noturno)  Sociologia Jurídica (Matutino)  Direito Internacional Público e Privado (Matutino)  Direito Internacional Público e Privado (Noturno) |
| **JAQUELINE DE KASSIA RIBEIRO DE PAIVA** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DIREITO AMBIENTAL** | **Mestrado: Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas** | Direito Penal II (Matutino)  Direito Penal IV (Matutino)  Direito Processual Penal II (Matutino)  Prática Forense IV - Penal - Aula Prática (Matutino)  Prática Forense II - Penal - Aula Prática (Matutino) |
| **JORGE BARROS FILHO** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: CIÊNCIAS PENAIS E PROC. CIVIL** |  | Direito Penal V (Matutino)  Direito Penal V (Noturno) |
| **JOSÉ ALVES MACIEL** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL** |  | Direito Processual Penal I (Noturno)  Prática Forense IV - Penal - Aula Prática (Noturno) |
| **JOSÉ AUGUSTO BEZERRA LOPES** | **Graduação: DIREITO** | **Especialização: DIREITO TRIBUTÁRIO** |  | Direito Processual Penal I (Matutino)  Direito Processual Penal III (Matutino)  Direito Processual Penal IV (Matutino)  Direito Eleitoral (Matutino)  Direito Eleitoral (Noturno) |
| **JOSÉ CARLOS DE FREITAS** | **Graduação: FILOSOFIA** | **Especialização: LÍNGUA PORTUGUESA** | LETRAS – Literatura Brasileira e Teorias da Literatura | \*Licença por interesse particular |
| **KÁDYAN DE PAULA GONZAGA E CASTRO** | Graduação: DIREITO | Especialização: 1ª DIREITO PÚBLICO / 2ª DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA |  | Prática Forense II - Penal - Aula prática  Prática Forense II - Penal - Aula prática |
| **KARITA BARROS LUSTOSA** | Graduação: DIREITO | Especialização: DIREITO PROCESSUAL: Grandes Transformações / Universidade Anhanguera – UNIDERP 2009 | Mestrado: Prestação Jurisdicional | \*Licença por interesse particular |
| **KARITA CARNEIRO PEREIRA SCOTTA** | Graduação: DIREITO | Especialização:  Mba – Direito Tributário FGV-RIO 2005/ Gestão Pública – UFT 2016. | Mestrado: Gestão de Políticas Públicas | \*Licença por interesse particular |
| **LEONARDO GUIMARÃES TORRES** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito Tributário  Direito Contratuals |  | Direito Empresarial I (Matutino)  Direito Empresarial I (Noturno)  Direito Empresarial II (Matutino)  Direito Empresarial II(Noturno)  Direito Administrativo III (Noturno)  Ética Profissional (matutino)  Ética Profissional (noturno) |
| **LEONARDO NAVARRO AQUILINO** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito das Obrigações | Mestrado em Direito | Direito Empresarial III (matutino)  Direito Empresarial III (noturno)  Direito Processual Civil VI (matutino  Direito Processual Civil VI (noturno)  Prática Forense IV Penal (Vespertino)  Prática Forense IV - Penal - Aula Teórica (matutino)  Prática Forense IV - Penal - Aula Teórica (noturno) |
| **MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA** | Graduação: DIREITO |  | Mestrado: Direito Público | Direito Penal I (matutino)  Direito penal I (noturno) |
| **MARIA OTÍLIA DE MOURA** | Graduação: História | Especialização: Ciências Sociais: História e Geografia do Brasil |  | Metodologia da Pesquisa Jurídica I (Matutino)  Metodologia da Pesquisa Jurídica I (Noturno)  História do Direito (matutino)  História do Direito (noturno)  Antropologia Jurídica (matutino)  Antropologia Jurídica (noturno) |
| **MAYDÊ BORGES BEANI CARDOSO** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito Tributário |  | Prática Forense III - Civil - Aula Prática (Noturno)  Prática Forense III - Civil - Aula Teórica (Matutino)  Prática Forense III - Civil - Aula Teórica (Noturno)  Direito Tributário II (Matutino)  Prática Forense I - Civil - Aula Prática (Matutino)  Prática Forense I - Civil - Aula Prática (Matutino) |
| **PAULO IZÍDIO DA SILVA REZENDE** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito Do Trabalho e Processual Do Trabalho |  | Direito do Trabalho I –(Noturno)  Direito Processual do Trabalho I (Matutino)  Direito Processual do Trabalho I (Noturno)  Direito Processual do Trabalho II (matutino)  Direito Processual do Trabalho II (Noturno) |
| **RAFAEL SILVA OLIVEIRA** | Graduação: FILOSOFIA | Especialização: ÉTICA E ENSINO DE FILOSOFIA | Mestrado: FILOSOFIA | Filosofia, Lógica e Direito (Matutino)  Filosofia, Lógica e Direito (Noturno)  Filosofia do Direito (Matutino)  Filosofia do Direito (Noturno) |
| **SARA REZENDE DE OLIVEIRA** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito Penal e Processual Penal |  | Medicina Legal (matutino)  Medicina Legal (noturno)  Ética Geral (matutino)  Ética Geral (noturno) |
| **SOFIA MARA DE SOUZA** | Graduação: Bacharel em Tecnologia em Informática |  | Mestre em Ciência da Computação |  |
| **THIAGO DE ALMEIDA FELLER** | Graduação: DIREITO | Especialização: DIREITO AMBIENTAL | Mestrado: Gestão de Políticas públicas | \*Licença por interesse particular |
| **THIAGO FRANCO OLIVEIRA** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito Público; Direito Eleitoral; Direito Administrativo |  | Direito do Trabalho I (Matutino)  Direito do Trabalho II (Matutino)  Direito do Trabalho II (Noturno)  Direito Civil III (Matutino)  Direito Civil III (Noturno)  Direito Civil VI (Noturno) |
| **UBIRATÃ SILVESTRE PEREIRA** | Graduação: DIREITO / CIÊNCIAS CONTÁBEIS | Especialização: DIREITO PROCESSUAL E DIREITO DO TRABALHO |  | Introdução ao Estudo do Direito I (Matutino)  Introdução ao Estudo do Direito I (Noturno)  Introdução ao Estudo do Direito II (Matutino)  Introdução ao Estudo do Direito II (Noturno)  Direito Civil VII (Matutino)  Direito Civil VII (Noturno) |
| **VANUZA PIRES DA COSTA** | Graduação: DIREITO | Especialização: DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO |  | Direito Processual Civil IV (Matutino)  Direito Processual Civil V (Matutino)  Direito Processual Civil V (Noturno)  Prática Forense I - Civil - Aula Prática (Matutino)  Prática Forense III - Civil - Aula Prática (Vespertino) |
| **VERÔNICA SILVA DO PRADO DISCONZI** | Graduação: DIREITO | Especialização: DIREITO TRABALHISTA E PROCESSUAL TRABALHISTA | Mestrado: Gestão de Políticas Públicas | Direito Previdenciário (Matutino)  Direito Previdenciário (Noturno)  Prática Forense I - Civil - Aula Prática (Matutino)  Prática Forense III - Civil - Aula Prática (Matutino) |
| **VITOR REZENDE VILELA** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito Empresarial e Advocacia Empresarial |  | Prática Forense II - Penal - Aula Prática (matutino)  Prática Forense IV - Penal - Aula Prática (matutino) |
| **WELLSON ROSÁRIO SANTOS DANTAS** | Graduação: DIREITO | Especialização: Direito Civil e Processo Civil; Educação e Direitos Humanos |  | Direito Civil V (Matutino)  Direito Civil V (noturno)  Direito Processual Civil I (matutino)  Prática Forense II - Penal - Aula Prática (Matutino) |
| **WENAS SILVA SANTOS** | Graduação: DIREITO | **Especialização: Direito Público e Docência Universitária** | Mestrado: Cultura e Território | Direito Civil IV (matutino)  Direito Civil IV (noturno)  Prática Forense II - Penal - Aula Prática (Noturno)  Prática Forense IV - Penal - Aula Prática (Noturno)  Metodologia da Pesquisa Jurídica II (Matutino)  Metodologia da Pesquisa Jurídica II (Noturno) |

O corpo docente do Curso de Direito é composto num total de 47 docentes, sendo 02 Doutores, 24 Mestres e 21 Especialistas, havendo uma distribuição de 4,25% dos Professores com doutorado, 51,1% com Mestrado e 44,69% com Especialização, conforme quadro acima.

As comprovações dos documentos assinados e dos títulos dos docentes lotados/indicados no curso estão armazenadas em pastas individuais e arquivadas no setor responsável da UnirG, bem como à disposição da comissão verificadora para apreciação na época da avaliação *in loco*.

## 5.4 REGIME DE TRABALHO E VÍNCULO EMPREGATÍCIO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho do corpo docente do curso de Direito, distribuído em dedicação exclusiva (DE), e horista, está destacado no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **NOME** | | **TITULAÇÃO** | **REGIME DE TRABALHO, CARGA HORÁRIA SEMANAL E VÍNCULO EMPREGATÍCIO** | | | | | |
| Adonaldo Avelino de Oliveira | | Especialista | |  | | --- | | 40 Horas |   (Professor Efetivo) | | | | | |
| Adriano Fernandes Moreira | | Doutor | 40 horas com Dedicação Exclusiva] (Professor Efetivo) | | | | | |
| Agnelo Rocha Nogueira Soares | | Mestre | 20 horas (Professor temporário) | | | | | |
| Alexandre Orion Reginatto | | Mestre | 40 horas (Professor temporário) | | | | | |
| Alexandre Peixoto Silva | | Especialista | |  | | --- | | 40 horas com Dedicação Exclusiva |   (Professor Efetivo) | | | | | |
| Aline Rezende Faria Pimentel | | Especialista | Enquadrado em outro curso  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Ana Paula da Silva | | Especialista | 20 horas (Professor temporário) | | | | | |
| Andre Henrique Oliveira Leite | | Mestre | 40 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Antonio José Roveroni | | Mestre | |  | | --- | | 40 Horas com Dedicação Exclusiva  (Professor Efetivo) | | | | | | |
| Antônio Sávio Barbalho Do Nascimento | | Mestre | 40 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Breno de Oliveira Simonassi | | Especialista | 40 horas Professor temporário) | | | | | |
| Carolina Palma Pimenta Furlan | | Mestre | 40 horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Celma Mendonça Milhomem | | Mestre | 40 horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Cibele Maria Bellezia | | Mestre | 20 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Deice Joceliane Pomblum | | Especialista | Enquadrado em outro curso  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Ellem Dayanne Rodrigues Vinhal | | Especialista | 40 horas  (Professor Temporário) | | | | | |
| Fernando Palma Pimenta Furlan | | Especialista | 40 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| |  | | --- | | Gilson Ribeiro Carvalho Filho | | | Mestre | 40 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Ilcemara Regina Iensen Farencena | | Mestre | 20 horas (Professor Temporário) | | | | | |
| Jaqueline de Kassia Ribeiro Paiva | | Mestre | 40 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Joel Moisés Silva Pinho | | Mestre | 40 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Jorge Barros Filho | | Especialista | 20 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Jose Alves Maciel | | Especialista | 20 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Jose Augusto Bezerra Lopes | | Especialista | 40 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Jose Carlos de Freitas | | Mestre | 40 Horas com Dedicação Exclusiva  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Jose Carlos Ribeiro da Silva | | Mestre | Enquadrado em outro curso  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Kadyan de Paula Gonzaga e Castro | | Especialista | 60 horas (Professor Efetivo) | | | | | |
| Karita Barros Lustosa | | Mestre | \*Licença interesse particular (Professor Efetivo) | | | | | |
| Karita Carneiro Pereira Scotta | | Mestre | \*Licença interesse particular (Professor Efetivo) | | | | | |
| Leonardo Guimarães Tôrres | | Especialista | 40 horas  (Professor Temporário) | | | | | |
| Leonardo Navarro Aquilino | | Mestre | 40 horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Marco Antonio Alves Bezerra | | Mestre | 20 horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Maria Otilia Marinho de Moura | | Especialista | 40 horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Mayde Borges Beani Cardoso | | Especialista | 40 horas com Dedicação Exclusiva  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Paulo Henrique Costa Mattos | | Mestre | Enquadrado em outro curso  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Paulo Izidio da Silva Resende | | Especialista | 40 Horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Rafael Silva Oliveira | | Mestre | 20 horas (Professor Temporário) | | | | | |
| Sara Resende de Oliveira | | Especialista | 20 horas  (Professor Temporário) | | | | | |
| Sofia Mara de Souza | | Mestre | 40 horas com dedicação exclusiva  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Thiago de Almeida Feller | | Mestre | \*Licença interesse particular (Professor Efetivo) | | | | | |
| Thiago Franco Oliveira | | Especialista | 40 horas  (Professor Temporário) | | | | | |
| Ubiratã Silvestre Pereira | | Especialista | 40 horas com dedicação exclusiva  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Vanuza Pires da Costa | | Especialista | 40 horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Veronica Silva Do Prado Disconzi | | Mestre | 40 horas  (Professor Efetivo) | | | | | |
| Vitor Rezende Vilela | | Especialista | 20 horas (Professor Temporário) | | | | | |
| Wellson Rosario Santos Dantas | | Especialista | 40 horas (Professor Temporário) | | | | | |
| Wenas Silva Santos | | Mestre | 40 horas (Professor Temporário) | | | | | |
|  |  | | |  |  |  |  |  | |

A soma dos docentes em regime de tempo integral e parcial, informados na tabela acima, é de 47 professores (as), equivalente a 82,5% parcial e 17,5% integral. A comprovação do vínculo empregatício e da carga horária do regime de trabalho poderá ser aferida pela comissão avaliadora na época da avaliação *in loco.*

## 5.5 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE

A UnirG ao selecionar o corpo docente do curso de Direito levou em consideração o tempo de experiência profissional não acadêmica (fora do magistério) como estratégia para compor o quadro do curso, bem como uma das formas de facilitar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, em razão de conteúdos específicos das disciplinas.

Eis o tempo de experiência profissional dos docentes indicados no curso de Direito:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Relação de Docentes** | **Experiência Profissional (em Anos)** | | | | | | **Tempo na UnirG** |
| Adonaldo Avelino de Oliveira | 02/01/2001 | até | | a presente data | | | 19 ano(s), 7 mes(es) e 31 dia(s) |
| Alexandre Peixoto Silva | 01/08/2002 | a | | 01/09/2006 | | | 18 ano(s), 0 mes(es) e 29 dia(s) |
| 04/09/2006 | até | | a presente data | | |
| Adriano Fernandes Moreira | 01/08/2003 | até | | a presente data | | | 17 ano(s), 1 mês(es) e 1 dia(s) |
| André Henrique Oliveira Leite | 03/09/2012 | a | | 21/12/2013 | | | 7 ano(s), 11 mês(es) e 3 dia(s) |
| 17/01/2014 | até | | a presente data | | |
| Antônio José Roveroni | 01/08/1993 | até | | a presente data | | | 27 ano(s), 1 mês(es) e 1 dia(s) |
| Antônio Sávio Barbalho do Nascimento | 02/08/1999 | até | |  | | | 21 ano(s), 0 mês(es) e 31 dia(s) |
|  |  | | a presente data | | |
| Breno de Oliveira Simonassi | 23/01/2020 | a | | a presente data | | | 0 ano(s), 7 mes(es) e 10 dia(s) |
| Carolina Palma Pimenta Furlan | 01/10/2003 | até | | a presente data | | | 16 ano(s), 11 mês(es) e 2 dia(s) |
| Celma Mendonça Milhomem Jardim | 01/02/2001 | a | | 01/05/2012 | | | 16 ano(s), 10 mês(es) e 28 dia(s) |
| 02/01/2015 | até | | a presente data | | |
| Cibele Maria Belezzia | 01/10/2004 | a | | a presente data | | | 15 ano(s), 11 mês(es) e 2 dia(s) |
| Fernando Palma Pimenta Furlan | 02/06/2008 | a | | 01/12/2010 | | | 9 ano(s), 11 mês(es) e 1 dia(s) |
| 21/08/2012 | a | | 31/12/2013 | | |
| 20/01/2014 | a | | 31/12/2014 | | |
| 22/07/2015 | até | | a presente data | | |
| Gilson Ribeiro Carvalho Filho | 20/09/2006 | até | | a presente data | | | 13 anos, 11 mês(es) e 13 dias |
| Ilcemara Regina Iensen Farencena | 01/11/2004 | | a | | 03/08/2009 | | 7 ano(s), 9 mês(es) e 14 dia(s) |
| 11/09/2009 | | a | | 01/04/2012 | |
| 11/03/2020 | | até | | a presente data | |
| Jayrton Noleto de Macedo | 23/01/2020 | | até | | a presente data | | 0 ano(s), 6 mês(es) e 11 dia(s) |
| Jaqueline de Kássia R. de Paiva | 01/06/2004 | | até | | a presente data | | 16 ano(s), 3 mês(es) e 2 dia(s) |
| Jorge Barros Filho | 04/10/2002 | | a | | 31/12/2002 | | 17 ano(s), 9 mês(es) e 26 dia(s) |
| 03/02/2003 | | até | | a presente data | |
| José Alves Maciel | 01/08/2001 | | até | | a presente data | | 19 ano(s), 1 mês(es) e 1 dia(s) |
| José Carlos de Freitas | 01/12/2006 | | até | | a presente data | | 13 ano(s), 9 mês(es) e 2 dia(s) |
| Kádyan de Paula G. e Castro Amaral | 26/04/2011 | | a | | | 31/07/2012 | 8 ano(s), 9 mês(es) e 20 dia(s) |
| 01/02/2013 | | a | | | 31/12/2013 |
| 16/01/2014 | | até | | | a presente data |
| Kárita Barros Lustosa | 01/10/2013 | | a | | | 31/12/2013 | 6 ano(s), 8 mês(es) e 30 dia(s) |
| 12/02/2014 | | a | | | 31/12/2014 |
| 20/01/2015 | | até | | | a presente data |
| Kárita Carneiro Pereira Scotta | 05/09/2006 | | até | | | a presente data | 13 ano(s), 11 mês(es) e 28 dia(s) |
| Leonardo Navarro Aquilino | 01/02/2004 | | até | | | a presente data | 16 ano(s), 7 mês(es) e 1 dia(s) |
| Leonardo Guimarães Torres | 14/08/2020 | | até | | | a presente data | 0 ano(s), 9 mês(es) e 12 dia(s) |
| Marco Antônio Alves Bezerra | 01/08/1992 | | a | | | 31/08/1999 | 17 ano(s), 0 mês(es) e 5 dia(s) |
| 22/10/1999 | | a | | | 31/12/2002 |
| 02/01/2004 | | a | | | 31/08/2005 |
| 04/08/2015 | | até | | | a presente data |
| Maria Otília Marinho de Moura | 14/08/2000 | | a | | | a presente data | 20 ano(s), 0 mês(es) e 19 dia(s) |
| Maydê Borges Beani Cardoso | 02/02/2004 | | até | | | a presente data | 16 ano(s), 6 mês(es) e 31 dia(s) |
| Marcilene de Assis Alves Araújo | 01/08/2000 | | a | | | 01/09/2006 | 20 ano(s), 0 mês(es) e 27 dia(s) |
| 06/09/2006 | | até | | | a presente data |
| Paulo Izídio da Silva Rezende | 22/01/2014 | | a | | | 31/12/2014 | 6 ano(s), 5 mês(es) e 13 dia(s) |
| 20/01/2015 | | a | | | 31/12/2015 |
| 20/01/2016 | | a | | | 13/07/2016 |
| 01/08/2016 | | até | | | a presente data |
| Sara Resende de Oliveira | 24/09/2015 | | a | | | 23/12/2015 | 0 ano(s), 3 mês(es) e 18 dia(s) |
| 14/08/2020 | | a | | | a presente data |
| Sofia Mara de Souza | 01/08/2003 | | a | | | 17/04/2007 | 17 ano(s), 0 mês(es) e 31 dia(s) |
| 18/04/2007 | | até | | | a presente data |
| Raniere Fernandes Moura | 26/09/2018 | | a | | | 31/12/2018 | 1 ano(s), 10 mês(es) e 7 dia(s) |
| 24/01/2019 | | a | | | 31/12/2019 |
| 06/01/2020 | | até | | | a presente data |
| Rafael Silva Oliveira | 23/01/2020 | | até | | | a presente data | 0 ano(s), 7 mês(es) e 10 dia(s) |
| Thiago de Almeida Feller | 01/02/2013 | | a | | | 31/12/2013 | 7 ano(s), 5 mês(es) e 22 dia(s) |
| 20/01/2014 | | a | | | 31/12/2014 |
| 20/01/2015 | | até | | | a presente data |
| Thiago Franco Oliviera | 04/05/2020 | | até | | | a presente data | 0 ano(s), 3 mês(es) e 30 dia(s) |
| Ubiratã Silvestre Pereira | 01/04/2004 | | a | | | 01/09/2006 | 16 ano(s), 4 mês(es) e 22 dia(s) |
| 12/09/2006 | | até | | | a presente data |
| Vanuza Pires da Costa | 10/01/2014 | | até | | | a presente data | 6 ano(s), 7 mês(es) e 23 dia(s) |
| Verônica da Silva Prado Disconzi | 01/08/2004 | | até | | | a presente data | 16 ano(s), 1 mês(es) e 1 dia(s) |
| Wenas Silva Santos | 25/03/2019 | | a | | | 31/12/2019 | 1 ano(s), 4 mês(es) e 18 dia(s) |
| 23/01/2020 | | até | | | a presente data |

As comprovações das experiências de magistério superior dos professores indicados no curso estão à disposição da comissão verificadora, em suas respectivas pastas, para apreciação na época da avaliação *in loco*.

## 5.6 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

Em atendimento às políticas institucionais e Regimento Geral Acadêmico, o Colegiado do Curso será formado por 19 membros, composto pelo Coordenador do Curso, Coordenador de Estágio (que será substituído por outro professor do curso), doze professores, quatro acadêmicos, sendo um o representante do Centro Acadêmico do Curso e um funcionário administrativo, conforme o Artigo 16 do Regimento Geral Acadêmico da UnirG.

O Conselho de Curso oportuniza a discussão da proposta pedagógica do curso e dos meios de sua concretização. Dessa forma, fica assegurada a ativa colaboração dos professores na definição dos conteúdos programáticos e objetivos das disciplinas, bem como das estratégias pedagógicas que serão utilizadas, as quais devem privilegiar a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática.

Esse Conselho é um órgão deliberativo e em grau de recurso máximo, nas matérias de seu universo de conhecimento acadêmico. Possui como atribuições: elaborar e aprovar seus regulamentos, propor ao CONSUP a aprovação das diretrizes acadêmicas e pedagógicas do Curso, aprovar em primeira instância o Plano de Trabalho do Curso, a proposta orçamentária e os relatórios emitidos pelos Coordenadores de Curso e de Estágio, apreciar proposta de projetos de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação, aprovar, em primeira instância, proposições de programas de pós-graduação, definir critérios e autorizar a instituição de monitorias no âmbito do Curso, propor o calendário acadêmico do Curso, aprovar as Estruturas Curriculares do curso e suas alterações, propor a criação ou extinção de Órgãos e Laboratórios, designar membros para as bancas examinadoras para seleção de docentes, deliberar sobre casos omissos do Regimento Geral da IES no âmbito de sua competência, aprovar o regulamento do estágio, entre outras.

O Conselho de Curso possui a seguinte divisão administrativa: Câmara de Projetos e Câmara de Ética e Disciplina. A composição do Conselho de Curso está definida no Regimento Geral da IES, com representatividade de todos os segmentos: docentes, discentes e servidores técnico-administrativos.

Por se tratar de um curso novo enquadrando-se como exceção, conforme previsto no **§** 1º, do Artigo 18:

**§ 1º**Enquanto o quadro de docentes de cada curso não completar o número de 12 (doze) membros, a composição do conselho de curso será da seguinte forma:

**I.** o Coordenador de Curso, como Presidente;

**II.**o Coordenador de Estágio se houver;

**III.**representantes do Corpo Discente, eleitos por seus pares, na mesma proporção do artigo anterior e um representante do quadro técnico-administrativo, lotado na Coordenação do Curso.

Dessa forma, o Conselho será integrado por 10 (dez) membros: o Coordenador de Curso, o Coordenador de Estágio, 5 (cinco) representantes do Corpo Docente do curso; 2 (dois) Representantes do Corpo Discente, indicado por sua entidade de classe; e 1 (um) Representante do Corpo Técnico-Administrativo do Curso.

As reuniões do Colegiado do Curso de Direito no campus de Gurupi/TO, serão programadas e realizadas mensalmente e sempre que convocadas pela Coordenação do curso, de acordo com as pautas necessárias a serem discutidas; em seguida, serão deliberadas pelo Colegiado de Curso que possui regulamento conforme Regimento Geral Acadêmico (p.14) na Seção II que trata dos Conselhos de Cursos.

Eis a relação dos membros do Conselho de Curso e suas respectivas titulações e regimes de trabalho:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **MEMBROS** | | |
| **Adriano Fernandes Moreira** | **Jannielly Neres Saraiva Soares** | **Kadyan de Paula Gonzaga e Castro Amaral** |
| **Alice da Silveira** | **Kaesle Luna da Silva** | **José Alves Maciel** |
| **Antônio José Roveroni** | **Lucimeire Aparecida Lima** | **Mauricio Siqueira** |
| **Celma Mendonça Milhomem** | **Maydê Borges Beani Cardoso** | **Paulo Izidio da Silva Rezende** |
| **Cibele Maria Belezzia** | **Vanuza Pires da Costa** | **Ubiratã Silvestre Pereira** |
| **Gilson Ribeiro Carvalho Filho** | **Verônica Silva do Prado Disconzi** |  |

## 5.7 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

## 

A produção do corpo docente indicado no curso de Direito, destacada no quadro abaixo, considerou os últimos três anos completos e os seguintes trabalhos: livros; capítulos de livros; material didático institucional; artigos em periódicos especializados; textos completos em anais de eventos científicos; resumos publicados em anais de eventos internacionais; propriedade intelectual depositada ou registrada; produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes; e publicações nacionais sem *Qualis* e regionais:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DOCENTES** |  | **PRODUÇÃO NOS**  **ÚLTIMOS 3 ANOS 2018, 2019, 2020 (QTDE)** |
| **TOTAL** | |
| Karita Carneiro Pereira Scotta | **20** | |
| Paulo Henrique Costa Mattos | **1** | |
| Vanuza Pires da Costa | **38** | |
| Raniere Fernandes Moura | **1** | |
| Kádyan de Paula Gonzaga e Castro | **5** | |
| Wellson Rosário Santos Dantas | **1** | |
| Verônica Silva do Prado Disconzi | **10** | |
| Paulo Izidio Rezende | **1** | |
| Jaqueline de Kássia Ribeiro de Paiva | **21** | |
| Fernando Palma Pimenta Furlan | **9** | |
| Wenas Silva Santos | **13** | |

Com base no quadro acima, 26% dos docentes indicados no curso de Direito publicaram, nos últimos três anos, entre 1 e 38 produções.

As produções e publicações, dos docentes indicados no curso, que se inter-relacionam com o projeto pedagógico do curso, estão à disposição da comissão verificadora para apreciação, em suas respectivas pastas, na época da avaliação *in loco*.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES, estará encarregada da avaliação periódica do curso de Direito, acompanhando e verificando a evolução produtiva científica e de qualificação docente.

# 6 INFRAESTRUTURA

A Universidade de Gurupi - UnirG possui mais de 34 mil de metros quadrados (m²) de área construída, à disposição das tarefas educacionais da Instituição, contando também com significativo terreno não construído que compõem seu patrimônio. As áreas construídas estão discriminadas do quadro que antecede este item. Em seus locais de trabalho contam com 199 salas disponíveis para atendimento dos acadêmicos, sem computar as salas administrativas da Fundação UnirG e do Complexo Administrativo que, a rigor, tem a mesma finalidade.

A Fundação UnirG inclui: Gabinete do Presidente, Diretoria Administrativa e Financeira, Gerência Administrativa, Controle Interno, Procuradoria Jurídica, Controladoria, Tesouraria, Fies, Assessoria de Planejamento, Núcleo de Informática e Tecnologia (central), Departamento de Recursos Humanos, Arquivo de Recursos Humanos, Licitação, Setor de Compras, de Manutenção, de Patrimônio, Casa de Cultura, Projeto Inovo, Escritório modelo de Ciências Contábeis, Almoxarifado, Proafe/ piscina/ quadra, local para perícia médica, auditório com capacidade para 40 pessoas, destinado às reuniões de licitação, CONSUP e outras, ocupa o Centro Administrativo, na Avenida Pará, quadra 20, lote 01, nº 2432, no Setor Waldir Lins II.

A Reitoria, desde meados de 2019, está ocupando o Complexo Administrativo I, no Campus I, na Avenida Antônio Nunes da Silva, nº 2195, Setor Parque das Acácias, ficando, portanto, a administração próxima à comunidade acadêmica desse local, o que facilita a gestão. Neste local foram disponibilizadas 87 salas entre laboratórios e de aula no segundo semestre de 2019, antes com 45, sendo as de aula com capacidade para 60 pessoas cada. A identificação dos blocos foi redefinida, consistindo neste campus, os Blocos D, prédio novo em que atende os alunos dos cursos de Direito no matutino e noturno, Engenharia Civil no matutino, Administração e Ciências Contábeis no noturno e o Centro de Línguas UnirG - CELU, este no noturno para alunos e para servidores; Bloco E (antigo Bloco vermelho) em que atende os acadêmicos dos cursos no noturno: Engenharia Civil, Letras, Pedagogia e Educação Física, este quando em aulas conjuntas com outros cursos e Bloco F (antigo Bloco Azul) em que estão: o LabTAU, laboratório de informática e a biblioteca. O Bloco F está em processo de reforma.

No Campus I há a perspectiva de continuar sua expansão por meio de implementação de novas edificações para a demanda já constatadas necessárias, por exemplo: praça de alimentação, estruturar o entorno da represa existente no terreno deste campus a fim de oferecer opção de lazer à comunidade acadêmica e até, vislumbra-se a construção do restaurante universitário, o ginásio de esportes, entre outras melhorias.

No Centro Administrativo da Fundação UnirG fica sediado o projeto Centro de Vida Saudável, local onde também estão disponíveis 02 salas de aula no período noturno para atender acadêmicos do curso de Educação Física - bacharelado e licenciatura.

Segue a relação de salas de aula, laboratórios e salas administrativas:

Quadro X - Número de salas de aula

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Local** | | **Quantidade/ Salas** | **Ocupação** |
| **Campus I** | Bloco D | 29 | Aula/ capacidade 60 acadêmicos |
| Bloco D | 01 | Labin de informática |
| Bloco E | 20 | Aula/ capacidade 60 acadêmicos |
| Bloco E | 03 | Labin Engenharia |
| Bloco E | 01 | Escritório Modelo de Engenharia |
| Bloco E | 04 | Labin de Pedagogia |
| Bloco E | 04 | Aula / capacidade para 09  Acadêmicos |
| Bloco F | 21 | Aula/ capacidade 60 acadêmicos |
| Bloco F | 02 | Labin de informática |
| Bloco F | 01 | Biblioteca |
| Bloco F | 01 | LABTAU |
| **Campus II** | Bloco A | 20 | Aula/ capacidade 60 acadêmicos |
| Bloco A | 04 | Aula / capacidade para 15 alunos |
| Bloco A | 02 | Aula prática da Fisioterapia |
| Bloco B | 14 | Aula/ capacidade 60 acadêmicos |
| Bloco C | 10 | Aula/ capacidade 45 acadêmicos |
| Laboratórios – Bloco  B | 03 | Labin de informática |
| EAD | 01 | Aula / capacidade 30 acadêmicos |
| EAD | 01 | Estúdio |
| EAD | 01 | Labin de informática |
| Clínica Odontológica | Clínica | 02 | Aula |
|  | 03 | Metodologias ativas e reuniões |
|  | 03 | Laboratórios: simulação clínica,  prótese, central de esterilização. |
|  | 02 | Clínicas |
|  | 03 | Salas administrativas |
| Ambulatório de Saúde  Comunitária | Salas/Atendimento | 21 | Consultórios médicos |
| Salas | 06 | Administração |
| Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ | Salas | 05 | Aula/estágio |
| Sala | 01 | Auditório/ aula |
| Salas administrativas | 10 | Gabinete Coordenador de Estágio/ Secretaria/Cartório/ Sala dos professores/ Sala Atendimento –  Psicóloga/ cozinha/ 4 banheiros |
| Centro de Vida Saudável | Salas | 02 | Aula/Educação Física – Bacharelado e  Licenciatura |

## 6.1 ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Os Órgãos Suplementares estão a serviço da Universidade, na forma estabelecida no Art. 11 do Regimento Geral Acadêmico, que além das Unidades da Instituição, terá nos órgãos suplementares o apoio de natureza técnico-administrativa, cultural e de assistência ao acadêmico. São constituídos por:

* + 1. Laboratórios
    2. Central de Atendimento aos Professores - CAP
    3. Central de Atendimento ao Acadêmico – CAT
    4. Biblioteca
    5. Audiovisual
    6. Centros de Aplicação
    7. Casa de Cultura
    8. Editora UnirG
    9. Núcleo de Tecnologia da Informação
    10. Núcleo de Comunicação
    11. Núcleo de Educação a Distância
    12. Núcleo Permanente de Processo Seletivo - CPPS

Esses órgãos estão descritos em seu âmbito: PROGRAD, PROPESQ e PROECAE.

## 6.2 LABORATÓRIOS, NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA

A UnirG conta atualmente com 28 laboratórios à disposição da comunidade acadêmica. Os laboratórios são de multiuso, com o plano de ocupação realizado pelos coordenadores responsáveis, incluídos também 08 (oito) laboratórios de Informática, distribuídos nos campi.

Os laboratórios dos cursos da Saúde são oferecidos no Campus II e do curso de Odontologia, na Clínica Odontológica. Há a Sala multifuncional (LabTAU) no Campus I, destinado à produção de material que atenda ao aluno com dificuldade de aprendizagem em escolas do Município e da região.

A IES dispõe hoje com 17 laboratórios na área da Saúde:

1. Laboratório de Anatomia;
2. Laboratório Ossário;
3. Laboratório de Bioquímica;
4. Laboratório de Microscopia;
5. Laboratório de Toxicologia;
6. Laboratório de Fundamentos da Enfermagem;
7. Laboratório de Semiologia;
8. Laboratório de Química e Física;
9. Laboratório de Farmacobotânica e Farmacognosia;
10. Laboratório de Farmacotécnica;
11. Laboratório de Controle de Qualidade de Medicamentos e Análise de Alimentos;
12. Laboratório de Parasitologia;
13. Laboratório de Patologia;
14. Laboratório de Microbiologia;
15. Laboratório de Obstetrícia;
16. Laboratório de Fisiologia;
17. Laboratório de Biofísica.

Observa-se que o Laboratório de Fisiologia e Biofísica ficam no mesmo ambiente.

A UnirG conta com campos de atuação e laboratórios que têm a abordagem multiuso, voltados para o atendimento das necessidades gerais da comunidade, por exemplo: LabTau, NEES, NPJ, Clínica Escola de Fisioterapia, Clínica Escola de Odontologia, Clínica Escola de Enfermagem, SePsi, Núcleo de Práticas Administrativas, Escritório Modelo de Contabilidade, PROAFE, Universidade da Maturidade de Gurupi - UMG, assim como 08 (oito) laboratórios de informática.

## 6.3 NÚCLEOS

Quadro XXX - Campos de atuação - Núcleos

|  |  |
| --- | --- |
| **Núcleos** | **Vínculo** |
| Núcleo de Formação Permanente – NUFOPE | Reitoria/PROGRAD |
| Núcleo Docente Estruturante Institucional – NDEI | Reitoria/ PROGRAD |
| Núcleo Docente Estruturante – NDE | PROGRAD/ Coordenações |
| Núcleo de Tecnologia da Informação-NTI | Fundação UnirG/Reitoria |
| Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (ATENDEE) comporta o Help - Assistência Universitária Central de informação faz  encaminhamentos órgão de apoio | PROECAE |
| Núcleo de Comunicação | Reitoria |
| Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP) | PROECAE/ Psicologia |
| Núcleo de Educação a Distância (NED) | PROGRAD |
| Núcleo Permanente de Processo Seletivo – CPPS | PROGRAD |
| Núcleo de Práticas Administrativas | PROGRAD/ Administração |
| Núcleo de Produção Multiplataforma (comporta os laboratórios de  Áudio e Vídeo) | PROGRAD/ Jornalismo |
| Centro de Vida Saudável – comporta o PROAFE | PROGRAD/ Educação Física |
| Núcleo de Práticas Jurídicas | PROGRAD/Direito |
| Núcleo de Execução de Estágio da Saúde- NEES | PROGRAD/Medicina |
| Núcleo Comum de Disciplinas, Núcleos Comuns por Áreas, Núcleos Comuns por Cursos | PROGRAD |
|  |  |
| Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT (depósito de registros, patentes e  marcas da IES, até 2020) | PROPESQ |
| Núcleo de Apoio à Ciência - NAC - estrutura administrativa e técnica  para pesquisa institucional | PROPESQ |
| Comitê de Ética em Pesquisa – CEPE | Reitoria/PROPESQ |
| Núcleo de Apoio à Ciência | PROPESQ |
| Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT | PROPESQ |

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI, responsável pelas operações da inclusão digital, sistema informatizado que está à disposição na UnirG, ora em implantação de novo sistema, o SEI. O NTI disponibiliza aos estudantes, computadores distribuídos nos labins para que os acadêmicos possam realizar suas pesquisas e demais atividades acadêmicas. É responsável pelos equipamentos e manutenção do sistema e dos equipamentos em atividade e aqueles colocados à disposição dos corpos docente e técnico-administrativos na IES. Conforme informação do seu gestor, há 08 (oito) laboratórios de informática, sendo distribuídos nos campi: 02 no Campus I, 03 no Campus II, 01 no Núcleo de Ensino a Distância, 01 no Escritório Modelo de Contabilidade, 01 no Núcleo de Práticas Jurídicas.

A UnirG comporta também o Núcleo de Produção Multiplataforma onde são abrigados os laboratórios de Áudio e Vídeo que dão suporte às aulas práticas e aos estágios do curso de Jornalismo.

Há também a Incubadora Inovo*,* um programa de prática que vai além da formação profissional. É disponibilizado aos incubados um espaço físico com preço acessível, assessoria e consultoria, infraestrutura, limpeza, serviços de internet, telefonia, segurança, rede de contatos com incubados e incubadoras; as empresas podem permanecer instaladas na incubadora por um período de dois anos, que pode ser prorrogado por mais um ano, de acordo com as especificidades do projeto.

O Inovo é parte integrante do projeto Inova Gurupi, cujo intuito é fomentar o desenvolvimento local, com vistas ao crescimento não só da região Sul, mas que todo o Estado também invista nas pessoas e promova educação empreendedora. O Inova é uma incubadora de Base Mista, que objetiva desenvolver produtos e serviços a partir das potencialidades locais. O Inova Gurupi trabalha com três programas: Educação Empreendedora, Alfabetização Científica, e Habitats de Inovação.

O Conselho Gestor Interinstitucional que foi criado pelo Decreto Municipal nº 0847, de 12 de junho de 2015, dentro do Programa Inova Gurupi, e envolve os gestores das três IES públicas de Gurupi: UnirG, UFT e IFTO e, atualmente conta as participações de gestores convidados dos demais Campi do IFTO da região sul.

### 6.3.1 Núcleo de Prática Jurídica

#### 6.3.1.1 Local de funcionamento, estrutura física e equipamentos

O Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). Insere-se no âmbito da UNIRG como o instrumento necessário a fomentar a prática jurídica obrigatória no Curso de Direito.

As atividades jurídicas do NPJ são direcionadas ao atendimento ao público de pessoas carentes. Além do acompanhamento e gerenciamento de ações e processos judiciais.

O Núcleo de Prática Jurídica está em funcionamento desde 1989, e encontra-se em ótima localização, na Avenida Rio Grande do Norte, esquina com Rua 03, ao lado do Fórum da Comarca de Gurupi, próximo ao Ministério Público e Vara do Trabalho. Conta com 09 (nove) salas de atendimento privativo aos clientes carentes, e um auditório para 60 (sessenta) pessoas.

O espaço é amplo e conta ainda, com internet link dedicado, com aparelhos roteadores, longarinas nos corredores para suporte ao usuário, bebedouro, possui banheiros femininos e masculinos, cozinha, Secretaria e cartório para atendimento aos professores, alunos e assistidos.

Todas as salas são equipadas com aparelhos de ar-condicionado, lousas, computadores com monitores, mesas e cadeiras para professores, acadêmicos e assistidos do Núcleo de Práticas Jurídicas.

O departamento conta com uma estrutura administrativa e física para atendimento as demandas do curso, a qual compreende-se:

|  |
| --- |
| **01 Coordenação de Estágio** equipada com 01 computador completo, 01- mesa, 01 - cadeira para uso da coordenação, com ar-condicionado, mesa de reunião com duas cadeiras e 01 - armário para uso do coordenador; |
| **01 Secretaria do curso**, equipada com 03 – computadores completos, 03 - mesas para computadores, 03 – cadeiras de uso administrativo, 01 – Impressora, 02 mesas de reuniões com 04 cadeiras, 5 armários de arquivos, 01 ar-condicionado e aparelhos telefones para comunicação com os assistidos e acadêmicos; |
| **01 sala Cartório** - equipado com 02 – computadores completos, 02 - mesas para computadores, 02 – cadeiras de uso administrativo, 01 - mesa de reunião com 02 cadeiras, 5 armários de arquivos, 01 ar-condicionado e aparelho telefone para comunicação com os assistidos e acadêmicos; |
| **05 Salas de atendimento privativo** aos clientes carentes. Cada sala equipada com 03 computadores completos, com 03 mesas para computadores, com 3 cadeiras de uso para computador, 2 mesas para reuniões, com ar-condicionado e lousa. |
| **01 Sala de professores** para uso exclusivo de reuniões, atendimento aos assistidos, aos alunos. Equipada com 02 computadores completos, com 02 mesas para computadores, com 2 cadeiras de uso para computador, 1 mesas para reunião com 6 cadeiras, 01 ar-condicionado, 01 lousa e 01 armário para uso dos professores. |
| **01 Auditório** com capacidade de 60 pessoas, com televisão, data show, projetor de imagem, caixa de som, quadro, púlpito para discurso, 1 armário. |

Para viabilizar aula-prática remota, foram adquiridos novos aparelhos televisores, data-shows, webcams e microfones.

O Núcleo de Práticas Jurídicas possui ainda impressoras para que docentes e discentes imprimam documentação necessário aos atendimentos, aparelhos de telefones para comunicação com assistidos e acadêmicos.

#### 6.3.1.2 Áreas de Atuação

O NPJ presta atendimento especializado nas áreas cível, penal, trabalhista e previdenciário, na forma de assistência judiciária gratuita aos necessitados na forma da Lei. Também realiza atividades simuladas em todas as áreas jurídicas, focando as várias carreiras: Advocacia, Ministério Público, Magistratura, Defensoria Pública, Polícia Civil, Polícia Federal, Procuradorias Estaduais e Federais, Cartórios e Assessoria Parlamentar. O trabalho é complementado pelo apoio psicológico disponibilizado pelo curso de Psicologia da UnirG.

#### 6.3.1.3 Práticas jurídicas Simuladas

As principais práticas jurídicas simuladas dizem respeito à realização de audiências cíveis, criminais (incluídas aí a atuação no Tribunal do Juri) audiencias trabalhistas simulando as atuações em casos reais.

A prática não engloba apenas casos simulados uma vez que existe a atuação dos acadêmicos supervisionados por um professor na atuação de casos reais que vai desde o atendimento inicial até a produção de peças reais nas áreas civeis, criminais, trabalhista e administrativa com o objetivo de atender a necessidade do assistido hipossuficiente.

Urge salientar que os acadêmicos são auxiliados na elaboração de peças processuais fictícias que os ajudam a desenvolver a argumentação e a capacidade de análise, contribuindo com o aperfeiçoamento da prática forense.

#### 6.3.1.4 Estudos independentes

Conforme preconizado no art. 8º da Resolução CNE/CES 5/2018 as Atividades Complementares/estudos independentes são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Essas atividades complementares ou como comumente conhecemos, Estudos Independentes, conforme visto é parte importante do processo ensino-apredizagem vez que objetiva fazer com que o académica desenvolva e demonstre habilidades inerentes as atividades desempenhadas na profissão do bacharel em Direito.

Tais estudos também proporcionam aos acadêmicos e acadêmicas um espaço livre para a personalização curricular pelos graduandos em função de seus interesses e das necessidades do mercado de trabalho.

Nesse contexto o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da universidade de Gurupi proporciona aos acadêmicos estudos independentes relacionados a visitas em diversos órgãos públicos, tais como: Delegacias de Polícia, Cartórios, escritórios de advocacia, Ministério Público, Defensoria Pública. Os discentes são orientados ainda, a assistirem audiências de casos reais nas diversas instâncias judiciais, apresentando relatórios destas atividades, como forma de integralização da carga horária do estágio.

APÊNDICE 08 - Regulamento de Estágio do NPJ - Direito UnirG

#### 

#### 6.3.1.5 Infraestrutura de informação

O Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI é um órgão suplementar que tem por missão: Planejar, pesquisar, aplicar e desenvolver produtos e serviços de tecnologia da informação e comunicação, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa, do ensino, da extensão e da administração na Fundação UnirG e na academia. Está estruturado para atender em todos os locais da IES.

Com a modernização do ensino e as novas tecnologias no mercado, esta instituição vem agregando ferramentas que possibilitam a seus usuários facilidade, agilidade nas diversas atividades. Com a implantação do Sistema SEI, permite-se que os acadêmicos realizem diversas atividades *online* por meio de requerimentos digitais, a exemplo de Declarações, Avaliação especial, Atestado ENADE, Atestado de frequência, entre outros. O professor, por sua vez, realiza seus registros de aulas *online*, gerando e assinando diários digitalmente, eliminando desperdício de papel, impressora e mão de obra humana, trazendo economia institucional.

No segundo semestre de 2019, estão sendo disponibilizados os *apps mobile* nas versões Android e IOS, para maior facilidade no acesso para acadêmicos e servidores docentes e técnico-administrativos. Com o *UNIRG Mobile*, acadêmicos poderão, pelo celular:

* Acompanhar sua vida financeira na instituição e emitir boletos disponíveis para pagamento;
* Receber notificações (via *pushed*) de todas suas principais atividades e pendências junto à instituição (pendências de documentos, disponibilidade de material etc.);
* Acompanhar todos os requerimentos (de documentos, declarações e outros) realizados pela secretaria da instituição, *online;*
* Visualizar suas notas, parciais e finais, de cada disciplina;
* Acompanhar seu calendário acadêmico, incluindo horário de aulas e datas importantes para a instituição;
* Visualizar suas mensagens do portal do aluno, enviadas por professores, colegas e pela instituição;
* Baixar materiais de estudo, disponibilizado pelos professores.

O Aplicativo *UNIRG Mobile Professor* é o APP destinado para professores da IES que utilizam a plataforma educacional SEI. Com o aplicativo, os docentes poderão realizar pelo seu celular:

* Registro de aulas;
* Lançamentos/cadastros de notas;
* Receber notificações (via *pushed*) de suas mensagens recebidas no SEI;
* Visualizar suas mensagens do portal do professor.

Com os avanços tecnológicos, a UnirG é uma das primeiras Instituições de Ensino Superior a se adequar às normas tecnológicas da Portaria MEC nº 1.095, de 25/10/2018, a exemplo, os diários eletrônicos e históricos acadêmicos.

Recentemente, a UnirG integrou ao *Sistema SEI* à Biblioteca Virtual, possibilitando ao público cadastrado acessar obras originais a partir de qualquer lugar do mundo e no horário desejado. Com a biblioteca digital é possível a alunos e professores consultar o acervo utilizando computadores, *tablets*, *notebooks* ou *smartphones*. Essa praticidade e agilidade podem contribuir para que mantenham ainda mais interesse nos estudos.

Acesso simultâneo: a biblioteca digital favorece ainda o acesso aos livros de maneira simultânea a todos os alunos e professores, eliminando não apenas a necessidade de uma fila de espera para utilizar o mesmo material, como também a preocupação da sua disponibilidade. Elimina a necessidade de uma estrutura física nas instituições de ensino, que gera custos muito maiores. Está baseada em tecnologias que ajudam a otimizar o tempo e os estudos.

A biblioteca digital é uma solução ideal que a UnirG disponibiliza para funcionários, professores e alunos, garantindo um conteúdo de qualidade e oferecendo um bom complemento para o crescimento profissional.

**Objetivo 1** – Modernizar a oferta do serviço do Núcleo de Tecnologia da Informação.

Quadro X - Metas dos serviços do Núcleo de Tecnologia da Informação

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| METAS | AÇÕES | PERÍODO DE  EXECUÇÃO | INDICADORES | RESPONSÁVEL |
| **Consolidar Sistema *Sei* e APPs para uso pelos Docentes, acadêmicos e servidores técnico- administrativos** | Consolidar o Sistema  *Sei*  Entregar o Diploma Digital  Aplicativo *UNIRG Mobile Professor* e o APP destinado para professores  *APPS MOBILE* nas  versões Android e IOS | 2019-2023 | Número de ações de aprimoramento efetivadas | Fundação UnirG NTI |

## 6.3.1.6 Sala de Professores e Sala de Reuniões

## Através de parceria com a Associação dos Professores Universitários de Gurupi, a Universidade de Gurupi UnirG cedeu um espaço amplo e refrigerado no Campus I, destinado para instalação da sala dos professores. O espaço conta com sofás, cadeiras e grande mesa para reuniões. Nele os professores têm liberdade para interagir na hora do intervalo, trocando experiências e conhecimentos.

6.3.1.7 Salas de aula

## Todas as salas de aula possuem funcionalidades adequadas; considerando em uma análise sistêmica e global os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

6.3.1.8 Acesso dos Acadêmicos aos Equipamentos e Informática

Na sede do Campus, nos laboratórios de informática, à disposição dos acadêmicos, existem 88 (oitenta e oito) computadores. Na Coordenação de Curso mais 04 (quatro). No Núcleo de Prática Jurídica são 23 (vinte e três) Computadores. Na biblioteca o número de computadores é de 08 (oito), destes, 05 (cinco) são disponíveis para os discentes. Portanto o número total de máquinas, disponíveis para docentes, discentes e servidores atinge o total de 120 (cento e vinte computadores).

## 6.4 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

O Sistema de Bibliotecas Universitárias da UnirG – SBU/UnirG atende a mais de 5000 (cinco mil) usuários entre alunos, professores e servidores da Instituição. O SBU é composto atualmente por duas bibliotecas, distribuídas nos campi I e II. Possui o acervo total de 64.549 livros e periódicos distribuídos em 25.672 títulos, conforme visto no quadro que segue. Recentemente foi adquirido a plataforma ‘Minha Biblioteca' com seus mais 7000 (sete mil) títulos, os quais agregam acervo desta Universidade.

Quadro - Quantidade de títulos e exemplares do acervo por curso

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Cursos** | **Livros/periódicos/TCCs** | **Exemplares** |
| Administração | 2903 | 6253 |
| Ciências Contábeis | 1789 | 4758 |
| Ciências da Computação | 1237 | 3241 |
| Direito | 5995 | 13225 |
| Educação Física (Bacharelado) | 210 | 1180 |
| Educação Física (Licenciatura) | 264 | 1645 |
| Enfermagem | 1029 | 2973 |
| Engenharia Civil | 268 | 1761 |
| Farmácia | 807 | 2843 |
| Fisioterapia | 786 | 3791 |
| Jornalismo | 137 | 530 |
| Letras | 2991 | 5727 |
| Medicina | 2288 | 6262 |
| Odontologia | 1100 | 2392 |
| Pedagogia | 3704 | 7144 |
| Psicologia | 164 | 824 |
| **Total** | 25672 | 64549 |

**Fonte: *Dados gerados pelo sistema SEI***

A atualização do acervo ocorre anualmente e é feita com base nas demandas apresentadas pelos usuários, pelos cursos de graduação e pós-graduação, e pelos projetos de pesquisa. A aquisição das obras é realizada por meio de solicitação à Reitoria/Fundação UnirG pelos coordenadores dos cursos, conforme a demanda dos professores, considerando a atualização constante e enviadas à biblioteca para compor o acervo.

Com a recente integração da Biblioteca Virtual ao Sistema SEI, é possível que o público cadastrado, acadêmicos, docentes e técnico-administrativos acessem obras originais a partir de quaisquer lugares do mundo, no horário desejado, por meio de computadores, *tablets*, *notebooks* ou *smartphones*. A praticidade e agilidade de consultas mantém o interesse do acadêmico, assim como pode cooperar na sua permanência na instituição.

A Biblioteca digital repousa em tecnologias que ajudam a otimizar o tempo e os estudos; elimina o desconforto, a ansiedade no uso de uma obra, pois agora, o acesso é simultâneo aos docentes e acadêmicos, ou outro, além de minimizar a necessidade de uma estrutura física imensa, o que geraria maior custo à instituição.

A biblioteca do Novo Campus da UnirG conta com um espaço físico amplo, e há um planejamento para ampliar em dobro o seu tamanho, fato que propiciará o acesso ao um número muito maior de acadêmicos.

### 6.4.1 Periódicos especializados

A biblioteca da UnirG conta com 939 periódicos especializados. A seguir, lista de àqueles relativos ao curso de direito.

|  |  |
| --- | --- |
| **TÍTULO** | **ANO** |
| 1. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: Advocacia Globalizada. Brasília.  Consulex, ano 19. Nº 440. | 2015 |
| 2. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: Feminicídio: As primeiras impressões sobre a lei nº 13.140/15. Brasília. Consulex. Ano 19. Nº  439. | 2015 |
| 3. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: Violência Obstétrica. Brasília.  Consulex. Ano: 19. Nº 437. | 2015 |
| 4. REVISTA NACIONAL DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES.  Porto Alegre: Magister. V. 1. Nº 1. jul/ago. | 2014 |
| 5. PRÁTICA JURÍDICA: 12 anos de escravidão. Brasília: Consulex. V.  12. Nº 151. | 2014 |
| 6. RDT-REVISTA DO DIREITO TRABALHISTA: A terceirização e o Supremo. Brasília: Consulex. Ano 20. Nº 1. | 2014 |
| 7. REVISTA BONIJURIS. Curitiba: Instituto de Pesquisas Jurídicas  Bonijuris, v.26, n.605 | 2014 |
| 8. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE  FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: UFMG, n.64 | 2014 |
| 9. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. 2012: TRF  1ª REGIÃO, v.26, n.1/2, jan/fev. | 2014 |
| 10. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Brasília:  TRF 1ª REGIÃO, v.26, n.3/4, mar/abr. | 2014 |
| 11. PRÁTICA JURÍDICA. Brasília: Consulex, v. 12, n.132, mar. | 2013 |
| 12. PRÁTICA JURÍDICA: a carta de caminha e a fixação do domínio  português no Brasil. Brasília: Consulex, v. 12, n.136, jul. | 2013 |
| 13. PRÁTICA JURÍDICA: CASOS PRÁTICOS - A BOATE KISS, O VOO DA MORTE E O BRASIL. Brasília: Consulex, ano 12, n.131,  fev. | 2013 |
| 14. PRÁTICA JURÍDICA: mudança do escritório. Brasília: Consulex, v.  12, n.137, ago. | 2013 |
| 15. PRÁTICA JURÍDICA: O FENÔMENO DA CRIMINALIDADE - UMA ABORDAGEM CRÍTICA. Brasília: Consulex, ano 12, n.130,  jan. | 2013 |
| 16. REVISTA BONIJURIS. Curitiba: Instituto de Pesquisas Jurídicas Bonijuris, v.25, n.592, Mar. 2013. | 2013 |
| 17. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES. Porto Alegre: Magister, ano 14, n.31, dez. /jan. | 2013 |
| 18. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIARIO. Porto | 2013 |
| Alegre: Magister, ano 2, n.12, dez. 2012/ jan. |  |
| 19. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE  FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: UFMG, n.especial | 2013 |
| 20. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO  DO CAMPO. São Bernardo do Campo: A Faculdade, n.19, | 2013 |
| 21. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Belo  Horizonte: TCE -MG, v.31, n.1, jan./fev./mar. | 2013 |
| 22. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: topázio  imperial. Belo Horizonte: TCE -MG, v.31, n.2, abr./maio./jun. | 2013 |
| 23. REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E  URBANÍSTICO: caderno direito do patrimônio cultural. Porto Alegre: Magister, ano 8, n.45, dez. /jan. | 2013 |
| 24. REVISTA MAGISTER DE DIREITO EMPRESARIAL, CONCORRENCIAL E DO CONSUMIDOR. Porto Alegre: Magister,  ano 8, n.48, dez. 2012/ jan. 2013. | 2013 |
| 25. REVISTA MAGISTER DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL  PENAL. Porto Alegre: Magister, ano 9, n.51, dez. 2012/ jan. 2013. | 2013 |
| 26. CADERNO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA. São Bernardo do Campo: faculdade de direito de São Bernardo do Campo (FDSBC), ano 10,  n.10, | 2013 |
| 27. REVISTA BONIJURIS. Curitiba: Instituto de Pesquisas Jurídicas  Bonijuris, v.585, ago. | 2012 |
| 28. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E  SUCESSÕES. Porto Alegre: Magister, ano 13, n.23, abr. / maio | 2012 |
| 29. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PREVIDENCIARIO. Porto  Alegre: Magister, ano 1, n.6, dez. 2011 / jan. 2012. | 2012 |
| 30. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E  FINANÇAS PÚBLICAS: caderno de direito comparado. Porto Alegre: Magister, ano 5, n.30, jan./ fev. | 2012 |
| 31. Revista da Defensoria Pública da União. Brasília: DPU, n.5, out. | 2012 |
| 32. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: UFMG, n.61,  jul./dez. | 2012 |
| 33. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO  DO CAMPO. São Bernardo do Campo: A Faculdade, n.18. | 2012 |
| 34. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Belo  Horizonte: TCE -MG, n. Edição Especial, out. | 2012 |
| 35. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 1º Região. Rio de Janeiro: TRT, 1º Região, n.51, jul./dez. | 2012 |
| 36. Revista do Tribunal Regional Federal da Primeira Região. 2012: TRF  1ª REGIÃO, v.24, n.5, maio. | 2012 |
| 37. REVISTA DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Rio de  Janeiro: Lex Magister, v. 78, n.1, jan. / mar. | 2012 |
| 38. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: O futuro de nossos professores - | 2012 |

|  |  |
| --- | --- |
| um debate urgente e necessário. Brasilia: Consulex, ano 16, n.366, abr. |  |
| 39. REVISTA JURÍDICA CONSULEX: sistema tributário o confronto  com a realidade social e econômica. Brasília: Consulex, ano 16, n.372, julho. | 2012 |
| 40. REVISTA JURÍDICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  TOCANTINS. Palmas: Cesaf, v.5, n.8. | 2012 |
| 41. REVISTA MAGISTER DE DIREITO AMBIENTAL E  URBANÍSTICO: caderno direito do patrimônio cultural. Porto Alegre: Magister, ano 7, n.39, dez. 2011 /jan. 2012. | 2012 |
| 42. REVISTA MAGISTER DE DIREITO CIVIL E PROCESSUAL  CIVIL. Porto Alegre: Magister, ano 8, n.46, jan. / fev. | 2012 |
| 43. L&C - REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA:  Uma CPI para CPIs - Os limites constitucionais e a instrução probatória. Brasília: Consulex, v.15, n.165, mar. | 2012 |

A UnirG tem primado pela qualidade, e em virtude disso tem investido na compra de periódicos especializados. Como demonstrado, há um quantitativo de assinaturas de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa, distribuídos entre as principais áreas do Curso de Direito, e a maioria deles com atualizados em relação aos últimos 03 (três) anos.

### Acervo bibliográfico total

O Curso de Direito vem mantendo programa de implementação e atualização do acervo bibliográfico, destinado reservas econômicas no plano de metas da Instituição, objetivando atender as necessidades dos estudantes.

Além do acervo físico, conforme descrito acima, foi implantada em 2019 a biblioteca virtual de Universidade ampliando significativamente o acesso a titulos do curso de Direito aos alunos.

O acesso para os acadêmicos é gratuito e conta com 12 sites com diverso acervo bibliográfico, são eles:

1. http://www.culturaacademica.com.br/

2. http://www.periodicos.capes.gov.br/

3. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp

4. http://unirg.edu.br/biblioteca/110-paginas/biblioteca/225-biblio-comut.html

5. http://books.scielo.org/

6. https://ibict.br/

7. https://www.scielo.org/

8. http://ojs.unirg.edu.br/index.php/2/issue/view/65

9. https://www.gov.br/inep/pt-br

10. http://unirg.edu.br/biblioteca/110-paginas/biblioteca/227-biblio-acm-computacao.html

11. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php/

12. https://lilacs.bvsalud.org/

Apesar da grande limitação econômica derivada de mensalidades módicas e pouco investimento por parte dos governos, a aquisição de obras tem atendido as necessidades dos estudantes sendo certo que a pretensão da instituição é de manter o índice de aumento na aquisição de obras.



## 6.5 PLANO DE ACESSIBILIDADE AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

A Universidade de Gurupi-UnirG, desde suas origens, demonstra preocupação em levar educação de qualidade para as pessoas de todas as classes, credos e raças, respeitando todo e qualquer tipo de necessidade ou dificuldade de ordem física ou cognitiva.

Desta forma, desenvolve uma política de acessibilidade de modo a garantir o atendimento à Portaria MEC nº 3.284, de 7/11/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, bem como ao Decreto 5.296/04 e a Lei nº13.146/15, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Com relação aos alunos portadores de deficiência física, as instalações da Instituição atendem aos seguintes requisitos:

* Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
* Reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
* Rampas e/ou elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
* Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
* Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
* Instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

No que concerne a alunos portadores de deficiência visual, a Instituição assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso de:

* Manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia *braile*, impressora *braile* acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, *software* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado ao computador;
* Adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em *braile* e de fitas sonoras para uso didático. Quanto aos alunos portadores de deficiência auditiva, a IES assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso;
* Propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
* Adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
* Estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
* Proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

A respeito do tratamento diferenciado, a instituição está comprometida em disponibilizar as seguintes estruturas:

* Assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
* Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
* Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias- intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
* Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
* Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
* Sinalização ambiental para orientação;
* Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
* Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência ou de treinador em locais e edificações de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e
* Existência de local de atendimento específico.

Além disso, em atendimento ao disposto pela Lei N° 12.764/12, referente aos direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mantem estrutura para atendimento no HELP, com a qual o aluno pode, por meio de agendamento, ter o atendimento especializado.

## 6.6 Plano de Expansão

O Curso de Direito da Universidade de Gurupi no intuito de atender à demanda por profissionais de das Ciências Jurídicas ção qualificados para atuarem no Tocantins e região sul do Estado, com o intuito de realizar um trabalho contínuo no sentido de aprimorar os inúmeros aspectos educacionais do Curso de Direito, no que tange ao Ensino, Pesquisa e Extensão apresenta o presente plano que tem como intuito aperfeiçoar as práticas pedagógicas do Curso, alinhando-as aos avanços contemporâneos da profissão e à transformação da UnirG de Centro Universitário para Universidade e plano de melhorias de infraestrutura e aquisição de equipamentos para abarcar os pontos considerados insatisfatórios. Foi elaborado por seu Núcleo de Docente Estruturante (NDE), com o apoio do Núcleo de Formação Permanente (NUFOPE), tendo como referência as últimas avaliações externas do Curso e a avaliação da CPA, sendo aprovado pelo Conselho do Curso de Direito.

Nesse contexto, objetiva-se traçar ações e estratégias, buscando um processo contínuo de expansão e melhoria do curso de Direito da UnirG e, consequentemente, do perfil do egresso por ele formado e entregue ao mercado de trabalho.

APÊNDICE 09 - Plano de Melhoria e Expansão do Curso de Direito

## 6.7 PLANO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

**Responsável pela Elaboração do Relatório Técnico:** ELIZALDO FILHO - Eng. Civil e Seg. do Trab.

**REGISTRO: CREA Nº** 1014038022D-GO

**PORTARIA N°** 949/2018

* + 1. **Campus I: Bloco E F**

Processo: 2019.02.053095 Data de Início: 04/11/2019 Data Conclusão: 19/03/2020

Valor Obra Bloco E: **R$ 413.661,31** Valor Obra Bloco F: **R$ 413.661,31** Valor Aditivo: **R$ 82.995,71**

Valor Total da Obra: **R$ 910.318,33**

A obra encontra-se concluído, aguardando vistoria do Corpo de Bombeiros.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96.** Brasília, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 05 de outubro de 2019.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, **Instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014**. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências (BRASIL, 2014).

\_\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013**. Institui o Programa Mais Médicos e dá outras Providências (BRASIL, 2013c).

\_\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes (BRASIL, 1990).

\_\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa nº 15, de 22 de julho de 2013**. Institui a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior -IFES, com respaldo no Art. 2o, I da Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Programa Mais Médicos (BRASIL, 2013f).

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei nº 10. 861 de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências (BRASIL, 2004b).

\_\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2005),

CONSELHO SUPERIOR ACADÊMICO (Gurupi-TO). **Regimento Geral Acadêmico da Universidade de Gurupi UnirG.** Aprovado pela Resolução CONSUP n.027 de 09 de agosto de 2019. Disponível em: [http://www.UnirG.edu.br/a-UnirG/conselhos/#regulamento](http://www.unirg.edu.br/a-unirg/conselhos/#regulamento).Acessado em: 20 de setembro de 2019.

UNIVERSIDADE DE GURUPI (Gurupi). **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Aprovado pela Resolução CONSUP nº 036, de 19 de setembro de 2019. Gurupi, 2019. Disponível em http://www.unirg.edu.br/wp-content/uploads/2019/09/resolucao-36-2019-consup.pdf